



# REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS  
MUDANDO O BRASIL

4

Organizadores  
**Carla Rosani Fiori**  
**Olliver Mariano Rosa**

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação da coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, técnicos, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo da sua história (Escolas de Aprendizizes Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas,



REGIÃO  
SUL

4

# REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

---

QUASE DOIS SÉCULOS  
MUDANDO O BRASIL

Organizadores

**Carla Rosani Fiori**  
**Olliver Mariano Rosa**

ISBN 978-85-67022-81-9

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –  
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente o posicionamento das editoras. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

|                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| R335                                                                               | <p>Região Sul/ Organização: Carla Rosani Silva Fiori... [et al.]<br/>– Goiânia: Editora IFG; Pelotas: Editora IFSul, 2024.</p> <p>272 p.: v.4.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.4 / Organização: Olliver Robson Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (E-book): 978-85-67022-90-1<br/>ISBN (Impresso): 978-85-67022-81-9</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Instituto Federal Farroupilha. 4. Instituto Federal de Santa Catarina. I. Título. II. Coleção. III. Silva Fiori, Carla Rosani (org.).</p> <p>CDD 378.013</p> |
| <p>Catálogo na publicação:<br/>Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Goiás

Editora IFG

Avenida C-198, Qd. 500. Jardim América.  
Goiânia/GO | CEP. 74270-040.  
(62) 3612-2251  
[editora@ifg.edu.br](mailto:editora@ifg.edu.br)

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Sul-rio-grandense

Editora IFSul

Rua Gonçalves Chaves, 3218 – 5º andar –  
sala 509. Pelotas/RS | 96015-560  
(53) 3026-6094  
[editoraifsul@ifsul.edu.br](mailto:editoraifsul@ifsul.edu.br)



# SUMÁRIO

---

|                                                                                                                                                                                       |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Apresentação da coleção</b>                                                                                                                                                        | <b>5</b>   |
| <b>Prefácio</b>                                                                                                                                                                       | <b>19</b>  |
| Institutos Federais<br>uma proposta revolucionária de norte a sul do país<br>ELIEZER PACHECO                                                                                          |            |
| <b>Apresentação do volume</b>                                                                                                                                                         | <b>23</b>  |
| <b>1. Educação, inclusão e compromisso social</b>                                                                                                                                     | <b>27</b>  |
| marcos da história do Instituto Federal<br>de Santa Catarina desde 1909<br>ANA PAULA LÜCKMAN<br>NADIA GARLET                                                                          |            |
| <b>2. Origem histórica e expansão do<br/>Instituto Federal do Paraná</b>                                                                                                              | <b>63</b>  |
| WILSON LEMOS JUNIOR<br>VANESSA CAUÊ KRUGEL<br>CARLA HAMEL WOJCIK GARCIA<br>EDILSON APARECIDO CHAVES                                                                                   |            |
| <b>3. Uma breve história do<br/>Instituto Federal do Rio Grande do Sul</b>                                                                                                            | <b>105</b> |
| fragmentos de sua trajetória<br>MARCELO VIANNA<br>MARIA AUGUSTA MARTIARENA<br>CAROLINE CATANEO                                                                                        |            |
| <b>4. Dos “desvalidos da sorte” à consolidação da educação<br/>profissional, científica e tecnológica</b>                                                                             | <b>139</b> |
| relatos históricos e expansão do Instituto<br>Federal Sul-rio-grandense<br>CÉRES MARI DA SILVA MEIRELES<br>CARLA ROSANI SILVA FIORI<br>JOSÉ LEONEL DA LUZ ANTUNEZ<br>VINÍCIUS MARTINS |            |

**5. O Instituto Federal Catarinense por seus agentes** **173**  
*memórias de uma trajetória em construção*

SÍLVIA FERNANDA SOUZA DALLA COSTA  
JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA  
SARA NUNES  
SHYRLEI KARYNA JAGIELSKI BENKENDORF  
SONIA REGINA LAMEGO LINO

**6. Instituto Federal Farroupilha** **203**  
*uma história de transformação social das regiões  
centro-oeste e noroeste do Rio grande do sul*

ALEXANDER DA SILVA MACHADO  
CYNTHIA GINDRI HAIGERT  
EDUARDO RAFAEL MIRANDA FEITOZA  
ELISANDRO ABREU COELHO  
MARIA ROSÂNGELA SILVEIRA RAMOS

**Catálogo cartográfico** **233**

**Catálogo fotográfico** **245**

## APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

---

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.  
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

Nessa epígrafe estão os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.<sup>1</sup> A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar essa experiência a um otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando se percebe que a vegetação do agora perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, o que pode tornar inócua a leitura do mundo, resultando em um cenário como o desenhado por Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”<sup>2</sup> Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio do presente reveja o caminho da lavoura e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações.

---

<sup>1</sup> CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

<sup>2</sup> ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse em tronco de árvores plantadas de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, a maior árvore brasileira nativa; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, a “árvore da vida”, sagrada para muitos povos indígenas. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispondo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas muitas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, se harmoniza à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm 1909 como ano de sua criação – marco que se estende às demais, por ser considerado referência do primeiro esforço do governo federal de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional e, assim, contribuir para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos, registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflete a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, quando começaram os trabalhos para a composição da obra.

Por veredas repletas de idas e vindas, esta coleção se materializou graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo se não pelo esforço coletivo. De uma parte, oito editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para a organização do volume sobre as 12 instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as 5 instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho com as 9 instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as 6 instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, com as 7 instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi denotada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação em 2012, pela editora do Instituto Federal de Brasília, do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional, e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram os 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional e tecnológica (EPT) ao longo do último século e das duas primeiras décadas do século XXI. Pode-se exemplificar tal esforço com obras como: a coleção *Instituto Federal de Goiás: história,*

*reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. Nesse rol se incluem também vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da EPT no Brasil, como é o caso de referências importantes elaboradas por prefaciadores/as da coleção – cuja palavra introdutória refloresce as narrativas históricas encenadas no curso de cada um dos volumes: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), com organização de Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da educação profissional e tecnológica na Amazônia* (2023), coletânea organizada por José Pinheiro e José Cavalcante.

Nesse mapeamento das publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível ainda encontrar, pela busca na internet, vários históricos institucionais. Todavia, além de estarem dispersos nos portais oficiais, por vezes, sua localização não é facilmente acessível ao público em geral – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus<sup>3</sup> mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças mais marcantes ou a mencionar a legislação principal da constituição histórica da Rede. Essa constatação revelava a ausência de uma fonte bibliográfica que amehasse a história particular de todas as instituições da Rede Federal, indo além da visão panorâmica que transita entre os marcos das Escolas de Aprendizes Artífices, dos Liceus Profissionais, das Escolas

---

<sup>3</sup> A Editora IFG adota a forma aportuguesada câmpus (singular e plural), em conformidade com diretriz interna do IFG, que desde 2015 optou por essa grafia porque, além de ser reconhecida em obras de referência, coaduna a adoção da linguagem simples e alinha-se ao uso consolidado em veículos de imprensa e outras instituições de ensino.

Industriais e Técnicas, das Escolas Agrotécnicas, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e, por fim, dos Institutos Federais, incluindo nesse arranjo o Colégio Pedro II. Uma iniciativa nesse sentido se mostrava necessária para demonstrar quanto são urgentes o estudo, a catalogação documental, a conservação e a comunicação da memória dessas instituições, medidas cuja importância está patente em ações mais bem estabelecidas que têm esse escopo, como se pode observar no Memorial do Instituto Federal do Ceará, no Centro de Memória do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – exemplos a serem replicados a fim de que a sociedade tenha mais uma porta de entrada no universo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, estabelecida com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos, tem uma temporalidade ampliada a ser estudada e relatada para quem pode (e precisa) desbravá-la.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades de Ensino Descentralizadas, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a Universidades. Nesse quadro, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã, criada em Curitiba/PR em 1869,<sup>4</sup> e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação,

---

<sup>4</sup> IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.<sup>5</sup> Na outra ponta do tempo, há o caso, por exemplo, do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como Escola Técnica Federal autorizada em 2007, mas foi de fato implantado já como Instituto Federal, iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma pluralidade similar à da flora brasileira, assomou à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

O descompasso temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a configuração pioneira de um sistema educacional nacional no início do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,<sup>6</sup> a efetiva implantação das Escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no estado do Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo de implantação prenuncia a singularidade situacional dessas instituições congêneres, o que remete à tão frequente divergência entre, de uma parte, as prescrições legais no campo educacional brasileiro e, de outra, sua aplicação no chão da realidade. Além dessa heterogeneidade acerca do funcionamento efetivo das Escolas, a diferenciação se apresenta em duas exceções ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, em 1911, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, pelo qual se aprovou novo regulamento para as escolas

---

5 IFBAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IFBaiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

6 SOARES, M. J. A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.



criadas dois anos antes.<sup>7</sup> As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, constituindo a trilha de uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país. Apesar dessas diretrizes, a vida escolar adquiriu feições específicas de acordo com as demandas dos vários contextos. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,<sup>8</sup> praticamente todas as Escolas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com quadro singular de diversidades e desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à proporção que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de Engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento, em atenção à demanda do setor industrial brasileiro.<sup>9</sup> A função

---

<sup>7</sup> CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

<sup>8</sup> Cunha (2000).

<sup>9</sup> ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

assistencialista das Escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo assimilava novas conotações, em decorrência das mudanças no cenário político-econômico, que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos inauguraram, assim, o percurso de reconfigurações pelas quais as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, sofreram ao longo de sua trajetória, em razão da reformulação das políticas acerca da Educação Profissional e Técnica, bem como do ensino agrícola. Ademais, as modificações na formação oferecidas pelas Escolas dialogavam com o perfil do alunado atendido por elas, que foi assumindo novos contornos, por exemplo, com a ampliação de sua faixa etária e, mais tardiamente, com a liberação do acesso ao público feminino.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das EAAs deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,<sup>10</sup> trazia em seu bojo os princípios do novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930. Nessa conjuntura, em 1935, Francisco Montojos, titular da Superintendência de Ensino Industrial – curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema –, descreve as condições estruturais das Escolas e discrimina as necessidades de remodelação de seus edifícios e o custo requerido. Em documento posterior, anuncia a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.<sup>11</sup> Vale ressaltar que, muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, se tornaram patrimônio arquitetônico das cidades, integrando um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com a reorganização do recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser Liceus Industriais. Não obstante essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia/GO, a designação de Liceu

---

<sup>10</sup> Cunha (2000).

<sup>11</sup> MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: [https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ\\_GC\\_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26](https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26) Acesso em: 30 jul. 2024.

existiu apenas em documentos e jornais, já que a inauguração da Instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 com outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n. 4.127, que estruturou a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por Escolas Técnicas, Escolas Industriais, Escolas Artesanais e Escolas de Aprendizagem. Esse decreto instalou unidades escolares por todo o país: 9 na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; Escolas Técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como Escolas Industriais); 9 na Região Nordeste – Escolas Técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e Escolas Industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; 3 na Região Sul – Escolas Técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e Industrial em Florianópolis/SC; 2 na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT e 2 na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA.

Em 1959, a Lei n. 3.552 remodelou a organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listava as 23 unidades que constituíam então a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que na letra da lei, na realidade daquele mesmo ano, aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em suas diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio de 1959, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias Escolas, a fim de reivindicar a exoneração de Montojos, ainda no comando da pasta, em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.<sup>12</sup> Além de representar

---

<sup>12</sup> ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033\\_13/56609](http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609) Acesso em: 10 ago. 2024.

um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das Escolas, esse evento revela que a formação oferecida a seu corpo estudantil, em muitos casos, tem ultrapassado uma educação profissional voltada exclusivamente para o atendimento ao mercado de trabalho – aspecto que, sem dúvida, merece uma atenção histórica.

A dimensão federal das Escolas Técnicas foi incluída em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. E as diferentes denominações das instituições também participam de seu feito memorialístico. A designação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais foi a que vigorou por mais tempo, o que, por certo, criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam, quando ouvem relatos sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, se manteve mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, ao longo de todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a prédios, auditórios, ginásios, porque o que representaram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela alargou e alarga seus horizontes.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previa a instalação de 200 Escolas Técnicas – Industriais e Agrícolas –, em acréscimo às 57 existentes, como está registrado no relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.<sup>13</sup> Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio da Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC,

---

<sup>13</sup> BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: [https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208\\_1.pdf](https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf) Acesso em: 25 jul. 2024.

a criação de Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds) nas estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta que pode ser considerada a primeira grande expansão da Rede revelou-se, entretanto, menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar no Anexo II da Lei n. 8.670/1993, em que são listadas apenas 33 Uneds, distribuídas em 19 estados. Em compensação, por meio dessa lei, foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 Escolas Agrotécnicas Federais em 6 estados brasileiros. Esse recorte demonstra como a visada para o passado pode descortinar os descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções vindouras.

As Escolas Agrotécnicas Federais, no conjunto da Rede, possuem percursos ainda mais particulares que o das instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas Escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, é criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, tem-se a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, há a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente à modalidade agrotécnica e em sua concepção formativa: Patronatos e Aprendizados Agrícolas, Escola de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas, Escolas Práticas de Agricultura, Ginásios e Colégios Agrícolas, Escolas Agrotécnicas. Apesar da dispar cronologia de origem, houve leis que repercutiram de

forma abrangente sobre várias dessas instituições, acenando para sua inserção em uma rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de Agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários Patronatos Agrícolas e sua transformação em Aprendizados Agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de Colégio Agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que, certamente, repercutiu nos arranjos institucionais.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal Escolas Técnicas e Agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e sua atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Ana Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as Escolas Técnicas Federais e dez Escolas Agrotécnicas tinham se tornado Cefets.<sup>14</sup> Quando a autora publicou essas informações, uma nova transição transcorria: o governo Lula havia começado em 2005 uma grande expansão da Rede Federal, a qual prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, tendo por foco a periferia dos grandes centros urbanos e os municípios do interior.<sup>15</sup> No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se assentou nos anos 2000: a ifetização. A partir desse processo, criou-se a paisagem atual dos IFs, dos Cefets e do Colégio Pedro II. Resultaram da expansão 685 unidades, incluindo as vinculadas à UTFPR e às 22 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais.<sup>16</sup> Como panorama dessa numerosidade, incluímos, no

---

<sup>14</sup> CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

<sup>15</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

<sup>16</sup> BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

fim de cada volume, um catálogo cartográfico e outro fotográfico em que aparecem os câmpus e as sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Produz-se, assim, uma referência imagética para um marco da história recente: o anúncio em março de 2024 de outros 100 câmpus para a Rede, uma maneira simbólica de celebrar o aniversário completado a cada princípio de primavera.

Embora ao longo de 115 anos tenha havido marcos legais que se referiram a toda a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, nota-se que as diretrizes assumiram fisionomias peculiares em sua inscrição no mundo real. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades constitutivas hoje da capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Esse diverso ecossistema não se desenvolveu, como se poderia esperar, de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de variadas esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que em outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para esboçar nesta coleção por meio de um verdadeiro mutirão, que envolveu o difícil trabalho de elaborar textos e selecionar fotografias representativas do passado e do presente de cada instituição. Desse modo, sem pretensão de fim, as páginas que se costuram nesta floresta de palavras e imagens são sementes a ser plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre estas memórias, amadurecidas pelo ciclo das estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco (além da equipe da Editora IFPA). Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”.<sup>17</sup> Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody,

---

<sup>17</sup> KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas. Esse sonho, porém, não foi confabulado pelo sono, mas pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”<sup>18</sup> Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se situa. Em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, pode-se dizer, todavia, que, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias, “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.<sup>19</sup> Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso intento, talvez porque escutamos ao longe a voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”<sup>20</sup> Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Ao som dessas vozes poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir no singular do “eu” no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado da caminhada de um pesquisador que não tem a educação profissional e tecnológica entre seus principais focos de interesse, mas que aprendeu com Paulo Freire a lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet/GO e servidor do atual IFG, tenho essa Instituição e a Rede que ela integra como larga porção do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e a partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

---

OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA  
ORGANIZADOR DA COLEÇÃO

---

**18** MELLO, T. de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. *Vida Secreta – Revista de Literatura e Ideias*, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

**19** GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

**20** EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.



## PREFÁCIO

---

# INSTITUTOS FEDERAIS

UMA PROPOSTA REVOLUCIONÁRIA  
DE NORTE A SUL DO PAÍS

Os Institutos Federais (IFs) são importantes não apenas pela sua implantação em todo o território nacional e por sua notável qualidade, moldada num projeto progressista, mas também pelo ineditismo de seu Projeto Político Pedagógico, sem precedente no Brasil. São fruto de uma conjuntura e de um projeto nacional que ousava pensar e realizar o que ninguém fizera antes.

Os Institutos, com mais de 650 câmpus dispersos pelo país (e logo serão agregadas mais 100 unidades), além de várias unidades avançadas, atuam em cursos técnicos (50% das vagas, preferencialmente na forma integrada com o ensino médio); licenciaturas (20% das vagas) e graduações/bacharelados (30% das vagas), podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados profissionais. São mais de 8.000 cursos e 1.200.000 estudantes. A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à pós-graduação, é um dos fundamentos dos IFs. Ela permite aos docentes atuarem em diferentes níveis do ensino/pesquisa/extensão e aos estudantes compartilharem espaços de aprendizagem, possibilitando o delineamento de trajetórias formativas que podem ir do curso técnico ao doutorado.

A estrutura multicâmpus e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos afirmam na missão destes o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, local e regional.

Para tanto, devem ir além da compreensão da Educação Profissional e Tecnológica como mera instrumentalização de pessoas para

ocupações determinadas pelo mercado. Na proposta de sua configuração, é indispensável agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho (no seu sentido histórico, sem esquecer seu sentido ontológico), discutindo os princípios das tecnologias a ele concernentes.

Os Institutos Federais superaram a matriz de universidade/escola técnica vinculada, que corresponde a uma concepção hierarquizada do conhecimento, equivalente à estratificação das classes sociais: universidade para as classes dominantes e escola técnica para os trabalhadores. Sua originalidade, sua qualidade e sua capilaridade por todo o território nacional os tornam algo singular na educação brasileira. Agreguem-se a isso outras ousadias introduzidas pelos Institutos: estruturas democráticas com ampla autonomia; eleições diretas, paritárias e uninominais dos dirigentes; atuação em rede e uma concepção político-pedagógica comum a todos eles. É claro que numa rede educacional desse porte existem diferenças entre as diversas unidades, no entanto elas mantêm uma identidade comum.

O fato de serem uma institucionalidade absolutamente nova, sem referência nas instituições conhecidas até então (universidade, escola técnica etc.), lhes coloca um desafio gigantesco: estabelecer e consolidar uma nova referência educacional sem precedentes.

A busca da singularidade, do ineditismo é o que pode assegurar a permanência dessa institucionalidade denominada Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diversas são as suas singularidades e, certamente, o compromisso com a formação humana integral em todos os níveis e modalidades, com a omnilateralidade, é a principal. Destaca-se nesse aspecto o ensino médio integrado, inclusive na modalidade da EJA (educação de jovens e adultos). Este é o princípio fundante dos Institutos Federais e o grande desafio dos educadores e educadoras que neles atuam.

Um equívoco comum é entender que esse princípio se aplica apenas ao ensino médio integrado, quando, na verdade, a omnilateralidade deve perpassar por todos os níveis e modalidades. A educação integral não é um método, mas uma concepção de homem e de sociedade que recusa a orientação da escola burguesa de educação geral, de qualidade, para as elites e de educação profissional para os trabalhadores, reproduzindo a sociedade de classes. Em uma perspectiva de verticalidade,

os princípios norteadores dos Institutos Federais têm de ser os mesmos em todos os níveis e cursos.

A segunda singularidade é o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os níveis de forma indissociável. A crença de que pesquisa e extensão são prerrogativas do chamado ensino superior, além de um equívoco pedagógico, revela o preconceito que separa saber acadêmico de saber popular, estabelecendo uma hierarquia de saberes correspondente à hierarquia classista.

A terceira singularidade a ser desenvolvida e consolidada é a atuação em rede, algo inédito na estrutura educacional brasileira, em que as instituições públicas, no máximo, estabelecem colaborações bilaterais, muito raramente envolvendo várias instituições. Essa atuação em rede dá aos Institutos Federais uma identidade única de norte a sul do país, uma vez que todos têm os mesmos fundamentos político-pedagógicos.

A quarta singularidade e a mais extraordinária é que uma política com tal grau de expansão tenha mantido a qualidade no conjunto da Rede Federal, colocando os Institutos Federais como as melhores escolas do país e entre as melhores do mundo: públicas, democráticas, gratuitas e de qualidade – a utopia de qualquer educadora e educador progressista.

Defender os Institutos Federais é defender que este país tenha um futuro e que seja possível uma escola pública democrática e de qualidade para os trabalhadores e seus filhos. A inexistência de um modelo anterior e a construção coletiva nos levaram a criar algo absolutamente novo, o inédito viável de Paulo Freire.

A constituição da Rede Federal, em especial dos Institutos Federais, é a mais importante política educacional pública já construída em nosso país, apesar de ignorada até hoje pelas faculdades de Educação de nossas universidades. Eles foram constituídos por meio de um amplo e democrático debate, não apenas com as entidades representativas dos docentes da Rede Federal: Concefet (dirigentes dos Cefets), Coneaf (dirigentes das Escolas Agrícolas) e Condetuf (Escolas vinculadas às Universidades), mas em grandes assembleias, reunindo professores e técnicos de cada câmpus.

Na constituição dos Institutos Federais tudo foi por livre adesão. Dois Cefets (Rio de Janeiro e Minas Gerais) não aderiram aos Institutos

e continuaram integrando a Rede Federal, sem terem sofrido nenhuma restrição política ou orçamentária. Entretanto, depois de 15 anos e como não poderia ser diferente, as diversas concepções existentes em uma sociedade de classes como a brasileira, se refletem no interior dos câmpus. Sempre haverá aqueles que, embalados por uma concepção pequeno-burguesa ou burguesa, advogarão o abandono da proposta revolucionária dos Institutos Federais, identificada com o mundo do trabalho e com a transformação progressista da sociedade, para a adoção de um modelo academicista, transformando-os num arremedo de universidade.

Enfim, não são pequenos os desafios, mas, certamente, os Institutos Federais estão preparados para enfrentá-los e vencê-los. E não seria diferente na Região Sul do país, com a atuação de seis instituições, uma no Paraná (IFPR), duas em Santa Catarina (IFC e IFSC) e três no Rio Grande do Sul (IFRS, IFFar e IFSul). A capacidade de superação de desafios é uma constante do povo do Sul. A distribuição geográfica dos câmpus na região, a diversidade de cursos oferecidos e a quantidade de estudantes bem formados comprovam que a adesão ao projeto de implantação dos Institutos Federais foi uma decisão correta e de muito êxito. A história individual de cada Instituto se constitui em base sólida para o crescimento e o fortalecimento da Rede na região, o que contribui, significativamente, para a sua consolidação em nível nacional.

Parabenizo este trabalho extremamente significativo e importante para o futuro de nosso país.

---

**ELIEZER PACHECO**  
EX-SECRETÁRIO DA SETEC

## APRESENTAÇÃO DO VOLUME

---

A VIDA É UNS DEVERES QUE NÓS TROUXEMOS PARA FAZER EM CASA.

QUANDO SE VÊ, JÁ SÃO 6 HORAS: HÁ TEMPO...

QUANDO SE VÊ, JÁ É 6ª-FEIRA...

QUANDO SE VÊ, PASSARAM 60 ANOS!

[...]

Mário Quintana<sup>1</sup>

Seiscentos e sessenta e seis (O Tempo)

Inicia-se a apresentação deste volume, referente à Região Sul, da coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, com a reflexão suscitada pelo poema em epígrafe, de autoria de um poeta gaúcho: a passagem do tempo.

Este volume apresenta a história dos seis Institutos Federais (IFs) que se situam na referida região: um deles no estado do Paraná, IF Paraná (IFPR); dois no estado de Santa Catarina, IF Catarinense (IFC) e IF Santa Catarina (IFSC), e três no estado do Rio Grande do Sul, IF Rio Grande do Sul (IFRS), IF Farroupilha (IFFar) e IF Sul-rio-grandense (IFSul). São histórias que se entrelaçam e que se assemelham – em certa medida –, em razão de seus antecedentes e seus propósitos comuns: promover, ao longo do tempo, formação sólida para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Na capa do volume aparece uma imponente representante da flora da região: a araucária (*araucaria angustifolia*), também conhecida como pinheiro-do-paraná, pinheiro-brasileiro, pinheiro-das-missões, presente nos três estados do sul do Brasil. As características biológicas dessa espécie – árvore de tronco cilíndrico e reto, cujas copas dão um destaque especial à paisagem, podendo viver até 700 anos, alcançando

---

<sup>1</sup> QUINTANA, Mário. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. p. 479.

diâmetros de 2 metros e altura de 50 metros – servem como metáfora para a existência e a permanência da Educação Profissional, resistindo às adversidades e adaptando-se aos novos tempos e desafios. Os frutos dessa árvore – a pinha ou o pinhão – alimentam diferentes espécies, como a bela gralha azul, e permanecem presentes na cultura, em especial na culinária sulina. Nesse sentido, a araucária poderia representar a história dos Institutos Federais do sul, por seu crescimento lento e duradouro, oferecendo um exemplo de como a adaptação e a resiliência são fundamentais para o sucesso da Rede.

Assim como as araucárias precisam ser estudadas, para que seu valor seja reconhecido e sua preservação garantida, a história da Rede Federal precisa de uma publicação que oportunize a visibilidade necessária para seu reconhecimento. Para tanto, foi organizado este volume – que se soma a outros quatro –, reunindo as histórias das instituições, pesquisadas e relatadas por servidoras/es, que, convidadas/os a atuar como autoras e autores e oficialmente designadas/os por portarias das respectivas Reitorias, demonstram a relevância e o compromisso com a participação institucional na coleção.

As autoras e os autores receberam orientações básicas para a produção textual e a inclusão de imagens, com o objetivo de ilustrar a evolução histórica das unidades educacionais, assegurando-lhes total liberdade na narrativa e na escolha dos fatos e atos avaliados como mais significativos na trajetória institucional.

A leitora e o leitor terão a oportunidade de conhecer, por exemplo, um pouco da história da Deutsche Schule, que, criada em 1869 na cidade de Curitiba/PR, deu origem ao IFPR, bem como da cidade de Pelotas/RS, que foi sede do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul (Cefet/RS), o qual, por não estar localizado na capital do estado, transformou-se em IFSul, visto que as siglas dos estados eram destinadas às sedes em capitais.

Do mesmo modo, encontrarão neste volume importantes relatos sobre decisões políticas que impactaram a localização física de algumas unidades, as escolhas dos cursos a oferecer, os investimentos para a expansão das estruturas educacionais, com laboratórios e equipamentos de alta tecnologia – tudo isso experienciado nos dois Institutos do estado de Santa Catarina, para que, juntos, oferecessem hoje

uma cobertura profissional, científica e tecnológica ampla, com os 23 câmpus do IFSC e os 15 câmpus do IFC, com cursos voltados sempre aos arranjos produtivos locais. Somam-se a estes 15 câmpus do IFSul, 26 câmpus do IFPR, 17 câmpus do IFRS e 11 câmpus do IFFar, totalizando 113 unidades acadêmicas e administrativas: 107 câmpus e 6 reitorias.

Outro aspecto muito significativo no cerne das instituições, também abordado neste volume, é a origem vinculada às Escolas de Aprendizes Artífices, do início do século XX, bem como às tantas escolas agrícolas, como é caso do IFFar, além da singular organização de diferentes arranjos institucionais, como os que originaram o IFRS.

Toda essa diversidade, somada às características da população dos estados da Região Sul, marcadamente por sua origem e capacidade de resistência, espelha-se nos Institutos Federais, que atuam como protagonistas no desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que respeitam o legado natural e cultural de suas comunidades.

E assim, retomando o poema de Mário Quintana, quando nos damos conta, se passaram 60 anos, 100 anos... quase 200 anos mudando o Brasil. A exemplo do que acontece com a araucária – que se mantém forte ante a passagem do tempo, mas que necessita de proteção e cuidado para sua preservação –, toda essa história precisa ser também preservada, registrada e, mais do que isso, lida e valorizada por todas e todos que entendem a importância da memória institucional.

Leitora e leitor, desfrutem sem pressa cada capítulo desta coletânea, transportando-se no tempo, alimentando seu imaginário e projetando um futuro ainda mais promissor para os Institutos Federais da Região Sul do Brasil.

Boa leitura!

---

**CARLA ROSANI SILVA FIORI**

ORGANIZADORA

EDITORA IFSUL





# EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E COMPROMISSO SOCIAL

## MARCOS DA HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA DESDE 1909

---

ANA PAULA LÜCKMAN<sup>1</sup>  
NADIA GARLET<sup>2</sup>

A inclusão social e a promoção do desenvolvimento das comunidades onde está inserido são norteadoras da atuação do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), presente na educação pública catarinense desde 1909. A partir do modesto início de seu funcionamento, quando a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina contava com menos de dez servidores e cerca de cem alunos, as transformações institucionais e a interação com a comunidade multiplicaram o tamanho e a atuação da Instituição ao longo do tempo – que, desde a transformação em IFSC, em 2008, já formou quase 100 mil pessoas em cursos de qualificação, técnicos, de graduação e de pós-graduação. Hoje, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024), são mais de 40 mil estudantes matriculados em 512 cursos ofertados em todo o estado de

---

**1** Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Educação e em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em Jornalismo pela UFSC. Atua como jornalista do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: [anapaula@ifsc.edu.br](mailto:anapaula@ifsc.edu.br).

**2** Doutoranda em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e graduada em Relações Públicas e em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atua como relações-públicas do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E-mail: [nadia.garlet@ifsc.edu.br](mailto:nadia.garlet@ifsc.edu.br).

Santa Catarina. Orientada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, a atuação do IFSC, desenvolvida por 2.782 servidores, entre docentes e técnicos administrativos em educação, está alicerçada na gestão participativa, dialógica e descentralizada.

O presente capítulo conta alguns dos fatos mais marcantes da história do IFSC, como uma das 19 instituições do país que se originaram no ambicioso projeto das Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) do presidente Nilo Peçanha (1867-1924). Situa o contexto social e urbano de Florianópolis/SC no início do século XX e conta como a Instituição se inseriu na cidade ao longo das décadas seguintes, quando foi crescendo em importância e obtendo reconhecimento em Santa Catarina. Aborda os anos de consolidação como Escola Técnica Federal, período que coincide com o regime militar no Brasil, e descreve como a reabertura democrática teve movimento equivalente na Instituição, com a implementação da escolha direta dos seus dirigentes desde os anos 1990. Por fim, trata de desafios mais recentes vivenciados já no século XXI, como a pandemia de covid-19, o impedimento da posse da gestão eleita em 2019 e os cortes orçamentários.

Em que pesem os desafios e dificuldades, o IFSC segue cumprindo sua missão de "promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural", conforme preconiza seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (IFSC, 2020). O Instituto completa 115 anos reafirmando diariamente seu compromisso com a inclusão e a educação transformadora.

## **DA EAA AO IFSC: PRESENÇA MARCANTE NO CENÁRIO URBANO**

Para percorrer uma importante parte da memória dos 115 anos do IFSC, é suficiente uma caminhada de 20 minutos pela região central de Florianópolis/SC. Fundado no início do século XX como uma das 19 EAAs das capitais brasileiras,<sup>3</sup> o IFSC tem a história de suas transformações institucionais e de suas mudanças de endereço fortemente

---

<sup>3</sup> O Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados, "para o ensino profissional primário e gratuito" (Brasil, 1909).

alinhadas ao desenvolvimento da capital catarinense. As três edificações que ocupou no decorrer do século XX continuam presentes na paisagem urbana, testemunhas do crescimento da cidade e de sua população. Essa sinergia se ampliou no século XXI, com a transformação em Instituto Federal e a expansão da atuação para 20 cidades em todo o estado.

O percurso por estruturas remanescentes do período inicial da Instituição é inteiramente cumprido na região onde, no início do século XX, estavam situadas algumas das antigas chácaras da região central de Florianópolis/SC, no bairro então chamado de Mato Grosso. A casa de dois andares onde a EAA instalou-se em 1910, na então Rua Almirante Alvim (hoje Victor Konder), foi a sede da Instituição ao longo de dez anos, até que sua estrutura física deixou de comportar as demandas por oficinas e salas de aula. Em 1920, a EAA deslocou-se para um imóvel na mesma rua, 400 metros adiante, também uma antiga residência de chácara construída no final do século XIX. Nesse terreno foram, depois, acrescentados outros três grandes edifícios que abrigaram a EAA, o Liceu Industrial e a Escola Industrial de Florianópolis (Matos, 2003). Em 1962, a Escola deslocou-se mais 800 metros e passou a funcionar na Avenida Mauro Ramos, hoje uma das principais vias do centro da capital catarinense, no mesmo endereço do atual IFSC/Câmpus Florianópolis.

## 1909 A 1937: ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES

O projeto das EAAs no início do século XX surgiu no contexto em que a formação profissional de crianças e jovens das classes mais baixas passava a ser requisito para o desenvolvimento do país.

Ainda no período do Império (1822-1889), as capitais das províncias tinham instituições voltadas à educação de crianças órfãs ou abandonadas, como os chamados “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”, onde elas aprendiam as primeiras letras e eram encaminhadas para o trabalho operário. Essas ações eram uma tentativa de acompanhar o que ocorria em outros países, onde se investia em instituições de educação para formação profissional a fim de “satisfazer as demandas sociais por produtos e serviços, bem como preparar cidadãos para uma vida digna através de seu trabalho” (Wollinger, 2016, p. 94).

Apesar dessas iniciativas, não havia uma real preocupação com a escolarização da população em geral como política de Estado. Antes do

período republicano, a Escola era espaço privilegiado para as famílias abastadas, onde seus filhos aprendiam as letras e depois seguiam para cursos superiores, também destinados à elite. Com a República, o Brasil precisou se sintonizar com o mundo industrializado: “A formação escolar já não poderia ser apenas para a propedêutica das classes dominantes, era necessária uma maior escolarização da população em geral, no mínimo para compensar o atraso histórico em que o país se encontrava” (Wollinger, 2016, p. 94).

Nesse cenário, a sociedade florianopolitana de 1910 recebeu com entusiasmo a Escola de Aprendizes Artífices. O jornal *Folha do Comércio*, dirigido pelo jornalista, escritor e advogado Crispim Mira (1880-1927), destacava o início das atividades do novo estabelecimento de ensino, “destinado a prestar inestimável serviço ao Estado”, em matéria de capa da edição 256, em 2 de setembro daquele ano. “Elegante e convenientemente instalada na chácara Paranhos”, a EAA era comparável, na visão do redator, ao “agradável e atraente aspecto dos melhores estabelecimentos de ensino profissional” (Escola [...], 1910, p. 1).



**Figura 1.** Primeira sede da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, na Rua Almirante Alvim, Bairro Mato Grosso, Florianópolis/SC

Nota: A casa era uma antiga residência de chácara, doada pelo governo do estado para a instalação da EAA. Na imagem, vê-se o primeiro diretor da Instituição, José Cândido da Silva.  
Fonte: Acervo do IFSC.

A celebração do novo estabelecimento de ensino, público e gratuito, era justificada. Naquele início de século, a oferta de educação era restrita a poucos colégios e escolas em Florianópolis/SC. Havia a Escola Normal (atual Instituto Estadual de Educação), que era pública e voltada à formação básica de técnicos para o magistério, inaugurada em 1892. Na rede particular, desde 1898 estavam em atividade o Colégio Coração de Jesus (atual Bom Jesus), ligado à congregação da Divina Providência, e o Colégio Catarinense, administrado pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, aberto em 1905. Os particulares eram ocupados majoritariamente por estudantes da elite da cidade, o que restringia, e muito, o acesso universal dos cidadãos à educação formal.

Na verdade, havia atraso em várias áreas. Embora fosse uma capital de estado, Florianópolis/SC era uma cidade basicamente rural naquele princípio de século XX. Em 1909 ainda reverberavam efeitos de períodos de intensa agitação política, como a Revolução Federalista – cujos impactos mais conhecidos na região são a chamada Chacina de Anhatomirim<sup>4</sup> e a homenagem ao segundo presidente do Brasil, o marechal Floriano Peixoto, com a controvertida mudança do nome da cidade de Desterro para Florianópolis, em 1894.<sup>5</sup>

---

**4** A Ilha de Anhatomirim fica situada na Baía Norte, entre a Ilha de Santa Catarina e o município de Governador Celso Ramos/SC, e abriga a fortaleza de Santa Cruz, construída entre 1739 e 1744 como parte do sistema defensivo da cidade de Desterro no período colonial. Nessa edificação ocorreu o mais violento episódio do desfecho da Revolução Federalista, que se opunha à ascensão do vice-presidente Floriano Peixoto ao cargo de presidente da República, após a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca. Desterro havia chegado a ser sede de um governo provisório instalado pelos revoltosos, ao longo de seis meses, mas o movimento foi coibido brutalmente pelo governo de Floriano. Em abril de 1894, centenas de revoltosos foram presos e estima-se que 185 tenham sido conduzidos à Ilha de Anhatomirim, sem processo judicial, e fuzilados sumariamente no episódio que ficou conhecido como a Chacina de Anhatomirim. Muitos deles eram integrantes de famílias tradicionais de Desterro, como o marechal Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, o barão do Batovi (Oliveira, 1996). Desde 1979 a fortaleza de Santa Cruz está sob tutela da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Restaurada, está aberta a visitantes, assim como as fortalezas de São José da Ponta Grossa e de Santo Antônio de Ratones, também na Baía Norte (Martins; Gonzaga, 2017).

**5** Seis meses após a Chacina de Anhatomirim e a derrota dos federalistas, a Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894, trocou o nome da cidade de Desterro para Florianópolis, “cidade de Floriano”, em homenagem ao presidente responsável pelo massacre. A justificativa apresentada pelo deputado Genuíno Vidal para a alteração se baseou na falsa história que atribuía o nome “Desterro” a uma possível função de penitenciária, que abrigaria criminosos portugueses. O Congresso Representativo, órgão legislativo estadual de então, aprovou a proposta e a lei foi promulgada pelo governador Hercílio Luz (Oliveira, 1996).

Com cerca de 38 mil habitantes (IBGE, c2024), de acordo com dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>6</sup> a capital Florianópolis consistia num pequeno aglomerado urbano na região central da cidade, onde ficavam o Mercado Público, o porto, a Catedral e as principais edificações governamentais em torno da Praça XV de Novembro. Em áreas mais afastadas desse núcleo ficavam as antigas freguesias, como as da Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa.<sup>7</sup> Nas partes mais altas do entorno da região central, ficavam as chácaras, minifúndios remanescentes da antiga Desterro, habitados e administrados por famílias das classes mais altas. “Ali predominaram as características rurais, em detrimento das urbanas, até o século XIX, ou mesmo o início do XX” (Veiga, 2019, p. 16).

Situada na Ilha de Santa Catarina, a cidade só teria sua primeira ligação viária com a região continental em 1926, quando foi inaugurada a Ponte Hercílio Luz.<sup>8</sup> A condição insular foi a maior causa do atraso da capital catarinense na oferta de serviços públicos, como a distribuição de água encanada e energia elétrica. A substituição dos postes a querosene pelos elétricos foi efetivada na região central poucos dias após a inauguração da EAA, em 25 de setembro de 1910 – um avanço rumo à modernidade que recebeu destaque na *Folha do Comércio*, de Crispim Mira. Na notícia publicada na capa da edição 274 do jornal, o redator descreve a solenidade de

---

**6** No início do século XX, o órgão responsável pelas estatísticas populacionais era a Diretoria Geral de Estatística, ligada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

**7** As chamadas “freguesias” eram pequenas comunidades organizadas em torno das respectivas paróquias que datavam do período colonial, mas persistiram e se desenvolveram ao longo do período imperial. Com a República, elas passaram a ter maior autonomia política e administrativa, sendo transformadas em distritos. As antigas freguesias guardam grande parte da herança dos colonizadores açorianos, como os costumes em torno da pesca e da produção de derivados de mandioca, além de valiosos remanescentes da arquitetura colonial (Vieira Filho; Nizzola, 2015).

**8** Antes da construção da Ponte Hercílio Luz, a travessia entre a Ilha de Santa Catarina e o continente era feita por balsas, “nas quais se precisava disputar lugar com os bois trazidos para os abatedouros da Ilha. Como se não bastasse, muitas vezes o vento fazia com que os passageiros tivessem que desembarcar a centenas de metros do local planejado” (Oliveira, 2011, p. 31). A estrutura de ferro foi construída entre 1922 e 1926. Seu nome homenageia o governador Hercílio Pedro da Luz (1860-1924), que idealizou a construção da ponte como medida indispensável à manutenção da importância política da cidade, mas morreu antes de ver a obra inaugurada. Tombada pelo patrimônio municipal, estadual e federal, a Ponte Hercílio Luz foi totalmente interditada em 1991, por problemas estruturais (Matos, 2003). Após longo período de reforma, foi reaberta ao tráfego de veículos e pedestres em 30 de dezembro de 2019.

inauguração da iluminação pública no Centro, enfatizando que Florianópolis/SC ficara atrás de cidades como Joinville/SC, Blumenau/SC e Itajaí/SC na disponibilização do serviço. Energia elétrica e água encanada eram, para o jornal, “dois consideráveis melhoramentos [...] indispensáveis ao bem-estar do público e que tão poderosamente contribuem para elevar o mérito de uma capital” (Luz [...], 1910, p. 1).

Naquele início de século, Florianópolis/SC começava a caminhar na direção de uma modernização desejada, principalmente, pelas elites. Assim como o resto do país, a sociedade florianopolitana fundou-se no trabalho escravo e, após a abolição em 1888, foi necessária uma radical transformação para que o setor produtivo se ajustasse ao trabalho livre, condição essencial para o processo de industrialização. Os setores econômicos mais associados ao meio urbano começaram a se desenvolver, e a produção rural foi, lentamente, sendo substituída pelo crescimento do setor de serviços. Nas crescentes comunidades dos morros do entorno do núcleo central da cidade residia um contingente imenso de meninos “desfavorecidos da fortuna”, que eram o público preferencial da EAA – uma parcela da população até então deixada à margem da sociedade, sem acesso à educação básica e a qualquer tipo de capacitação para o trabalho. A formação dos meninos nas áreas de atuação da EAA tencionava, além de suprir a necessidade de mão de obra qualificada, oferecer aos filhos das famílias empobrecidas a oportunidade de aprender um ofício e “adquirir hábitos de trabalho profícuo”, afastando-se da “ociosidade ignorante”, como escrito nos considerandos do Decreto n. 7.666/1909 (Lückman, 2022).

## A PRIMEIRA SEDE

Entre a criação oficial da EAA pelo decreto de setembro de 1909 e o início efetivo do funcionamento, um ano depois, muito trabalho de estruturação precisou ser feito. Os registros históricos dão conta de que o prédio da Rua Almirante Alvim, na chamada Chácara Paranhos, Bairro Mato Grosso, foi doado pelo governo do estado para a instalação da EAA – não há, contudo, informações públicas disponíveis que indiquem a origem do imóvel nem quando foi construído. O arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho, que atuou no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e é especialista em restauro de monumentos históricos, ressalta que as características ecléticas do casarão indicam

que ele tenha sido construído com finalidade residencial. “Pelas características, é possível dizer que se trata de uma casa mais antiga, que foi adaptada quando veio o ecletismo. E provavelmente tinha finalidade residencial”, sugere. “Na época, os órgãos públicos ficavam no centro, no entorno da praça XV. Nada que não fosse residencial poderia estar no Mato Grosso naquele momento”, afirma o arquiteto.<sup>9</sup>



**Figura 2.** Sala de aula do curso primário na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, em 1910

Nota: À frente da turma, aparece a professora Clélia Nunes Pires Caldeira.

Fonte: Acervo do IFSC.

O relatório enviado em dezembro de 1910 pelo diretor da EAA, José Cândido da Silva, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – órgão federal ao qual as Escolas de Aprendizes Artífices estavam vinculadas em sua origem<sup>10</sup> – presta contas e descreve as

<sup>9</sup> Entrevista concedida pelo arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho pela plataforma Google Meet em 2 de julho de 2024.

<sup>10</sup> As Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde em 1930, com a criação do órgão no início do governo provisório de Getúlio Vargas (Wollinger, 2016).



providências tomadas para o início do funcionamento da Escola: reforma e adequação do espaço físico, aquisição de mobiliário e equipamentos, contratação de professores e de pessoal técnico, disponibilização de uniformes para os estudantes, entre outras. O relatório informa a matrícula de 100 alunos na Instituição, naquele final de ano: 28 no curso de Ferraria, 17 no de Encadernação, 25 no de Carpintaria e 20 no de Tipografia. Outros seis haviam se matriculado no curso de Escultura, que, no entanto, teve a oferta suspensa por falta de professor. Esses alunos frequentaram, então, apenas o curso primário e as aulas de desenho, que eram ofertados a todos os estudantes. Os outros quatro estudantes evadiram: dois jamais compareceram às aulas e outros dois mudaram de endereço, segundo o relatório (Silva, 1910).<sup>11</sup>

A permanência dos estudantes nos cursos da EAA naquele início de atividades era de quatro anos, em regime de externato. De acordo com Almeida (2010), os alunos dos cursos profissionais que não comprovassem certificado de exame final expedido por uma escola da rede pública frequentavam, além da formação profissional, o ensino primário. O relatório de 1911 faz o balanço das matrículas do primeiro ano completo de atividades da Instituição e evidencia a situação precária do público atendido: dos 130 matriculados, 93 eram analfabetos; 18 sabiam ler e escrever; 11 conheciam o alfabeto; e apenas oito dominavam assuntos gramaticais, de geografia e de aritmética. Entre março e setembro de 1911, a evasão foi de 45 alunos – destes, 25 abandonaram a Escola a pedido dos próprios pais ou tutores, por razões não esclarecidas no relatório (Silva, 1911).

Logo nos primeiros anos de funcionamento, a estrutura física da Escola precisou passar por reparos e dava sinais de que não comportaria as atividades por muito tempo. Em 1911 e 1913, a direção da Instituição mandou construir novos galpões que passaram a abrigar as oficinas, desafogando o restante do imóvel principal para as aulas e atividades administrativas. Apesar dos esforços, os registros históricos mostram que, em 1919, as condições de funcionamento do prédio não eram boas, e isso trazia preocupação às autoridades. De acordo com Almeida (2010), o fortalecimento da indústria têxtil no país e a participação de Santa

---

<sup>11</sup> O documento de 13 páginas foi composto e impresso na própria oficina de tipografia da Escola de Aprendizes Artífices.

Catarina nesse mercado, entre outros fatores, favoreceu a atenção do governo para as Escolas de Aprendizes Artífices, que precisavam, de maneira geral, de melhores condições de funcionamento para a formação da mão de obra necessária aos diversos setores industriais.

## A SEGUNDA SEDE

Em janeiro de 1920 ocorreu a primeira mudança de endereço da EAA, novamente para um prédio cedido pelo governo do estado, na mesma região do centro de Florianópolis/SC, no antigo Bairro Mato Grosso. “A ampliação da estrutura foi a forma encontrada para a Escola se atualizar diante da nova realidade educacional e continuar oferecendo uma alternativa de formação de mão de obra para jovens de classe média e classe média baixa” (Menezes, 2001).



**Figura 3.** Segunda sede da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, na Rua Almirante Alvim, esquina com Rua Presidente Coutinho, Bairro Mato Grosso, Florianópolis/SC

Fonte: Acervo do IFSC.

A edificação na Rua Almirante Alvim, esquina com Presidente Coutinho, havia sido propriedade de Antônio Pereira da Silva e Oliveira (1848-1938), que foi deputado estadual e deputado federal, além de ter

assumido, em alguns períodos, o cargo de governador de Santa Catarina como interino (Memória Política de Santa Catarina, 2022). De acordo com o arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho, a edificação havia sido absorvida pelo governo do estado por questões jurídicas – algo bastante comum, segundo ele, após o desfecho da Revolução Federalista. Isso viabilizou a transferência da estrutura para a EAA.<sup>12</sup>

Estima-se que a edificação de estilo eclético tenha sido construída entre 1870 e 1890. A área total do imóvel – também uma chácara, como as muitas que havia, na época, no Bairro Mato Grosso – era de 5.759 metros quadrados, o que viabilizou a construção de outros três volumes prediais para a instalação da EAA. O projeto do engenheiro civil gaúcho João Lüderitz (1883-1953) foi executado pelo arquiteto Theodoro Gründel – profissional a que são atribuídas várias obras importantes no início do século XX, como a reforma da Catedral Metropolitana de Florianópolis em 1922 (Menezes, 2001; Laner, 2007).

O novo prédio foi inaugurado oficialmente em 15 de novembro de 1922, contando com espaço físico ampliado e adequado às atividades de sala de aula e às oficinas, que receberam maquinário apropriado: mecânica, carpintaria, tipografia/encadernação e alfaiataria. Como escreve Almeida (2010), na década de 1920 a EAA oferecia um curso primário e um curso de desenho, ambos feitos em dois anos e seguidos de um curso de adaptação, correspondente ao terceiro ano, que oferecia disciplinas de cultura geral e proporcionava um “rodízio técnico” nas oficinas, visando ao desenvolvimento das aptidões profissionais dos estudantes. Depois desse percurso, o aluno partia para os cursos profissionais propriamente ditos, com duração de três anos.

### **1937 A 1968: LICEU INDUSTRIAL E ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS**

O grande casarão da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina permaneceu em atividade durante a vigência de duas outras naturezas institucionais do atual IFSC. Em 1937, a Lei n. 378 reorganizou a estrutura do então Ministério da Educação e da Saúde

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida pelo arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho pela plataforma Google Meet em 2 de julho de 2024.

Pública, prevendo, no artigo 37, que as Escolas de Aprendizes Artífices de todo o país fossem transformadas em Liceus destinados ao ensino profissional “de todos os ramos e graus”. De acordo com Almeida (2010), a transformação das Escolas em Liceus foi uma estratégia para o fortalecimento do ensino industrial em todo o território brasileiro, numa época em que o processo de industrialização crescente continuava a exigir a formação de mão de obra especializada. “Para atender tal objetivo, as verbas destinadas aos Liceus eram bem maiores do que as das Escolas de Aprendizes Artífices” (Almeida, 2010, p. 42). No Liceu Industrial de Santa Catarina foram ofertados os cursos de Mecânica de Máquinas, Fundição, Tipografia e Encadernação, Cerâmica, Carpintaria, Marcenaria, Serralheria e Alfaiataria. O quadro de disciplinas ministradas foi reformulado e qualificado, com ênfase em áreas como Aritmética, Álgebra, Física, Química, Trigonometria e Tecnologia (Almeida, 2010).

Apenas cinco anos depois, outra reformulação legal levou a uma nova nomenclatura: com a edição do Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, o Liceu Industrial passou a se chamar Escola Industrial de Florianópolis. A nova legislação estabelecia as bases de organização e de regime do ensino industrial no Brasil, voltado, prioritariamente, à formação profissional dos trabalhadores da indústria. Além de Santa Catarina, também passaram a ter Escolas Industriais os estados de Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Já os estados do Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo passaram a ter Escolas Técnicas (Almeida, 2010).

Na Escola Industrial passaram a ser ofertados cursos industriais básicos, com duração de quatro anos, e cursos de mestria – ambos correspondentes ao primeiro ciclo de formação, como previsto na Lei Orgânica do Ensino Industrial. Outra mudança importante desse período foi a Instituição do exame vestibular como forma de ingresso a partir de 1942. Os cursos industriais básicos correspondiam a praticamente os mesmos que já havia no Liceu Industrial: Cerâmica, Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Fundição, Mecânica de Máquinas,

Carpintaria e Tipografia/Encadernação. Já os cursos de mestria, ministrados até 1953, tinham duração de dois anos e eram voltados a pessoas formadas em cursos industriais. A legislação previa também a possibilidade de um segundo ciclo de cursos, no qual estavam incluídos os cursos técnicos. Esse tipo de oferta, no entanto, só virou realidade na Escola Industrial de Florianópolis em 1962 (Brasil, 1937; Almeida, 2010).

Foi um marco do período da Escola Industrial o início do ingresso de estudantes do sexo feminino nos cursos tradicionalmente ocupados por alunos do sexo masculino. Almeida (2010) registra que no vestibular de 1950 houve, pela primeira vez, a inscrição de candidatas, com a aprovação de nove delas para os cursos de Alfaiataria e de Tipografia e Encadernação. Contudo, o índice de desistência entre essas estudantes era alto. Apenas em 1955 a estudante Amélia dos Reis Ouriques concluiu a quarta série do curso industrial de Alfaiataria, tornando-se a primeira mulher a se formar na Instituição.

## NOVA MUDANÇA

A Escola Industrial de Florianópolis funcionou no complexo de prédios da Rua Almirante Alvim até 1962, quando toda sua estrutura foi transferida para o imóvel construído na Avenida Mauro Ramos, uma das principais ligações do núcleo central da cidade com a Praia de Fora – região que atualmente é uma das mais valorizadas da cidade, em nada lembrando as antigas chácaras do início do século XX. O processo para a transição teve início em 1946, quando o governo federal desapropriou uma série de imóveis contíguos na ainda precária avenida, com a finalidade de construir novas instalações da Escola Industrial. As obras prolongaram-se por toda a década de 1950. Em março de 1962, a gestão da Escola licitou a compra de mobiliário e equipamentos até que, em agosto do mesmo ano, as atividades das aulas de Cultura Geral passaram a ser desenvolvidas no novo prédio. A estrutura administrativa e as oficinas permaneceram no prédio da Rua Almirante Alvim até o final daquele ano, quando os maquinários e móveis também foram transportados para a nova sede (Almeida, 2010).



**Figura 4.** Aula do curso de Eletrotécnica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, na década de 1980

Fonte: Acervo do IFSC.

No imóvel da Avenida Mauro Ramos, situado muito perto das duas edificações antes ocupadas pela Instituição desde a fundação como Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Industrial passou por outras mudanças de institucionalidade: virou Escola Industrial Federal de Santa Catarina, em 1965; Escola Técnica Federal de Santa Catarina, em 1968; Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet/SC), em 2002, e, finalmente, Instituto Federal de Santa Catarina, em 2008. Atualmente, a estrutura da Avenida Mauro Ramos, inaugurada em 1962, é sede do IFSC/Câmpus Florianópolis.

## PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

As edificações históricas que abrigaram inicialmente a Escola de Aprendizes Artífices até que se tornasse Escola Industrial continuam funcionais e integradas à vida urbana de Florianópolis/SC. Porém, apenas o grande complexo da Rua Almirante Alvim tem proteção legal.

Embora vários imóveis antigos da região do antigo Bairro Mato Grosso tenham sido tombados como patrimônio histórico e artístico municipal em 1986, a antiga casa original da EAA, na atual Rua Victor Konder, ficou fora do decreto de tombamento. De acordo com a arquiteta e urbanista Betina Adams,<sup>13</sup> que atuou na Gerência do Serviço do Patrimônio Histórico

<sup>13</sup> Entrevista concedida pela arquiteta e urbanista Betina Adams por meio da plataforma WhatsApp em 5 de julho de 2024.

Artístico e Natural do município até 2016, o imóvel já tinha sido descaracterizado de sua tipologia original quando o Decreto n. 270/1986 protegeu dez conjuntos urbanos da área central da cidade. Após a mudança da EAA para as novas instalações, o local abrigou a primeira faculdade de Serviço Social de Santa Catarina – que, nos anos 1980, foi incorporada à UFSC. Atualmente, o imóvel é sede de uma instituição beneficente.

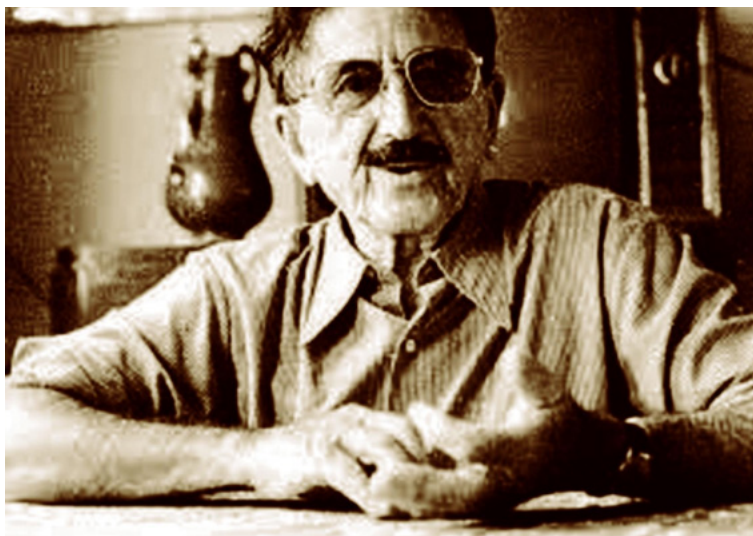
Já o complexo da Rua Almirante Alvim, construído no século XIX e ampliado a partir de 1920 com a finalidade de abrigar a EAA, foi tombado pela Prefeitura em 1986. Após a desocupação da EAA, em 1963 o imóvel recebeu a Faculdade de Ciências Econômicas, mais tarde transferida para o câmpus da UFSC no Bairro Trindade. O prédio sediou, depois, o Colégio de Aplicação da UFSC, a Prefeitura de Florianópolis, o Polo do Vestuário e o Banco do Empreendedor. A partir de 2001, o imóvel passou por um minucioso trabalho de restauração e tornou-se sede da Agência Catarinense de Fomento (Badesc) (Menezes, 2001).

## ATUAÇÃO DO FOLCLORISTA FRANKLIN CASCAES NA ESCOLA INDUSTRIAL

Um dos ex-alunos e ex-servidores mais célebres de toda a história do IFSC, desde a criação em 1909, é, sem dúvida, o folclorista Franklin Joaquim Cascaes (1908-1983). No entanto, sua fama como artista plástico e pesquisador da cultura catarinense tende a eclipsar sua importante atuação como professor da antiga Escola Industrial de Florianópolis, assim como a influência, em seu trabalho, da formação que recebeu na Instituição.

Nascido em 1908 na Praia de Itaguaçu – na época pertencente ao município de São José, atualmente parte da área continental de Florianópolis –, Cascaes foi um pesquisador do folclore catarinense, preocupado em retratar seu entorno perante os desafios da modernidade. Seus trabalhos registram alegorias como as bruxas da Ilha de Santa Catarina, animais e criaturas mitológicas em desenhos, pinturas e esculturas – acervo valioso hoje pertencente ao Museu de Antropologia da UFSC. Falecido há 40 anos, ele ainda é um dos artistas locais mais reverenciados da cidade, com diversas homenagens em logradouros, instituições de ensino e espaços públicos.





**Figura 5.** Franklin Joaquim Cascaes, aclamado folclorista e artista plástico catarinense

Nota: Foi estudante e professor na antiga Escola Industrial de Florianópolis. Seus escritos deixaram registrada a importância da formação que recebeu na Escola para o aprimoramento técnico de seu trabalho artístico.

Fonte: Acervo do IFSC.

É pouco conhecida a relação forte que Franklin Cascaes teve com o que hoje é o IFSC, especificamente o atual Câmpus Florianópolis. O próprio artista contava essa história em um de seus cadernos: enquanto modelava uma figura de Cristo nas areias da Praia de Itaguaçu, em 1930, o jovem Franklin foi abordado pelo diretor da Escola Industrial, professor Cid Rocha Amaral. Impressionado com a escultura de areia, o diretor incentivou o rapaz, então com 22 anos, a ingressar na Instituição. Naquele mesmo ano, Franklin Cascaes começou a frequentar o curso noturno de Desenho, tendo aulas de cerâmica, modelagem e escultura com o professor Manoel Marin Portela, e de desenho com os professores Luiz Marque e Mario Guizi. A formação proporcionou a ele as bases técnicas para aprimorar seu trabalho artístico (Kuhn, 2020). Em seus escritos, o artista reflete:

quando estudei na Escola Industrial, estudava artes, meu professor era paulista, Manoel Marim Portela. Ele era professor de escultura e uma pessoa que gostava muito da tradição, e nos trabalhos ele falava, conversava muito, dialogava sobre aquilo, de modo que foi me abrindo o peito. E um dia prometi que, quando pudesse, ia recolher na ilha o que sobrava de todas aquelas tradições. E eu fiz isso mesmo. [...] É através da arte que o homem conhece muito melhor a sua cultura (Cascaes, 1981, p. 22 *apud* Kuhn, 2020, p. 56).



Quatro anos após ingressar como estudante na Escola Industrial, Franklin Cascaes foi admitido como professor coadjuvante de ensino do curso de Desenho. Em 1945, tornou-se professor efetivo da disciplina. Trabalhou na Instituição até 1970, quando foi aposentado compulsoriamente, na já denominada Escola Técnica Federal de Santa Catarina (Kuhn, 2020).

## **ETF/SC: REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA EM FLORIANÓPOLIS**

Com o país sob o regime da ditadura militar, instaurada em 1964 após o golpe que depôs João Goulart (1919-1976) da presidência da República, a Escola Industrial passou por outra transformação em 1968, quando se tornou Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF/SC) por meio da Portaria n. 331, do Ministério da Educação.

O período iniciado em 1964 foi marcado pela repressão política, pela censura e pela violação de direitos humanos, o que teve impacto significativo em diversas áreas da sociedade, inclusive na educação pública. O ano de 1968 é particularmente lembrado pela intensificação da repressão, referendada com a edição do Ato Institucional n. 5, instrumento que deu poderes extraordinários ao regime, como a suspensão de direitos civis e políticos, a cassação de mandatos eletivos e a intervenção em todos os níveis de governo. A época do AI-5 foi a mais sombria da ditadura, com prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos de opositores.

Precisamente no ano do golpe militar, 1964, tomou posse como diretor da então Escola Industrial o professor Frederico Guilherme Büendgens, que ficaria na função até o final do período da ditadura, em 1985. Era Büendgens, portanto, o dirigente máximo da Instituição na época de transição para Escola Técnica Federal. De acordo com Almeida (2010), a escola passava por um período de crise desde o início dos anos 1960, e a nova institucionalidade possibilitou ações voltadas à recuperação administrativa e didático-pedagógica.

Apesar do clima político e social conturbado no país e em Santa Catarina, a ETF/SC organizou-se internamente e passou a ofertar cursos técnicos em nível de segundo grau (equivalente ao atual ensino médio), consolidando-se na comunidade catarinense como referência de ensino profissional público de qualidade. Em 1969 foi extinto o curso ginásial (equivalente aos últimos anos do ensino fundamental), e a ênfase passou a ser o segundo grau com formação profissional. Outras ações foram efetivadas, como a instalação de laboratórios, a elaboração de organograma

administrativo, a implantação de novos cursos, a criação do Boletim de Serviço para dar transparência aos atos administrativos, a reformulação dos currículos e programas de ensino, a implementação dos estágios e a construção do ginásio de esportes (Almeida, 2010).

Em 1985, último ano da gestão Büendgens, a ETF/SC tinha seis cursos técnicos regulares em nível de segundo grau: Agrimensura, Mecânica, Edificações, Eletrotécnica, Estradas e Saneamento. Almeida (2010) observa, contudo, que a partir do final da década de 1970 instalou-se um “certo comodismo administrativo” na gestão da Instituição:

Recursos financeiros já não tão generosos, crescente descontentamento da comunidade escolar para com a situação política do Brasil e as quase duas décadas de gestão foram os principais responsáveis por essa acomodação. Em decorrência, foram-se perdendo espaços importantes e deixando de conquistar outros de relevante significado para o desenvolvimento da Escola (Almeida, 2010, p. 106).

## O CASO MARCOS CARDOSO FILHO

Estudante de Engenharia Elétrica na UFSC, Marcos Cardoso Filho tinha 23 anos de idade e estava prestes a se graduar como engenheiro quando começou a atuar como professor no curso de Eletrotécnica da ETF/SC, em 1973. Aprovado por concurso homologado pelo conselho de representantes da Instituição, foi encarregado de lecionar as disciplinas de Eletrotécnica e Medidas Elétricas. Relatos de quem convivia com ele na época descrevem um professor dedicado, estudioso, generoso e próximo dos estudantes, que tinham grande estima pelo mestre. Em 1975, passou a atuar, também, como professor na Universidade Federal de Santa Catarina (IFSC, 2014a).

A trajetória de Marcos na educação foi interrompida com seu desaparecimento súbito em 4 de novembro de 1975: ele foi um dos 42 presos políticos detidos pela chamada Operação Barriga Verde,<sup>14</sup> deflagrada pelo governo militar para coibir as atividades de reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – das quais, efetivamente, o professor participava.

---

**14** A Operação Barriga Verde prendeu 42 pessoas em Santa Catarina, todas com incursão no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional então em vigor, que considerava crime atuar na organização de partidos políticos ou em associações dissolvidos por disposição legal ou decisão judicial. O PCB havia sido fundado no Brasil em 1922 e teve o registro cancelado em 1948. Após longo período de clandestinidade, o partido voltou à legalidade em 1984 (IFSC, 2014a).

Relato detalhado da prisão – escrito à mão pelo próprio Marcos e divulgado, na época, por meio da Anistia Internacional – conta que ele foi capturado sem explicações e conduzido à 5ª Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba/PR, onde foi submetido a interrogatórios e torturas (IFSC, 2014a).



**Figura 6.** Marcos Cardoso Filho em foto de 1981

Fonte: Foto de Loutival Bento | Acervo do IFSC.

Estudantes da época recordam que Marcos não compareceu para dar as aulas naquela terça-feira, quando teria atividades na Escola das 15 às 18h, e depois foi substituído por outro professor, sem que maiores explicações fossem dadas. Meses mais tarde, em setembro de 1976, os alunos reencontraram o professor numa situação inusitada – que, mais de 40 anos depois, reverberava na memória de muitos deles como um “julgamento” realizado nas dependências da própria Escola, no local onde ainda hoje está situado o auditório do Câmpus Florianópolis (IFSC, 2014a).

Em novembro de 2013, a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright,<sup>15</sup> de Santa Catarina, encaminhou ofício à Reitoria do IFSC, solicitando que fossem apurados os fatos em torno do possível “julgamento” de Marcos Cardoso Filho na ETF/SC. Após rigoroso trabalho de pesquisa em fontes testemunhais, documentais, jornalísticas e bibliográficas – que incluiu consulta aos 12 volumes (e mais de 3.600 páginas)

---

**15** A Comissão foi instituída pela Lei n. 16.183, de 5 de dezembro de 2013, com o objetivo de examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (Santa Catarina, 2014).

do processo da Operação Barriga Verde no arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília/DF –, o grupo de trabalho responsável por elucidar os fatos confirmou que houve um ato da Justiça Militar no auditório da antiga ETF/SC, que teve o objetivo de analisar os pedidos de relaxamento de prisão de 26 indiciados nessa operação. Como a sede do Conselho da Justiça Militar da 5ª Região ficava em Curitiba/PR, optou-se por realizar a audiência em Florianópolis/SC, evitando a necessidade de deslocamento de grande número de réus. A indicação do auditório da ETF/SC foi feita pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina. A audiência ocorreu nos dias 21 e 22 de setembro de 1976 e, de fato, várias turmas de estudantes – muitos deles, ex-alunos de Marcos – foram conduzidas ao auditório para acompanhar o ato, deparando-se com o professor algemado no banco dos réus (IFSC, 2014a).

Dos 26 presos que tiveram os pedidos de relaxamento de prisão preventiva analisados na ocasião, sete não receberam o direito de responder ao processo em liberdade. Marcos Cardoso Filho foi um deles. Em 1977, depois de dois anos sob custódia, ele conseguiu a liberdade provisória. O julgamento dos 42 indiciados na Operação Barriga Verde ocorreu em 9 e 10 de fevereiro de 1978 e isentou de culpa 26 dos acusados. Os demais foram condenados a penas entre dois e quatro anos de reclusão. Marcos recebeu a pena de três anos. Concedida a liberdade condicional, em abril de 1978, ele voltou às atividades docentes apenas na UFSC, já que, na ETF/SC, seu contrato de trabalho havia sido encerrado unilateralmente em setembro de 1978, por justa causa. Os registros documentais levantados levam à conclusão, encaminhada à Comissão da Verdade, de que o desligamento do professor ocorreu por motivação política (IFSC, 2014a).



**Figura 7.** Recorte do jornal *O Estado*, de Florianópolis/SC, publicado em 22 de setembro de 1976, com notícia e foto da audiência da Justiça Militar no auditório da Escola Técnica Federal  
Fonte: Acervo do IFSC.

Trazer à luz a história de Marcos Cardoso Filho foi um acontecimento que gerou comoção dentro do IFSC. Paralelamente à elaboração do relatório entregue à Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, a equipe responsável pela pesquisa produziu um videodocumentário<sup>16</sup> sobre o professor, no intuito de ampliar o alcance da história de Marcos em uma época em que comissões da verdade levantavam casos de violações dos direitos humanos em todo o país. O lançamento ocorreu em 22 de setembro de 2014, no auditório da Reitoria, desde então chamado de Auditório Professor Marcos Cardoso Filho. Na ocasião, amigos e familiares do professor prestaram homenagens e testemunharam as desculpas formais em razão da omissão institucional e da demissão (IFSC, 2014b).

Marcos Cardoso Filho morreu em 22 de dezembro de 1983, aos 33 anos, em um acidente náutico na localidade da Costa da Lagoa, em Florianópolis/SC. O acidente vitimou também seu único filho, Daniel, de 4 anos, a companheira, uma irmã e dois sobrinhos (IFSC, 2014a).

## **A ABERTURA DEMOCRÁTICA E A TRANSIÇÃO PARA O CEFET**

Depois de 20 anos de ditadura militar, a sociedade brasileira mobilizava-se pelo restabelecimento do Estado democrático, com a campanha pelas Diretas Já tomando conta do país. Equivalente institucional ocorreu na ETF/SC, onde professores, técnicos administrativos e estudantes passaram a defender a escolha dos gestores de forma direta, por meio do voto, enfrentando a resistência do diretor Frederico Guilherme Büendgens, que ocupava a cadeira desde 1964 (Almeida, 2010).

Em dezembro de 1985, a Associação dos Servidores da ETF/SC decidiu formalizar a reivindicação de escolha direta do novo diretor – processo que, como relata Almeida (2010), levou a um clima de confronto e chegou a mobilizar parlamentares catarinenses como mediadores. Após uma trégua durante as férias de verão, em março de 1986 as discussões retornaram, e, no dia 21, foi aprovada a proposta de resolução sobre a

---

<sup>16</sup> Para acessar o vídeo, ver IFSC (2014c).

consulta à comunidade escolar para a escolha do novo diretor. Em 4 de abril, a consulta foi realizada e chegou a uma lista tríplice enviada ao Ministério da Educação (MEC), que referendou, para a função, o nome do professor Alfeu Hermenegildo, candidato mais votado entre os docentes (Almeida, 2010).

No período de oito anos da gestão de Alfeu Hermenegildo ocorreram mudanças importantes na ETF/SC. Foram implantadas as duas primeiras Unidades de Ensino Descentralizadas da Instituição (Uneds), nas cidades de São José/SC, vizinha a Florianópolis/SC (1988), e de Jaraguá do Sul/SC, no norte de Santa Catarina (1994). Essas duas Uneds foram os embriões, respectivamente, dos atuais câmpus São José e Jaraguá do Sul do IFSC. Além disso, esse período também viu a implementação do primeiro curso técnico pós-médio – o de Segurança do Trabalho, na unidade de São José, ofertado a partir de 1990 (Moraes, 2016).

A ETF/SC alcançou sua maturidade política, didático-pedagógica e administrativa a partir da reabertura democrática com as gestões de Alfeu Hermenegildo, Soni de Carvalho (a partir de 1994) e Juarez Pontes (a partir de 1999). Almeida (2010, p. 111) registra que se tratava de uma democracia “muito frágil, impregnada de ranços autoritários de um passado recente, mas que, com o passar do tempo, foi se aprimorando e consolidando”. Criaram-se nesse período os conselhos e colegiados, o que permitiu a participação de representantes da comunidade nos processos decisórios.

Outro marco importante desse período foi a eleição da primeira servidora mulher para a direção-geral da Instituição: Soni de Carvalho, professora de História, em 1994, mesmo ano em que surgiu o projeto de transformação das Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). De acordo com Moraes (2016), a proposta de mudança teve o apoio dos professores, em especial dos mais jovens, que vislumbravam uma carreira mais promissora com a oferta de cursos superiores. O processo de “cefetização” ocorreu com uma ampla discussão interna capitaneada pela gestão da professora Soni de Carvalho para a elaboração de um planejamento estratégico situacional: “um processo democrático de discussão e avaliação criteriosa de toda a estrutura administrativa, técnico-pedagógica, física e de recursos humanos em funcionamento” (Almeida, 2010, p. 123). O planejamento levou à

construção do Plano Político-Pedagógico, que fazia um rigoroso diagnóstico da Instituição e projetava a implementação de novas ações para a modernização e transformação da ETF/SC em Cefet.

Podemos afirmar que o Plano Político Pedagógico foi um marco de organização e avanço institucional, sem similar, em toda a história da Instituição que hoje conhecemos por Instituto Federal de Santa Catarina. Concluído em 1996, contou, no transcorrer de seu processo de construção, com a realização de vários eventos de apoio: três congressos, três seminários e encontros, oito palestras de informação e formação, oito apresentações dirigidas à comunidade escolar, inúmeras pesquisas e reuniões (Almeida, 2010, p. 123).

## 2002: A TRANSFORMAÇÃO EM CEFET

Todas as Escolas Técnicas Federais brasileiras foram, a princípio, transformadas automaticamente em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) com a publicação da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Porém, o dispositivo condicionava a implantação efetiva à publicação de decreto presidencial específico para cada centro, o que fez a direção da então ETF/SC desencadear o processo de diagnóstico e projeto para a criação do Cefet em Santa Catarina, encaminhado para o MEC em 23 de dezembro de 1997 (Almeida, 2010).

Na época, o relacionamento entre a gestão local da Escola e o MEC era conflituoso, em função da Reforma da Educação Profissional que, por meio do Decreto n. 2.208/1997, provocou uma grande crise de identidade com a imposição do fim da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, restringindo a atuação das instituições a cursos técnicos subsequentes ou concomitantes. O argumento era de que os cursos técnicos integrados favoreciam uma elitização do ensino técnico – o que, como analisa Moraes (2016), não era uma análise totalmente errada, mas que havia sido apresentada de maneira extremamente simplista e, sobretudo, sem amplo debate com as instituições envolvidas. O Decreto n. 2.208/1997 também previa que novas Escolas Técnicas só poderiam ser abertas em parceria com estados, municípios e setor produtivo, o que contribuiu para as críticas ao dispositivo legal.

Após idas e vindas do projeto de “cefetização” para Brasília/DF, nesse contexto político conturbado, o decreto de criação do Cefet/SC



foi finalmente publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 27 de março de 2002. Com isso, a Instituição passou a ter entre seus objetivos a oferta de cursos de qualificação profissional, ensino superior na área de tecnologia e educação continuada, além de cursos técnicos, ensino médio e pesquisa aplicada. Em 2002, tiveram início as primeiras ofertas de cursos superiores de tecnologia; em 2004, começaram as ofertas de cursos de educação de jovens e adultos; em 2006, consolidaram-se os cursos a distância, com a adesão da Instituição ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), inicialmente, e depois ao sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) (Almeida, 2010). Em 2004 houve a revogação do Decreto n. 2.208/1997, o que favoreceu as condições para o início da expansão das instituições da Rede (IFSC, 2024).



**Figura 8.** Vista panorâmica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet/SC), em foto da década de 1990

Fonte: Acervo do IFSC.

## EXPANSÃO

O plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) teve sua primeira fase lançada pelo governo federal em 2005, o que favoreceu a ampliação da atuação do Cefet/SC para outros municípios. A Instituição já estava presente em Florianópolis/SC e nas Uneds de São José/SC e de Jaraguá do Sul/SC. Com a primeira fase da expansão, foram criadas as unidades Continente (em Florianópolis/SC), Joinville/SC (norte do estado), Chapecó/SC



(oeste) e Araranguá/SC (sul). A atuação em outras cidades se consolidou a partir da transformação em Instituto Federal em 2008.

## 2008: INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

A institucionalidade de Cefet durou apenas seis anos: em março de 2008 tiveram início as discussões internas em torno de argumentos favoráveis e contrários à transformação em Instituto Federal. A consulta à comunidade escolar, em 7 de março, envolveu 667 servidores e 2.426 estudantes, com a maioria opinando favoravelmente à transformação. Na prática, a medida possibilitaria uma importante ampliação de atuação, com a oferta de cursos superiores para além dos de tecnologia – bacharelados e licenciaturas, além de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. A nova configuração também favoreceria o acesso a fontes de financiamento de pesquisa e extensão (Almeida, 2010).

A efetivação da transformação em IF ocorreu com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O modelo pedagógico passou a favorecer a possibilidade de que o estudante cursasse desde o ensino médio até o profissional ou superior, além de formação inicial e continuada, na mesma instituição de ensino superior, como destacou o primeiro relatório de gestão do IFSC em 2009. A nova institucionalidade exigiu também adequações administrativas, com a estruturação de reitoria, pró-reitorias e câmpus, além da reelaboração de documentos orientadores, como o Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFSC, 2009).

Após a transformação em Instituto Federal, em 2008, as unidades assumiram o status de câmpus – Florianópolis, Jaraguá do Sul, São José, Chapecó, Florianópolis-Continente, Joinville e Araranguá. A expansão teve sequência com a criação: em 2010, dos câmpus Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages, São Miguel do Oeste e Xanxerê; em 2011, do Câmpus Caçador; em 2013, dos câmpus Garopaba, Jaraguá do Sul – Rau, Palhoça Bilíngue, São Carlos, Urupema e Tubarão; em 2015, do Câmpus São Lourenço do Oeste – este, um câmpus avançado vinculado ao Câmpus São Miguel do Oeste. A sede própria da Reitoria foi inaugurada em área contígua ao Câmpus Florianópolis-Continente, no Bairro Coqueiros, em 2011. Atualmente, em 2024, está em andamento a implementação do 23º câmpus do IFSC na cidade de Tijucas/SC, litoral norte de Santa Catarina, bem como a transformação do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste em câmpus autônomo (IFSC, 2024).



**Figura 9.** Distribuição geográfica dos câmpus do IFSC no estado de Santa Catarina  
Fonte: Acervo do IFSC.

## ANOS RECENTES: PANDEMIA E CRISE INSTITUCIONAL

A segunda década do século XXI foi um marco mundial com o impacto da pandemia de covid-19, que deixou consequências nos mais variados âmbitos. No IFSC não foi diferente. Apesar das incertezas e dificuldades iniciais (Lin, 2020), a Instituição lançou uma série de medidas para garantir a segurança da comunidade acadêmica, atender às normativas sanitárias locais e contribuir para a circulação de informação qualificada, clara e confiável sobre a então desconhecida doença, que paralisou o mundo.

Em março de 2020, todas as atividades da Instituição passaram a ser feitas de forma on-line, tanto administrativas quanto acadêmicas. Isso forçou estudantes, professores e técnicos administrativos em educação a aprenderem novos jeitos de trabalhar e de estudar, com uso, principalmente, de ferramentas de mediação tecnológica. Entraram em cena as atividades não presenciais (ANPs), que exigiram capacitação e adequação de docentes e alunos. A Política de Segurança Sanitária (PSS), elaborada coletivamente sob coordenação de um comitê técnico-científico, serviu para definir as normas de segurança institucionais e balizar a retomada gradual e segura das atividades presenciais, conforme a situação de risco de contágio em cada cidade (IFSC, 2022). Para contribuir no combate à desinformação, criou-se um canal de comunicação institucional voltado para os públicos interno e externo. O *IFSC Verifica* abordou semanalmente assuntos relacionados à pandemia, valorizando as fontes institucionais para a divulgação de conteúdo informativo com

embasamento científico, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e trazendo as discussões mais relevantes sobre a doença de forma qualificada (Lückman; Algeri, 2024).

Dentro da crise global que exigiu adaptações internas, surgiu outra crise institucional grave. A chapa eleita pela comunidade acadêmica (IFSC, 2019) para assumir a gestão do IFSC a partir de abril de 2020, liderada pelo professor Maurício Gariba Júnior, titular do Departamento Acadêmico de Eletrônica do IFSC/Câmpus Florianópolis, foi impedida de tomar posse em função de um processo administrativo disciplinar (PAD) movido contra o próprio Gariba e outros dois servidores – Andréa Andujar e Aloísio Silva Júnior, indicados da chapa, respectivamente, como diretora-executiva e pró-reitor de Administração. O processo de posse, que estava em andamento no MEC, foi sobrestado. Com isso, o Ministério nomeou como reitor *pro tempore* o professor André Dala Possa, que havia ficado em segundo lugar nas eleições de dezembro de 2019 (Lückman, 2021).

Apesar das tentativas do MEC de justificar a decisão, a gestão *pro tempore* foi sentida por grande parte da comunidade acadêmica como intervenção – dado que, na época, o governo conservador de Jair Messias Bolsonaro estava no poder e já havia impedido a posse de outros reitores eleitos democraticamente em instituições federais, nomeando, para os cargos, outras pessoas (Ohana, 2020).

Em junho de 2021, a Corregedoria-Geral da União (CGU) arquivou, por falta de provas, o PAD contra os integrantes da chapa eleita (Lückman, 2021). Isso abriu caminho para a nomeação de Gariba pelo MEC, em 10 de agosto de 2021 – após 478 dias de espera, como o próprio reitor enfatizou na época (Silva, 2021; Lückman; Perine, 2021). Um evento híbrido no auditório do Câmpus Florianópolis marcou internamente a posse da nova gestão, em 1º de outubro de 2021 (Lückman; Algeri, 2021). Além dos desafios impostos pela pandemia e seus desdobramentos, a nova gestão precisou equalizar as dificuldades decorrentes dos cortes orçamentários, que comprometeram o funcionamento de todas as instituições federais de ensino a partir, principalmente, de 2015. A mobilização junto aos demais reitores, em especial por meio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), foi essencial para articular a recomposição gradual do orçamento a partir de 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com 115 anos de história, o IFSC pode ser considerado uma instituição vital para o desenvolvimento social e econômico do estado e do país. Ao longo de sua atuação, desde o início do século XX, sempre teve a oferta de educação de qualidade, inclusão social e formação profissional como eixo de atuação. Sua presença em todo o estado tem sido um agente transformador, não só pela capacitação técnica mas também pelo estímulo à inovação, à pesquisa e ao empreendedorismo.

Como instituição de referência na educação profissional, o IFSC já alcançou a marca de melhor Instituto Federal do país por seis vezes (IFSC, 2023) no Índice Geral de Cursos (IGC), que avalia a qualidade de cursos superiores (graduação e pós-graduação). Também já recebeu dezenas de premiações que reconhecem a qualidade do trabalho desenvolvido pela Instituição, em áreas como inovação (Algeri, 2020; Menin, 2023), sustentabilidade (Gonçalves, 2020), desenvolvimento sustentável (Gonçalves, 2019) e organização de eventos científicos (IFSC, 2017).

Essa qualidade se reflete diretamente na formação dos estudantes, que desenvolvem projetos para além da sala de aula, reconhecidos mundialmente e premiados em olimpíadas do conhecimento – Física, Matemática, História, Astronomia, Agropecuária, entre outras –, e se destacam com a criação de empresas juniores, projetos de pesquisa, equipes de robótica e jogos estudantis. Isso é reflexo da formação integral promovida por uma instituição que, com mais de 100 anos de história, tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde está inserida.

## REFERÊNCIAS

ALGERI, C. *IFSC recebe bronze em premiação internacional de excelência universitária*. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/2086289/ifsc-recebe-bronze-em-premia%C3%A7%C3%A3o-internacional-de-excel%C3%Aancia-universit%C3%A1ria%29](https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/2086289/ifsc-recebe-bronze-em-premia%C3%A7%C3%A3o-internacional-de-excel%C3%Aancia-universit%C3%A1ria%29). Acesso em: 30 jul. 2024.

ALMEIDA, A. V. *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2010.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. *Folha do Comércio*, Florianópolis, n. 256, 1910.

GONÇALVES, B. *Câmpus Gaspar vence prêmio A3P 2020 de melhores práticas de sustentabilidade*. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), 2020. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/noticias/w/campus-gaspar-vence-premio-a3p-2020-de-melhores-praticas-de-sustentabilidade>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GONÇALVES, B. *Projeto do IFSC ganha prêmio ODS SC*. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), 2019. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/noticias/w/projeto-do-ifsc-ganha-premio-ods-sc>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estatísticas do Século XX: populacionais, sociais, políticas e culturais*. Rio de Janeiro: IBGE, c2024. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

IFSC. *Relatório de Gestão 2009*. Florianópolis: IFSC, 2009. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/185204/relatorio\\_gestaoIFSC+2009.pdf/ff2a508c-60a5-6bbe-d158-837402b1a3d6](https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/185204/relatorio_gestaoIFSC+2009.pdf/ff2a508c-60a5-6bbe-d158-837402b1a3d6). Acesso em: 28 jul. 2024.

IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina). *De professor a réu: Marcos Cardoso Filho e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina*. Relatório institucional elaborado por solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright para elucidar fatos relacionados ao professor Marcos Cardoso Filho. Florianópolis: IFSC, 2014a. Disponível em: [https://linkdigital.ifsc.edu.br/files/De-professor-a-r%C3%A9u\\_Marcos-Cardoso-Filho-e-a-ETFSC\\_Relatorio\\_Setembro2014.pdf](https://linkdigital.ifsc.edu.br/files/De-professor-a-r%C3%A9u_Marcos-Cardoso-Filho-e-a-ETFSC_Relatorio_Setembro2014.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

IFSC. *Lançamento de documentário lota auditório da Reitoria*. Florianópolis: IFSC, 2014b. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2014/09/23/lançamento-de-documentario-lota-auditorio-da-reitoria/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

IFSC. *História recontada*: professor Marcos Cardoso Filho e a ditadura na Escola Técnica. YouTube, 22 set. 2014c. 1 vídeo, 23min29s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd\\_NHjI](https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjI). Acesso em: 26 jul. 2024.

IFSC. *Evento organizado pelo IFSC é premiado em Florianópolis*. Florianópolis: IFSC, 2017. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/noticias/w/evento-organizado-pelo-ifsc-e-premiado-em-florianopol-1>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IFSC. *Maurício Gariba Júnior é eleito novo reitor do IFSC*. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/1810227/maur%C3%ADcio-gariba-j%C3%BAnior-%C3%A9-eleito-novo-reitor-do-ifsc](https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/1810227/maur%C3%ADcio-gariba-j%C3%BAnior-%C3%A9-eleito-novo-reitor-do-ifsc). Acesso em: 28 jul. 2024.

IFSC. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. Florianópolis: IFSC, 2020. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/pdi\\_ifsc\\_2020\\_2024\\_v3](https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/pdi_ifsc_2020_2024_v3). Acesso em: 30 jul. 2024.

IFSC. *Resolução Consup n. 67, de 30 de novembro de 2022*. Aprova a Política de Segurança Sanitária do Instituto Federal de Santa Catarina para a Covid-19 e revoga a Resolução Consup n. 29/2022. Florianópolis: IFSC, 2022. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/20181/9623231/PSS\\_novembro22.pdf/f744b4ab3-cf7e-4807-bda7-f229a3162911](https://www.ifsc.edu.br/documents/20181/9623231/PSS_novembro22.pdf/f744b4ab3-cf7e-4807-bda7-f229a3162911). Acesso em: 28 jul. 2024.

IFSC. *IFSC é o melhor Instituto Federal do País pela sexta vez*. Florianópolis: IFSC, 2023. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/noticias/w/ifsc-e-o-melhor-instituto-federal-do-pais-pela-sexta-vez>. Acesso em: 30 jul. 2024.

KUHN, T. T. *Franklin Cascaes e a disciplina de Desenho na Escola Industrial de Florianópolis*. 2020. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

LANER, M. R. E. *Catedral Metropolitana de Florianópolis*: retrospectiva histórica das intervenções arquitetônicas. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LIN, M. *Impactos do coronavírus chegam ao IFSC*. Florianópolis: IFSC, 2020. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/1864000/impactos-do-coronav%C3%A-Drus-chegam-ao-ifsc](https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/1864000/impactos-do-coronav%C3%A-Drus-chegam-ao-ifsc). Acesso em: 29 jul. 2024.

LÜCKMAN, A. P. *CGU arquiva processo administrativo contra reitor eleito do IFSC*. Florianópolis: IFSC, 2021. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/2276866/cgu-arquiva-processo-administrativo-contra-reitor-eleito-do-ifsc](https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/2276866/cgu-arquiva-processo-administrativo-contra-reitor-eleito-do-ifsc). Acesso em: 29 jul. 2024.

LÜCKMAN, A. P. IFSC: catarinense, centenário e alinhado com seu tempo. *Revista Fapesc: Ciência, Tecnologia e Inovação em Santa Catarina*, Florianópolis, 2022.

LÜCKMAN, A. P.; ALGERI, C. *Evento on-line marca posse do reitor Gariba e 112 anos do IFSC*. Florianópolis: IFSC, 2021. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/noticias/w/evento-on-line-marca-posse-do-reitor-gariba-e-112-anos-do-ifsc>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LÜCKMAN, A. P.; ALGERI, C. IFSC Verifica: como organizar um canal de comunicação científica para o público externo. In: LEMOS, C. (org.). *Comunicação pública, cidadania e informação: debates do II Congresso Brasileiro de Comunicação Pública*. São Paulo: Tikibooks; ABCPública, 2024. p. 287-298.

LÜCKMAN, A. P.; PERINE, G. *Reitor do IFSC fala sobre prioridades da gestão e desafios da pandemia*. Florianópolis: IFSC, 2021. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/2534636/reitor-do-ifsc-fala-sobre-prioridades-da-gestao-e-desafios-da-pandemia](https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/2534636/reitor-do-ifsc-fala-sobre-prioridades-da-gestao-e-desafios-da-pandemia). Acesso em: 29 jul. 2024.

LUZ elétrica. Inauguração. *Folha do Comércio*, Florianópolis, n. 274, 1910.

MATOS, T. (ed.). *Alicerces da memória: 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Tempo Editorial, 2003.

MENEZES, A. C. *Memórias de um patrimônio: edifícios históricos do Badesc*. Florianópolis: Badesc, 2001.

MENIN, R. *Câmpus SLO conquista Prêmio Inovação Catarinense*. Florianópolis: IFSC, 2023. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/en/web/noticias/w/campus-slo-conquista-premio-inovacao-catarinense>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MORAES, G. H. *Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/21409>. Acesso em: 25 jul. 2024.

OHANA, V. “Intervenção”: Reitores impedidos de tomar posse publicam carta de protesto. *Carta Capital*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.carta-capital.com.br/educacao/intervencao-reitores-impedidos-de-tomar-posse-publicam-carta-de-protesto/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. *Chacina em Anhatomirim*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1996.



OLIVEIRA, M. *Ponte Hercílio Luz: tragédia anunciada*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTA CATARINA. *Relatório final – março de 2013 a dezembro de 2014*. Florianópolis, SC: Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/389fa27327d13645e1c7627cdf1c232a.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, F. *Nomeação de Maurício Gariba Júnior como reitor é publicada no Diário Oficial da União*. Florianópolis: IFSC, 2021. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/2421008/nomea%C3%A7%C3%A3o-de-maur%C3%ADcio-gariba-j%C3%BAnior-como-reitor-%C3%A9-publicada-no-di%C3%A1rio-oficial-da-uni%C3%A3o](https://www.ifsc.edu.br/en/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/2421008/nomea%C3%A7%C3%A3o-de-maur%C3%ADcio-gariba-j%C3%BAnior-como-reitor-%C3%A9-publicada-no-di%C3%A1rio-oficial-da-uni%C3%A3o). Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA, J. C. *Relatório da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina*. Florianópolis: Oficina da Escola de Aprendizizes Artífices, 1910.

SILVA, J. C. *Relatório da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina*. Florianópolis: Oficina da Escola de Aprendizizes Artífices, 1911.

VEIGA, E. V. (org.). *A casa de chácara da Rua Bocaiúva: histórias da Praia de Fora*. Florianópolis: MPSC, 2019.

VIEIRA FILHO, D.; NIZZOLA, L. J. *As freguesias luso-brasileiras na região da Grande Florianópolis: dossiê de tombamento*. Florianópolis: Iphan, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Freguesias%20-%20Resumo%20Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

WOLLINGER, P. R. *Educação em tecnologia no ensino fundamental: uma abordagem epistemológica*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/21328>. Acesso em: 1 jul. 2024.



06





07



08



09



10



11





12



13

## DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Documento de matrícula de estudante da primeira turma da oficina de Mecânica da Escola de Aprendizizes Artífices | Fonte: Acervo do IFSC.
- 02 Prédio da Escola de Aprendizizes Artífices de 1910 a 1920 | Fonte: Acervo de Paulo Roberto da S. Gil/Acervo do IFSC.
- 03 Prédio da Escola de Aprendizizes Artífices a partir de 1920 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 04 Notícia da inauguração da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina em 1910 | Fonte: Ana Paula Lückman/Acervo do IFSC.
- 05 Alunos da Escola Industrial de Florianópolis em aula de Educação Física em 1947 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 06 Oficina de Alfaiaataria na Escola Industrial de Florianópolis em 1955 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 07 Vista panorâmica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet/SC) no início dos anos 2000 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 08 Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de São José nos anos 1980 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 09 Webconferência do curso de pós-graduação em Formação de Formadores, ofertado em parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF) em 2014 e 2015 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 10 Maquete dos prédios projetados para os câmpus do IFSC da Expansão II, inaugurados a partir de 2010 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 11 Audiência pública sobre a implantação de câmpus do IFSC em Tijucas/SC em maio de 2024 | Fonte: Ana Paula Lückman/Acervo do IFSC.
- 12 II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado pelo IFSC em 2012 | Fonte: Acervo do IFSC.
- 13 Projeto apresentado na Feira de Inovação da 9ª edição do Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (Sepei) do IFSC em Joinville em 2023 | Fonte: Maurílio Quadros da Rosa/Acervo do IFSC.



# ORIGEM HISTÓRICA E EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

WILSON LEMOS JUNIOR<sup>1</sup>

VANESSA CAUÊ KRUGEL<sup>2</sup>

CARLA HAMEL WOJCIK GARCIA<sup>3</sup>

EDILSON APARECIDO CHAVES<sup>4</sup>

Conforme estabelecido pela Lei n. 11.982/2008, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, subordinada ao Ministério da Educação (MEC). A Rede seria constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e de Minas Gerais (Cefet/MG), pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

---

**1** Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, atua como professor do Instituto Federal do Paraná/Câmpus Curitiba. Pesquisa sobre a história do IFPR e sobre a história e políticas da Educação Profissional e do ensino de Música no Brasil. E-mail: [wilson.lemos@ifpr.edu.br](mailto:wilson.lemos@ifpr.edu.br).

**2** Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo IFPR. Pesquisa sobre a história do IFPR e sobre a história e políticas da Educação Profissional no Brasil. E-mail: [vanessacaue@msn.com](mailto:vanessacaue@msn.com).

**3** Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal do Paraná, atua como professora do IFPR/Câmpus Curitiba. Pesquisa sobre a história e políticas da Educação Profissional e sobre a área de Jogos digitais. E-mail: [carla.garcia@ifpr.edu.br](mailto:carla.garcia@ifpr.edu.br).

**4** Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, atua como professor do IFPR/Câmpus Curitiba. Pesquisa sobre ensino de História, arquivos e livros didáticos. E-mail: [edilson.chaves@ifpr.edu.br](mailto:edilson.chaves@ifpr.edu.br).

Ainda de acordo com a normativa, a Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Paraná (UFPR) seria transformada em Instituto Federal do Paraná (Brasil, 2008). Isso se deveu ao fato de que, diferentemente do que ocorreu na maioria dos estados brasileiros, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet/PR) não se transformou em Instituto Federal, já que havia sido transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pela Lei n. 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Apesar de a criação da Rede Federal no ano de 2008 ser um marco para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET/UFPR) já ofertava cursos técnicos voltados ao ensino comercial desde a década de 1930, quando ainda funcionava como Colégio Progresso. Porém, historicamente a Escola remonta a 1869, ano em que imigrantes alemães residentes da cidade de Curitiba/PR criaram a Deutsche Schule (nome traduzido livremente como Escola Alemã).

O presente artigo objetiva analisar a experiência institucional do IFPR no que tange à sua origem, à história e à expansão, abordando como recorte temporal desde a criação da Deutsche Schule em 1869 até o período de concepção e expansão do IFPR, ocorrido a partir de 2008. Metodologicamente, destacam-se as contribuições do historiador E. P. Thompson (1981), que defende a importância da experiência na pesquisa histórica, uma vez que, mesmo originada espontaneamente do ser social, a experiência surge pela ação de diferentes homens e mulheres, refletindo o que acontece a eles e ao mundo ao seu redor. Sendo assim, a história local revela uma experiência própria, que, mesmo submetida ao sistema vigente, tem uma forma particular de se desenvolver e de se relacionar ao contexto nacional. Ainda assim, relacionar a história do IFPR e das instituições que lhe deram origem aos principais marcos legais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil faz-se necessário pois, de acordo com Saviani (2013), a educação deve ser organizada nacionalmente pelo fato de o Brasil ser um país federativo, porém sem esquecer da análise da identidade/experiência particular de cada instituição. Com isso:

não é metodologicamente apropriado encarar o local e o nacional como oposições excludentes. As investigações sobre as formas específicas que a educação assume em nível local são necessárias não apenas para conhecermos essas manifestações particulares. Na verdade, elas são uma exigência também para o conhecimento efetivo, isto é, para a compreensão concreta da educação em âmbito nacional (Saviani, 2013, p. 31).

Além das legislações, utilizaram-se como fontes relatórios e atas pertencentes ao Centro de Memória do IFPR.<sup>5</sup> Também foram consultados o sítio eletrônico e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR e de seus câmpus. Como referencial teórico, recorreu-se às pesquisas que abordam a história do IFPR e das instituições que o originaram, como Souza (2012) e Zanatta *et al.* (2019), além das pesquisas vinculadas ao grupo de pesquisa História e Política da Educação Profissional no Paraná, certificado pelo IFPR e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), como Krugel (2020), Lemos Junior e Krugel (2022) e Krugel e Lemos Junior (2023). A esses textos somam-se contribuições de autores como: Manfredi (2002), Wachovicz (2006), Moura (2007), Pacheco (2010), Santos (2011), Kreutz (2011) e Gaidargi (2018).

O artigo está dividido em duas partes. A primeira aborda a origem do IFPR, ou seja, a história das instituições que originaram a Instituição, a exemplo da Deutsche Schule/Colégio Progresso, uma escola particular formada por uma comunidade evangélica de imigrantes alemães criada no ano de 1869, que, após 1942, passou a funcionar como um anexo da Faculdade de Direito do Paraná. A segunda parte trata do período de criação e expansão do IFPR por meio da Lei n. 11.892/2008.

## **AS ORIGENS DO IFPR: DA DEUTSCHE SCHULE À ESCOLA TÉCNICA DA UFPR (1869-2008)**

O processo imigratório no Brasil iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX. A primeira colônia de alemães estabeleceu-se no Paraná

---

<sup>5</sup> O Centro de Memória do IFPR é um projeto de pesquisa pertencente ao *Câmpus* Curitiba que desenvolve pesquisas sobre a história e políticas do Instituto. Além disso, o projeto aloca e organiza parte do acervo histórico da Instituição. O documento mais antigo é datado de 1936, segundo o qual a Instituição funcionava como Colégio Progresso. Para maiores informações: <http://centrodememoriaifpr.com/>.

em 1829, em Rio Negro. Posteriormente, nas décadas de 1830 e 1840, muitos desses imigrantes, em razão das dificuldades de adaptação, especificamente por estarem habituados às atividades urbanas, como o comércio e a pequena indústria, transferiram-se para as proximidades de Curitiba/PR (Oliveira, 2021). Boa parte deles não considerava as escolas brasileiras como adaptadas e adequadas para a formação de seus filhos.

Os imigrantes alemães vieram de regiões com acentuada tradição escolar. Não encontrando escolas públicas na região de imigração, uniram-se para a construção de escolas étnicas, manutenção do professor e produção de material didático. A estrutura física dos núcleos rurais favorecia a união de 80 ou mais famílias em torno de uma estrutura comunitária básica, na qual a escola vinha em primeira instância (Kreutz, 2011, p. 355).

Surgiram, assim, muitas escolas de imigrantes. Entre elas, foi criada a Deutsche Schule (ou Escola Alemã, como ficou popularmente conhecida) na cidade de Curitiba/PR, em 1869, pela comunidade luterana alemã. Essa escola ofertava o ensino primário, com duração de oito anos, integralmente ministrado em língua alemã.

Segundo Fugmann (2010), a Prefeitura de Curitiba/PR doou o terreno para a Escola no ano de 1891, o que proporcionou um crescimento da Instituição no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em 1893, a Escola Alemã mantinha 349 estudantes matriculados, divididos em seis turmas, número que foi crescendo nas décadas seguintes. Em 1914, a Escola alterou o nome para Colégio Progresso, apesar de continuar popularmente conhecida como Escola Alemã. No ano de 1917, as escolas alemãs tiveram suas atividades paralisadas no Brasil, devido à declaração de guerra do Brasil à Alemanha no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em Curitiba/PR, o Colégio Progresso chegou a ser invadido e depredado pela população local entre os dias 28 e 30 de outubro de 1917. Ao fim da Primeira Guerra Mundial, em outubro de 1919, o Colégio Progresso reabriu com 102 crianças matriculadas, chegando a superar 400 matrículas em 1925 (Fugmann, 2010) e 500 matrículas na década de 1930 (Souza, 2012).

A partir de 1930, o processo de industrialização no Brasil se expandiu, colocando o país entre as maiores economias do mundo, e logo foram



implantadas políticas educacionais específicas para atender a esse crescimento industrial (Santos, 2011). Porém, não foi só o curso industrial que se alavancou à época; a expansão do ensino comercial foi impulsionada pelo desenvolvimento da economia brasileira, uma vez que o processo de urbanização ocasionou uma necessidade de produção de mercadorias em larga escala em razão do surgimento de empresas de grande porte. Essas empresas demandavam profissionais habilitados no ensino comercial, até para facilitar os processos de importação e exportação (Gaidargi, 2018).

Os cursos técnicos da área de comércio foram organizados pelo Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que, além de regulamentar a profissão do contador, havia estabelecido que o ensino comercial seria formado pelo “curso propedêutico e pelos cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio” (Brasil, 1931).

De acordo com os relatórios do Colégio Progresso, os registros mais antigos sobre a oferta de cursos de comércio na Instituição remetem a 1936, quando teve início o primeiro ano do curso de Perito Contador. Porém, segundo jornais da época, o Colégio já ofertava cursos comerciais desde o ano de 1926 (Rodrigues, 2023). Já em 1936 foram ofertados os cursos Propedêutico, Auxiliar de Comércio, Perito Contador e Guarda-Livros. Para ingresso no curso de Perito Contador, exigia-se a conclusão da 5ª série do curso secundário ou do curso propedêutico, um atestado de idoneidade moral, um de sanidade, um de identidade, além da aprovação no exame de admissão.

Segundo Gaidargi (2018, p. 57), a expansão do ensino comercial ocorreu especialmente pela iniciativa privada, o que fez com que o Estado garantisse uma uniformidade entre os cursos, “além de uma forma eficaz de fiscalizá-los, a fim de que houvesse realmente uma equivalência entre os conteúdos oferecidos e o saber adquirido pelos estudantes ao final destes cursos”.

A ênfase dada à influência dos imigrantes, ainda que eles não tenham sido os únicos responsáveis por esta mudança de olhar sobre a educação profissional, se dá porque estes chegam ao Brasil com um pensamento diferente do que seria a educação para o trabalho, e o grande amálgama de culturas proporcionada pela imigração de tantos países diferentes culmina neste novo pensamento (Gaidargi, 2018, p. 54).

Já no período ditatorial, conhecido como Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas procurou expandir ainda mais o ensino técnico, incorporando-o à Constituição de 1937, primeira a mencionar o ensino profissional em seu texto como um dever do Estado, porém destinado às classes menos favorecidas (Brasil, 1937). Tratava-se da legitimação por parte do Estado Novo da separação entre trabalho manual e intelectual. Ou seja, de um lado, havia uma educação profissional, destinada a estudantes provenientes das classes menos favorecidas financeiramente e, de outro, o curso secundário, de caráter propedêutico, que preparava o estudante das classes mais abastadas para o ingresso no ensino superior (Manfredi, 2002).

Foi também durante o período do Estado Novo que uma forte política de nacionalização acarretou um cerceamento de diversas atividades desenvolvidas pelos imigrantes, o que refletiu na atuação dos alemães na cidade de Curitiba/PR. Em 18 de abril de 1938, por exemplo, entrou em vigor no Brasil o Decreto-Lei n. 383, que previa uma série de proibições aos imigrantes, tais como:

Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem (Brasil, 1938).

Ainda em 1938 houve a extinção das escolas estrangeiras por meio do Decreto Federal n. 406, de 4 de maio de 1938, que estabelecia que o ensino no território nacional deveria ser ministrado em português e que professores e diretores fossem brasileiros. Em 1938, em uma reunião que contou com a presença de militares, ficou decidido que o Colégio passaria a se chamar Sociedade do Colégio Progresso, com a justificativa de atribuir-lhe um caráter educativo de acordo com a legislação em vigor. A fiscalização a que foi submetido o Colégio Progresso pode ser verificada nos relatórios de inspeção, a partir do ano de 1938 (Souza, 2012).

Athaides (2011) relata que os alemães foram colocados sob constante vigilância, sendo alguns fichados como perigosos. Alguns professores do Colégio Progresso foram exonerados, sob alegação de serem partidários nazistas. Em meio a um período turbulento, a Sociedade Colégio Progresso alterou novamente o nome, passando a se chamar Academia Comercial Progresso a partir de 1940 (Colégio Progresso, 1940).

No ano de 1942, ocorreu uma intervenção estatal nas instituições alemãs, o que incluiu o confisco dos bens de várias entidades. As diretorias ficaram proibidas de praticar atos de gestão relacionados às sociedades e seu patrimônio. A Academia Comercial Progresso foi transferida após a compra realizada pela Faculdade de Direito do Paraná. Com isso, alterou seu nome para Academia de Comércio, anexa à Faculdade de Direito do Paraná (Faculdade de Direito do Paraná, 1942). Foi também em 1942 que o ministro Gustavo Capanema iniciou a criação de uma série de leis orgânicas relacionadas à educação. Em 30 de janeiro de 1942, foi sancionada a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

No ano seguinte, foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Comercial, o Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que determinava dois tipos de estabelecimentos destinados ao ensino comercial: as Escolas Comerciais, designadas a ministrar o curso comercial básico, e as Escolas Técnicas de Comércio, com a atribuição de ministrar um ou mais cursos comerciais técnicos, além do básico (Brasil, 1943). Com isso, a partir do ano de 1944, já é possível notar nos relatórios de inspeção a alteração no nome da Instituição, que passou a se chamar Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná (Lemos Junior; Krugel, 2022).

De acordo com Wachowicz (2006), com a Lei n. 1.254/1950, a Universidade foi federalizada, tornando-se a Universidade Federal do Paraná e adotando a sigla UFPR na década de 1960. A Escola Técnica de Comércio não alterou seu funcionamento com a federalização, mantendo a cobrança de mensalidades e não transformando os servidores em funcionários públicos. A Escola Técnica de Comércio foi incluída no regimento da Faculdade de Direito em 16 de dezembro de 1957, aprovado pelo Conselho Universitário em 1958 (Lemos Junior; Krugel, 2022).

Em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943, o curso técnico de Contabilidade da Escola Técnica de Comércio da UFPR teve início no ano de 1945. Essa mesma lei assegurava ao egresso do curso comercial técnico a possibilidade de ingressar no ensino superior, desde que a matrícula ocorresse em curso diretamente relacionado com o curso comercial técnico cursado. Somente após a publicação da Lei n. 1.821/1953, posteriormente incorporada pela Lei n. 4024/1961, foi permitido ao egresso de qualquer curso técnico de nível secundário se matricular no ensino superior (Brasil, 1961).

No dia 22 de janeiro de 1974, o Conselho Superior da UFPR aprovou a integração da Escola Técnica de Comércio ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas, o que fez com que a Escola passasse a se chamar Escola Técnica de Comércio. Ainda em 1979, ela passou a fazer parte do sistema federal de ensino. A partir de 1983, a escola sofreu diversas auditorias por parte dos órgãos educacionais. Diante disso, o Setor de Ciências Sociais Aplicadas, responsável pela Instituição desde 1974, procurou se eximir da responsabilidade institucional não incluindo em seu regimento a sua vinculação ao setor, sob a justificava de que, historicamente, a Escola sempre fora vinculada à Faculdade de Direito, na época sob responsabilidade do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR (Lemos Junior; Krugel, 2022).

Essas questões internas acabaram por afetar o funcionamento da Escola. Na dissertação *Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR e sua expansão de cursos (1988-2000)*, de autoria de Vanessa Cauê Krugel, foram entrevistados cinco professores que fizeram parte da história da Instituição. Segundo o relato do professor de Química Gilson de Lima Moraes, no ano de 1985 ocorreu um dia em que professores e estudantes da Escola Técnica de Comércio foram proibidos de ingressar no Prédio Central da UFPR, local em que ocorriam as aulas. Com isso, os professores decidiram realizar as aulas na escadaria do Prédio Central, o que trouxe uma repercussão para o caso e evitou que essa proibição se repetisse. Em 1986, os professores realizaram uma reunião com o então reitor da UFPR, Riad Salamuni. Nessa reunião, eles expuseram as dificuldades da Escola e dos seus servidores. O resultado foi um maior investimento e visibilidade da Instituição dentro da UFPR, além da efetivação dos servidores da Escola Técnica de Comércio (Krugel, 2020).

Pela Resolução do Conselho Universitário da UFPR (COUN) n. 21/1991, a Escola Técnica de Comércio passou a se chamar Escola Técnica da UFPR (ET/UFPR), tornando-se um órgão suplementar da Universidade, ou seja, passando a atender demandas específicas da Instituição e aumentando a gama de cursos ofertados. Como exemplo, o curso técnico em Enfermagem foi criado para atender à demanda de profissionais para atuar no Hospital de Clínicas da UFPR. O mesmo ocorreu com o curso de Técnico em Prótese Dentária, que atuava em prol do atendimento comunitário realizado pelos estudantes do curso de Odontologia.

Durante a década de 1990, foram ofertados cursos das mais variadas áreas, incluindo o ensino médio regular, chamado de educação geral, em 1998. Os cursos criados a partir da década de 1990 são apresentados no Quadro 1, adaptado da dissertação de Krugel (2020), que compilou as informações a partir de relatórios da UFPR entre os anos de 1993 e 2000.

QUADRO 1

**Cursos técnicos de nível médio ofertados na Escola Técnica na década de 1990**

| Curso                                    | Modo      | Início | Duração          | Turno               | Vagas |
|------------------------------------------|-----------|--------|------------------|---------------------|-------|
| <b>Enfermagem</b>                        | Integrado | 1991   | 4 anos           | Vespertino          | 10    |
| <b>Processamento de Dados</b>            | Integrado | 1991   | 3 anos           | Vespertino/Noturno  | 40    |
| <b>Higiene Dental</b>                    | Integrado | 1991   | 3 anos           | Vespertino          | 15    |
| <b>Prótese Odontológica</b>              | Pós-médio | 1991   | 2 anos           | Vespertino          | 20    |
| <b>Transações Imobiliárias</b>           | Pós-médio | 1994   | 2 anos           | Noturno             | 40    |
| <b>Enfermagem Especial</b>               | Pós-médio | 1994   | 2 anos e 6 meses | Matutino            | 30    |
| <b>Higiene Dental Especial</b>           | Pós-médio | 1994   | 2 anos           | Vespertino          | 25    |
| <b>Contabilidade Especial</b>            | Pós-médio | 1996   | 2 anos           | Noturno             | 40    |
| <b>Administração</b>                     | Pós-médio | 1997   | 2 anos           | Noturno             | 40    |
| <b>Técnico em Seguros</b>                | Pós-médio | 1997   | 1 ano e 8 meses  | Noturno             | 80    |
| <b>Educação Geral</b>                    | -         | 1998   | 3 anos           | Matutino/Vespertino | 160   |
| <b>Atendente de Consultório Dentário</b> | Integrado | 1998   | 3 anos           | Matutino            | 80    |
| <b>Radiologia</b>                        | Pós-médio | 1998   | 1 ano e 8 meses  | Noturno             | 30    |
| <b>Massoterapia</b>                      | Pós-médio | 1998   | 2 anos           | Noturno             | 80    |
| <b>Processamento de Dados Especial</b>   | Pós-médio | 1998   | 2 anos           | Vespertino          | 50    |
| <b>Informática</b>                       | Integrado | 1999   | 2 anos           | Vespertino          | 25    |
| <b>Secretariado</b>                      | Pós-médio | 2000   | 2 anos           | Noturno             | 30    |
| <b>Formação Socorrista</b>               | Pós-médio | 2000   | 8 meses          | Noturno             | 40    |
| <b>Terapia Floral</b>                    | Pós-médio | 2000   | 1 ano            | Noturno             | 40    |
| <b>Conservação e Restauração</b>         | Pós-médio | 2000   | 1 ano            | Noturno             | 25    |
| <b>Formação de Ator</b>                  | Pós-médio | 2000   | 2 anos           | Noturno             | 30    |
| <b>Informática Especial</b>              | Pós-médio | 2000   | 2 anos           | Noturno             | 25    |

Fonte: Adaptado de Krugel (2020).

Em 1993, a ET/UFPR se mudou para a sua nova sede, o complexo Riad Salamuni, em homenagem ao ex-reitor da UFPR. No ano de 1997, a Escola deixou de ser um órgão suplementar. No mesmo ano também foi promulgado o Decreto n. 2.208/1997, que proibiu a integração da educação profissional ao ensino médio, fazendo com que ele retornasse ao caráter propedêutico, privilegiando a preparação para o ensino superior, enquanto a educação profissional deveria ser ofertada de forma subsequente (pós-médio) ou concomitante (no qual o estudante poderia realizar o ensino médio concomitantemente à educação profissional). Em 2004, o Decreto n. 5.154/2004 revogou o Decreto n. 2.208/1997, permitindo a integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio (Moura, 2007).

Em 14 de novembro de 2007, a Superintendência de Comunicação Social da UFPR informou a adesão da ET/UFPR ao projeto dos Institutos Federais. A princípio, a nova instituição teria sete câmpus: Curitiba, Umuarama, Paranavaí, Telêmaco Borba, Paranaguá, Jacarezinho e Foz do Iguaçu (UFPR, 2007). No dia 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR se reuniu e decidiu pela adesão. O conselheiro Alípio Santos Leal Neto apresentou as informações a respeito das orientações idealizadas pelo MEC, garantindo que o patrimônio da ET/UFPR permaneceria vinculado aos cursos técnicos. O parecer favorável em prol da criação da nova instituição apresentado pelo conselheiro Mauro Lacerda Santos Filho foi aprovado por 30 votos a favor e 4 contrários (UFPR, 2008a).

Em 2008, a ET/UFPR tinha em seus quadros 2.087 estudantes matriculados, 15 técnicos administrativos em educação e 64 docentes, dos quais 45 efetivos em regime de dedicação exclusiva, 10 efetivos em regime de 20 horas semanais, além de 9 substitutos (IFPR, 2008).

De acordo com a ata da reunião do Conselho Universitário da UFPR, de 11 de dezembro de 2008, ainda houve preocupações quanto a possíveis prejuízos da UFPR em relação ao seu patrimônio, em especial a sua sede, o Complexo Riad Salamuni. Após a arguição de um dos conselheiros tranquilizando os participantes em relação aos possíveis prejuízos para a UFPR, o diretor da ET/UFPR, Alípio Santos Leal Neto, informou que, até o ano de 2009, a Escola e a nova instituição iriam coabitar no Riad Salamuni (UFPR, 2008b).

No dia 16 de dezembro de 2008, a proposta de a ET/UFPR se inscrever no Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia foi apresentada pela comissão mista de trabalho ao Conselho Universitário da UFPR, que, fundamentado em relatório consolidado pela comissão designada, resolveu que ficaria “garantida a opção dos atuais servidores docentes e técnicos administrativos em educação do Setor de Desenvolvimento da Educação Básica e Profissional para a movimentação à unidade Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná”, assim como foram estabelecidas as condições de compartilhamento entre as duas instituições (UFPR, 2008c). Alguns professores não tiveram interesse em sair da Universidade. Após o desmembramento, a ET/UFPR alterou seu nome para Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) no ano de 2009 e prosseguiu se dedicando à educação profissional (Lemos Junior; Krugel, 2022).

## IFPR: CRIAÇÃO E EXPANSÃO

Segundo Colombo, Paixão e Guindani (2019), inicialmente foram programadas três fases de implantação do IFPR. A primeira foi a própria criação do Instituto em 2008, quando a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná se desvinculou da UFPR, transformando-se em Câmpus Curitiba, e a criação dos câmpus de Foz do Iguaçu e Paranaguá. A segunda fase de expansão incluía a implantação de câmpus nos municípios de Telêmaco Borba/PR, Londrina/PR, Jacarezinho/PR, Paranavaí/PR e Umuarama/PR.

Entre a segunda e a terceira fase de expansão, houve a “Fase Dois e Meio”, nominada assim internamente. Isso ocorreu em razão da pressão política e da vontade dos responsáveis pelos câmpus de expandir por conta própria, com apoio de prefeituras e com emendas de parlamentares federais – mesmo sem a autorização –, mas também sem a proibição do MEC, que, após a implantação, acabou reconhecendo os câmpus de Assis Chateaubriand/PR, Campo Largo/PR, Irati/PR e Ivaiporã/PR. Nessa fase ocorreu a federalização de um centro universitário na cidade de Palmas/PR, que originou o câmpus do IFPR na cidade. No mesmo período, houve o início do funcionamento do Câmpus Cascavel, que ocorreu em uma escola municipal emprestada pelo município, com o



apoio do Câmpus Foz do Iguaçu. O Câmpus Cascavel possuía a autorização do MEC, que o incluiu formalmente na fase seguinte de expansão, o que ocorreu no dia 16 de agosto de 2012, com a anuência da então presidente Dilma Rousseff (Colombo; Paixão; Guindani, 2019).

Na terceira fase de expansão, o MEC definiu o número de sete novos câmpus para o estado do Paraná em conjunto com cada um dos Institutos. Foram contempladas as cidades de Cascavel/PR, União da Vitória/PR, Pitanga/PR, Jaguariaíva/PR, Capanema/PR, Colombo/PR e Pinhais/PR. Além destes, foram criados cinco Câmpus Avançados: em Coronel Vivida/PR, Barracão/PR, Quedas do Iguaçu/PR, Astorga/PR e Goioerê/PR (Colombo; Paixão; Guindani, 2019). Para fins didáticos, incluiu-se nesta fase de expansão o Câmpus Arapongas, não mencionado pelos autores anteriormente por ter sido criado em 2018. A segunda parte do artigo subdivide-se em quatro, cada uma abordando a história individual dos câmpus do IFPR dentro da fase de expansão no qual está situado.

## PRIMEIRA FASE DE EXPANSÃO

A primeira fase de expansão ocorreu em 2008, ano em que a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná se desvinculou da UFPR, transformando-se em Câmpus Curitiba. No mesmo ano ocorreu a criação dos câmpus Paranaguá e Foz do Iguaçu. A Reitoria do IFPR passou por diversas mudanças de liderança desde 2009, com várias transições devido a renúncias e novas eleições, culminando na eleição do professor Adriano Willian da Silva Viana Pereira, em 2023, para um mandato de quatro anos. As gestões anteriores enfrentaram desafios e mudanças de sede, marcando um período de adaptação e consolidação.

Após exercer mandato *pro tempore*, em um processo eleitoral específico realizado em 2009, o professor Alípio Santos Leal Neto foi nomeado o primeiro reitor do IFPR, iniciando a instalação provisória da nova Reitoria. No entanto, em 1º de janeiro de 2011, Alípio renunciou ao cargo para assumir a posição de Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná. Com a renúncia, o professor Luiz Gonzaga Alves de Araújo assumiu como Reitor em Exercício, em janeiro de 2011, e convocou o Conselho Superior do IFPR para uma reunião extraordinária, a fim de iniciar um novo processo eleitoral para a escolha do novo Reitor. Foi quando o professor Irineu Mario Colombo foi eleito e nomeado por

Decreto presidencial, publicado no *Diário Oficial da União (DOU)* no LII n. 113, em 14 de junho de 2011, para o mandato de 2011 a 2014. Entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, o professor Jesué Graciliano da Silva ocupou o cargo de Reitor *pro tempore*. Nessa época, a sede da Reitoria era provisória, localizada no edifício Aroeira, um prédio alugado no Bairro Tarumã.

Em 2015, um novo processo eleitoral foi judicializado, resultando na nomeação do professor Elio de Almeida Cordeiro como Reitor *pro tempore* até 2016. Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o professor Odacir Antônio Zanatta assumiu como Reitor *pro tempore* e foi eleito em 2019 para um mandato que se estendeu até 2023, totalizando 7 anos e 4 meses como reitor da Instituição. No dia 25 de novembro de 2019, a Reitoria iniciou a mudança para sua sede própria, na Vila das Oficinas.

Inicialmente situado na Rua Alcides Vieira Arcoverde, nas dependências da ET/UFPR, a maior parte do IFPR/Câmpus Curitiba foi realocada, em 2011, para a Rua Salgado Filho, no Bairro Guabirota (pertencente anteriormente a uma instituição de ensino privada) e, em 2013, os cursos dessa sede foram transferidos para a Rua João Negrão, no Bairro Rebouças, onde permanece até hoje. A necessidade de uma nova infraestrutura foi decorrente do crescimento exponencial do número de estudantes ao longo dos anos.

O Câmpus Curitiba possui características distintas em comparação a outros câmpus do Paraná. Originário da ET/UFPR, o IFPR começou oferecendo cursos provenientes da antiga instituição, mas, a partir de 2009, o Câmpus começou a desenvolver e adicionar seus próprios cursos ao currículo.

Em dezembro de 2009, o IFPR adquiriu um novo espaço de uma empresa de cimento. De acordo com a certidão de matrícula, o imóvel possuía uma área total de 2.219,90 metros quadrados e consistia em um edifício de dois andares, anteriormente utilizado por um centro universitário privado (Curitiba, 2010). Inicialmente, o espaço foi utilizado como sede da Reitoria. Em maio de 2011, o Câmpus Curitiba expandiu suas instalações ao adquirir um espaço adjacente a essa sede. O terreno, que ainda abrigava uma histórica fábrica de chá em funcionamento, possuía uma área de 6.936,00 metros quadrados (Curitiba, 2015). As

edificações no local incluíam escritórios, uma área de empacotamento de chimarrão, um engenho de beneficiamento de mate com uma área construída total de 1.130,18 metros quadrados, além de depósitos de expedição e chás, balanças, almoxarifados, refeitórios, vestiários e um cofre, contendo documentos diversos, de início não identificados, configurando-se como um espaço industrial.

Inicialmente, um aspecto importante passou despercebido: o bairro onde o IFPR adquiriu dois imóveis fazia parte de uma área historicamente industrial, marcada pelas construções do ciclo da erva-mate e pela industrialização de Curitiba e do Paraná. Esse contexto destacava a importância de preservar as edificações que representam a memória industrial da cidade.

Posteriormente, foi formada uma comissão de avaliação do Patrimônio Cultural, que apoiou o registro da antiga fábrica Matte Real, agora IFPR/Câmpus Curitiba, como patrimônio de preservação. Esse câmpus, em colaboração com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e a Fundação Cultural de Curitiba, desenvolveu um parecer técnico enfatizando a necessidade de preservar o patrimônio industrial do Bairro Rebouças, particularmente as estruturas relacionadas à fábrica de mate e seu engenho.

Finalmente, o IPPUC de Curitiba emitiu um parecer técnico recomendando a preservação das estruturas ao longo da Rua João Negrão e da Avenida Presidente Getúlio Vargas, local onde futuramente será instalada a nova biblioteca do Câmpus. O parecer também destacou a importância de manter o volume central das construções antigas, caracterizado pelo maquinário do engenho, preservando, assim, a paisagem histórica da região (IPPUC, 2015).

Com oito cursos de ensino médio técnico integrado, três cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), seis graduações, nove pós-graduações lato sensu, uma pós-graduação stricto sensu, catorze cursos técnicos subsequentes e treze cursos técnicos a distância, o Câmpus demonstra um compromisso sólido com a educação continuada.

A um pouco mais de uma hora de viagem de Curitiba/PR, situa-se o Câmpus de Paranaguá, uma cidade litorânea do estado do Paraná fundada em 1648, a mais antiga do estado. O IFPR/Câmpus Paranaguá foi o primeiro a entrar em funcionamento no estado, iniciando suas

atividades no segundo semestre de 2008. O processo de criação do Câmpus foi semelhante ao do Câmpus Curitiba no que diz respeito à origem. Na ata da reunião do Conselho Universitário da UFPR, mencionou-se a liberação de vagas para a ET/UFPR visando à implantação do IFET no Paraná. Assim, na cidade de Paranaguá/PR, nasceu uma nova unidade da ET/UFPR, que foi transformada em IFPR/Câmpus Paranaguá a partir da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O imóvel, localizado no Bairro Porto Seguro, foi posteriormente doado para constituir parte do Câmpus Paranaguá.

Os cursos oferecidos pelo Câmpus incluem Licenciatura em Física, que recebeu sua turma inaugural no primeiro semestre letivo de 2011, e a Licenciatura em Ciências Sociais, iniciada em 2012. Em 2011, foi ofertado o primeiro Curso Superior de Tecnologia em Manutenção Industrial, seguido pela Especialização em Gestão Ambiental ainda no mesmo ano. Em 2014, tiveram início as atividades do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Matemática Computacional. Em 2015, foi lançado o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em 2017, o Câmpus expandiu sua oferta com o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar com ênfase em Ciência, Tecnologia e Sociedade, oferecendo duas linhas de pesquisa: Sociedade, Ambiente e Educação e Desenvolvimento Tecnológico e Ciência e Inovação. Em 2018, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Atualmente, o Câmpus Paranaguá oferece quatro cursos de ensino médio integrado ao Técnico (Informática, Mecânica, Meio Ambiente e Produção Cultural), cinco cursos superiores (duas licenciaturas e três cursos superiores de tecnologia), uma especialização em Gestão Ambiental, um mestrado acadêmico interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade e diversos cursos FIC na modalidade Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Além disso, o Câmpus também atua como um polo de educação a distância (EaD), reforçando seu compromisso com a educação acessível e de qualidade para a comunidade local e regional (IFPR, 2022).

Na região oeste do Paraná, a criação do IFPR/Câmpus Foz do Iguaçu foi decretada em junho de 2008, antes mesmo da criação dos Institutos Federais. O câmpus foi inicialmente implantado como parte

do IFET/PR (Reidel *et al.*, 2019). A iniciativa foi promovida pela Itaipu Binacional, que buscava oferecer cursos técnicos alinhados com os temas do programa Cultivando Água Boa. Havia também o desejo de iniciar um diálogo para a implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica no estado do Paraná. O espaço físico destinado ao Câmpus foi doado pela Itaipu Binacional, onde outrora funcionava o antigo Floresta Clube, desativado em 2008, com uma área de 86.850,37 metros quadrados. O IFPR/Câmpus Foz do Iguaçu foi oficialmente instituído em 2010.

Os cursos oferecidos inicialmente pelo Câmpus foram o Curso Técnico em Aquicultura Subsequente ao Ensino Médio em 2009 e o Curso Técnico em Aquicultura na modalidade Proeja. Em 2010, foi implantado o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Em 2011, foram criados o Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio e dois Cursos Subsequentes ao Ensino Médio: o Técnico em Cozinha e o Técnico em Hidrologia. O Câmpus estabeleceu parceria com o Instituto Polo Iguassu, ofertando cursos FIC em atendimento ao programa Destinos de Excelência. Os cursos ofertados em 2011 foram os de Sommelier, Garçom Especializado, Churrasqueiro, Cozinheiro Polivalente, Commis, Mensageiro, Recepcionista Polivalente, Reparador Polivalente e Camareira ou Arrumador, atendendo à demanda do arranjo produtivo local (Reidel *et al.*, 2019).

Em 2014, o Câmpus lançou dois cursos superiores: Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Física. Em 2017 foram oferecidos dois novos cursos: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e Bacharelado em Engenharia de Aquicultura. Em 2018, teve início o Curso de Especialização Técnica de Ensino Médio em Gestão Gastronômica. O Técnico Subsequente em Aquicultura também começou em 2018 e, em 2020, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia.

Levando em conta que o Câmpus se encontra em uma região de fronteira e pensando em atender à população vizinha do Paraguai, foram estabelecidas 10% das vagas ofertadas nos cursos subsequentes para alunos residentes na fronteira por meio do programa Executivo Educacional, uma parceria entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Paraguai. O acordo foi firmado em

12 de abril de 2007 e teve como objetivo aprofundar a cooperação bilateral no campo da educação entre os dois países. Atualmente, o total das vagas ofertadas para alunos estrangeiros é destinado a candidatos oriundos da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai e da República da Argentina, totalizando quatro vagas para cada curso, disponibilizadas para os cursos técnicos subsequentes.

O IFPR/Câmpus Foz do Iguaçu faz jus à frase do escritor José Saramago, instalada no portal de entrada da Instituição: “Trabalhar com as mãos ensina muito”. Esse compromisso com a educação prática e de qualidade reflete-se na ampla gama de cursos oferecidos, que atendem às necessidades locais e regionais.

## SEGUNDA FASE DE EXPANSÃO

A segunda fase de expansão incluiu os câmpus Telêmaco Borba, Londrina, Jacarezinho, Paranavaí e Umuarama.

O IFPR/Câmpus Telêmaco Borba iniciou suas atividades em 29 de março de 2010, embora houvesse projetos de integração aos Institutos Federais desde 2007. Os primeiros cursos ofertados já como IFPR foram na modalidade subsequente: Técnico em Informática, Técnico em Programação de Jogos Digitais, Técnico em Florestas e Técnico em Eletromecânica. Além disso, houve a implantação do Curso Técnico em Agroecologia Subsequente ao Ensino Médio, em parceria com a Prefeitura de Ortigueira/PR, e cursos FIC na área de Eletricidade Predial e Banco de Dados.

Em 2012, o Câmpus iniciou o ensino médio integrado com os Cursos Técnicos Integrados em Florestas e em Mecânica, proporcionando uma formação técnica junto com o ensino médio regular. Em 2014, foram lançados o Curso Superior de Licenciatura em Física e o Curso de Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio, expandindo significativamente a oferta educacional.

O ano de 2018 marcou a introdução do Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais Integrado ao Ensino Médio e do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia, ampliando ainda mais as oportunidades de formação oferecidas pelo Câmpus (Bonilaure; Santos; Ribeiro, 2019).

O IFPR/Câmpus Telêmaco Borba oferece atualmente uma ampla variedade de cursos em diferentes níveis e modalidades. Na modalidade presencial, são oferecidos cursos técnicos em Automação Industrial, Mecânica, Informática para Internet e Programação de Jogos Digitais. Os cursos superiores presenciais incluem Tecnologia em Automação Industrial, Tecnologia em Manutenção Industrial, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Física e Bacharelado em Engenharia Elétrica. Além disso, há a oferta de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciência e Tecnologia (IFPR, 2023s).

O IFPR/Câmpus Londrina foi estabelecido por meio de um acordo entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o município de Londrina/PR. A universidade recebeu o prédio localizado no Jardim Dom Bosco, na Rua João XXIII, n. 600, pela Lei Municipal n. 10.593, de 12 de dezembro de 2008. O acordo estipulava que a escola profissional na área de saúde da ET/UFPR seria implantada no prazo de um ano. Porém, a UFPR já havia concordado com a implantação do IFPR a partir da estrutura de sua Escola Técnica, dando origem ao Câmpus Avançado de Londrina. Foram ofertados primeiramente cursos na área de saúde, como os técnicos em Massoterapia, Prótese Odontológica e Saúde Bucal. A aula inaugural ocorreu no dia 3 de maio de 2009. Ainda em 2009, iniciaram-se as atividades do Curso Técnico em Informática. Já o Curso Técnico em Enfermagem abriu o processo seletivo separadamente dos outros cursos, em junho de 2010. Em 2011, Londrina deixou de ser câmpus avançado e se tornou uma unidade autônoma (IFPR, 2023n).

Atualmente, o IFPR/Câmpus Londrina está distribuído em duas unidades: Unidade Centro – Rua João XXIII, n. 600, Jardim Dom Bosco; e Unidade Norte – Avenida da Liberdade, n. 855, Carnascialli. O câmpus conta com os cursos técnicos integrados em Biotecnologia e Informática, os técnicos subsequentes em Enfermagem, Massoterapia, Prótese Dentária e Saúde Bucal. Além disso, oferta os cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, a Licenciatura em Ciências Biológicas e a Especialização em Saúde Coletiva com ênfase na Promoção da Saúde (IFPR, 2023n).

Embora construído em pleno século XXI, o IFPR/Câmpus Jacarezinho bem cabe na obra *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo, pois na sua constituição apresentava contrastes entre o urbano e o rural. Criado



em 2010, é o primeiro câmpus da região Norte Pioneiro do Paraná. Os primeiros cursos ofertados foram os técnicos em Alimentos, Informática e Eletromecânica, todos subsequentes ao ensino médio e lançados no mesmo ano de sua inauguração.

Em 2011, houve uma expansão significativa com a criação de vários cursos, incluindo três Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Alimentos, Informática e Eletromecânica) e o Curso Técnico em Arte Dramática (atualmente denominado Técnico em Teatro), Subsequente ao Ensino Médio, único entre todos os câmpus do IFPR. Também foram introduzidos cursos técnicos na modalidade educação a distância (EaD), como Meio Ambiente, Representante Comercial, Administração e Segurança do Trabalho. O Curso de Eletromecânica foi desmembrado em dois cursos integrados: Mecânica e Eletrotécnica. Em 2014, o Câmpus lançou seu primeiro curso de graduação, a Licenciatura em Química.

Hoje, o IFPR/Câmpus Jacarezinho se destaca pelo formato inovador do ensino médio, que adota um regime modular composto de Unidades Curriculares (UCs). As UCs são desenvolvidas pelos professores com base em temas de interesse dos alunos e em problemas ou situações observadas no contexto do curso, além de fornecer suporte conceitual e prático para as unidades do núcleo técnico (Caetano, 2020). Esse formato inovador rendeu ao Câmpus o reconhecimento como uma escola transformadora, consolidando sua reputação de excelência e inovação educacional.

O IFPR/Câmpus Paranavaí, instalado em um terreno de 85.933,91 metros quadrados, iniciou suas atividades em 2010 com a oferta dos cursos técnicos em Alimentos, Eletromecânica e Informática. Em 2011, foram disponibilizadas vagas para os mesmos cursos, mas na modalidade concomitante ao ensino médio. Em 2012, o Câmpus iniciou o primeiro Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na área de Informática.

Em 2013, o Câmpus expandiu sua oferta educacional com a criação de mais dois Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Eletromecânica e Agroindústria. No ano de 2014, houve a oferta de novos cursos de nível médio e superior, incluindo as primeiras turmas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Eletromecânica e Agroindústria, além dos cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e da Licenciatura em Química.

Nos anos de 2016 e 2017, foram introduzidos o Curso Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio e o Bacharelado em Engenharia Elétrica. Em 2017 também foram oferecidas duas pós-graduações lato sensu: Desenvolvimento de Sistemas para WEB, Móveis e Embarcados e Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar. Em 2018 foi iniciado o curso de Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2023, os cursos de graduação ofertados na modalidade presencial incluíam o Bacharelado em Engenharia Elétrica, o Bacharelado em Engenharia de Software e a Licenciatura em Química. Na modalidade de educação a distância (EaD), são ofertados os cursos de pós-graduação lato sensu em Gestão da Qualidade e Tecnologia de Alimentos (IFPR, 2023o).

Proveniente do Cefet/PR, o IFPR/Câmpus Umuarama iniciou suas atividades com a oferta de três cursos técnicos em 2010: Agronegócio, Informática e Design de Móveis (Basso *et al.*, 2019). Em 2009, foi ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, funcionando em parceria com o Colégio Estadual Bento Mossurunga na sede da Regional de Saúde. Entre 2012 e 2013, foi introduzida a Especialização em Gestão Pública.

Em 2012, o Câmpus iniciou o primeiro Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio. Em 2015, começou a oferta do Curso Integrado em Informática, seguido pelo Curso Integrado em Edificações em 2016. Ainda em 2015, foi lançada a primeira Licenciatura em Ciências Biológicas.

Atualmente, o IFPR/Câmpus Umuarama oferece os seguintes cursos técnicos integrados: Técnico em Química, Técnico em Edificações e Técnico em Informática. Oferta também as licenciaturas em Química e em Ciências Biológicas, os cursos superiores de Tecnologia em Gestão do Agronegócio e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Além disso, há a oferta de pós-graduação stricto sensu na modalidade presencial, com o Mestrado em Sustentabilidade (IFPR, 2023q).

## FASE “DOIS E MEIO” DE EXPANSÃO

Na chamada “Fase Dois e Meio”, foram inaugurados os câmpus Assis Chateaubriand, Campo Largo, Irati, Ivaiporã e Palmas. O IFPR, com

apoio da comunidade, de lideranças políticas regionais e da sociedade civil, estabeleceu em 2010 o Câmpus Avançado Assis Chateaubriand, vinculado ao Câmpus Umuarama, com instalações provisórias na Casa da Cultura, cedida pela Prefeitura Municipal. No mesmo ano, em 10 de dezembro, iniciou-se a construção do prédio definitivo na Avenida Cívica, n. 475, Centro Cívico, em terreno doado pelo município. O Câmpus começou suas atividades com o apoio de cinco professores da rede municipal e, posteriormente, recebeu docentes concursados e técnicos administrativos. A obra foi concluída em junho de 2012 e inaugurada oficialmente em 17 de dezembro do mesmo ano (IFPR, 2023b).

Em 2013, o município doou outro terreno, possibilitando a expansão das instalações e, conseqüentemente, a ampliação da oferta de vagas e cursos no Câmpus. Esse marco consolidou a presença do IFPR na cidade, formalizada pela Portaria n. 993, de 7 de outubro de 2013, que autorizou o funcionamento do IFPR/Câmpus Assis Chateaubriand (IFPR, 2023b).

Atualmente, conforme o PDI de 2023, o Câmpus oferece uma variedade de cursos, incluindo cinco cursos FIC, como Fundamentos da Gestão, Programação de Sistemas – Básico, Programação de Sistemas – Intermediário, Desenvolvimento de Sites para Internet e Tecnologias Educacionais. São ofertados também quatro Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – Técnico em Comércio, Técnico em Informática, Técnico em Agropecuária e Técnico em Eletromecânica – e cinco cursos subsequentes – Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Agropecuária, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Alimentos. O Câmpus disponibiliza ainda três cursos superiores: Tecnologia em Gestão Comercial, Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas. Além desses, podemos ainda citar três cursos de especialização: Governança Corporativa e Sustentabilidade, Ensino de Ciência e Matemática e Gestão Escolar.

O IFPR/Câmpus Campo Largo, inicialmente um Núcleo Avançado do Câmpus Curitiba, teve suas atividades iniciadas em 24 de maio de 2010 por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal. Utilizando as dependências da Escola Municipal Reino da Loucinha, abrigou os três primeiros cursos técnicos subsequentes de Agroecologia, Eletrotécnica

e Mecânica no período noturno, atendendo à demanda por qualificação profissional na região (IFPR, 2023e).

A Lei Municipal n. 2.187, de 13 de maio de 2010, autorizou a doação de duas áreas urbanas pelo Poder Executivo de Campo Largo, totalizando aproximadamente 34 mil metros quadrados, anteriormente ocupadas pela Cerâmica Iguassu, para a instalação da sede própria do IFPR/Câmpus Campo Largo. Essa área incluía uma edificação reformada de cerca de mil metros quadrados e outros sete mil metros quadrados de edificações passíveis de adaptação e/ou reformas, onde o Câmpus se estabeleceu definitivamente em 26 de setembro de 2011 (IFPR, 2023e).

Conforme o PDI de 2023, o Câmpus oferece uma variedade de cursos, incluindo cinco Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – Agroecologia, Automação, Eletromecânica, Mecânica e Administração – e cinco cursos técnicos subsequentes – Administração, Agroecologia, Cerâmica, Eletrotécnica e Mecânica. O Câmpus também disponibiliza cinco cursos superiores: Bacharelado em Engenharia Elétrica, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Materiais. Além disso, há o curso de Especialização em Gestão Empresarial.

O IFPR/Câmpus Irati foi criado em março de 2010 como Núcleo Avançado do Câmpus Curitiba, sendo oficialmente inaugurado no dia 27 de dezembro de 2010 em um prédio entregue pela Prefeitura Municipal. Em 23 de abril de 2013, a unidade foi consolidada como Câmpus por meio da Portaria n. 330 do MEC. Atualmente, o Câmpus ocupa uma área de 39.000 metros quadrados e tem dois prédios, um de 1.112 metros quadrados e outro de 2.727 metros quadrados, com salas de aula, laboratórios, biblioteca, entre outros. O ginásio de esportes tem 1.682,74 metros quadrados de área construída e capacidade para 800 pessoas (IFPR, 2023k).

Inicialmente, o Câmpus oferecia os cursos subsequentes de Técnico em Informática, Técnico em Agroecologia e Técnico em Produção de Moda. Atualmente, oferta os cursos técnicos integrados em Informática e em Agroecologia. Oferta também os cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Química e Bacharelado em Agronomia. Além disso, há a oferta do curso a distância (EaD) em Segurança do trabalho (IFPR, 2023k).

O IFPR/Câmpus Ivaiporã iniciou suas atividades em março de 2010, oferecendo os cursos técnicos concomitantes/subsequentes em Eletrotécnica e Agroecologia. A partir de 2011, o Câmpus passou a ofertar também os cursos técnicos em Logística e em Segurança do Trabalho na modalidade EaD. Em 2012, houve a criação do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática e diversos cursos FIC (IFPR, 2023I).

No início das atividades, as aulas ocorreram nas instalações da Escola Municipal Ivaiporã, enquanto as atividades administrativas e a secretaria funcionavam em uma sala cedida pela Prefeitura Municipal, anexa à Controladoria Municipal. Em meados de 2013, o Câmpus Ivaiporã deixou o local provisório em que estava instalado e passou a oferecer novas estruturas de salas de aula e laboratórios (IFPR, 2023I).

O câmpus oferta atualmente os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Informática e de Agroecologia, bem como o Curso Técnico Subsequente de Eletrotécnica. Ainda oferta os cursos superiores de Licenciatura em Física, Bacharelado em Engenharia Agrônômica e Bacharelado em Sistemas de Informação e Tecnologia em Agroecologia, além da Especialização em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica e do Mestrado em Ensino de Ciências da Natureza, Saúde e Humanidades (IFPR, 2023I).

O IFPR/Câmpus Palmas nasceu a partir do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS), uma instituição de natureza privada mantida pelo Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA). No início de 2009, a administração do CPEA/UNICS, juntamente com a comunidade local, mobilizou-se para a inclusão da implantação no IFPR. A partir de 2010, ocorreu a transferência dos cursos e alunos do UNICS para a criação do IFPR/Câmpus Palmas e, no mesmo ano, o UNICS foi oficialmente encerrado.

Com uma área de 17.347,9 quilômetros quadrados, o Câmpus Palmas oferece diversos cursos de graduação na modalidade bacharelado, incluindo Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Agronomia, Farmácia e Sistemas de Informação. Na modalidade licenciatura, são oferecidos cursos em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras Português/Inglês, Pedagogia e Química. Além disso, o Câmpus oferece dois cursos técnicos integrados ao

Ensino Médio: Técnico em Alimentos e Técnico em Serviços Jurídicos. Para atender às demandas de formação continuada, o Câmpus também oferece o curso de Especialização em Linguagens Híbridas e Educação. Essa diversidade de cursos reflete o compromisso do IFPR/Câmpus Palmas em fornecer uma educação de alta qualidade, atendendo às necessidades educacionais e profissionais da região.

A infraestrutura do Câmpus inclui um refeitório com 300 metros quadrados e uma cantina com capacidade para 250 lugares, proporcionando um ambiente adequado e confortável para a comunidade acadêmica. Desde sua criação, o Câmpus tem sido um centro essencial para o desenvolvimento educacional no Sudoeste do Paraná, oferecendo oportunidades de formação e contribuindo para o crescimento socioeconômico da região. A trajetória do Câmpus é marcada pela dedicação à excelência acadêmica e pelo impacto positivo na comunidade local.

### TERCEIRA FASE DE EXPANSÃO

Neste tópico, aborda-se a história dos câmpus Cascavel, União da Vitória, Pitanga, Jaguariaíva, Capanema, Colombo, Pinhais, Coronel Vivida, Barracão, Quedas do Iguaçu, Astorga, Goioerê e Arapongas.

O IFPR/Câmpus Cascavel iniciou suas atividades em 2010 como uma unidade remota do Câmpus Foz do Iguaçu, com a abertura do curso de Auxiliar em Carpintaria, na modalidade FIC. As aulas ocorreram provisoriamente na Escola Municipal Aníbal Lopes da Silva, região norte do município de Cascavel/PR. Em julho de 2011, as aulas foram transferidas para o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), também na região norte, ocasião na qual foi instalado o primeiro laboratório de informática do Câmpus, possibilitando a abertura de novos cursos (IFPR, 2023g).

No início de 2014, o Câmpus mudou-se definitivamente para a sede própria, no terreno doado pela Prefeitura Municipal, com área de 62 mil metros quadrados, localizado na Avenida das Pombas, n. 2020, região norte, Bairro Floresta. No final do mesmo ano, o Câmpus Cascavel foi formalmente constituído, com a autorização de funcionamento concedida pelo MEC, por meio da Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014 (IFPR, 2023g).

Conforme o PDI de 2023, o Câmpus mantém um corpo docente de 42 professores e conta com 34 técnicos administrativos, sendo ofertados os seguintes cursos: Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Química, Informática e Edificações, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, a Licenciatura em Química e a Especialização em Educação, Tecnologia e Sociedade.

Proveniente do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet/PR), o IFPR/Câmpus União da Vitória iniciou suas atividades em 2013, com os primeiros cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): Bovinocultor de Leite, Reciclador, Operador de Computador e Montador e Reparador de Computador. Em 2014, foram ofertados o curso FIC de Operador de Caixa, o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e a Especialização em Gestão Pública, os dois últimos na modalidade EaD.

Em 2015 foi iniciado o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática. Durante esse período, ainda sem sede própria, o IFPR/Câmpus União da Vitória realizava suas atividades no Centro Universitário de União da Vitória (Lima; Bortolini, 2019). Em 2016, o Câmpus mudou-se para sua nova sede.

Ainda em 2016, foi ofertado o Curso Técnico Integrado ao Ensino Fundamental de Operador de Computador, na modalidade de educação de jovens e adultos. Em 2017, iniciou-se o curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja. Em 2019, foram lançados o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o Curso Técnico em Meio Ambiente. Atualmente, os cursos técnicos integrados na modalidade presencial incluem Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Informática. Os cursos de graduação oferecidos são os de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Agronomia (IFPR, 2023t).

O IFPR/Câmpus Pinhais recebeu da Prefeitura Municipal a doação de um terreno com a área de 60.000,60 m<sup>2</sup> para a construção do Câmpus em 26 de março de 2012. A partir de uma ampla pesquisa para conhecer as necessidades do município, foram criados seus dois primeiros cursos técnicos integrados, o de Administração e o de Informática (IFPR, 2023).



Enquanto aguardava a conclusão da construção do prédio próprio, as atividades acadêmicas foram iniciadas em um espaço provisório cedido pela Prefeitura Municipal, na Rua Dezenove de Novembro, n. 175, no centro da cidade. O prédio próprio do Câmpus foi inaugurado em 19 de março de 2015, na Rua Humberto de Alencar Castelo Branco, n. 1615, no Bairro Jardim Amélia (Colombo; Paixão; Guindani, 2019).

Atualmente, o Câmpus Pinhais oferece os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Administração e de Informática, os cursos superiores de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciência da Computação e Gestão da Tecnologia da Informação. Também oferta cursos de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais e de Especialização em Estudos da Linguagem (IFPR, 2023p).

A implantação do IFPR/Câmpus Pitanga ocorreu no ano de 2014 com a oferta de cursos do Pronatec: Vendas e Auxiliar Administrativo, além do curso de FIC em Auxiliar Administrativo. A autorização de funcionamento do Câmpus Pitanga ocorreu pela Portaria n. 27, de 21 de janeiro de 2015, iniciando suas atividades de ensino em 9 de fevereiro de 2015, com o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio (IFPR, 2023q).

O Câmpus Pitanga encontra-se instalado em terreno com mais de 60 mil metros quadrados e conta com um bloco administrativo e um bloco de laboratórios, além de um bloco didático ainda a ser concluído. O Câmpus oferta os cursos técnicos integrados em Cooperativismo e em Alimentos e cursos superiores de Licenciatura em Química, Tecnologia em Agroindústria e Licenciatura em Pedagogia. O Câmpus oferece também o curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica (IFPR, 2023q).

O IFPR/Câmpus Jaguariaíva foi inaugurado no dia 10 de abril de 2015. Antes de se instalar em sua sede própria, o Câmpus foi acolhido pela Prefeitura Municipal na histórica fábrica Matarazzo, espaço adquirido anteriormente pela administração pública municipal, que abriga um condomínio de empresas, além de servir como espaço para o desenvolvimento de atividades administrativas, de serviços e culturais (Oliveira *et al.*, 2019).

O bloco administrativo, o primeiro dos quatro prédios a serem construídos no Câmpus, está sediado em um terreno cedido pela

Prefeitura. Em 2023, foram inaugurados o bloco didático e o vestiário da quadra poliesportiva. O bloco didático é composto de salas de aulas e laboratórios de Química e Biologia, de Alimentos e de Física e Metrologia (IFPR, 2023m).

Atualmente, o Câmpus oferta dois Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, o de Biotecnologia e o de Alimentos, cursos subsequentes a distância de Administração, Agente Comunitário de Saúde, Logística, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Serviços Públicos e Vendas, além do Curso Superior em Tecnologia de Gestão da Qualidade, da Especialização em Educação e Tecnologia e do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia.

O IFPR/Câmpus Capanema está localizado na Mesorregião Sudoeste Paranaense, na fronteira com a Argentina, local em que a maior parte da renda está relacionada às atividades fins ou, de forma indireta, ao agronegócio, mais precisamente às agroindústrias e a outras atividades oriundas da agricultura familiar (IFPR, 2023f).

O Câmpus iniciou suas atividades no segundo semestre de 2014, sediado em instalações provisórias do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebja), ofertando cursos FIC. A implantação do primeiro curso técnico profissional ocorreu apenas em 2015, com a constituição da primeira turma do Curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio. As atividades administrativas, por sua vez, ocorriam na Agência do Trabalhador de Capanema enquanto a sede definitiva do Câmpus estava em construção em um terreno doado pela Prefeitura Municipal (IFPR, 2023f).

De acordo com o PDI de 2023, o Câmpus oferta os seguintes cursos: Técnico Integrado ao Ensino Médio (Técnico em Informática e Técnico em Cooperativismo), Técnico em Agroecologia e Licenciatura em Matemática.

O IFPR/Câmpus Colombo estabeleceu-se entre abril de 2013 e julho de 2014, inicialmente ocupando um espaço temporário no Colombo Park Shopping, compartilhando instalações com o polo da Universidade Aberta do Brasil (IFPR, 2023h). Em 5 de agosto de 2013, o Câmpus iniciou a oferta de cursos de FIC, além de cursos do Pronatec, incluindo Cuidador de Idoso, Inglês Básico, Auxiliar de Pessoal, Auxiliar Administrativo e Recepcionista, atendendo 90 estudantes. Também

foi oferecido o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na modalidade a distância. No ano seguinte, em 2014, foram introduzidos cursos de FIC em Operador de Computador, Cuidador de Idoso e Auxiliar de Faturamento. No ano seguinte, foi implantado o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática (IFPR, 2023h).

No primeiro semestre de 2016, o Câmpus mudou-se para um ginásio de esportes cedido pela Prefeitura Municipal, próximo à sua sede própria, localizada em uma área adquirida pela municipalidade, com uma extensão de 55 mil metros quadrados, situada na Rua Antônio Chemin, n. 28, no Bairro São Gabriel (IFPR, 2023h).

Conforme o PDI de 2023, o Câmpus oferece: os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Informática, Alimentos e Administração; o Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Administração; os cursos técnicos a distância de Logística, de Meio Ambiente e de Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos superiores de tecnologia em Alimentos, em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Processos Gerenciais.

De acordo com Boligon, Stunpf e Leonardi (2019), que elaboraram o registro histórico do IFPR/Câmpus Coronel Vivida no livro *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*, a vinda do IFPR para a cidade ocorreu para atender às reivindicações dos setores produtivos e públicos do município. O objetivo era a instalação de uma instituição de ensino da Rede Federal para possibilitar, por meio da oferta de cursos profissionalizantes, superiores e de formação de professores, o atendimento às necessidades educacionais, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico local e regional (IFPR, 2023i). Como contrapartida, o município faria a doação de terreno e infraestrutura necessária, incluindo a construção de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT), com área de 1.338,60 metros quadrados.

Naquele momento, foi estabelecido o Termo de Cooperação n. 7/2009, entre o IFPR e a Prefeitura Municipal, com validade de cinco anos. O objetivo era promover amplo apoio entre as partes para o desenvolvimento conjunto de atividades de ensino, pesquisa, extensão, transferência de conhecimento, formação e treinamento de recursos humanos, além de planejamento e desenvolvimento institucional, visando à futura instalação de uma unidade descentralizada do Câmpus Curitiba.

Posteriormente, com a expansão do Instituto pelo estado do Paraná, Coronel Vivida passou a ser vinculado ao Câmpus Palmas (IFPR, 2023i).

Ao longo do tempo, o IFPR/Câmpus Coronel Vivida passou por duas denominações: Unidade Descentralizada de Ensino (Uned) e Unidade de Educação Profissional (UEP). No início de 2015, a UEP foi transformada oficialmente em Câmpus Avançado Coronel Vivida, conforme a Portaria n. 27, de 21 de janeiro daquele ano, publicada pelo MEC. O documento autorizou os Institutos Federais a estabelecer o funcionamento dos câmpus avançados, incluindo o de Coronel Vivida. Ainda em 2015, o Câmpus tornou-se legalmente proprietário de toda a área que abriga suas instalações, por meio da transferência de domínio. Em 2016, a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida oficialmente doou os bens móveis contidos no Câmpus (IFPR, 2023i).

Consoante o PDI de 2023, o Câmpus apresenta uma oferta diversificada: cursos FIC – Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros e Português para Estrangeiros; Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – em Administração e em Cooperativismo; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira e Especialização em Educação, Gestão e o Mundo do Trabalho. Destaca-se que, no dia 8 de maio de 2024, pela Portaria n. 411, a unidade deixou de ser câmpus avançado, passando a ser um câmpus autônomo.

O Câmpus Avançado Quedas do Iguaçu está localizado no território Cantuquiriguaçu, abrangendo 21 municípios entre Guarapuava/PR e Cascavel/PR. Anunciado em 19 de janeiro de 2012 e oficialmente aprovado em 10 de dezembro de 2012, o Câmpus teve sua área de 98.010 metros quadrados doada pela empresa Araupel, com a Prefeitura Municipal encarregada das obras iniciais. A ordem de serviço para a construção do bloco administrativo foi assinada em 14 de junho de 2013, e a autorização para o funcionamento do Câmpus foi oficializada pela Portaria n. 1.262/2013, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2013 (IFPR, 2023r).

Conforme o PDI de 2023, no momento o Câmpus Quedas do Iguaçu oferta os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Informática e em Meio Ambiente, além da Especialização em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O IFPR/Câmpus Avançado Barracão, localizado na cidade homônima na Mesorregião Sudoeste Paranaense, estabeleceu-se na fronteira com a Argentina e com o estado de Santa Catarina. Sua criação foi concretizada pela desapropriação e doação da Faculdade da Fronteira (FAF) ao IFPR pelo governador Beto Richa, em um evento ocorrido em 21 de junho de 2012. Oficialmente inaugurado em 18 de junho de 2014, obteve autorização para funcionamento pela Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014 (IFPR, 2023d).

Inicialmente, o Câmpus contava apenas com dois servidores: um professor e um técnico em assuntos educacionais, ambos vinculados ao IFPR/Câmpus Palmas. O primeiro curso oferecido foi o de FIC em Contação de História. Em 2014, abriu-se o processo de seleção para o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração, disponibilizando quarenta vagas (IFPR, 2023d).

Durante os anos de 2015 e 2016, o Câmpus expandiu suas atividades, incluindo novos cursos de FIC de Programador Web e de Re-creadores, bem como dois cursos técnicos subsequentes na modalidade EaD: Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Logística. O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração também permaneceu em oferta nesse período (IFPR, 2023d).

De acordo com o PDI mais recente, em 2023 o Câmpus registrou mais de 300 matrículas, abrangendo os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e os cursos de FIC. Em 2024 iniciou a oferta do primeiro curso superior do Câmpus, o de Tecnólogo em Comércio Exterior.

Em 2012 foi autorizada a instalação da unidade do IFPR em Goioerê/PR como uma unidade avançada de Umuarama/PR, com menor infraestrutura e número de servidores. Nos meses seguintes, iniciou-se a procura por um local adequado para a instalação da Instituição, sendo destinada a área de 48.400 metros quadrados, situada às margens da Rodovia Estadual Luiz Dechiche/PR 180, próxima ao Câmpus Regional da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que atendia a todos os requisitos necessários à época (IFPR, 2023j). Em 2013 foram ofertados os primeiros cursos da Instituição, em parceria com o Polo da UAB: técnicos subsequentes em Transações Imobiliárias e em Agente Comunitário de Saúde, ambos na modalidade EaD (IFPR, 2023j).

Em junho de 2014, iniciou-se o curso de Assistente de Produção Cultural, o primeiro técnico presencial oferecido pelo Câmpus Avançado Goioerê, vinculado ao Pronatec na modalidade de FIC. Devido à construção em andamento das instalações do Câmpus, as aulas foram ministradas na Escola de Artes e Ofícios, junto à Secretaria de Indústria e Comércio do município. Posteriormente, foram oferecidos mais dois cursos de FIC, o de Desenhista de Moda e o de Promotor de Vendas, realizados no mesmo âmbito. No início de fevereiro de 2015, foi realizada a aula inaugural da primeira turma do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática no Câmpus Avançado Goioerê (IFPR, 2023j).

De acordo com o PDI de 2023, são ofertados dois Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – em Informática e em Produção de Moda; quatro cursos na modalidade EaD – técnicos em Logística, em Vendas, em Serviços Públicos e em Administração – e, anualmente, há também os cursos de FIC, que variam conforme o ano de oferta. O Câmpus firma diversas parcerias com instituições locais, que vão desde o atendimento a jovens em situação de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei até o oferecimento de cursos e formações para entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município ou para professores das redes estadual e municipal.

O IFPR/Câmpus Avançado de Astorga está estrategicamente posicionado a 416 quilômetros da capital do estado, 49 quilômetros de Maringá e 66 quilômetros de Londrina, na PR-454, Contorno Norte, s/n, a 800 metros do centro da cidade. Fundado em 2014, inicialmente se concentrou na oferta de cursos de FIC, incluindo programas como o Pronatec e o Mulheres Mil, abrangendo áreas como Cuidador Infantil, Assistente Administrativo, Cuidador de Idoso e Artesão de Pintura em Tecido (IFPR, 2023c).

O corpo de servidores foi constituído por meio de concurso em 2014. No ano seguinte os primeiros técnicos administrativos e docentes assumiram seus cargos, formando uma equipe diversificada que incluía assistentes administrativos, pedagogos, bibliotecários e professores em diversas disciplinas. Nos dois anos subsequentes, mais servidores integraram o quadro, fortalecendo as áreas pedagógica e administrativa do Câmpus (IFPR, 2023c).

O Câmpus oferta o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática no período matutino e, à noite, o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, além dos cursos de FIC em Assistente Administrativo, Cuidador de Idoso, Balconista de Farmácia e Formação para o Autocuidado, Gestão Educacional – Formação Continuada, Massagista, Matemática Básica e Comercial, Programador de Sistemas e Inglês Básico. Em nível superior, além da graduação em Pedagogia, é ofertado aos sábados o curso de Especialização em Docência na Educação Básica (IFPR, 2023c).

A fim de atender às necessidades da comunidade e às demandas de tecnologia e educação do município, o itinerário formativo previsto para o PDI 2024-2028 centra-se no eixo de Informação e Comunicação com a oferta do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática no período matutino e do Curso Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas no período noturno, somado à abertura do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, prevista para o ano de 2026.

O IFPR/Câmpus Avançado Arapongas foi instituído pela Portaria n. 1.437, de 28 de dezembro de 2018. Trata-se de um câmpus que tem a inovação como missão prioritária de existência, desenvolvendo constantemente o estímulo ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao empreendedorismo e à inovação nas suas áreas de atuação. Encontra-se sediado em uma estrutura provisória em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal, mediante termo de convênio de cessão de uso do espaço. A expectativa é de que logo seja inaugurada a sua sede própria (IFPR, 2023a).

Em conformidade com o corpo técnico-docente, a oferta de cursos pelo Câmpus é composta majoritariamente por cursos de FIC devido, principalmente, aos horários de oferta, que ocorrem no período noturno, de maior interesse do público-alvo. Em termos de cursos regulares, conforme o PDI de 2023, o Câmpus atualmente oferta o Curso Técnico em Melhoria de Processos na modalidade subsequente e presencial. Em complementação à oferta regular, é possível mencionar que o Câmpus oferta: três cursos técnicos na modalidade à distância e os cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, em Meio Ambiente e em Logística. As demais ofertas de cursos são decorrentes tanto



de convênios quanto de iniciativas internas dos próprios docentes do Câmpus (IFPR, 2023a).

Além dos câmpus mencionados nas fases de expansão, o IFPR ainda possui quatro câmpus de referência: São José dos Pinhais e Ponta Grossa, Toledo e Maringá. Há também a Diretoria Sistêmica do EaD, que, desde a criação do IFPR, vem formando um grande número de profissionais na modalidade EaD em todo o país. Para os próximos anos, aguarda-se uma nova expansão no IFPR, pois, de acordo com o anúncio realizado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, serão criados cinco novos câmpus que farão parte do IFPR, no estado do Paraná. As cidades contempladas serão Araucária, Cambé, Cianorte, Maringá e Toledo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFPR possui uma história centenária, considerando sua origem no ano de 1869 com a criação da Deutsche Schule. Porém, é a partir da oferta de cursos técnicos da área de Comércio que iniciou uma história de dedicação da Instituição para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A partir da década de 1990, a já intitulada Escola Técnica da UFPR expandiu sua vocação, passando a ofertar uma série de cursos pertencentes aos mais variados eixos tecnológicos.

A partir de 2008, com a promulgação da Lei n. 11982, o IFPR foi concebido e iniciou seu processo de expansão. Segundo dados do ano de 2023, da Plataforma Nilo Peçanha, responsável pela divulgação de dados de governança e transparência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destaca-se que, ao todo, o IFPR ofertou 396 cursos, possuindo 30.114 matrículas distribuídas em seus 26 câmpus (Brasil, 2024).

Considera-se que a expansão e a consolidação dos Institutos Federais ainda está em processo no país, porém já há um longo caminho percorrido até o momento, pois a Rede Federal já tem apresentado há alguns anos excelentes resultados, seja no número de estudantes que se beneficiaram dessas instituições em todo o país, seja pela qualidade dos serviços ofertados, que tornaram os Institutos “referência para a educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento social” (IFPR, 2024).

Os Institutos buscam, epistemologicamente, agregar a preparação para o trabalho com a formação acadêmica, em prol de superar a segregação histórica ocorrida entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Nesse sentido, sua orientação pedagógica rechaça o conhecimento puramente enciclopédico por meio de um ensino pautado no pensamento analítico, propiciando uma formação profissional com ênfase na compreensão do mundo do trabalho em detrimento de uma formação exclusivamente voltada para os ofícios (Pacheco, 2010).

Por fim, destaca-se a importância do IFPR no contexto social paranaense, que, por estar presente nas diferentes regiões do estado e atuar em consonância com os arranjos produtivos locais, vem se tornando referência na educação profissional e tecnológica, formando e qualificando um grande número de profissionais capacitados, por meio de cursos de FIC, técnico, graduação e pós-graduação lato e stricto sensu.

## REFERÊNCIAS

- ATHAIDES, R. *O partido nazista no Paraná: 1933-1942*. Maringá: EDUEM, 2011.
- BASSO, S. E. O.; PEREIRA, M. T.; ZANATTA, O. A.; CASTILHO, J. C. Infrutescência. In: ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S.; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: Ed. IFPR, 2019. p. 370-382.
- BOLIGON, T. B.; STUNPE, J. S.; LEONARDI, E. M. A. Trajetória do IFPR em Coronel Vivida: de unidade descentralizada de ensino a câmpus avançado. In: ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S.; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: Ed. IFPR, 2019. p. 134-145.
- BONILAURE, K. M.; SANTOS, K. A. B.; RIBEIRO, R. F. A história da consolidação de uma proposta transformadora: o IFPR em Telêmaco Borba. In: ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S.; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: Ed. IFPR, 2019. p. 357-369.
- BORGES, R. A. G. N.; RABELO, R. D.; SANTOS, M. K.; CHAVES, E. A. Estudantes escrevem história a partir de arquivos tradicionais: da preservação à produção de materiais didáticos digitais. In: GONÇALVES, N. G.; URBAN, A. C. (org.). *Ensino de História: contribuições a partir da história local*. Curitiba: Appris, 2023. p. 13-225.

BRASIL. *Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931*. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Leis Constitucionais. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm). Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938*. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1938.

BRASIL. *Decreto n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943*. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Brasília, DF: Presidência da República, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CAETANO, D. M. *Desafios na construção do currículo integrado na educação profissional e tecnológica em um câmpus do Instituto Federal do Paraná (IFPR)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

COLÉGIO PROGRESSO. *Relatórios dos meses de março a novembro de 1940*. Paraná: Colégio Progresso, 1940.

COLOMBO, I. M.; PAIXÃO, M. V.; GUINDANI, R. A. Histórico do Câmpus Pinhais. In: ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S.; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: Ed. IFPR, 2019. p. 306-321.

CURITIBA. 4º Serviço de Registro de Imóveis. *Livro 2 – Registro Geral*. Curitiba: 4º Serviço de Registro de Imóveis, 2010.

CURITIBA. 4º Serviço de Registro de Imóveis. *Livro 2 – Registro Geral*. Curitiba: 4º Serviço de Registro de Imóveis, 2015.

FACULDADE DE DIREITO DO PARANÁ. *Ata da Sessão da Congregação da Faculdade de Direito*. Curitiba: Faculdade de Direito do Paraná, 1942.

FUGMANN, P. W. *Os alemães no Paraná*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

GAIDARGI, A. M. M. *O Colégio Comercial Visconde de Cairú (1954-2002): o ensino profissional que impulsionou trajetórias*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, 2018.

GARCIA, T. M. F. B.; CHAVES, E. A.; GARCIA, C. H. W. Jovens do Ensino Médio e tecnologias: uma experiência de produção colaborativa de materiais didáticos digitais. *Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa – RELATEC*, Espanha, v. 16, n. 2, 2017.

IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). *Parecer sobre edificações a serem preservadas, diretrizes de projeto e parâmetros construtivos para imóvel conhecido como Moinhos Unidos do Brasil (Mate Real)*. Protocolo 04-035196/2015. Curitiba: IPPUC, 2015.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Metas 2009-2014*. Curitiba: IFPR, 2008.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Arapongas: IFPR, 2023a. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Arapongas.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Assis Chateaubriand: IFPR, 2023b. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Assis-Chateaubriand.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Astorga: IFPR, 2023c. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Astorga.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Barracão: IFPR, 2023d. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Barracao.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Campo Largo: IFPR, 2023e. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Campo-Largo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Capanema: IFPR, 2023f. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Capanema.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Cascavel, PR: IFPR, 2023g. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Cascavel.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Colombo: IFPR, 2023h. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Colombo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Coronel Vivida: IFPR, 2023i. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Coronel-Vivida.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Goioerê: IFPR, 2023j. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Goioere.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Irati: IFPR, 2023k. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Irati.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Ivaiporã: IFPR, 2023l. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Ivaipora.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Jaguariaíva: IFPR, 2023m. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Jaguariaiva.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Londrina: IFPR, 2023n. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Londrina.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Paranavaí: IFPR, 2023o. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Paranavai.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Pinhais: IFPR, 2023p. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Pinhais.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Pitanga: IFPR, 2023q. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Pitanga.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Quedas do Iguaçu: IFPR, 2023r. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Quedas-do-Iguacu.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. Telêmaco Borba: IFPR, 2023s. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Telemaco-Borba.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Plano de Desenvolvimento Institucional – Quinquênio 2024-2028*. União da Vitória: IFPR, 2023t. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-28-Uniao-da-Vitoria.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Projeto Político-Pedagógico 2022-2024*. Curitiba: IFPR, 2024. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/paranagua/ppp-2022-2024-2/>. Acesso em: 22 maio 2024.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 347-370.

KRUGEL, V. C. *Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR e sua expansão de cursos (1998-2000)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, IFPR, Curitiba, 2020.

KRUGEL, V. C.; LEMOS JUNIOR, W. O desmembramento da ET/UFPR e a criação do IFPR. *Revista Cocar*, Pará, n. 18, 2023.

LEMS JUNIOR, W.; KRUGEL, V. C. História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (1869-2008). *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 22, p. 831-853, 2022.

LIMA, L. I.; BORTOLINI, P. C. Uma incursão pelos trilhos da memória. In: ZANATTA, O. A. (coord.); ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S.; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: IFPR, 2019. p. 383-396.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007.

OLIVEIRA, M. R. Sobre o início da imigração alemã em Curitiba/PR. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 7, n. 2, 2021.

PACHECO, E. M. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: Instituto Federal do Rio Grande do Natal, 2010.

REIDEL, A.; LEGNANI, A. M.; QUADROS, L. E.; PACHECO, R. B. D. Dez anos de educação pública de qualidade: relato das vivências do Câmpus Foz do Iguaçu. In: ZANATTA, O. A. (coord.); ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S.; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: IFPR, 2019. p. 162-174.

RODRIGUES, A.M. *O educador*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2023.

SANTOS, J. A. S. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 205-224.

SAVIANI, D. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, R. M. S. *A estrada do poente: escola alemã – Colégio Progresso*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2012.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). *Superintendência de Comunicação Social*. Curitiba, PR: UFPR, 2007.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). *Ata de Reunião do Conselho Universitário, 19 de março de 2008*. Curitiba, PR: UFPR, 2008a.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). *Ata de Reunião do Conselho Universitário, 11 de dezembro de 2008*. Curitiba, PR: UFPR, 2008b.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). *Ata de Reunião do Conselho Universitário, 16 de dezembro de 2008*. Curitiba, PR: UFPR, 2008c.

ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. S; MENEZES, R. R. A. C. N. (org.). *Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR*. Curitiba: Ed. IFPR, 2019.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2006.

## REFERÊNCIAS DO ANEXO FOTOGRÁFICO

DESTEFANI, Cid. Nostalgia Curitiba, de fraca memória. *Gazeta do Povo*, Tarumã, 24 nov. 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-de-fraca-memoria-1x208nng6hutbfjwc1nkv6yj2/>. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA, R. M. S. de. *A estrada do poente: escola alemã/Colégio Progresso (Curitiba 1930-1942)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.







07



08



09



10



11



12

## DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Deutsche Schule no ano de 1908 | Fonte: Souza (2002).
- 02 Colégio Progresso em 11 de agosto de 1940 | Fonte: Souza (2002).
- 03 Estudantes da Escola Alemã/Colégio Progresso se preparando para o desfile do Dia da Proclamação da República em 1938 | Fonte: Souza (2002).
- 04 Alargamento da Rua Barão do Serro Azul com o Colégio Progresso ao fundo no ano de 1941 | Fonte: Destefani (2012).
- 05 Fachada do Prédio Central da UFPR em 1952, local onde ocorriam as aulas da Escola Técnica de Comércio, da década de 1940 até o início da década de 1990 – foto de Domingos Foggiao | Fonte: Acervo Histórico Cid Destefani.
- 06 Fachada do Prédio Central da UFPR em 1946, local onde ocorriam as aulas da Escola Técnica de Comércio, da década de 1940 até o início da década de 1990 – foto de Domingos Foggiao | Fonte: Acervo Histórico Cid Destefani | Localização Física: Gabinete do Reitor.
- 07 Interior do Prédio Central da UFPR | Fonte: Foto de Vanessa Cauê Krugel (2019).
- 08 Complexo Riad Salamuni em construção na década de 1990 | Fonte: Acervo do Centro de Memória do IFPR.
- 09 Fachada do Complexo Riad Salamuni na década de 1990 | Fonte: Acervo do Centro de Memória do IFPR.
- 10 Corredor do Complexo Riad Salamuni na década de 1990 | Fonte: Acervo do Centro de Memória do IFPR.
- 11 Laboratório de Informática do Complexo Riad Salamuni na década de 1990 | Fonte: Acervo do Centro de Memória do IFPR.
- 12 Sala de aula do Complexo Riad Salamuni na década de 1990 | Fonte: Acervo do Centro de Memória do IFPR.



# UMA BREVE HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

## FRAGMENTOS DE SUA TRAJETÓRIA

MARCELO VIANNA<sup>1</sup>

MARIA AUGUSTA MARTIARENA<sup>2</sup>

CAROLINE CATANEO<sup>3</sup>

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) completou 15 anos de existência, junto a outros 37 Institutos que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Se há uma origem comum pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, todos possuem uma pluralidade de memórias que refletem trajetórias anteriores, como Escolas Agro-técnicas, Centros Federais e/ou Escolas vinculadas às Universidades, as quais se somam à formação dos Institutos Federais e seguem sendo res-significadas por estes até o presente. Essa diversidade de memórias que

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), além de doutor e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), atua como coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS/Câmpus Alvorada. Presidente da Comissão Central Núcleo de Memória do IFRS. Pesquisa sobre História Social da Ciência e Tecnologia, História da Educação Profissional e Tecnológica, e Humanidades Digitais. E-mail: [marcelo.vianna@alvorada.ifrs.edu.br](mailto:marcelo.vianna@alvorada.ifrs.edu.br) e [ifrs.numem@ifrs.edu.br](mailto:ifrs.numem@ifrs.edu.br).

<sup>2</sup> Pós-doutora em Educação pela Unisinos e pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPe), atua como coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Básica e Profissional. Pesquisa sobre História da Educação e sobre Trabalho e Educação. E-mail: [augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br](mailto:augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br).

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo IFRS/Câmpus Porto Alegre. Pesquisa sobre História da Educação Profissional e Tecnológica e História do IFRS/Câmpus Bento Gonçalves. E-mail: [caroline.cataneo@ifrs.edu.br](mailto:caroline.cataneo@ifrs.edu.br).

envolve suas comunidades não deixa de revelar culturas escolares preexistentes e originais, que contribuem para constituir as particularidades de cada câmpus e de cada Instituto Federal, tornando-os únicos e – ao mesmo tempo – parte de um todo.

No presente, com 17 câmpus e sua Reitoria, situada no município de Bento Gonçalves, o IFRS reflete um olhar plural, inclusivo e democrático, com unidades que remontam a um passado, assim como aquelas que possuem uma vivência mais recente, algumas formadas a partir da última expansão da Rede Federal em 2011. Dessa forma, o desafio deste texto é dar conta de uma história que combina diferentes temporalidades e experiências sem perder de vista a identidade comum que demarca o IFRS e seu comprometimento com uma educação pública, gratuita e de qualidade.

## AS ORIGENS

Há muitas particularidades que marcam a trajetória do IFRS. Uma delas é que sua origem não está vinculada ao Decreto n. 7.566, de 1909, que previa a implantação de uma Escola de Aprendizes Artífices (EAA) em cada capital da federação (Colombo, 2020). Outra particularidade diz respeito ao processo de formação do IFRS, que ocorreu quase 100 anos depois, envolvendo quatro instituições tradicionais, mas que possuíam estruturas relativamente medianas em comparação com as grandes redes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) do país, cada uma com suas características e especialidades de formação técnica e profissional.

## PORTO ALEGRE: A ESCOLA DE COMÉRCIO

O IFRS não se origina na rede de EAAs desenvolvida por Nilo Peçanha, mas nasceu a partir de diferentes instituições com características deveras singulares. O Câmpus Porto Alegre, uma das instituições originárias, deriva da Escola Técnica da UFRGS, cuja origem remonta à fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, fundada no ano de 1909. Deve-se ter em conta que Porto Alegre já contava com o Instituto Técnico Profissional, atual Escola Técnica Estadual Parobé, cujo

funcionamento iniciou em 1906 – enquanto esta foi criada junto à Escola de Engenharia, aquela foi anexada à Faculdade de Direito.

Conforme Batista e Müller (2021, p. 61), “a República trouxe consigo o discurso de educar e higienizar a nação, com iniciativas na saúde pública e na urbanização, além de projeto de utilização da escola como meio transmissor dessas ideias”. Os autores destacam que, no início do século XX, o Brasil era preponderantemente agrícola e sua economia encontrava-se ancorada entre a produção de café e de algodão. O país contava também com a intencionalidade de fomentar um processo de industrialização.

A criação de ambas as instituições ocorreu em um período de valorização da modernização urbana. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre o que Ciavatta (2009) aborda com relação à “revolução burguesa” no Brasil. A autora, a partir dos estudos de Florestan Fernandes e Octavio Ianni, explana sobre o processo que origina a constituição de uma “civilização do trabalho”. São elencados elementos fundamentais para as transformações nas relações de trabalho: independência política, abolição da escravatura, transformações na estrutura fundiária e mercantilização da agricultura.

Considera-se importante atentar para o fato de que a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um contexto de urbanização e crescente complexificação social, das quais decorreram necessidades prementes na formação da mão de obra imprescindível para gerir tais transformações. Verifica-se, portanto, que a criação do Instituto Técnico Profissional, cujos cursos visavam à formação de um proletariado urbano, e da Escola Técnica de Comércio, que objetivava formar profissionais para o gerenciamento das empresas que começavam a se constituir ou a se fortalecer, insere-se em um mesmo contexto. Desse modo, a demanda por especialistas de nível técnico e superior para a administração financeira e contábil no estado, nas indústrias e nos comércios da região, incentivou a sua criação.

Acerca da fundação da Escola Técnica de Comércio, Marc e França (2019) afirmam que Leonardo Macedônia Franco e Francisco Rodolfo Simch, professores da Faculdade de Direito Manoel André da Rocha, teriam decidido propor o mais rápido possível o projeto de fundação da Escola de Comércio, tendo em vista que se sentiam ultrapassados pela

Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio. Segundo as autoras:

Assim, em decorrência disso, e conforme a Ata n. 66 da Faculdade de Direito, de 26 de novembro de 1909, foi criada a Escola de Comércio (BARBOSA; OTT, p.55, 2013), anexa à Faculdade Livre de Direito, sendo que em “18 de novembro de 1913 formou-se a primeira turma do Curso Superior, composta por oito formandos, tendo como paraninfo o Professor Francisco Rodolfo Simch” (Marc; França, 2019, p. 2).

As autoras destacam que a organização pedagógica e o currículo foram baseados no Decreto n. 1.339/1905, que regulamentou o ensino da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902. No primeiro ano de existência, iniciou-se a oferta do curso geral de nível técnico, com formação de guarda-livros e perito judicial, e do curso superior para os cargos de atuário ou chefe de contabilidade em empresas, assim como para a ocupação de cargos no Ministério das Relações Exteriores. Em 1913, foi realizada a primeira formatura, integrada por alunos do curso superior.

As primeiras mudanças significativas ocorreram nos anos 1930, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930) e a imposição de um processo de centralização de normativas legais da educação, acompanhada, inclusive, de um movimento educacional renovador, simbolizado pela Escola Nova. Entre as novidades, houve a proposta de um curso propedêutico e a reformulação do curso geral, transformado no Curso Técnico de Perito Contador em 1934. Conforme observado por Antunes, França e Santos (2013), a Escola gozou de um período de estabilidade até 1945, havendo um aumento de demanda por esse curso.

A federalização da Universidade do Rio Grande do Sul pela Lei n. 1.254/1950 fez com que a Escola de Comércio fosse vinculada à Faculdade de Ciências Econômicas, assumindo a denominação Escola Técnica de Comércio (ETCOM). Na década de 1950, iniciaram as atividades dos cursos técnicos em Administração (1954) e em Secretariado (1958), além da oferta de um curso subsidiado pelo Ministério do Trabalho, o de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial (1956-1971), com 480 estudantes concluintes (Antunes; França; Santos, 2013; Feijó, 2017).

A ETCOM alcançou mais autonomia administrativa a partir dos anos 1970, ao ser desvinculada da Faculdade de Ciências Econômicas. A expansão de atividades com a oferta de novos cursos técnicos, como o de Processamento de Dados, gerou a necessidade de a UFRGS assegurar um espaço exclusivo para a Escola, sendo inaugurado um prédio próprio na Av. Ramiro Barcelos em 1994. Em 1996, a denominação institucional passou a ser Escola Técnica da UFRGS, com novos cursos técnicos de Biotecnologia e Química, além de cursos pós-médios, a exemplo do curso de Redes de Computadores.

### **BENTO GONÇALVES E O SERTÃO: INICIATIVAS NO ENSINO AGRÍCOLA**

Dentre os câmpus formadores do IFRS, os das cidades de Sertão/RS e Bento Gonçalves/RS possuem uma longa tradição no ensino profissional agrícola no estado do Rio Grande do Sul. Ambos guardam estreita relação com as Estações Experimentais, criadas nas décadas de 1930 e 1940 para fomentar a agricultura brasileira. A gênese do que mais tarde se tornaria o Câmpus Sertão do IFRS está vinculada à criação da Estação Experimental de Trigo, inaugurada em 1940 pelo então presidente, Getúlio Vargas, na localidade de Engenheiro Luiz Englert, hoje pertencente ao município de Sertão/RS. Já o Câmpus Bento Gonçalves, por sua vez, tem sua origem na Estação de Enologia, órgão fundado em 1942, onde ocorreriam as primeiras aulas da então Escola de Viticultura e Enologia.

### **Câmpus Bento Gonçalves**

A história do atual IFRS/Câmpus Bento Gonçalves remete ao final da década de 1950, período de implantação da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves/RS, no ano de 1959. Se recuarmos ainda mais no tempo, veremos que a gênese da Escola encontra-se na Estação de Enologia da cidade, criada na década de 1940 por iniciativa do poder público local e de empresas que atuavam no ramo, em consonância com a legislação vitivinícola da época.

A necessidade de criação de um curso de formação específica na área enológica já circulava na imprensa local por meio de entidades de classe do vinho. Além disso, a pauta foi abordada no 3º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, realizado em 1937 no Rio de Janeiro/

RJ, durante o qual o professor Manuel Mendes da Fonseca, do Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura, discursou sobre o tema (Cardoso, 2022). Em relação à emergência de novas profissões, Manfredi (2017) pontua que estas surgem a partir de transformações advindas dos processos produtivos, da complexidade e das novas dinâmicas e necessidades da sociedade. Assim sendo, foi dessas mudanças – ocasionadas pela complexificação da produção de vinhos a partir do incremento das variedades de uvas finas – que emergiu a demanda de uma instituição para tal fim.

No período anterior à criação da Escola, os enólogos que prestavam serviços para o setor do vinho brasileiro eram, em sua maioria, estrangeiros, visto que a formação ainda não existia no Brasil. Dessa forma, após muitas tratativas sobre a cidade da Serra Gaúcha onde a Instituição deveria ser localizada, foi criada a Escola de Enologia de Bento Gonçalves. No Projeto de Lei n. 344/1959, são expostos alguns motivos para essa iniciativa, tendo em vista a emergência da profissão:

Como a obtenção dessa qualidade está condicionada ao indispensável aperfeiçoamento técnico dos estabelecimentos produtores e à urgente modernização dos processos geotécnicos de elaboração, o Ministério da Agricultura objetivou a criação de uma ESCOLA DE VITICULTURA e ENOLOGIA em Bento Gonçalves, centro da maior e mais importante região vinícola do país. A sua finalidade principal será a de preparar técnicos especializados em viticultura e enologia, bem como trabalhadores habilitados naqueles misteres, formando, desse modo, homens capazes de colaborar com a eficiência necessária no aprimoramento de tão importante indústria (Brasil, 1959).

A Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves foi criada por meio da Lei n. 3.646, de 22 de outubro de 1959. Nos primeiros anos de funcionamento, a Instituição formou apenas técnicos em enologia. Em 13 de fevereiro de 1964, foi publicado o Decreto n. 53.558, que alterou a denominação de todas as Escolas Agrícolas para Colégios. Consequentemente, a Instituição passou a denominar-se Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves (CVE). Após isso, a sigla CVE tornou-se marca dos produtos que são produzidos até hoje.



Por meio do Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, esses colégios foram transferidos para a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (Coagri), órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que passou a controlar o ensino agrícola no país. As instituições federais sob a alçada da Coagri passariam a adotar o Sistema Escola-Fazenda como modelo pedagógico para as Escolas Agrícolas Federais brasileiras. Para Sobral e Koller (2010), por meio da Coagri e, especialmente, da implementação da Escola-Fazenda, foi construída uma identidade para essa modalidade de ensino, por vezes pouco crítica e tecnicista, voltada para o agronegócio. É nesse período que a Escola passou a ofertar também o Curso Técnico Agrícola.

O Decreto n. 83.935, de 4 de setembro de 1979, procurou uniformizar as instituições subordinadas à Coagri, determinando a denominação “Escola Agrotécnica Federal” seguida do nome da cidade onde cada uma se localizava. Dessa forma, o CVE teve seu nome modificado para Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves. Já em 1985, esse nome foi alterado para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek. A década de 1980 marcou a Instituição não apenas pela mudança de nome. Em 1986, com a extinção da Coagri, as Escolas Agrícolas Federais passaram a ser subordinadas à Secretaria de Ensino de Segundo Grau (Sesg) e, posteriormente, em 1990, à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete). Em 1993, as Escolas Agrotécnicas Federais se tornaram autarquias, ganhando autonomia administrativa, didática e disciplinar. Foi nesse período que começaram as tratativas para a implementação de um Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, refletindo as demandas locais do setor. Assim, em 1995, a Instituição começou a oferecer o curso, que seria o seu primeiro curso superior.

Em 2002, a Escola passa a ser denominada Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/BG). O processo de “cefetização” ocorreu a partir do ano 2000 e foi aprovado pelo MEC no ano de 2002. Pretendia-se transformar a Instituição em uma Universidade Tecnológica, modelo que estava sendo muito debatido no período, mas que perdeu espaço para o modelo dos Institutos Federais, implantado posteriormente, no ano de 2008. Como Cefet/BG, a Instituição iniciou a oferta de diversos outros cursos e, a partir de 2007, integrou o Plano de Expansão da Rede Federal, coordenando o processo de implantação de unidades

de educação profissional nas cidades de Caxias do Sul/RS, Osório/RS, Restinga/RS, Porto Alegre/RS e Canoas/RS. Em 2008, o Cefet/BG passou a compor o IFRS, como Câmpus Bento Gonçalves, por meio da Lei n. 11.982/2008. Com a nova organização, a Instituição passou a poder ofertar mais cursos, como especializações e mestrados.

### **Câmpus Sertão**

A trajetória do IFRS/Câmpus Sertão se origina na Estação Experimental do Trigo de Passo Fundo nos anos 1940, sendo sua memória bastante presente no Câmpus: muitas das antigas edificações foram incorporadas pela Instituição. A fim de atender à comunidade local e aos filhos de funcionários da Estação, foi criada, pela Lei n. 3.215, de 19 de julho de 1957, a Escola Agrícola de Passo Fundo (Camargo, 2023). Suas atividades iniciaram em 1963, com a oferta de um curso ginásial técnico, conferindo o título de “mestre agrícola” aos estudantes concluintes. Em 1964, a partir da Lei n. 53.558, de 13 de fevereiro, foi instituído o Ginásio Agrícola de Passo Fundo, cuja primeira turma se formou no ano de 1966 (Spenthof, 2013; Linha [...], 2024).

Pelo Decreto n. 62.178, de 25 de janeiro de 1968, o Ginásio passou a funcionar como Colégio Agrícola e, com o Decreto n. 62.519, de 9 de abril do mesmo ano, assumiu a denominação Colégio Agrícola de Sertão (Spenthof, 2013). Sob a coordenação da Coagri entre os anos de 1973 e 1986, a Instituição expandiu suas atividades, com a comercialização de seus produtos agrícolas, a organização da cooperativa-escola e a melhoria da infraestrutura escolar (IFRS, 2023d; Linha [...], 2024).

Por força do decreto de uniformização das instituições vinculadas à Coagri em 1979, assumiu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Sertão, denominação que manteve até a criação do IFRS. A Lei Federal n. 8.731, de 16 de novembro de 1993, tornou a Escola em autarquia federal com autonomia administrativa e pedagógica (Spenthof, 2013; IFRS, 2023). Tal autonomia se refletiria nas décadas de 1990 e 2000: além de ministrar cursos técnicos de Agropecuária, Agroindústria e Informática, a Escola Agrotécnica passou a prestar assessoria técnica e ofertar cursos na região. Essa atuação em extensão incluiria os futuros câmpus Vacaria, Erechim e Ibirubá, para cuja implantação o Sertão prestou significativo apoio (Spenthof, 2013; IFRS, 2016; IFRS, 2024b).

## Rio Grande e seu colégio industrial

As origens do IFRS/Câmpus Rio Grande remontam ao início dos anos 1950. As atividades portuárias e industriais do município de Rio Grande/RS foram importantes fomentos para a criação de um espaço de formação acadêmica na região, considerando a demanda dos setores produtivos locais. Com a concepção da Fundação Cidade do Rio Grande em junho de 1953, deu-se início a organização da segunda faculdade de engenharia do Rio Grande do Sul, a Escola de Engenharia Industrial (EEI) (Teixeira, 2013; Souza, 2013). A EEI iniciou suas atividades em 1955. Na segunda metade da década, foram construídos seu edifício-sede e as demais infraestruturas, e foi organizado o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI).

O papel do IPOI era prestar assistência ao setor industrial, elaborando estudos de forma a indicar soluções para a indústria local, tais como a qualificação profissional. Entre seus resultados, foi identificada a demanda por profissionais de nível médio nas áreas de refrigeração e de eletricidade, que deveriam ser encarregados da expansão das atividades industriais do município, especialmente a indústria pesqueira e a mudança de seu perfil de produção para congelados (Souza, 2013).

Isso levou o IPOI a propor a criação de uma escola técnica de nível médio, o Colégio Técnico Industrial (CTI), em fevereiro de 1964, com a oferta de cursos de Eletrotécnica e de Refrigeração Industrial e Doméstica – o primeiro do país, inicialmente atendendo à indústria de pescados. A alta demanda por esses profissionais fez com que as atividades do CTI já iniciassem em março do mesmo ano com 60 estudantes matriculados no turno noturno, valendo-se da infraestrutura da EEI para suas aulas. No ano seguinte, por meio da Portaria MEC n. 2, de 6 de janeiro de 1965, o CTI foi formalmente autorizado a funcionar (Maiorca, 2023).

No final dos anos 1960, o CTI passou a integrar a Fundação Universidade do Rio Grande (Furg). Ainda que enfrentasse dificuldades para obter do MEC o reconhecimento dos cursos, no decorrer dos anos 1970 a Escola já alcançava proeminência na formação de técnicos, com uma demanda por parte de empresas públicas e privadas como a Petrobras, a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a Fertisul, entre outras, com a oferta de estágios e empregos (Colégio Técnico Industrial da Fundação Universidade do Rio Grande, 1974). A oferta de dois cursos, Refrigeração e Eletrotécnica, foi mantida até 1986, quando mais um foi

incorporado ao CTI: o Curso Técnico em Processamento de Dados. Em 2007, às vésperas de integrar o IFRS, o CTI ofertava 407 vagas, sendo 60 na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 225 para o Ensino Profissional Subsequente (Furg, 2008). Sua estrutura organizacional contava com duas divisões de ensino, a de educação básica e a profissional, esta última com os cursos técnicos em Geomática, Projetos e Instalações Elétricas, Refrigeração e Ar-Condicionado, Enfermagem, Sistemas Orientados a Negócios, Sistemas para Intranet e Internet (CTI, 2008).

## AS ESCOLAS DO PROEP E AS EXPANSÕES DA FASE II

Os anos 1990 foram marcados pela imposição do neoliberalismo na vida política e socioeconômica do país, com um importante impacto na educação profissional e tecnológica (EPT) (Frigotto; Ciavatta, 2003), a partir da redução de investimentos e a imposição de novos preceitos educacionais “em consonância com a nova divisão social e técnica do trabalho” (Assis; Medeiros Neta, 2015, p. 204), eliminando a integração existente entre o ensino técnico e ensino médio pelo Decreto n. 2.208/1997. Para as instituições que formariam o IFRS, isso impactou a oferta dos cursos, levando-as a arranjos para manter a qualidade dos currículos: um exemplo foi a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, que procurou ofertar de forma “concomitante” os cursos propedêuticos e profissionalizantes (Spenthof, 2013). Apesar dessas pressões, ocorreram avanços, como a “cefetização” da Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek, que se tornou Cefet/Bento Gonçalves em 2002 (Campello, 2007; Cardoso, 2020).

A criação do Programa de Expansão do Ensino Profissional (Proep) em 1997, por meio de uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi um exemplo do paradigma neoliberal imposto à EPT. O Proep objetivava incentivar o fomento de parcerias com a sociedade civil para a criação de novas Escolas Técnicas, prevendo investimentos públicos para que esses parceiros propusessem projetos a partir de Cartas Consultas e, se contemplados, construíssem e administrassem centros de educação profissional. Entre essas parcerias, citamos três empreendimentos de educação profissional do Rio Grande do Sul que futuramente integrariam o IFRS: Ibirubá/RS, Farroupilha/RS e Feliz/RS.

O IFRS/Câmpus Ibirubá tem suas origens no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec) em 1986, quando foi levado ao MEC um projeto para a implantação de uma escola agrícola municipal. A participação da Escola Agrotécnica Federal de Sertão foi importante para viabilizar a experiência no final da década de 1980, porém a demanda por expansão resultou em um projeto de constituição de um Centro Regional de Educação Profissional, viabilizado pela Fundação Ibirubense de Educação e Tecnologia (Fundibitec) a partir da adesão ao Proep em 1999. Por meio desse programa, foram assegurados recursos de cerca de R\$ 2 milhões, que tornaram possível a criação da Escola Técnica do Alto Jacuí (ETAJ) em 2001. A ETAJ avançaria para o ensino médio técnico em 2003, atendendo aos estudantes da escola técnica municipal, extinta no ano anterior. Entre os cursos ministrados, estavam o Técnico em Agropecuária, o Técnico em Eletromecânica e o Técnico em Sistemas de Informação (Linha [...], 2024; IFRS, 2024b).

O IFRS/Câmpus Farroupilha, por sua vez, remonta a 1999, quando a Fundação da Universidade de Caxias (FUCS) apresentou uma Carta Consulta ao MEC, propondo a formação de uma escola técnica no município vinculada aos setores produtivos da Serra Gaúcha (Dagnese, 2021; Linha [...], 2024). Com os recursos assegurados, ocorreu a construção da Escola Técnica Farroupilha (ETFar), inaugurada em 2001. Seus primeiros cursos técnicos eram direcionados ao setor industrial da região, como Eletrotécnica, Eletrônica Industrial, Metalurgia e Processamento de Polímeros.

O Câmpus Feliz tem suas origens em 1998, quando a prefeitura do município enviou uma Carta Consulta ao MEC “descrevendo a intenção e o interesse” (Israel, 2012) na criação de uma escola técnica, procurando incentivar o desenvolvimento do setor oleiro e agrícola da região. A proposta foi retomada em 2001, sendo aprovada pelo Proep no ano seguinte. Para administrar o empreendimento escolar, foi criada a Fundação de Educação Profissional do Vale do Caí, entidade sem fins lucrativos que contava com representantes da sociedade civil dos 20 municípios da região. Com investimentos de R\$ 3,4 milhões concedidos pelo Proep, a pedra fundamental para o Centro de Educação Profissional do Vale do Caí foi lançada em outubro de 2005 (Brasil, 2002; IFRS, 2024a).

Com o tempo, muitos dos novos empreendimentos fomentados pelo Proep enfrentaram dificuldades. Entre os fatores, estavam a falta de

experiência, a necessidade de contínuos investimentos e a preparação de técnicos e docentes, além da manutenção da concessão de bolsas de estudos para parte dos estudantes como contrapartida ao programa. Em todo o país, algumas iniciativas acabariam federalizadas e incorporadas à RFEPT, quando esta iniciou seu processo de expansão ainda nos anos 2000. Não foi diferente com as experiências que depois integrariam o IFRS: a ETAJ e sua mantenedora iniciaram as tratativas pela federalização em 2005, Feliz em 2008 e a ETFar em 2009. Feliz seria a primeira a ser federalizada, inclusive tornando-se uma Unidade de Educação Descentralizada (Uned) do Cefet/Bento Gonçalves em 2008. As demais seriam federalizadas em 2009 e 2010, na qualidade de núcleos avançados do IFRS (posteriormente câmpus) Ibirubá e Farroupilha (Palmeira; Polon; Costa, 2024; Figueiredo, 2014).

## A FORMAÇÃO DO IFRS E SEUS PRIMEIROS ANOS

A partir da ascensão do governo Lula em 2003, a EPT passou por importantes transformações. Debates educacionais em curso no país desde o final da década de 1970 procuraram superar a perspectiva tecnicista existente. O reconhecimento do trabalho como um princípio educativo tornou-se base de um pensamento pedagógico que aliava os conhecimentos técnicos à capacidade crítica para interpretar o mundo por meio de uma formação integral dos educandos. Em um período de conferências e debates públicos, isso se refletiu no Decreto n. 5.154/2004, que restituiu a integração entre ensino técnico profissional e ensino médio, assegurando uma melhor qualidade para a EPT.

## NOVAS EXPANSÕES E CRIAÇÃO DO IFRS

Do ponto de vista da Rede Federal de EPT, a Lei n. 11.195/2005 revogou a proibição de criação de novas unidades federais, ensejando condições para um novo desenvolvimento. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) organizou dois processos de expansão (Fase I em 2005, Fase II em 2007), visando expandir o número de 140 unidades existentes até então, de forma a disseminar a EPT pelo território nacional. Audiências públicas passaram a ocorrer, envolvendo membros da Setec/MEC, lideranças e demais segmentos sociais, objetivando a

instalação de Escolas Técnicas Federais em suas localidades. Essas audiências foram fundamentais para identificar, em articulação com o planejamento prévio do Plano de Expansão, as potencialidades socioeconômicas das regiões e as contrapartidas a serem oferecidas pelas entidades, como terrenos e infraestrutura necessária. Após isso, seriam fundamentais para definir os eixos tecnológicos – áreas que definem os cursos a serem oferecidos à comunidade. A Chamada Pública MEC/Setec n. 1/2007, no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, envolveria a criação de 150 novas unidades, sendo a origem direta de quatro futuros câmpus do IFRS: Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Com essa expansão, também surgiriam novas Escolas Técnicas Federais, entre elas o futuro Câmpus Canoas do IFRS.

O Câmpus Caxias do Sul reflete as preocupações da comunidade em estabelecer uma escola técnica voltada aos setores de metalmecânica, polímeros e fruticultura da região. Com a aprovação na Chamada Pública, foi assegurada pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul a concessão de uma área de 30.000 metros quadrados no Bairro Nossa Senhora de Fátima para a implantação da nova Escola, que se tornaria câmpus do IFRS em dezembro de 2008. Já no contexto do IFRS, novas audiências públicas envolvendo diferentes segmentos sociais definiram os cursos a serem ofertados, como os cursos de ensino superior em Tecnologia em Metalurgia, Tecnologia em Logística, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, além do projeto arquitetônico do prédio, financiado com apoio de sindicatos profissionais da região (Linha [...], 2024; IFRS, 2023b).

A história do Câmpus Erechim está relacionada à concepção de uma escola para atender às demandas de EPT na região, a Escola Técnica Federal do Alto Uruguai. Em 2007, a Prefeitura Municipal de Erechim concedeu uma área construída para sua instalação (Lei Municipal n. 4.238/2007), porém sua implantação avançou a partir da participação da Chamada Pública MEC/Setec, quando a proposta foi aprovada. A Escola Agrotécnica Federal de Sertão passou a cuidar da implantação da Escola, orientada a auxiliar o arranjo produtivo da região com a oferta de cursos nas áreas de agroindústria e confecção. As atividades iniciaram em 2009 já como um câmpus do IFRS (Linha [...], 2024; IFRS, 2020b)

Representando a região do litoral norte do Rio Grande do Sul, o Câmpus Osório também vivenciou um período de mobilizações



envolvendo lideranças políticas e comunidades para pleitear uma Escola Técnica Federal para a região, sendo selecionado na Chamada Pública. A partir daí, o Cefet/Bento Gonçalves passou a coordenar a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned), a partir de uma série de audiências públicas para definição das áreas de atuação, em que se decidiu por Tecnologia da Informação, Hospitalidade e Turismo, Edificações e Produção de Alimentos. Foi concedido pelo município um terreno no Bairro Albatroz para sua instalação. A autorização das obras se deu no ano seguinte, em 2009, já quando – o agora Câmpus Osório – integrava o novo IFRS (Linha [...], 2024; IFRS, 2020c).

A trajetória do IFRS/Câmpus Restinga, por sua vez, iniciou em maio de 2006, quando foi formada a comissão para instalação da Escola Técnica Federal da Restinga, liderada por membros da educação popular. Outra proposta aprovada na Chamada Pública, coube ao Cefet/Pelotas dar início à implantação. Em abril de 2008, o Cefet/Bento Gonçalves assumiu os trabalhos na organização da Uned Restinga. Com a criação do IFRS, tornou-se o Câmpus Restinga, ocorrendo novas audiências públicas que definiram seus eixos tecnológicos de atuação: Controle e Processos Industriais, Edificações, Tecnologia da Informação, Hospitalidade e Lazer, e Gestão e Negócios (Linha [...], 2024; IFRS, 2018).

Por fim, também é importante destacar a originalidade do IFRS/Câmpus Canoas. Fruto da mobilização dos setores produtivos do município em relação com autoridades políticas, a Escola Técnica Federal de Canoas foi criada pela Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007. Sua implantação se deu em arranjo similar à Restinga, sob condução do Cefet/Pelotas, sendo posteriormente transferida a responsabilidade para o Cefet/Bento Gonçalves. Até a formação do IFRS, uma comissão de implantação promoveu esforços para assegurar a transferência da área, situada no Bairro Igara III, para a nova Escola (Jachetti, 2012; IFRS, 2020a).

É importante destacar que a execução do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II se inseriu em um processo político maior, que levou à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets). Desde 2003, procurou-se fortalecer a Rede Federal de EPT, rediscutindo o arranjo institucional das diferentes unidades – Cefets, Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, Uneds, entre outras –, de forma a assegurar a interiorização e

a prioridade de oferta de vagas ao ensino médio técnico. Superando a experiência da “universidade tecnológica”, que orientou os debates até 2006, a proposta dos Institutos Federais, realizada pela Setec, surgiu como alternativa viável, contando com a adesão do Conselho Nacional das Escolas Agrotécnicas Federais (Coneaf) e do Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet) para mobilizar suas comunidades escolares. Em dezembro de 2007, mediante a Chamada Pública MEC/Setec n. 2, foi deflagrado o processo de formação dos Institutos Federais, incentivando as instituições existentes a organizar suas propostas a partir de debates com suas comunidades.

Para o Rio Grande do Sul, três propostas de IFETs foram apresentadas. Uma delas envolveu a iniciativa liderada pelo Cefet/Bento Gonçalves e pela Escola Agrotécnica Federal de Sertão, que propuseram a criação de um IFET que contemplasse as regiões metropolitanas de Porto Alegre, o centro oriental e o nordeste do estado, abrangendo as áreas de atuação dessas instituições (IFRS, 2024e). Além de englobar as unidades do Prop e da Fase II, havia a possibilidade de integração da Escola Técnica da UFRGS ao projeto. A proposta foi aprovada em 31 de março de 2008, com o título de Instituto Federal do Norte do Rio Grande do Sul, mas passaria por novas transformações. Enquanto a adesão da Escola Técnica da UFRGS se confirmou após mobilização da comunidade e debates no Conselho Superior da Universidade, as unidades de Venâncio Aires e Passo Fundo acabaram sendo vinculadas a outro Instituto Federal, o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Outra adesão durante o ano de 2008 foi a do Colégio Técnico Industrial da Furg, igualmente envolvido nas discussões internas que levaram à integração do novo arranjo institucional. Por fim, a Escola Técnica Federal de Canoas, em processo de implantação, também acabou integrada aos esforços que levaram à formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), a partir da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

## CONSOLIDAÇÃO

A partir da formação do IFRS e da consolidação dos câmpus existentes, nos anos seguintes o processo de expansão da Rede Federal, intitulada Fase III (2011-2016), teve prosseguimento. Para a Instituição, esse processo consolidou sua atual configuração em 17 câmpus, tendo sido acompanhado

de uma nova série de mobilizações das comunidades locais com representantes políticos e servidores do IFRS. Para tanto, foi organizada a implantação dos novos câmpus por meio de audiências públicas e contrapartidas de infraestrutura, definindo os eixos de atuação e a localização das unidades. Contudo, nem todos prosperaram nesse processo, como a expansão planejada para o município de Guaíba/RS. No entanto, outros tiveram sucesso, como resultado da mobilização da comunidade e das ações de servidores do IFRS em grupos de trabalhos, dando origem aos câmpus Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão (Linha [...], 2024).

O IFRS/Câmpus Alvorada tem origem nas primeiras mobilizações de autoridades políticas perante a Setec/MEC no ano de 2009, nas quais foram discutidas a implantação de uma escola técnica a ser gerida pelo poder estadual em uma das regiões menos favorecidas economicamente do Rio Grande do Sul, por meio do Programa Brasil Profissionalizado (Linha [...], 2024; IFRS, 2023a). A proposta apenas avançaria em 2011, quando o IFRS manifestou interesse em propor um câmpus no município, iniciando uma série de audiências públicas com a comunidade local e tratativas para a transferência do terreno original à Instituição. Com a definição dos seus primeiros eixos tecnológicos, o Câmpus Alvorada iniciou suas atividades em uma sede provisória em 2013, no Centro de Educação Profissional Professor Florestan Fernandes, mediante a oferta de cursos técnicos pelo Pronatec e pelo Programa Mulheres Mil. A partir do segundo semestre de 2016, o IFRS/Câmpus Alvorada passou a ocupar sua nova sede, ofertando em 2017 seus primeiros Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente e Produção Áudio e Vídeo.

Sobre as origens do IFRS/Câmpus Rolante, já havia uma importante mobilização da comunidade do Vale do Paranhana em prol da instalação de uma Escola Técnica Federal, no contexto da expansão da Rede, ainda nos anos 2000. A aprovação pelo MEC para a implantação do Câmpus Rolante aconteceu em 2011, tendo como contrapartida a doação de uma área de 57 hectares por parte da Prefeitura Municipal. Em 2013, começaram as atividades escolares com a oferta dos primeiros cursos pelo Pronatec, como Inglês Básico e Condutor Ambiental. Entre os anos de 2014 e 2017, as atividades administrativas transcorreram na sede provisória, situada no Sindicato dos Sapateiros, até a inauguração no novo câmpus (Linha [...], 2024; IFRS, 2024c).

O IFRS/Câmpus Vacaria teve seu início como um polo da Escola Agrotécnica Federal de Sertão (Escola Agrotécnica Federal de Sertão, 2006), por meio das tratativas com a Prefeitura Municipal de Vacaria e os demais setores da sociedade civil organizada da região, visando à oferta do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Agropecuária a partir de 2006 (IFRS, 2016). Com a criação do IFRS, o Polo Vacaria ficou sob a responsabilidade do Câmpus Bento Gonçalves, estando sediado na Associação dos Técnicos Agrícolas de Vacaria (ATAV) até o ano de 2012. Um ano antes, tornou-se o Câmpus Vacaria, já com a oferta de cursos técnicos pelo Pronatec, tais como Operação de Máquinas Agrícolas e Agricultura Familiar, além do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Informática. No ano de 2013 começaram as obras para a implantação da nova sede do Câmpus, a partir da doação de uma área de 60 hectares por parte da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro). Em 2016, foi inaugurada a nova sede, com a promoção de cursos técnicos subsequentes em Agropecuária e em Logística, além de um curso superior em Agronomia, em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) (Linha [...], 2024; IFRS, 2016).

Já o IFRS/Câmpus Viamão somou-se ao esforço da Instituição para assegurar sua presença na região metropolitana de Porto Alegre. Em 2011, teve início uma série de audiências públicas para a definição dos eixos tecnológicos de atuação, passando em 2013 a organizar a oferta de cursos do Programa Mulheres Mil. Em fevereiro de 2015, o Câmpus passou a ministrar suas atividades acadêmicas no Parque Tecnológico (Tecnopuc) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo iniciadas as primeiras turmas dos cursos técnicos subsequentes em Cooperativismo, Serviços Públicos e Administração, assim como o Curso Técnico Concomitante ao Ensino Médio em Meio Ambiente (Linha [...], 2024; IFRS, 2024d).

Por fim, o mais novo câmpus da Instituição – IFRS/Câmpus Veranópolis – tem trajetória similar à dos demais, envolvendo a mobilização dos municípios da região da Serra Gaúcha por uma escola técnica ainda no ano de 2009. Contudo, as condições prosperaram apenas em 2013, quando lideranças do município de Veranópolis e o IFRS iniciaram a discussão sobre a federalização do Colégio Agrícola, somada à concessão de uma área da Fepagro a ser concedida para o novo câmpus.

Em 2014, após as audiências públicas, a Prefeitura Municipal de Veranópolis doou a área de 4,7 hectares, incluindo o imóvel da antiga Escola, o que possibilitou ao Câmpus dar início às atividades acadêmicas, com os primeiros cursos pelo Pronatec e pelo Programa Mulheres Mil, tais como Espanhol Básico, Operador de Computador e Cuidador de Idosos (Linha [...], 2024; IFRS, 2022a).

### Os primeiros anos do IFRS

A nova institucionalidade revelou-se desafiadora. O desenvolvimento de uma perspectiva integrada entre as diferentes culturas escolares presentes nas unidades que formavam o IFRS, bem como a coordenação da continuidade de um processo de expansão, envolveu esforços para construir um novo ordenamento político-pedagógico e organizacional, a partir de uma reitoria situada em Bento Gonçalves – o do Rio Grande do Sul é o único Instituto Federal sem uma reitoria na capital do estado. A construção e a aprovação do estatuto do IFRS ainda em 2009, por meio de uma comissão formada por servidores das diferentes unidades, foi um dos primeiros exemplos da gestão democrática que serviria de princípio orientador para a Instituição. Os Comitês de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como as comissões vinculadas aos câmpus, demonstram esse princípio. A capacitação dos servidores, de forma a garantir essa integração necessária, pode ser simbolizada pela realização do I Seminário Anual dos Servidores em 2012. Além disso, vale destacar a Política de Comunicação, longamente debatida a partir de 2013 e aprovada em 2015, não apenas assegurando uniformização e transparência nas relações institucionais com diferentes públicos do IFRS, mas também contribuindo para o fortalecimento de uma identidade institucional por meio de diferentes ações.

Do ponto de vista da infraestrutura dos câmpus, foi um período de consolidação de obras da Fase II e III. Apesar dos atrasos, com suspensões, prorrogações e renegociações de contratos com as empresas construtoras, as novas sedes para os câmpus foram tomando forma. Em 2012, o Câmpus Restinga pôde usufruir do primeiro prédio concluído na sede situada no Distrito Industrial, já transferindo suas atividades integrais para o novo espaço. Em 2013, o Câmpus Osório migrou as atividades da antiga Escola para o novo câmpus, sendo oficialmente inaugurado em agosto, com a presença da presidenta Dilma Rousseff.

Em fevereiro de 2014, foi a vez do Câmpus Caxias do Sul ocupar os primeiros prédios concluídos na nova sede no Bairro Fátima, já os Câmpus Vacaria e Alvorada teriam suas novas sedes em fevereiro e julho de 2016, e o Câmpus Rolante em agosto de 2017. A ocupação dos novos espaços, ainda em continuidade das obras, garantiu uma melhoria de infraestrutura para as atividades acadêmicas, impactando na qualidade da oferta. As matrículas tiveram um crescimento significativo: de 2.157 no ano de 2009, elas saltaram para 8.708 no ano seguinte. Em 2012, o IFRS já alcançava a marca de 16.063 matrículas (IFRS, 2023c).

Obviamente, a expansão não foi apenas quantitativa, mas refletiu uma visão crítica da EPT, reconhecendo o princípio educativo do trabalho e a perspectiva integrada de educação, acompanhada da verticalização do ensino e sua indissociabilidade com a pesquisa e extensão, a valorização das experiências discentes e o diálogo com as comunidades onde se inserem as unidades do IFRS. Do ponto de vista do ensino, a aprovação da Política de Assistência Estudantil, em 2010, foi fundamental para prover as primeiras estratégias de acesso, permanência e êxito dos estudantes de diferentes segmentos do IFRS. Ao reconhecer as diferenças sociais e educacionais entre os discentes, especialmente os que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, iniciou o desenvolvimento de diagnósticos, programas e ações a partir de uma assessoria na Reitoria e na Coordenações de Assistência Estudantil nos câmpus. Já o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documento de referência para as ações do IFRS, foi construído coletivamente entre os anos de 2010 e 2011, possibilitando as contribuições pedagógicas críticas da EPT, que passariam a influenciar os cursos por meio de seus projetos pedagógicos. Do mesmo modo, a construção da Organização Didática, vital para os procedimentos acadêmicos, envolveu a participação coletiva, ainda que seus trâmites tenham sido simplificados (Figueiredo, 2014).

Esse processo também abrangeu o reconhecimento das desigualdades relativas à questão de gênero, etnia e raça, bem como às situações de exclusão, as quais afetam os direitos da população afro-brasileira, indígena, LGBTQIA+ e das pessoas com deficiências, por muito tempo invisibilizados e/ou estereotipados por uma visão hegemônica de sociedade. Nas unidades do IFRS, ocorreu a (re)organização do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne),

do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs) e do Núcleo de Ações Afirmativas (Naaf), que passaram a promover estudos, oficinas, encontros, palestras e demais atividades em suas comunidades. Um marco certamente foi a Política de Ações Afirmativas, documento que definiu:

medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas (Rio Grande do Sul, 2014a).

Vale destacar que o Napne teve seus primeiros avanços coletivos em 2010, quando uma consultoria de ações inclusivas foi estabelecida na Reitoria e o primeiro encontro entre membros dos Napne foi realizado, além de contar com o apoio do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA), estabelecido em 2004, ainda no Cefet/Bento Gonçalves. Por sua vez, os Neabi realizaram um primeiro encontro em 2013 no Câmpus Porto Alegre, e seu primeiro regulamento foi aprovado em 2014 (Rio Grande do Sul, 2014b).

As atividades de extensão possibilitaram a produção e a difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos nos câmpus, repercutindo a preocupação em estabelecer um diálogo com suas comunidades e contribuir para os arranjos produtivos locais (IFRS, 2017). Um exemplo da importância foi que em 2010 já tinham sido ofertadas 251 ações, entre cursos, palestras e eventos (IFRS, 2011); um ano depois, 471 ações (IFRS, 2012). Entre as tarefas, coube à Pró-Reitoria de Extensão coordenar o Programa Mulheres Mil e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em 2011, promovendo diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em 49 municípios do Rio Grande do Sul, tais como Panificação, Linguagens (Espanhol, Libras), Agricultura Familiar e Operação de Computador (IFRS, 2013). A atuação nesses programas foi fundamental para aproximar a Instituição das comunidades locais, reafirmando o papel do IFRS no desenvolvimento regional mediante a capacitação e as trocas de experiências com os beneficiários dos programas. Outra ação importante envolveu Educação Física, Esportes e Lazer, presentes nos



componentes curriculares, em projetos e mesmo nos momentos de ócio criativo, nos quais os estudantes se valem dos espaços dos câmpus para atividades lúdicas durante o tempo livre. Em 2014 foi organizada a primeira edição dos Jogos do IFRS, que, superando dificuldades logísticas e financeiras, reuniu 439 estudantes de 11 câmpus nas modalidades futsal, handebol, voleibol, tênis de mesa e xadrez (IFRS, 2014).

Na dimensão da pesquisa e da inovação, houve um esforço coletivo para munir o IFRS com uma infraestrutura tecnológica e científica adequada, com laboratórios, equipamentos e espaços específicos que possibilitassem o desenvolvimento de pesquisas para a produção de um conhecimento crítico e situado, voltado ao benefício das comunidades locais. Da mesma forma, o incentivo à iniciação científica e tecnológica entre os estudantes foi acompanhado dos primeiros programas de bolsas e auxílio institucional ainda em 2010. Como na extensão e no ensino, o subsídio a projetos na pesquisa expandiu-se: em 2011 foram concedidas 71 bolsas de fomento interno e 48 de fomento externo – da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (Fapergs) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) –, enquanto em 2015 esse número aumentou para 176 e 78 bolsas de fomento interno e externo, respectivamente (Bossle *et al.*, 2021). Esse impacto é dimensionado pela distribuição de recursos previstos para o fomento interno, com bolsas no montante de R\$ 206.943,00 em 2010 e de R\$ 676.400,00 em 2015 (Bossle *et al.*, 2021). Subsidiando esses avanços, foi lançado o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (Resolução Consup n. 33/2015), que definiria o incentivo à capacitação “para a institucionalização e consolidação da pesquisa científica e tecnológica, com ênfase na iniciação científica, iniciação tecnológica e de inovação e educação científica” (Bossle *et al.*, 2021, p. 13).

Já a preocupação em coordenar a divulgação científica (e de extensão) fez surgir o primeiro Programa Institucional de Apoio à Edição de Periódicos Científicos do IFRS em 2014, coordenando os periódicos institucionais existentes em um sistema. No âmbito da pós-graduação, as primeiras vagas de nível *lato sensu* remontam ao ano de 2009, com o lançamento da Especialização em Viticultura no Câmpus Bento Gonçalves. Em 2015, havia 12 cursos. Nesse ano, seriam organizados os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, os mestrados profissionais em Tecnologia e Engenharia de Materiais, oferecido, em conjunto,

pelos câmpus Caxias do Sul e Feliz, e em Informática, pelo Câmpus Porto Alegre (Bossle *et al.*, 2021).

Por fim, é importante destacar a realização das mostras e dos eventos de pesquisa, extensão e ensino no IFRS, alguns anteriores ao próprio Instituto – como na Escola Técnica de Comércio da UFRGS e no Cefet/Bento Gonçalves. Entre os anos de 2009 e 2015, os câmpus foram organizando e estruturando seus formatos, incentivando a troca de experiências, funcionando como uma divulgação dos projetos e das ações do IFRS com as comunidades locais, especialmente as escolas que visitam esses espaços. Em 2011, o IFRS lançou o Seminário de Iniciação Tecnológica, reunindo 22 trabalhos dos câmpus; em 2012, já com o título Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (SICT), seriam apresentados 72 projetos (Bossle *et al.*, 2021). Nesse contexto, iniciativas similares seriam seguidas pela extensão (Seminário de Extensão, 2013) e ensino (Seminário de Educação Profissional e Tecnológica, 2014), que resultariam na formação do I Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS em 2016.

## **RESISTÊNCIA, RESILIÊNCIA E SUPERAÇÃO EM TEMPOS DESFAVORÁVEIS (2016-2022)**

O golpe em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff sinalizou uma mudança de rumos na política educacional brasileira, tornando-a mais conservadora e menos participativa, o que impactou os investimentos dedicados à Rede Federal de EPT. Anúncios de cortes orçamentários e contingenciamentos, suspendendo repasses essenciais para as atividades do IFRS, mobilizaram a comunidade acadêmica em diferentes ações. Uma delas seria o abraço simbólico em 13 de maio de 2019, realizado em 13 câmpus e na Reitoria (IFRS, 2022b), ato simbólico realizado por diferentes IFs no país como forma de denunciar a falta de investimentos para a EPT.

O IFRS manteve seu crescimento, embora o processo de expansão não fosse mais uma prioridade do Estado. Em 2017, o IFRS alcançou 21 mil matrículas, indicadores que se mantêm relativamente estáveis até o presente, de acordo com os relatórios de gestão de 2019 e 2023 (IFRS, 2023c). Ainda que a expansão tenha sido modesta nos quadros de servidores, o que repercutiu no presente, relevando dificuldades dos câmpus e da Reitoria para atender a todas as demandas, houve inegáveis avanços:

em 2015, eram 1.685 servidores docentes e técnico-administrativos em educação (TAEs), passando para 2.217 em 2023, conforme os relatórios de gestão de 2015 e 2023 (IFRS, 2023c). Isso também se refletiu na qualificação: no ano de 2016, quase 50% dos servidores tinham mestrado ou doutorado; em 2023, o índice alcançava 66%, com 699 desses sendo doutores, com base nos relatórios de gestão de 2016 e 2023 (IFRS, 2023c). As políticas de qualificação, permitindo afastamentos necessários para o aperfeiçoamento, os incentivos à pesquisa e à inovação e o estabelecimento de um sistema de pós-graduação no IFRS estão entre os fatores que corroboraram esse avanço.

Por conseguinte, é possível observar que o período pós-2016 representou a consolidação de políticas e programas estabelecidos no IFRS. Do ponto de vista das políticas afirmativas, a Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade (2018), a Assessoria de Relações Étnico-Raciais (2018), o I Encontro de Estudantes Negros do IFRS (2022) e a Assessoria de Gênero e Sexualidade (2022) estão entre essas conquistas. Em 2017, o Neabi se tornou parte da comissão responsável pelo processo de ingresso de candidatos autodeclarados negros por quotas em processos seletivos e concursos no IFRS. Liderada por membros dos Nepgs, seria estabelecida a Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS com a Instrução Normativa n. 7/2021.

Temas como arte e cultura, memória e sustentabilidade passaram a ganhar mais evidência com a formação do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) em 2020, do Núcleo de Memória (NuMem) em 2021 e do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Ambiental (NEA) também em 2021. Trata-se do reconhecimento dessas dimensões para a formação integral dos estudantes e da comunidade acadêmica, incentivando a promoção de atividades vinculadas a manifestações artísticas e culturais, à preservação e à divulgação do patrimônio histórico e a ações de sustentabilidade do meio ambiente. Como exemplos desses esforços, citamos as mostras de Arte e Cultura (desde 2019), o I Encontro de NuMem de História e Memória da EPT (2023), os Seminários de Agroecologia e Sustentabilidade (2017) e o evento Conexões Ecológicas (2020, 2021).

Igualmente, a educação física, o esporte e o lazer ampliaram seus horizontes com o estabelecimento de uma política própria em 2019

(Resolução Consup n. 95/2019) e a consolidação dos Jogos do IFRS, recebendo em sua 8ª edição (2023) mais de 800 estudantes e 50 servidores de todos os câmpus da Instituição. Um ponto importante ainda foi a construção de quadras poliesportivas e/ou a cobertura delas em diferentes unidades do Instituto, sendo inauguradas a partir de 2019 (a primeira no Câmpus Restinga), contribuindo para a formação dos estudantes, além de estarem disponíveis para uso pelas comunidades locais (IFRS, 2019).

As atividades de pesquisa, extensão e ensino expandiram-se. A oferta de cursos de pós-graduação passou de 14 em 2017 para 30 em 2024. Destes, nove são mestrados profissionais, entre os quais o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), programa que integra uma rede nacional a partir do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), sendo ofertado no Câmpus Porto Alegre. Além disso, o investimento na infraestrutura de laboratórios e equipamentos foi acompanhado pela expansão do número de projetos e bolsas para pesquisa, extensão e ensino, que receberam um recurso notável – apenas em pesquisa, foram 463 bolsas de fomento interno e externo no ano de 2020 (Bossle *et al.*, 2021). Enquanto o primeiro edital de habitats de inovação foi lançado em 2017, Políticas de Extensão (2017) e de Inovação (2020) ganharam forma, causando impactos no atendimento de demandas, na divulgação e na relação com as comunidades locais, bem como na consolidação dos espaços makers a partir de 2020, com apoio do edital Setec/MEC n. 35/2020.

A realização do I Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS em 2016, com a reunião de 480 trabalhos, assinalou a preocupação em integrar os diferentes seminários existentes (Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, Seminário de Extensão, Seminário de Educação Profissional e Tecnológica, Seminário de Internacionalização, Seminário de Pós-Graduação), o que facilitou sua organização. A partir de 2017, suas edições passaram a ser realizadas no Câmpus Bento Gonçalves, agregando novas mostras e seminários, como a Mostra de Protótipos Automotivos em 2019 e a Mostra de Produtos de Pós-Graduação em 2020 (Bossle *et al.*, 2021).

Um desafio imposto foi a pandemia de covid-19. Em 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a situação de pandemia, a comunidade do IFRS vivenciava mais um

processo de volta às aulas, com a movimentação habitual que era esperada nos câmpus, de reencontro da comunidade escolar e de expectativas do início do ano letivo. Enquanto isso, havia um acompanhamento da Instituição acerca do surto da doença que se manifestava em diferentes lugares do mundo, o que levou à suspensão das atividades letivas e administrativas na semana de 16 de março de 2020. Logo, o agravamento da situação pandêmica levou a novas suspensões, decididas pelo Conselho Superior do IFRS.

Foi um período crítico para o IFRS. Conciliar a preservação da vida por meio das medidas de distanciamento social e a garantia do prosseguimento das atividades, até como forma de manter os vínculos com os estudantes e a comunidade, mostrou-se desafiador para a Instituição. Após intensos debates, as atividades letivas foram retomadas por meio da construção das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs), implementadas em setembro de 2020, que permitiram a adesão opcional dos estudantes, em um preparativo posterior às atividades de ensino remoto, que se estabeleceram em 2021, com o retorno do calendário acadêmico. Para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, houve um intenso trabalho das equipes pedagógicas, especialmente as assistências estudantis, para diversas formas de apoio, incluindo a distribuição de tablets e chips para a conexão de internet.

Se havia incertezas, agravadas pela atitude negacionista do governo federal na época, também houve muita resiliência, solidariedade e esperança, inclusive com a expectativa da vacinação necessária para a superação da covid-19. Ações indissociáveis de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas nos câmpus envolveram a produção de materiais de higienização e sanitização, a criação de tecnologias e equipamentos de proteção individual, e a distribuição de materiais de higiene e alimentos para aqueles que, por causa do impacto da pandemia, precisaram de apoio. No final de 2020, o IFRS já tinha atendido 25 mil pessoas graças aos esforços coletivos de servidores e estudantes engajados em ações e projetos. Os eventos foram adaptados de forma a garantir a continuidade das atividades, a exemplo do próprio Salão do IFRS, cujas edições de 2020 e 2021 ocorreram de forma virtual.

## A INSTITUIÇÃO NO PRESENTE (2023-...)

A volta às atividades presenciais em 2022 foi garantida pela vacinação obrigatória, o uso de máscaras e regramentos necessários para assegurar um retorno seguro a todos. Apesar dos efeitos, especialmente no que se refere aos prejuízos causados ao processo de ensino e aprendizagem, os anos pós-pandemia têm sido marcados pela esperança e pela intensidade. As edições de 2023 dos Jogos do IFRS e do 8º Salão de Pesquisa, consideradas as maiores até o momento, marcaram esse retorno.

No entanto, o ano de 2024 trouxe novos desafios à comunidade do IFRS: os efeitos climáticos, decorrentes da destruição do meio ambiente pela ação humana, tiveram consequências no final de abril, quando as chuvas torrenciais provocaram um desastre sem precedentes na história do Rio Grande do Sul. A destruição que começou na região central do estado e na Serra Gaúcha foi seguida pela inundação dos rios, alcançando a região metropolitana de Porto Alegre no início de maio. Com mais de 2 milhões de pessoas afetadas, cidades como Eldorado do Sul/RS e Canoas/RS foram devastadas. Nesse contexto, o Câmpus Porto Alegre foi atingido pelas águas, tendo seus espaços Prelúdio, Arquivo e FabLab, entre outros, danificados; o Câmpus Canoas tornou-se um abrigo para as vítimas das enchentes, chegando a receber 700 pessoas. Outros câmpus foram transformados em centros logísticos – como Bento Gonçalves e Viamão – e/ou em espaços para a organização de doações. Ademais, equipes de voluntários do IFRS também atuaram em diferentes áreas – limpeza, resgate, transporte, doações, suporte, alimentação etc. – de forma a contribuir para minorar os danos sofridos pela população. Embora a tragédia tenha se abatido, o IFRS demonstrou estar comprometido, oferecendo apoio aos estudantes prejudicados pelas enchentes, orientando a população sobre os auxílios governamentais e logrando retomar suas atividades com a mesma dedicação referente a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, G.; FRANÇA, M. C.; SANTOS, S. Traçando as imagens do tempo através da Educação, da Tecnologia e do Trabalho. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 34, p. 211-230, 2013.

ASSIS, S. M. de.; MEDEIROS NETA, O. M. de. Educação Profissional no Brasil (1960-2010): uma história entre avanços e recursos. *Tópicos Educacionais*, Recife, v. 21, n. 2, 2015.

BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. Percurso histórico do ensino profissional no Brasil – da Colônia ao início do século XXI. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 228, 2021.

BOSSLE, M. B. *et al.* Pesquisa, pós-graduação e inovação no IFRS: 10 anos de desafios e pesquisas. In: INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *10 anos de pesquisa no IFRS: histórico, reflexões e perspectivas*. Bento Gonçalves: IFRS, 2021. p. 8-46.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 344 de 1959*. Cria a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)*. Assinatura de Convênios. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/documentos/programa-de-expansao-da-educacao-profissional-assinatura-de-convenios-folder>. Acesso em: 1 jun. 2024.

CAMARGO, E. J. *De Estação Experimental de Passo Fundo à Embrapa Trigo: Políticas públicas, história e memórias (1937-1974)*. Passo Fundo: Acervus, 2023.

CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação Tecnológica*, v. 12, n. 1, 2007, p. 26-35.

CARDOSO, Á. V. *Retrospectiva histórica do Câmpus Bento Gonçalves do IFRS: desde a Escola de Viticultura e Enologia*. Bento Gonçalves: Sermo, 2020.

CLAVATTA, M. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação de trabalhadores (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL PROF. MÁRIO ALQUATI. *Estrutura Administrativa Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati/FURG (2008)*. Rio Grande: CTI, 2008. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/documentos/estrutura-administrativa-colegio-tecnico-industrial-prof-mario-alquati-furg-2008>. Acesso em: 1 jun. 2024.

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. *Relatório do Colégio Técnico Industrial da Fundação Universidade do Rio Grande/RS, relativo ao ano escolar de 1973*. Rio Grande: CTI, 1974. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/documentos/relatorio-do-colegio-tecnico-industrial-da-fundacao-universidade-do-rio-grande-rs-relativo-ao-ano-escolar-de-1973/> Acesso em: 1 jun. 2024.



COLOMBO, I. M. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices? *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, p. 1-28, 2020.

DAGNESE, D. I. C. “E essa tal de EPT?”. estudo sobre a história e memória da educação profissional e tecnológica do IFRS Câmpus Farroupilha. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DO SERTÃO. *Relatório de gestão: exercício 2005*. Sertão: EAFS, 2006. Disponível em: [https://memoria.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/taianacan-items/5012/24208/ADSER\\_00018-1.pdf](https://memoria.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/taianacan-items/5012/24208/ADSER_00018-1.pdf) Acesso em: 1 jun. 2024.

FEIJÓ, S. da R. *Biblioteca Clóvis Vergara Marques: Histórias e Memórias de Servidores*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, 2017.

FIGUEIREDO, A. de M. *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: A Construção de uma Nova Institucionalidade*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

FURG (Fundação Universidade Federal do Rio Grande). *Relatório de gestão: exercício 2007*. Rio Grande: Furg, 2008. Disponível em: [https://acessoainformacao.furg.br/images/relatorios/relatorio\\_2007.pdf](https://acessoainformacao.furg.br/images/relatorios/relatorio_2007.pdf) Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Extensão 2010: resultados e análises*. Bento Gonçalves: IFRS, 2011. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/relat%C3%B3rio-de-extensao\\_ifrs\\_2010\\_resultados\\_e\\_analises.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/relat%C3%B3rio-de-extensao_ifrs_2010_resultados_e_analises.pdf) Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Extensão 2011: resultados e análises*. Bento Gonçalves: IFRS, 2012. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-de-extensao\\_ifrs\\_2011\\_resultados\\_e\\_analises.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-de-extensao_ifrs_2011_resultados_e_analises.pdf) Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *IFRS avalia desafios e perspectivas para o Pronatec*. Bento Gonçalves: IFRS, 2013. Disponível em <https://ww1.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=3&sub=2583>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Jogos do IFRS reúnem 439 estudantes*. Bento Gonçalves: IFRS, 2014. Disponível em: <https://ww1.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=3&sub=2901>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio* (2016). Vacaria: IFRS, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1t-XnmpIR58QiZZcDJhuEWiNTInTcTd-Ju/view>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Resolução n. 58, de 15 de agosto de 2017*. Bento Gonçalves: IFRS, 2017. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Resolucao\\_058\\_17\\_Completa.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Resolucao_058_17_Completa.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Restinga: IFRS, 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/restinga/institucional/historico/#::~:~:text=O%20Câmpus%20Restinga%20est%C3%A1%20estabelecido,desde%20o%20ano%20de%202006>. Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Campi passam a contar com quadras poliesportivas cobertas*. Bento Gonçalves: IFRS, 2019. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/campi-passam-a-contar-com-quadras-poliesportivas-cobertas/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Canoas: IFRS, 2020a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/canoas/institucional/historico/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Erechim: IFRS, 2020b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/erechim/institucional/historico/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Osório: IFRS, 2020c. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/osorio/institucional/historico-do-campus-osorio/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Veranópolis: IFRS, 2022a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/veranopolis/institucional/historico/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Comunidade do IFRS realiza abraço simbólico nas unidades em defesa da educação pública*. Bento Gonçalves: IFRS, 2022b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/comunidade-do-ifrs-realiza-abraco-simbolico-nas-unidades-em-defesa-da-educacao-publica/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Plano de Permanência e Êxito*. Alvorada: IFRS, 2023a.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Caxias do Sul: IFRS, 2023b. Disponível em <https://ifrs.edu.br/caxias/institucional/historico/>. Acesso em: 1 maio 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Relatórios de gestão (2011-2023)*. Bento Gonçalves: IFRS, 2023c. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-estrategico/relatorio-de-gestao-anual/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). Histórico. Sertão: IFRS, 2023d. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/sertao/institucional/historico>. Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Feliz: IFRS, 2024a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/feliz/institucional/historico/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Ibirubá: IFRS, 2024b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ibiruba/institucional/historico/>. Acesso em: 1 maio 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Histórico*. Rolante: IFRS, 2024c. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/rolante/institucional/historico>. Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Sobre o Câmpus Viamão*. Viamão: IFRS, 2024d. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/viamao/institucional/sobre-o-campus-viamao/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). *Projeto de Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e Escola Agrotécnica Federal de Sertão em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (2008)*. Bento Gonçalves: IFRS, 2024e. No prelo.

ISRAEL, C. L. De Escola Técnica a IFRS de Feliz: memórias sobre sua fundação e percepções educacionais, políticas, econômicas e sociais dos atores envolvidos. *Núcleo de Memória do IFRS*, Bento Gonçalves, 2012. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/biblioteca-virtual/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

JACHETTI, J. C. Implantação do Câmpus Canoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. In: PACHECO, E. M.; MORGHI, V. (org.). *Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Tekné, 2012. p.71-85.

LINHA do tempo. *Núcleo de Memória do IFRS*, Bento Gonçalves, 2024. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/timeline/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

MAIORCA, J. S. *De Colégio Técnico Industrial (CTI/FURG) a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: História, Marcas Institucionais e Sociais*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2023.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

MARC, A.; FRANÇA, M. C. C. de. A Escola de Comércio de Porto Alegre de 26 de novembro de 1909: memória do Câmpus Porto Alegre do IFRS e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS a partir da trajetória social de Francisco Rodolfo Simch. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 4.; CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UFRGS, 4.; PPGCONT UFRGS, 4., 2019, Rio Grande do Sul. *Anais [...]*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2019.

PALMEIRA, G. P.; POLON, P. H. H.; COSTA, M. V. da. Câmpus Ibirubá: Resgatando o Passado. In: VIANNA, M.; MARTIARENA, M. A.; RHODEN, A. S. educação profissional e tecnológica: memórias e conhecimento histórico. Cachoeirinha: Fi, 2024. p.15-36.

RIO GRANDE DO SUL. *Resolução n. 22, de 25 de fevereiro de 2014*. Política de Ações Afirmativas do IFRS. Rio Grande do Sul: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 7 set. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. *Resolução n. 21, de 25 de fevereiro de 2014*. Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) do IFRS. Rio Grande do Sul: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014b. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao\\_21\\_14.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_21_14.pdf). Acesso em: 7 set. 2024.

KOLLER, C.; SOBRAL, F. M. A construção da identidade das Escolas Agrotécnicas Federais: a trajetória da Coagri ao Coneaf. In: MOLL, J. (org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. p. 220-229.

SOUZA, J. L. L. de. *A gênese do curso de refrigeração industrial e domiciliar do Colégio Técnico Indústria (CTI) da cidade do Rio Grande na década de 1960*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Rio Grande, 2013.

SPENTHOF, O. J. “*Formação de cabeças ou de braços*”: tensionamentos entre educação geral e formação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Sertão (1963-2008). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2013.

TEIXEIRA, V. B. *Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.







08



09



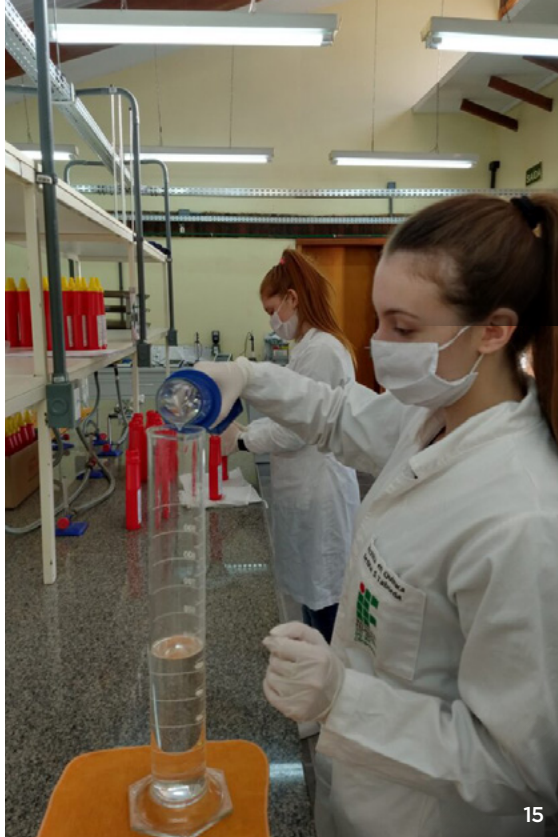
10



11



12



## DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Estudantes da Escola Técnica de Comércio nos anos 1980 | Fonte: Projeto “Traçando as imagens do tempo através da educação, da tecnologia e do trabalho” no IFRS/Câmpus Porto Alegre.
- 02 Preparação para desfile cívico em 2003 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS/Câmpus Bento Gonçalves.
- 03 As origens do Câmpus Sertão remontam à criação da Estação Experimental de Trigo de Passo Fundo, criada em 1940 e posteriormente incorporada ao Ginásio | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS/Câmpus Sertão.
- 04 2ª turma de formandos do Colégio Agrícola no final dos anos 1960 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS/Câmpus Sertão.
- 05 Pavilhão central da Escola de Engenharia Industrial, concluído em 1960 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS/Câmpus Rio Grande.
- 06 Obras do IFRS/Câmpus Canoas em 2010 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS.
- 07 Fachada da Escola Técnica de Farroupilha no ano de 2000 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS/Câmpus Farroupilha.
- 08 Audiência pública para implantação do IFRS/Câmpus Alvorada em 2012 | Fonte: Doação de Guilherme Brandt de Oliveira – Acervo do Núcleo de Memória do IFRS.
- 09 Comunidade acadêmica aprova o Estatuto do IFRS em 2009 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS.
- 10 Inauguração da nova sede do IFRS/Câmpus Osório em agosto de 2013 | Fonte: Acervo do Núcleo de Memória do IFRS/Câmpus Osório.
- 11 Reitor Osvaldo Casares Pinto (*in memoriam*) no biênio 2016-2017 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS.
- 12 Intervenção artística “A voz da resistência preta” promovida pelos estudantes do IFRS/Câmpus Viamão, durante evento realizado pela Assessoria de Relações Étnico-Raciais e pela Pró-Reitoria de Ensino com a presença da ex-ministra e professora Nilma Lino Gomes em 2023 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS.
- 13 Projeto de extensão “Café LiterArte” em 2022 | Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Veranópolis.
- 14 Participantes do 7º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS em 2022 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS.
- 15 Estudantes do IFRS/Câmpus Feliz em produção de antissépticos para distribuição na região em 2020 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS/Câmpus Feliz.



# DOS “DESVALIDOS DA SORTE” À CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

## RELATOS HISTÓRICOS E EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

CÉRES MARI DA SILVA MEIRELES<sup>1</sup>  
CARLA ROSANI SILVA FIORI<sup>2</sup>  
JOSÉ LEONEL DA LUZ ANTUNEZ<sup>3</sup>  
VINÍCIUS MARTINS<sup>4</sup>

“NÃO HÁ PESSOA NENHUMA QUE VISITE ESTA POVOAÇÃO SEM SURPRESA,  
QUANDO SABE QUE SÓ CONTA OITO ANOS DESDE SUA FUNDAÇÃO EM UM  
ERMO. SUA POSIÇÃO GEOGRÁFICA É DAS MAIS VANTAJOSAS DA PROVÍNCIA,  
NÃO DISTANDO MAIS DE TRÊS LÉGUAS DA CONFLUÊNCIA DO SÃO  
GONÇALO, QUE COMUNICA AS DUAS LAGOAS, DOS PATOS E MIRIM, VEM A  
SER O CENTRO DE TODO O COMÉRCIO DESTA GRANDE ESPAÇO QUE ELAS  
CIRCUNDAM, E À PROPORÇÃO QUE AS POVOAÇÕES DO INTERIOR CRESÇAM,  
ELA CRESCERÁ SOBRE TODAS ATÉ SER UMA GRANDE CIDADE.”

Antônio José Gonçalves Chaves

*Memórias econômicas-políticas sobre a Administração Pública do Brasil (1823)*

**1** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPe), é advogada e procuradora federal aposentada, tendo atuado na ETFPEL/Cefet e na Procuradoria Seccional Federal de Pelotas. Foi assessora jurídica do Conditec/Concefet e criadora do Memorial do Cefet/Pelotas. E-mail: [ceresmeireles@gmail.com](mailto:ceresmeireles@gmail.com).

**2** Mestre em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atua como administradora da Editora IFSul, na Coordenadoria de Publicações Científicas, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFSul. E-mail: [carlafiori@ifsul.edu.br](mailto:carlafiori@ifsul.edu.br).

**3** Especialista em Ginástica Escolar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPe), atua como docente do IFSul. E-mail: [joseleoneantunez2021@outlook.com](mailto:joseleoneantunez2021@outlook.com).

**4** Doutor em Engenharia de Minas, Metalúrgica e Materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atua como docente do IFSul/Câmpus Sapucaia do Sul e como pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. E-mail: [viniciusmartins@ifsul.edu.br](mailto:viniciusmartins@ifsul.edu.br).

No início do século XX, surge o embrião do que viria a se tornar, em 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), que, ao longo do tempo, mudaria a vida de milhares de estudantes com uma educação pública, gratuita e de qualidade. A cidade de Pelotas/RS viu florescer a Escola de Artes e Ofícios, nascida da iniciativa da Biblioteca Pública Pelotense, lançando as bases para uma instituição que mudaria o destino de muitos. No decorrer dos anos, a Escola se metamorfoseou, adaptando-se às necessidades dos tempos. A trajetória institucional foi assinalada por marcos importantes, conforme apresentado neste capítulo.

A missão do IFSul é clara: “Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social” (IFSul, 2020). Com essa missão, o Instituto cresceu de maneira expressiva a partir de 2010, inaugurando novos câmpus e levando educação a todas as regiões do Rio Grande do Sul. Com sede em Pelotas/RS, possui atualmente 16 unidades administrativas, incluindo 15 câmpus em 14 cidades gaúchas. Cada câmpus foi estrategicamente posicionado para proporcionar acesso a uma educação inclusiva e transformadora. Conta hoje com 185 cursos técnicos, 33 graduações, 17 especializações, 4 cursos de mestrado e 1 de doutorado. Com um ensino voltado para a inclusão e a excelência, a Instituição abre portas para um futuro promissor, oferecendo aos seus estudantes as ferramentas necessárias para construir um mundo melhor. Ao proporcionar a formação em várias áreas do conhecimento, mostra-se sinônimo de oportunidade, crescimento e transformação pessoal e profissional. Assim, com dedicação e compromisso, segue edificando sonhos e mudando histórias dos seus alunos e egressos.

O impacto do IFSul vai além das salas de aula e dos laboratórios. Por meio de projetos de pesquisa e de extensão, a Instituição atua diretamente nas comunidades, promovendo desenvolvimento social e econômico. Em áreas urbanas ou rurais, assim como na região de fronteira – com cursos binacionais –, está presente, formulando soluções inovadoras e capacitando cidadãos para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. A cada diploma entregue, uma nova história de superação e sucesso se inicia, reforçando a importância da educação pública, gratuita e de qualidade na construção de um futuro melhor para todos.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No início do século XX, o presidente Nilo Peçanha plantou a semente do que viria a ser o IFSul. A partir do Decreto n. 7.566, de 20 de setembro de 1909, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados, com exceção do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, em 1917, com os mesmos ideais em solo pelotense, a Escola de Artes e Ofícios floresceu em uma assembleia da Biblioteca Pública Pelotense. Em 1930, sob a gestão municipal, a Instituição se tornou Escola Técnico-Profissional (ETP), abrindo suas portas para o conhecimento ao receber os primeiros alunos. Transformada em Instituto Profissional Técnico (IPT), pavimentou o caminho para a próxima fase, mediante vinculação ao sistema federal, com diversas seções de aprendizagem, como referência local na formação de artífices.<sup>5</sup>

A Figura 1 ilustra o momento histórico em que as três instituições estavam em prédios localizados lado a lado e a sede da ETP, atual Câmpus Pelotas, estava em construção.



**Figura 1.** Prédios da Escola de Artes e Ofícios e do Instituto Técnico Profissional de Pelotas com a construção ao lado (direito) da Escola Técnica de Pelotas (ETP)  
Fonte: Acervo do Memorial Cefet/RS.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> A obra *Das Artes e Ofícios à Educação Tecnológica: 90 anos de história*, de autoria de Cêres Mari da Silva Meireles, versão impressa publicada em 2007, é uma importante contribuição que complementa o presente capítulo, visto que apresenta relatos e imagens da história da Instituição, que cumpriu e ainda cumpre papel de destaque na região, formando profissionais capacitados e atuando em diversos pontos do território nacional.

<sup>6</sup> O Memorial Cefet/RS foi criado em outubro de 2003 e está fisicamente localizado nas dependências do Câmpus Pelotas, na Praça XX de Setembro, n. 455, Pelotas/RS.

Em 1942, o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro, oficializou a Escola Técnica de Pelotas (ETP). O engenheiro Luiz Simões Lopes, então presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), órgão responsável pelo orçamento federal, foi figura crucial na concretização da ETP, pois intercedeu junto ao Ministério da Educação e ao presidente Getúlio Vargas para trazer para Pelotas/RS a Escola Técnica que os demais estados já possuíam em suas capitais, tendo em vista que Porto Alegre/RS tinha abdicado em favor de outros projetos. Em 1943, com a presença do presidente Vargas, a ETP foi inaugurada e, em 1945, sob a liderança de Luiz Simões Lopes, as aulas finalmente começaram. A Instituição se consolidava como um farol de educação profissional na região.

Em 1959, a ETP conquistou autonomia, tornando-se uma autarquia federal, e em 1965 adotou o nome de Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). Durante sua trajetória educacional, a ETP foi consolidando o conceito de Instituição de referência na oferta de habilitações técnicas, com cursos voltados ao setor secundário da economia, como os de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Telecomunicações, Eletromecânica, Edificações e Química, cujos alunos eram requisitados pelo parque industrial gaúcho e também por todo o país. Ao final da década de 1960, já era o estabelecimento de ensino com o maior número de alunos do estado do Rio Grande do Sul. Em 1996 expandiu sua atuação, com a implantação da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) na cidade de Sapucaia do Sul/RS, na região metropolitana da capital do estado do Rio Grande do Sul.

Um novo capítulo iniciou-se em janeiro de 1999, quando a ETFPel se transformou no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (Cefet/RS). A Instituição conquistou o direito de oferta de cursos de graduação e pós-graduação, mantendo ainda a vocação para as áreas ligadas à tecnologia, direcionadas ao setor industrial e buscando também proporcionar formação para a docência nessa área.

A década de 2000 foi marcada pela expansão do Cefet/RS. Em 2006, surgiu a sua segunda unidade descentralizada – a Uned de Charqueadas/RS; em 2007, a Uned de Passo Fundo/RS se juntava à Rede, ampliando o alcance da Instituição e levando educação de qualidade a novos municípios gaúchos.

Em 29 de dezembro de 2008, um novo marco histórico: o Cefet/RS transformava-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), fruto da assinatura da Lei n. 11.892/2008 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



**Figura 2.** Coletânea de objetos e documentos que compõem o acervo do Memorial Cefet/RS  
Fonte: Acervo do Memorial Cefet/RS.

A Instituição se consolidava como referência em educação tecnológica, com sede em Pelotas/RS, porém com ambições que transcendiam as fronteiras, não só pela expansão em unidades no Rio Grande do Sul, mas principalmente por manter o padrão de excelência em seus processos educacionais e administrativos.



**Figura 3.** Sequência histórica das sedes do IFSul.<sup>7</sup>  
Fonte: Acervo institucional do IFSul.<sup>7</sup>

## A INTEGRAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA AO IFSUL

O processo de ifetização trouxe o desafio de integrar ao IFSul uma instituição centenária vinculada à Universidade Federal de Pelotas, o atual Câmpus Pelotas – Visconde da Graça.

Coroando o processo de consolidação do IFSul, tal câmpus veio a integrar a Instituição, trazendo na sua essência o ensino voltado para a agricultura. Originário do Patronato Agrícola de Pelotas, que foi criado

<sup>7</sup> A arte da Figura 3 foi criada pela CCS/IFSul, demonstrando, nas imagens das fachadas, a linha do tempo das transformações institucionais – inclusive com a mudança da cor azul da ETP/ETPEL/Cefet para o padrão verde da Rede Federal.

no município em 9 de novembro de 1921, pelo Decreto n. 15.102, inicialmente sob a tutela do Ministério da Agricultura, seu nome é uma homenagem a João Simões Lopes Filho (Visconde da Graça), pai do então ministro da agricultura, Ildefonso Simões Lopes. O Patronato Agrícola surgiu com o objetivo de difundir conhecimentos agrícolas e impulsionar o desenvolvimento rural da região. A partir desse movimento, a unidade passou a funcionar como Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul, conforme o Decreto n. 24.115, de 2 abril de 1934.



**Figura 4.** Portão de acesso ao Patronato Agrícola em 1923

Fonte: Jose Leonel da Luz Antunez.<sup>8</sup>

Com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, o Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, o Aprendizado foi elevado à condição de Escola Agrotécnica, passando a ofertar o 2º Ciclo de Ensino, com cursos agrícolas técnicos. Por essa lei, também foi autorizado a ministrar cursos agrícolas pedagógicos, bem como a facultar o ingresso de mulheres. Assim, em 1957, foi criado o Curso de Magistério de Economia Doméstica, que, em 1961, passou a se chamar Curso Colegial de Economia Doméstica Rural e, em 1964, tornou-se Colégio de Economia

---

<sup>8</sup> Obra disponível no acervo da biblioteca do Câmpus Pelotas - Visconde da Graça. Para compreender melhor a história do CAVG - instituição centenária -, indicamos a leitura das duas obras de autoria de José Leonel da Luz Antunez: *CAVG - história de um patronato* e *CAVG - uma escola: olhar de um aluno*. As versões impressas, publicadas em 1996 e 2016 respectivamente, estão disponíveis no acervo da biblioteca do Câmpus Pelotas - Visconde da Graça.

Doméstica Rural. Também em 1964, a Escola Agrotécnica mudou de denominação, por meio do Decreto n. 53.558, de 13 de fevereiro, passando a se chamar Colégio Agrícola Visconde da Graça, com a sigla CAVG, que permanece até os dias atuais.



**Figura 5.** Sala de leitura (esquerda) e alojamento masculino (direita) no CAVG  
Fonte: Jose Leonel da Luz Antunez.<sup>9</sup>

Em 1968, o Decreto Presidencial n. 62.178, de 25 de janeiro de 1968, previu a transferência dos estabelecimentos de ensino agrícola para as universidades federais. Assim, o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural de Pelotas foram incorporados à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul; após isso, em 1969, foram agregados à recém-criada Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em 1974, passaram a ser denominados Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, em decorrência da criação de outras habilitações técnicas.

O CAVG, como é conhecido, passou a fazer parte do IFSul a partir da emissão da Portaria n. 715, de 31 de maio de 2010, do ministro da Educação, ratificando a decisão tomada pela comunidade em referendo realizado no então Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. Por meio dessa portaria, foi estabelecido que o Conjunto Agrotécnico integraria o IFSul como Câmpus Pelotas – Visconde da Graça, com transição efetuada por meio de um termo de cooperação, que tutelou as regras da desvinculação da UFPel.

---

<sup>9</sup> Obra disponível no acervo da biblioteca do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça.



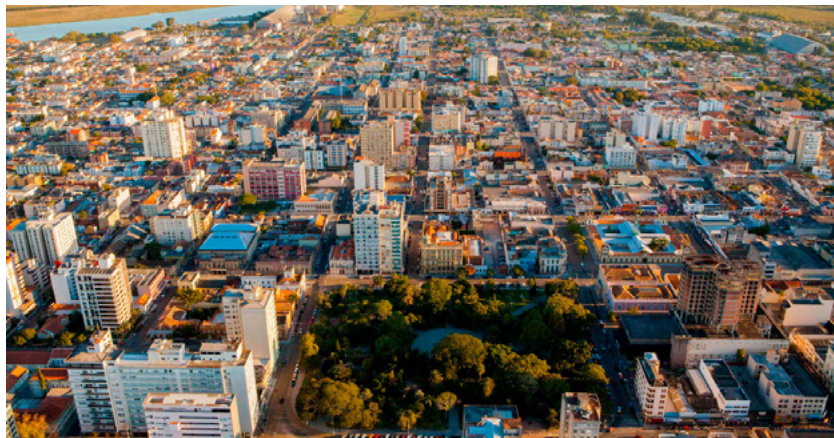
## O MUNICÍPIO-SEDE DO IFSUL: SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SEUS DADOS GERAIS

O IFSul tem sua sede na cidade de Pelotas/RS, que é um município situado no extremo-sul do Brasil. Banhada pela Laguna dos Patos e pelo Canal São Gonçalo, a cidade fica a cerca de 250 quilômetros da capital, Porto Alegre/RS (Figura 6).



**Figura 6.** Mapa da localização geográfica de Pelotas

Fonte: UFPel (2013).



**Figura 7.** Vista aérea da cidade de Pelotas/RS

Fonte: Pinheiro (2023).

No final do século XVIII, Pelotas passou a ser considerada uma das mais ricas e adiantadas localidades da província do Rio Grande do Sul. Desde então, mantém uma importantíssima vocação cultural, destacando-se como o mais importante polo educacional da região e um dos mais reconhecidos do estado.

O nome Pelotas é derivado de embarcações de varas de corticeiras forradas de couro (Figura 8), utilizadas na travessia de rios e canais na época das charqueadas, propriedades onde se produzia o charque (carne salgada e seca ao sol), base da economia local na época.



**Figura 8.** Monumento com reprodução da embarcação denominada pelota<sup>10</sup>

Fonte: Acervo de Sidnei Conrad.



**Figura 9.** Produção tradicional pelotense (à esquerda, doces coloniais, e à direita, doces finos)

Fonte: Iphan (2018) e Santos (2017).

Os tradicionais doces de Pelotas/RS foram reconhecidos, em 15 de maio de 2018, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial do Brasil. Em 28 de maio de 2024, a Lei n. 14.867 conferiu o título de Capital Nacional do Doce ao município.

<sup>10</sup> Há um monumento localizado na confluência da Avenida Bento Gonçalves com a Avenida Presidente João Goulart (BR 392), nas imediações do Terminal Rodoviário da cidade de Pelotas que retrata a embarcação denominada pelota, ocupada por mulher indígena, sendo puxada por corda por homem também indígena, para a travessia do Arroio Pelotas. Tal embarcação, feita de couro de boi, dá origem ao nome da cidade de Pelotas.

## A TRANSFORMAÇÃO EM IFSUL: NOVA INSTITUCIONALIDADE

As informações básicas sobre a localização geográfica desses câmpus em suas respectivas cidades são as seguintes: Câmpus Avançado Jaguarão – localizado na fronteira sul do estado, divisa com Rio Branco, no Uruguai; Câmpus Bagé – localizado na Campanha Gaúcha, próximo a Aceguá/RS, na fronteira com o Uruguai; Câmpus Camaquã

**13** Imagem criada e atualizada em 2024 pela Coordenadoria de Comunicação Social do IFSul.

– localizado no sul do estado, próximo à Lagoa dos Patos, entre Porto Alegre/RS e Pelotas/RS; Câmpus Charqueadas – localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, ao lado do Rio Jacuí; Câmpus Gravataí – localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, ao norte da capital; Câmpus Lajeado – localizado no Vale do Taquari, a noroeste de Porto Alegre/RS, nas margens do Rio Taquari; Câmpus Novo Hamburgo – localizado no Vale do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre/RS; Câmpus Passo Fundo – localizado na região noroeste do estado, sendo um dos principais centros urbanos da região; Câmpus Pelotas – localizado no sul do estado, nas proximidades da Lagoa dos Patos e do Canal São Gonçalo; Câmpus Pelotas – Visconde da Graça – também localizado no sul do estado, nas proximidades da Lagoa dos Patos e do Canal São Gonçalo; Câmpus Santana do Livramento – localizado na fronteira oeste do Estado, divisa com Rivera, no Uruguai; Câmpus São Leopoldo – localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, junto da margem esquerda do Rio dos Sinos; Câmpus Sapiranga – localizado no Vale do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre/RS; Câmpus Sapucaia do Sul – localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, ao norte da capital; Câmpus Venâncio Aires – localizado no Vale do Rio Pardo, região central do estado, ao sul de Santa Cruz do Sul/RS.

Até o ano de 2008, como descrito anteriormente, as reconfigurações da Instituição ocorreram em intervalos de tempo mais longos. Nesse ano se intensificaram as reuniões da gestão do Cefet/RS com a comunidade acadêmica, culminando na adesão ao novo modelo proposto para a educação: ocorreu então a transformação em IFSul. Surge a padronização de logomarca, que de forma simbólica anuncia a nova forma de atuação em rede, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT).

A partir de 2010, o IFSul passou por uma intensa expansão com a inauguração de novos câmpus: Camaquã (setembro/2010), Bagé (outubro/2010), Santana do Livramento (fevereiro/2011), Venâncio Aires (fevereiro/2011), Sapiranga (outubro/2013), Câmpus Avançado Jaguarão (abril/2014), Gravataí (agosto/2014), Lajeado (junho/2014), Câmpus Avançado Novo Hamburgo (março/2014), atualmente já alterado para Câmpus Novo Hamburgo, e o recentemente criado Câmpus São Leopoldo (2024), que está em fase inicial de implantação.

## O CÂMPUS PELOTAS: ONDE TUDO COMEÇOU

O Câmpus Pelotas tem sua sede na cidade e nele nasceu o Instituto Federal, sendo ainda o símbolo maior da autarquia educacional na cidade e referência para toda a região. Sua localização geográfica e o legado deixado pela antiga ETP/ETFPel/Cefet fazem com que, ao se citar o Instituto Federal, a sede do Câmpus seja a referência. Sendo o maior e mais tradicional do estado, houve insatisfação quando o nome do Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi atribuído a Bento Gonçalves/RS. Muitos servidores e dirigentes entendiam que a Instituição deveria ser transformada em universidade tecnológica, a exemplo do Cefet do Paraná. Além disso, o fato de o Câmpus – que antes era a sede da autarquia – tornar-se uma unidade do novo Instituto foi difícil para alguns servidores, que tiveram que ser separados no exercício de suas atividades, uma vez que a Reitoria precisou ser desmembrada e transferida gradualmente para outro endereço.



**Figura 11.** Estrutura física do Câmpus Pelotas/IFRSul

Fonte: IFRSul (2017).<sup>14</sup>

O Câmpus tem área própria de 40.440 metros quadrados, sendo 48.240 metros quadrados construídos em três pavimentos. A unidade tem 55 salas de aula, 120 laboratórios específicos e 41 oficinas, somando quase 15.000 metros quadrados de área para o ensino profissional. Para a prática de esportes, dispõe de um ginásio coberto, quadras e pista de atletismo com 7.000 metros quadrados, incluindo ainda a biblioteca, o auditório – com cerca de 300 lugares – e quatro miniauditórios.

<sup>14</sup> Informações completas sobre os cursos ofertados e estrutura do Câmpus Pelotas estão disponíveis em IFRSul (2023b).



Essa unidade do IFSul vem atendendo uma média de 4.000 alunos por ano, orientando, formando e inserindo no mundo do trabalho jovens aptos a iniciar uma carreira promissora, com competência, atitude e profissionalismo. Além dos cursos técnicos, que sempre foram a base da educação na unidade, a verticalização trazida pela RFEPECT está efetivamente presente no Câmpus Pelotas, em seus diversos cursos de graduação e pós-graduação, em *lato sensu* e *stricto sensu*, com programas de mestrado e de doutorado.

O Câmpus Pelotas, que completou 80 anos de integração à Rede Federal em outubro de 2023, tem em sua trajetória uma marca indelével de qualidade na formação integral de seus estudantes. Além de oferecer laboratórios muito bem equipados para a formação técnica e tecnológica, no decorrer dos anos tem proporcionado atividades complementares, com forte ênfase nos esportes pela realização de jogos intercursos, com o Clube de Xadrez e com o tradicionalismo gaúcho. Nas suas dependências físicas mantém um espaço destinado às práticas de preservação da cultura, denominado Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Carreteiros do Sul. A Figura 12 exemplifica a beleza do grupo de danças formado por estudantes, numa apresentação em evento estadual.



**Figura 12.** Participação do CTG Carreteiros do Sul no Enart 2016.  
Fonte: TV Tradição (2016).<sup>15</sup>

**15** Os estudantes do Câmpus Pelotas participam ativamente do grupo de danças, denominado de Invernada, do CTG Carreteiros do Sul. Imagem do grupo no Encontro de Artes e Tradição Gaúcha (Enart), edição 2016, que é um evento estadual, considerado o maior festival de arte amadora da América Latina.

Com a transformação do Cefet/RS em IFSul, a unidade de Pelotas/RS abrigou, inicialmente, a Reitoria da Instituição.

## A UNIDADE REITORIA

A nova institucionalidade exigiu a organização administrativa composta por reitoria e pró-reitorias, conforme o artigo 11 da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Naquele momento de transformação de Cefet/RS para IFSul, a Instituição contava com um diretor-geral, Antônio Carlos Barum Brod, então recentemente eleito, que atuou como reitor pró-tempore de 7/1/2009 a 17/4/2013. Na sequência, assumiram o reitor Marcelo Bender Machado, de 8/4/2013 a 23/4/2017, e o reitor pró-tempore Flávio Luis Barbosa Nunes, de 24/4/2017 a 15/6/2017, que atuou como reitor efetivo de 16/6/2017 a 19/6/2021, sendo reconduzido a partir de 20/6/2021.

A necessidade de acomodação dos espaços físicos para a nova concepção institucional fez com que parte do quadro de servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) do Câmpus Pelotas fossem alocados na unidade Reitoria, para atendimento aos novos desafios que se apresentavam, sobretudo no que tange ao processo de expansão da Instituição. A saída da Reitoria das dependências do Câmpus era necessária, inclusive apontada pelo Ministério da Educação (MEC), que não tardou em cobrar que novas instalações fossem providenciadas. Nesse sentido, foram alugados prédios em diversos pontos da cidade, enquanto eram iniciadas as tratativas para a aquisição de terreno e construção da sede própria.



**Figura 13.** Edifício da sede da Reitoria do IFSul

Fonte: Acervo da Coordenadoria de Comunicação Social do IFSul.



Fruto de um projeto arrojado e amplo, a nova sede da Reitoria – uma edificação de cinco pavimentos em terreno localizado na região central da cidade, na Rua Gonçalves Chaves, n. 3218 –, começou a ser ocupada gradativamente no ano de 2016, marcando o início da mudança.

## **FASES DA EXPANSÃO: CONSOLIDAÇÃO COM MUITOS CÂMPUS**

A expansão institucional, com perspectiva de unidades além da sede, iniciou-se na década de 1990 e, desde então, tem se consolidado cada vez mais, seja pelo número de câmpus implantados, pelas diferentes regiões a que atende no estado, pelo número de estudantes recebidos ou pelos diferentes cursos oferecidos, sempre voltados à formação de profissionais para atuarem nos arranjos produtivos locais (APLs), promovendo o desenvolvimento regional.

### **FASE I – SAPUCAIA DO SUL, CHARQUEADAS E PASSO FUNDO<sup>16</sup>**

Em sua trajetória histórica, a Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel) iniciou seu processo de expansão com a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) na cidade de Sapucaia do Sul/RS em 1995, sendo a primeira do país naquela data (Bork, 2022).

A Uned Sapucaia do Sul – atualmente Câmpus Sapucaia do Sul – começou as suas atividades em 26 de fevereiro de 1996, com 300 vagas, distribuídas nos turnos da manhã, da tarde e da noite. O primeiro curso ofertado, criado para o setor de transformação de plástico, “foi uma solicitação do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Rio Grande do Sul (Sinplast), ligado à Federação das Indústrias do Estado do RS (Fiergs)” (Bork, 2022, p. 274).

A unidade coroou sua aproximação com instituições, entidades, indústrias e empresas quando foi convidada a fabricar os troféus da Fórmula 1,<sup>17</sup> do Grande Prêmio do Brasil, em 2008. O troféu foi desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e a Instituição produziu seis unidades em três diferentes tamanhos. A Uned Sapucaia passou a ser vista pela comunidade em geral como uma escola de elevada qualidade.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Sugere-se a leitura de Martins *et al.* (2024).

<sup>17</sup> Sugerimos a visita ao Projeto Memórias do Câmpus Sapucaia do Sul, disponível em IFSul (2021).

<sup>18</sup> Conforme registrado pelo professor Bork (2022).

Atualmente, a comunidade acadêmica é formada por cerca de 1400 estudantes, 50 servidores técnico-administrativos e 90 docentes, além de servidores terceirizados. Possui oferta de quatro Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Eventos, Desenvolvimento de Sistemas, Plásticos e Mecânica, além do Técnico em Administração (ofertado na modalidade EJA). Possui ainda dois cursos de graduação, em Engenharia Mecânica e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e um de pós-graduação, a Especialização em Educação.

A Uned Charqueadas – atualmente Câmpus Charqueadas – iniciou suas atividades em 7 de agosto de 2006. As palavras de Souza (2022, p. 382)<sup>19</sup> retratam bem a importância da chegada do Cefet/RS como unidade descentralizada: “Sempre morei na cidade e sei o quanto a chegada do Cefet/RS mudou os rumos da região, que, até então, somente era lembrada por seu complexo carcerário e pelas minas de carvão”. A partir de 2006, uma nova história começa a ser escrita para o município de Charqueadas/RS e para a região carbonífera.

A unidade foi instalada em uma área muito degradada pelo depósito de resíduos de carvão e em prédios que estavam abandonados, que tinham sido projetados para ser uma escola técnica municipal. Com o manejo adequado, em poucos anos o solo foi recuperado e as construções requalificadas e ampliadas.

Com a transformação em câmpus do IFSul, a partir de 2008 as atividades de ensino e pesquisa foram impulsionadas. Destaca-se a realização da Mostra de Ciências e Tecnologia (Mocitec), que teve início em 2007, mas que adquiriu mais visibilidade no decorrer dos anos, a exemplo da Mostra no ano de 2015,<sup>20</sup> com projetos de robótica. Outro exemplo de pesquisa que mereceu destaque nacional foi os óculos-mouse, equipamento em modelo de óculos que tem as funções de um mouse e que pode ser utilizado por pessoas com dificuldade ou sem nenhuma mobilidade dos braços.<sup>21</sup>

A unidade oferece diversos cursos, todos gratuitos, sendo eles: Curso Técnico Integrado em Mecatrônica, Curso Técnico Integrado em

---

**19** A obra *IFSul nossa história: experiências de gestão* (Volume I) apresenta este e muitos outros relatos de servidores que atuaram e atuam na gestão do IFSul. São histórias pessoais e funcionais que se entrelaçam com a história da Instituição (Martins *et al.*, 2022).

**20** A Mocitec é um importante evento realizado pelo Câmpus Charqueadas, com a participação de alunos da rede municipal e da comunidade em geral. Na edição de 2015, os estudantes fizeram a demonstração de projetos de robótica aos visitantes da mostra.

**21** Para melhor conhecer o projeto, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=JVISfLxCOO4>.

Informática, Curso Técnico Integrado em Fabricação Mecânica (Proeja), Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet (TSI), Curso Superior de Engenharia de Controle e Automação, Curso de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (especialização) e o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT).

A Uned Passo Fundo teve seu planejamento iniciado em fevereiro de 2005, envolvendo articulações entre a direção do Cefet/RS, o MEC e a Prefeitura de Passo Fundo/RS. Em outubro de 2006 foram publicados os primeiros editais para a composição do quadro efetivo de servidores da unidade: 12 vagas para diversos cargos da carreira dos TAEs e 18 vagas para docentes, para o ensino técnico, bem como para as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática. Além dos servidores efetivos, em outubro de 2007 a unidade já contava com 18 terceirizados e alguns servidores de Pelotas/RS, totalizando 51 profissionais. As aulas tiveram início em 1º de outubro de 2007, com os cursos de Mecânica Industrial e Sistemas de Informação, ambos cursos técnicos na modalidade subsequente.

Atualmente, a Uned Passo Fundo, transformada em Câmpus Passo Fundo, conta com cerca de 6.395 metros quadrados de área construída para atender em torno de 1.800 alunos matriculados, distribuídos em cursos de ensino fundamental, ensino superior e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância.

Segundo Barea, Favretto e Lima (2024, p. 331), “hoje, o Câmpus conta com 69 professores e 45 técnicos-administrativos, totalizando 114 servidores, além de 22 trabalhadores terceirizados nos serviços de manutenção, limpeza e vigilância”.

Além do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência, o Câmpus Passo Fundo fortaleceu em sua trajetória a valorização dos aspectos culturais locais, especialmente a partir de 2017, com a realização do I CRIART – evento multifacetado, com exposição e participação de estudantes e artistas regionais.

## **FASE II – BAGÉ, CAMAQUÃ, VENÂNCIO AIRES, SANTANA DO LIVRAMENTO E A INCLUSÃO DO CAVG**

A Fase II da expansão acontece concomitantemente à transformação do Cefet/RS e suas Uneds em Instituto Federal, o IFSul.

Naquele momento, já havia tratativas para a expansão da formação técnica a outras cidades do RS, visto que os estudantes dos cursos oferecidos

pelo Cefet/RS eram oriundos de diversas regiões do estado, sinalizando a necessidade da interiorização dessa formação para atendimentos aos APLs e da ampliação da participação de filhos de famílias com menor renda a fim de que pudessem acessar uma educação qualificada, pública e gratuita.

Nesse contexto, começaram as negociações com as prefeituras para a implantação, quase que simultânea, de câmpus nas cidades de Bagé/RS (na região do Pampa), de Camaquã/RS (na região com forte potencial para a industrialização de grãos), de Venâncio Aires/RS (na região central do estado), com demanda para a formação de profissionais do setor de climatização e refrigeração, e de Santana do Livramento/RS (na região da fronteira com o Uruguai), para colocar em prática a formação binacional.

O Câmpus Bagé nasceu então com a vocação mais direcionada para a agroindústria e a pecuária, bem como para a área de tecnologia da informação. Seu grande objetivo tem sido possibilitar a permanência dos jovens na região, desenvolvendo cada vez mais o que, naturalmente, caracteriza a região do Pampa gaúcho.

Sendo uma aspiração antiga da população de Bagé/RS e região, o Câmpus contou com muitas iniciativas locais para a sua implantação. As atividades acadêmicas foram iniciadas em 4 de outubro de 2010, em sede provisória na Escola Municipal São Pedro. Nessa data foram recebidos os primeiros 60 estudantes dos cursos de Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática, o que representou o desafio de ofertar uma educação profissional capaz de suprir as demandas regionais e contribuir para a superação dos problemas estruturais da região. Desde então, foram criados diversos cursos: em 2011, foi implantado o Curso Técnico em Informática para Internet; em 2012, o Curso Técnico Subsequente em Agroindústria; em 2014, teve início o processo de verticalização do ensino no Câmpus, com a criação do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Ademais, em 2018 foram criados dois cursos superiores: Tecnólogo em Alimentos e Engenharia Agrônoma.

Com uma área própria de 57 hectares, sendo 4.473,41 metros quadrados construídos em 5 blocos, a unidade tem uma área administrativa de 2.291,29 metros quadrados, 1.271,79 metros quadrados de salas de aula e laboratórios de informática, e 910,33 m<sup>2</sup> de laboratórios de aula prática, totalizando 2.182,12 metros quadrados de área de ensino profissional. Possui também biblioteca, auditório, miniauditório, estação de tratamento de efluentes e usina fotovoltaica.

O Câmpus Camaquã tornou-se realidade mediante o esforço conjunto da gestão do IFSul, da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura Municipal de Camaquã, que sempre buscaram demonstrar que a cidade de Camaquã/RS era a localidade apropriada para receber um câmpus. A cidade é polo regional, cercada por 12 municípios<sup>22</sup> e influente em diversos setores, destacando-se geograficamente por estar às margens da BR 116 e em posição centralizada na região.

Por meio do compromisso assumido pelo poder público municipal, com a destinação de um terreno de 26.000 metros quadrados, além de equipamentos e infraestrutura – com pavimentação pública, rede de esgoto pluvial, rede de abastecimento de água, rede pública de energia elétrica, terraplenagem com aterro e compactação, cercamento da área com tela, serviço de vigilância, impressoras e microcomputadores –, em 2008 iniciam-se fortemente as ações para que o sonho do Câmpus Camaquã se tornasse realidade.

Em 27 de setembro de 2010, a unidade recebeu estudantes para o primeiro dia de aula da sua história. Desde então, tem sido uma trajetória de muito sucesso em todas as modalidades de ensino, de pesquisa e de extensão. No que tange ao ensino, são atendidos diversos públicos, desde o fundamental, com os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), passando pelo ensino médio, pela modalidade subsequente, pela graduação e chegando a uma pós-graduação.

A grande defasagem de oferta de vagas para unidades educativas públicas ligadas ao governo federal implicava que todo jovem interessado em estudar em escola técnica pública ou universidade pública tivesse que se deslocar para as cidades de Porto Alegre/RS ou Santa Maria/RS, ambas situadas a cerca de 150 quilômetros de Venâncio Aires/RS. Foi nesse contexto que surgiu o Câmpus Venâncio Aires do IFSul.

Esse câmpus teve uma implantação estratégica, tendo sido bastante pleiteada como política pública de educação ao longo do tempo (Rosa, 2024). Muito embora as tratativas e os movimentos políticos tenham se iniciado em 2005, foi por meio da criação dos Institutos Federais que as ações passaram a concretizar os anseios daquela comunidade. Em audiências públicas com a gestão do futuro câmpus, houve a discussão para a definição dos cursos e das áreas de mais interesse no desenvolvimento regional. Em setembro de 2010, o primeiro processo seletivo foi realizado, com vestibular

---

<sup>22</sup> Amaral Ferrador, Arambaré, Barão do Triunfo, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Barra do Ribeiro, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes (Rio Grande do Sul, 2016).

para 128 vagas de ensino médio integrado ao técnico em dois cursos: Refrigeração e Climatização, e Informática.

Em razão dos problemas e atrasos na execução das obras de construção do Câmpus, o ano letivo iniciou-se em fevereiro de 2011, na Escola Estadual de Ensino Médio Monte das Tabocas, onde os estudantes frequentaram as aulas por três semanas. O Câmpus passou a funcionar em local próprio somente em 2012. Atualmente, a unidade oferece oito cursos técnicos, quatro cursos de graduação e um curso de especialização (IFSul, [2024a]). O Câmpus se diferencia na prática de educação humana e integral. Seus estudantes de cursos integrados têm acesso a três línguas estrangeiras (inglês, alemão e espanhol), além das disciplinas de música e teatro, demonstrando a interação entre as áreas técnicas, científicas e humanas.

O Câmpus Santana do Livramento foi concebido, a princípio, como um câmpus avançado, percebida a necessidade de levar a educação tecnológica àquela região de fronteira com o Uruguai, especificamente na cidade de Rivera.

Em termos administrativos, as ações para a aquisição de bens e serviços necessários para o funcionamento do Câmpus ocorreram, em parte, junto com o Câmpus Bagé. As gestões de ambos os câmpus articularam esforços para o cumprimento dos cronogramas de instalação e funcionamento das unidades. No ano de 2010, em outubro, foram nomeados os primeiros servidores e instalada a sede administrativa em espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Sant'ana do Livramento. Em 20 de outubro do mesmo ano, um ato decisivo aconteceu em Rivera/Uruguai, quando foi assinada a Ata de Entendimento entre o IFSul e o Consejo de Educación Técnico Profesional de la Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP/UTU), marcando o advento da primeira Escola Técnica a ofertar cursos binacionais no Brasil.

As aulas começaram em 25 de fevereiro de 2011 no lado brasileiro, com o Curso Técnico em Informática e, em 28 de março, no lado uruguaio, com o Curso Técnico em Controle Ambiental. Em fevereiro de 2013, após dois anos de reformas e adequações, aconteceu a mudança para sede própria, localizada na linha de fronteira entre os dois países. A partir desse momento, concentraram-se esforços para que o Câmpus Avançado se tornasse um câmpus convencional.

A história do Câmpus é carregada de singularidades e de fatos inéditos no Brasil, ampliando as possibilidades não só para os estudantes das

duas cidades coirmãs nesse ponto da fronteira, mas, principalmente, demonstrando que a formação e a certificação binacional são possíveis.<sup>23</sup>

Em 2010, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG) integrou o projeto dos Institutos Federais, tornando-se parte do IFSul. Com isso, agregou toda sua longa trajetória ao Instituto, iniciada em 1923, e passou a ser denominado Câmpus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG) (IFSul, [2024b]). Como apresentado no início deste capítulo, essa unidade pertencia à estrutura da UFPel, e a transição para o IFSul aconteceu em decorrência de vários debates, além da possibilidade de que parte do quadro de servidores pudesse optar por permanecer vinculado àquela universidade. Efetivamente, a transição ocorreu em 2011, e adaptações foram necessárias, visto que a natureza do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça era muito distinta das demais unidades.

Instalado em uma área de 201 hectares no perímetro urbano da cidade, a cerca de 10 quilômetros do Câmpus principal, esse é o único câmpus do IFSul que oferece moradia estudantil para jovens de até 18 anos, com alojamentos femininos e masculinos. A assistência estudantil é um dos pontos fortes do Câmpus, que, no decorrer dos anos, manteve um refeitório com fornecimento de refeições produzidas no próprio local – atualmente conta com um restaurante que atende a toda a comunidade acadêmica. A estrutura física do Câmpus disponibiliza muitas salas de aula, diversos laboratórios, agroindústria, horta, maquinários agrícolas, além de um CTG, salas para ex-alunos, gabinete médico e odontológico, todos em um espaço de muita beleza natural, reproduzindo para muitos estudantes oriundos de famílias da zona rural um ambiente muito agradável e familiar.

### **FASE III – SAPIRANGA, JAGUARÃO, GRAVATAÍ, LAJEADO, NOVO HAMBURGO**

A Fase III, lançada pelo governo federal em 16 de agosto de 2011, é uma das etapas do processo de expansão da Rede Federal, que previu a construção de 208 novos câmpus em todo o país.

O planejamento de três câmpus da fase de expansão (Câmpus Gravataí, Câmpus Lajeado e Câmpus Sapiiranga) foi desenvolvido no período de 2012 a 2013, com a nomeação de uma comissão por meio da Portaria n. 2197,

---

<sup>23</sup> Sugerimos a leitura dos capítulos com a história do Câmpus Santana do Livramento, contada por seus primeiros gestores (Martins *et al.*, 2022).



de 6 de dezembro de 2011, responsável por todo o processo de definição da implantação, incluindo as habilitações a serem oferecidas primeiramente, a especificação de materiais diversos a serem adquiridos e os equipamentos e o mobiliário necessário para o início das atividades. A comissão foi coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen) e pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (Proap). Além disso, contou com o assessoramento da Diretoria de Projetos e Obras (DPO), sobretudo em relação à escolha dos locais de construção dos novos câmpus.

Nessa ocasião, o município de Sapiranga/RS foi contemplado com a previsão de instalação de um câmpus do IFSul. Com a missão de implementar processos educativos públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, capazes de promover a formação integral por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, ampliando as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social, o Câmpus Sapiranga iniciou suas atividades em outubro de 2013 em sedes provisórias oferecidas pela Rede Municipal de Educação (IFSul, [2024c]). Os serviços do IFSul no município começaram a ser prestados à comunidade em sede própria da Instituição em agosto de 2014, após a conclusão das obras de implantação da unidade, contando, para isso, com equipe técnica e corpo docente qualificados.

Em 2024, o Câmpus Sapiranga ofereceu uma variedade de cursos: desde o Ensino Médio Técnico Integrado em Eletromecânica e Informática, o Ensino Médio Técnico Integrado de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT) em Planejamento e Controle da Produção, até a Licenciatura em História e o Bacharelado em Engenharia de Produção na modalidade EaD (educação a distância), além de um programa de pós-graduação em Temas Emergentes e Metodologias Emergentes na Educação Contemporânea.

A comunidade da cidade de Jaguarão/RS, localizada na fronteira com o Uruguai, ansiava por uma escola técnica que permitisse o acesso dos jovens e adultos à formação técnico-profissional. As articulações e audiências públicas para a implantação de um câmpus do IFSul na cidade começaram em 2010, no entanto o funcionamento do Câmpus Avançado Jaguarão foi autorizado somente em janeiro de 2014, com a nomeação dos primeiros servidores. A viabilização da unidade se deu mediante a doação de um terreno no Corredor das Tropas e de um prédio próximo ao Cais do Porto, por parte da Prefeitura Municipal de Jaguarão.

Os primeiros cursos foram ministrados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e, em 4 de agosto de 2014, foram redirecionados para espaços cedidos pela Unipampa. Nesse contexto, aconteceu a primeira aula do curso de Técnico em Edificações, na modalidade subsequente. Esse curso, realizado em cooperação com o CETP/UTU e a Escola Técnica de Rio Branco, constituiu-se com caráter binacional, com turmas compostas por alunos uruguaios e brasileiros. Em razão da cooperação firmada, com o mesmo caráter binacional, a Escola Técnica de Rio Branco passou a ofertar o curso de Técnico em Agricultura, também na modalidade subsequente. Em fevereiro de 2015, iniciaram-se as aulas do Curso Técnico de Edificações, na modalidade integrada, nos turnos matutino e vespertino, além de dois cursos por meio do Prófuncionário. Em agosto de 2016, ocorreu a primeira formatura do Curso Binacional de Técnico em Edificações. O Câmpus Jaguarão – ainda na categoria de câmpus avançado – teve a construção de sua sede definitiva iniciada em outubro de 2015, sendo concluída em fevereiro de 2017.

O município de Gravataí/RS, situado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, é um dos maiores polos industriais do estado e conta com significativos setores de comércio e serviços. Foram necessárias muitas reuniões e mobilizações da população para a implantação do Câmpus. Para tanto, realizaram-se pesquisas referentes às características dos empregos formais na microrregião, inclusive com o auxílio do Observatório do IFSul (existente na época), além de consulta à base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego para saber quais os setores e subsetores da economia mais empregavam técnicos no município, incluindo pesquisas com estudantes concluintes do ensino fundamental e médio da comunidade local e com empresas sediadas no município. Assim sendo, definiram-se preliminarmente quatro eixos tecnológicos: (1) Ambiente, Saúde e Segurança; (2) Controle e Processos Industriais; (3) Gestão e Negócios e (4) Informação e Comunicação.

O terreno para a implantação do Câmpus foi doado pela Prefeitura Municipal de Gravataí, com escritura em 10 de setembro de 2012. Com isso, a autorização de funcionamento da unidade foi formalizada pela Portaria n. 993, de 7 de outubro de 2013, emitida pelo Ministério da Educação. Por meio do empréstimo do prédio da antiga Escola Municipal Idelcy Silveira Pereira, as atividades administrativas tiveram início em abril de 2014. Para a ocupação do espaço foram necessárias adaptações, visto que, além de acolher a gestão do Câmpus e os servidores,

recebeu também os primeiros estudantes. A mudança para a sede definitiva ocorreu em 2017, e a abertura do ano letivo aconteceu no dia 6 de março, quando os estudantes foram recebidos nas novas instalações.

Atualmente, o Câmpus Gravataí oferece dois cursos técnicos (Informática e Informática para internet), três cursos de graduação (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados, Pedagogia), e um curso de pós-graduação (Especialização em Educação Física Escolar).<sup>24</sup>

Nessa mesma fase, ressalta-se que a cidade de Novo Hamburgo/RS apresentava dificuldades em termos de desenvolvimento tecnológico, mesmo que sua economia estivesse centrada na indústria coureiro-calçadista, uma vez que se via ameaçada pela expansão da indústria asiática. Essa condição favoreceu a instalação do Câmpus Novo Hamburgo, buscando não apenas suprir essa dificuldade como também proporcionar novas perspectivas para a cidade, enfrentando inúmeros desafios no contexto de um arranjo produtivo em crise e em transição.

O Câmpus Avançado Novo Hamburgo iniciou suas atividades vinculado ao Câmpus Sapiranga, criado em 2013 e situado a 16 quilômetros de Novo Hamburgo/RS. Esse vínculo administrativo possibilitou a implantação do Câmpus e, mais tarde, a sua consolidação e a obtenção de autonomia administrativa. Desse modo, foi constituída uma comissão, designada pela Portaria n. 3.217/2014, para atuar nesse processo. A princípio, a unidade foi instalada nas dependências da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de Novo Hamburgo/RS e, na sequência, na Associação do Bem-Estar da Criança e do Adolescente (Asbem). Realizou sua primeira aula no dia 26 de março de 2015 e obteve autorização de funcionamento por meio da Portaria n. 378, de 9 de maio de 2016.

Os primeiros cursos ofertados pelo Câmpus foram Inglês Básico, Espanhol Básico e Instalador e Reparador de Redes de Computação, com 161 vagas pelo Pronatec FIC e 120 vagas de cursos técnicos vinculados ao Profucionário. Como formação técnica, o primeiro curso ofertado foi Técnico Subsequente em Mecatrônica, escolhido de forma participativa e democrática, afirmando que a Instituição se instalava na cidade com foco

---

<sup>24</sup> Para mais informações sobre a história do Câmpus Gravataí, acesse a obra *IFSul nossa história: experiências de gestão* (Volume I), que foi publicada pela Editora IFSul em 2021 e está disponível no link: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/book/236>.

em contribuir para a qualificação socioeducacional das comunidades hamburguesas e da região do Vale dos Sinos. Atualmente, o Câmpus oferta um curso técnico (integrado e subsequente), quatro cursos técnicos pelo Profucionário, um curso de pós-graduação lato sensu (especialização) e dois cursos de extensão (IFSul, 2024).

O Câmpus Lajeado é a primeira instituição federal do Vale do Taquari. Essa região do RS destaca-se, além da vocação para o agronegócio, pela presença de outras indústrias do setor de alimentos, tais como balas, bebidas e doces e ainda pelas indústrias de grande porte instaladas na região do setor metal mecânico, coureiro-calçadista e moveleiro (IFSul, 2014).

Em dezembro de 2011 começaram as avaliações dos terrenos para a instalação da futura sede definitiva do Câmpus. O Memorial do Câmpus Lajeado (IFSul, [2018]) registra que a data de 12 de maio de 2012 marcou a definição do terreno, com a compra ocorrendo em 3 de setembro. Em agosto do mesmo ano, foram definidas as áreas dos cursos a serem ofertados pelo Câmpus: Administração, Alimentos e Automação Industrial. Em 7 de outubro de 2013, foi publicada a Portaria n. 993, que autorizou o funcionamento do Câmpus, e as obras de construção tiveram início em dezembro do mesmo ano.

Nos primeiros anos, com a estrutura física do Câmpus ainda em processo de construção, as aulas e as atividades administrativas e pedagógicas foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Campestre. No dia 16 de julho de 2014, ocorreu a primeira matrícula estudantil e, nos dias 15 e 25 de julho, a posse coletiva de servidores. Além dos servidores ingressantes, outros iniciavam a sua caminhada em Lajeado após participarem de processos de remoção e de redistribuição, trazendo experiências de outros câmpus e Institutos Federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em março de 2017, deu-se início à mudança para a sede própria, oficialmente entregue à comunidade no dia 19 de maio de 2017.

A estrutura física do Câmpus Lajeado conta, atualmente, com 2.106,74 metros quadrados de área total construída, distribuída em espaços diversificados para atender às demandas dos seus cursos regulares: dois cursos de ensino médio integrado, um curso de graduação e três cursos de pós-graduação lato sensu (especialização), inclusive na modalidade EaD, por meio da Plataforma Mundi IFSul (2023a).

Em 5 de julho de 2024, na cidade de São Leopoldo/RS, localizada na região metropolitana de Porto Alegre/RS, o reitor e uma comissão do

IFSul receberam, oficialmente, um prédio com 7.000 metros quadrados, em um terreno de 40.000 metros quadrados, para a implantação de um novo câmpus, que inaugura a Fase IV da expansão da RFEPCT: o Câmpus São Leopoldo. A unidade chega à cidade em um momento muito significativo, uma vez que esta foi fortemente atingida pela enchente de maio de 2024 e está em fase de reconstrução de sua economia.

O prédio doado abrigava o Centro de Eventos da cidade, e nele já eram desenvolvidas atividades de ensino pelo IFSul por meio do Câmpus Sapucaia do Sul. A expectativa é de que as obras de adequação sejam realizadas o mais rápido possível, para que as atividades administrativas e acadêmicas regulares sejam iniciadas e a unidade alcance o patamar de 1.400 estudantes.

## INTERNACIONALIZAÇÃO: CURSOS BINACIONAIS DE FRONTEIRA

O processo de internacionalização, com cursos binacionais em região de fronteira, teve seu embrião com a criação do Mercosul na década de 1990, em discussões já realizadas entre Brasil, Uruguai e Argentina.<sup>25</sup>

Nesse contexto, foram estruturadas agendas e grupos de trabalho para organizar e colocar em prática a integração pretendida para a internacionalização. Com ações promovidas pelo governo federal e coordenadas pela Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, foi realizado o Seminário Internacional de Educação Tecnológica em setembro de 1991, no Rio de Janeiro/RJ.

Em 2006, ainda como Cefet/RS, com o fomento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, foi estabelecida uma importante relação com o CETP/UTU, “instituição pública com origem, finalidades e capilaridade no território uruguaio semelhantes à dos Institutos Federais no Brasil” (Silva; Lima, 2015).

Com a aproximação de representantes dos governos dos dois países, foram identificadas necessidades, entre elas a de formação de profissionais da área tecnológica no Uruguai, fato que motivou a proposta de um projeto de cooperação técnica para a formação de docentes em áreas estratégicas para a educação profissional do país. Foram oferecidas

---

<sup>25</sup> Indicamos a leitura da *Revista Binacional: parceria que deu certo - Educação Técnica na Fronteira*, publicada em 2016, disponível nesta página: <https://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/91-binacional>

capacitações – em formato de seminários – aos docentes da UTU de Montevideú, relacionadas à Formação de Jovens e Adultos (Proeja). Entre 2006 e 2008, as capacitações envolveram 15 docentes do Instituto, 80 docentes gestores da UTU, além de gestores públicos das intendências e dos governos departamentais nas cidades da região de fronteira entre Brasil e Uruguai: Quaraí e Artigas; Santana do Livramento e Rivera; Chuí e Chuí; Jaguarão e Rio Branco.

A partir da criação dos Institutos Federais em 2008, ações mais concretas se tornaram possíveis, visando à formação de jovens de países fronteiriços com a diplomação binacional. Tendo em vista que o convívio diário de brasileiros e uruguaios propicia a integração entre famílias, seus costumes e tradições, os espaços são compartilhados na fronteira, a exemplo do que acontece na Praça Internacional, localizada na divisa geográfica dos dois países.

À vista disso, ressalta-se que havia muitos desafios a serem superados; no entanto, com a implantação do Câmpus Santana do Livramento em 2010, aliado à Escola Técnica de Rivera, no Uruguai, os cursos tiveram início, atendendo ao anseio daquela população. Assim, em 2016, no Câmpus Avançado Jaguarão, a história se repetiu, com a formatura da primeira turma do Curso Binacional de Técnico em Edificações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do IF Sul, registrada em breves relatos neste capítulo, demonstra o quanto a transformação de vidas extrapola os limites individuais, acadêmicos, e chega à comunidade em geral. Quando se coletam dados dos municípios que sediam as unidades, identificam-se os benefícios trazidos para o entorno dos câmpus, como a qualificação de vias, a valorização e o aumento da oferta de imóveis, bem como a geração de empregos diretos e indiretos.

Fato comum a todos os câmpus, em todas as fases da expansão, são as doações de terrenos e ofertas de infraestruturas complementares para a conquista de uma unidade de ensino da Rede Federal. Merece destaque também o esforço dos gestores no decorrer dos anos e a dedicação de servidores – docentes e/ou técnico-administrativos –, que desbravam grandes áreas ou prédios em más condições, de precária infraestrutura, pelo ideal de ver nascer um câmpus e passar a realizar os sonhos de tantos estudantes.

Resumir em poucas páginas uma longa história, cheia de nuances, como a do IFSul, tornou-se uma tarefa difícil, especialmente porque se trata de história do tempo presente. Para dar voz e oportunidade a todos os segmentos, a Instituição – por meio de sua Editora – está publicando a obra *IFSul nossa história*, uma coletânea composta por três volumes que abordam as experiências de gestão, a expansão da estrutura física e funcional e as percepções da comunidade acadêmica do IFSul. São registros carregados de vivências pessoais e profissionais que precisam ser preservados para as gerações futuras.

Memória institucional não é algo para ser guardado, intocado, apartado. A memória institucional não pode ser arquivo-morto ou material de descarte cotidiano em lixeiras comuns ou eletrônicas. A Memória institucional tem de ser percebida, valorizada, programada para ser base sólida de retomada, atualização, reflexões e estudos. É poder-dever de todos, mas, principalmente, dos gestores de cada instituição escolar. (Meireles; Vaz; Ribeiro, 2022, p. 27).

Em tal perspectiva de memória institucional, o capítulo que aqui concluímos contribui com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, pois entendemos, endossamos e defendemos o posicionamento evocado. Desejamos que esta Instituição, que atualmente alcança um contingente estudantil muito mais amplo do que “os desvalidos da sorte”, tenha a valia de seus fins reconhecida, com sua história compartilhada e sua memória preservada, para ser revisitada, permanentemente, no futuro.

## REFERÊNCIAS

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. *CAVG: História de um Patronato*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária/UFPEL, 1996.

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. *CaVG – uma escola: olhar de aluno*. Pelotas: IFSul, 2016.

BAREA, C.; FAVRETTO, J.; LIMA, M. da F. C. A trajetória do Câmpus Passo Fundo de 2005 a 2023: expansão e inovação na educação. In: MARTINS, V.; ROSA, A. da; FIORI, C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFSul Nossa História: a expansão física e funcional*. Pelotas:



Ed. IFSul, 2024. v. 2, p. 381-408. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/book/279> Acesso em: 24 out. 2024.

BORK, C. A. S. IFSul Câmpus Sapucaia do Sul – primeira unidade de ensino descentralizada da Rede Federal. In: MARTINS, Vinícius; ROSA, A. da; FIORI, C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFSul Nossa História: experiências de gestão*. Pelotas: Ed. IFSul, 2022. v. 1, p. 269-282. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/view/236/61/329-1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro: IBGE, [2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html>. Acesso em: 29 set. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração* – forma subsequente. Lajeado: IFSul, 2014.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Estrutura Física*. Pelotas: IFSul, 2017. Disponível em: <https://www.pelotas.ifsul.edu.br/institucional/estrutura-fisica>. Acesso em: 6 set. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Memorial do IFSul Câmpus Lajeado*. Rio Grande do Sul: IFSul, [2018]. Disponível em: [http://www.lajeado.ifsul.edu.br/img\\_lajeado/2023/Memorial-2023.pdf](http://www.lajeado.ifsul.edu.br/img_lajeado/2023/Memorial-2023.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2020-2024*. Pelotas: IFSul, 2020. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/1334-pdi-2020-2024-ifsul>. Acesso em: 15 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal de Sul-rio-grandense). *Troféu de Fórmula 1*. Sapucaia do Sul: IFSul/Câmpus Sapucaia do Sul, 2021. Disponível em: <http://memorias.sapucaia.ifsul.edu.br/trofeu/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Câmpus Lajeado*. Lajeado: IFSul/Câmpus Lajeado, 2023a. Disponível em: <http://www.lajeado.ifsul.edu.br/campus-lajeado>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *O Câmpus Pelotas*. Rio Grande do Sul: IFSul, 2023b. Disponível em: <https://www.pelotas.ifsul.edu.br/institucional/o-campus-pelotas-1>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Câmpus Venâncio Aires*. Venâncio Aires: IFSul/Câmpus Venâncio Aires, [2024a]. Disponível em: <http://www.venancio.ifsul.edu.br/portal/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Câmpus Visconde da Graça*. Visconde da Graça: IFSul/Câmpus Visconde da Graça, [2024b]. Disponível em: <http://cavg.ifsul.edu.br/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *O Câmpus*. Sapiranga: IFSul, [2024c]. Disponível em: <http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/o-campus>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSUL (Instituto Federal Sul-rio-grandense). *Sobre o Câmpus Novo Hamburgo*. Novo Hamburgo: IFSul, 2024. Disponível em: <http://www.novohamburgo.ifsul.edu.br/sobre-o-campus-novo-hamburgo>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MARTINS, V.; ROSA, A. da; FIORI, C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFSul Nossa História: experiências de gestão*. Pelotas: Ed. IFSul, 2022. v. 1. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/view/236/61/329-1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

MARTINS, V.; ROSA, A. da; FIORI, C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFSul Nossa História: a expansão física e funcional*. Pelotas: Ed. IFSul, 2024. v. 2. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/book/279>. Acesso em: 24 out. 2024.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história...* Pelotas: Ed. da UFPEL, 2007.

MEIRELES, R. L.; VAZ, M. A. da S.; RIBEIRO, A. C. Relato da experiência de implantação do Câmpus Gravataí do IFSul partindo do “quase zero”. In: MARTINS, V.; ROSA, A. da; F., C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFSul Nossa História: experiências de gestão*. Pelotas: Ed. IFSul, 2022. v. 1, p. 409-424. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/view/236/61/329-1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

MEMORIAL Cefet/RS. *HeMEOP – Repositório Digital História e Memória da EPT*, Rio Grande do Sul, [2024]. Disponível em: <http://hemept.pelotas.ifsul.edu.br/hemept/breve-historico-do-memorial-cefet-rs/>. Acesso em: 29 set. 2024.

MOREIRA, S. X. Os primórdios culturais e literários da “Princesa do Sul”. In: RUBIRA, Luís (org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Santa Maria, RS: Pallotti, 2014. v. 2, p. 57-81.

PINHEIRO, L. C. M. Pelotas, Minha cidade. *Amigos de Pelotas*, 2023. Disponível em: <https://amigosdepelotas.com.br/2023/05/02/pelotas-minha-cidade/pelotas/anacatnc/>. Acesso em: 5 set. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. *Planejamento Estratégico de Desenvolvimento da Região Centro-sul*. São Jerônimo: COREDE-Centro-sul, 2016. Disponível em: <http://www.coredecentrosul.com.br/documentos/livro-ped-centro-sul.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ROSA, A. da. Câmpus IFSul/Venâncio Aires: a breve trajetória de uma escola diferente. In: MARTINS, V.; ROSA, A. da; FIORI, C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFsul Nossa História: a expansão física e funcional*. Pelotas: Ed. IFSul, 2024. v. 2, p. 605-632. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/book/279> Acesso em: 24 out. 2024.

SANTOS, W. Doces de Pelotas com IG estarão em destaque em Bento Gonçalves. In: DOCES de Pelotas no cardápio da 25ª Avaliação Nacional de Vinhos. Pelotas: Sebrae/RS, 2017. Disponível em: <https://sebraers.com.br/doces-de-pelotas-no-cardapio-da-25a-avaliacao-nacional-de-vinhos/>. Acesso em 15 set. 2024.

SILVA, P. H. A.; LIMA, A. S. O contexto dos cursos binacionais na fronteira Sant’Ana do Livramento/BR–Rivera/UY. In: DINIS, M. A. P.; MELLO, L. M. (org.). *Cursos binacionais: relatos de uma experiência inovadora*. Santana do Livramento: Cia. do Ebook, 2015. p. 9-21.

SOUZA, D. G. R. de. Participação na gestão: aprendizado humanístico e transformador na vida dos jovens alunos do Câmpus Charqueadas do IFSul. In: MARTINS, V.; ROSA, A. da; F., C. R. S.; MEIRELES, C. M. da S.; ARSAND, D. R.; DUARTE, G. D.; ANTUNEZ, J. L. da L.; GIL, M. F.; FORNO, R. L. D.; FERNANDES, V. L. (org.). *IFsul Nossa História: experiências de gestão*. Pelotas: Ed. IFSul, 2022. v. 1, p. 379-388. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/view/236/61/329-1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

TV TRADIÇÃO. *CTG Carreteiros do Sul*: Enart 2016 – Força A. Novo Hamburgo: TV Tradição, 2016. Disponível em: <https://www.tvtradicao.com.br/evento/2016-enart/ctg-carreteiros-do-sul-enart-2016-forca-a-sabado/> Acesso em: 8 jul. 2024.

UFPEL (Universidade Federal de Pelotas). *Distâncias municipais*. Pelotas: UFPel, 2013. Disponível em: <https://pelotas.ufpel.edu.br/pel03.html>. Acesso em: 5 set. 2024.

## REFERÊNCIA DO ANEXO FOTOGRÁFICO

CRSS3. Óculos-mouse, ele substituirá o mouse por apenas 50 reais. YouTube, 9 mar. 2010. [1 vídeo]. 2min1s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVISfLxCOO4> Acesso em: 8 jul. 2024.







06



07



08



09



10



11



12



13



14

## DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Atividade esportiva (voleibol) no Câmpus Pelotas | Fonte: Jogos Intercâmpus 2018 – segunda etapa | Flickr.
- 02 Clube de Xadrez no Câmpus Pelotas | Fonte: Jogos Intercâmpus 2018 – Segunda etapa | Flickr.
- 03 Troféu produzido pela Uned Sapucaia do Sul | Fonte: Projeto Memórias do Câmpus Sapucaia do Sul (2008).
- 04 Atividade esportiva (futebol) no Câmpus Pelotas | Fonte: Jogos Intercâmpus 2018 – segunda etapa | Flickr.
- 05 Troféu produzido pela Uned Sapucaia do Sul e piloto Felipe Massa, vencedor da prova de Fórmula 1 no Brasil | Fonte: Projeto Memórias do Câmpus Sapucaia do Sul (2008).
- 06 Demonstração de projeto de robótica, durante a MOCITEC 2015 | Fonte: Acervo do Câmpus Charqueadas (2015).
- 07 Atividade esportiva (futsal) no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça | Fonte: Jogos Intercâmpus 2018 – Segunda etapa | Flickr.
- 08 Atividade esportiva (voleibol) no Câmpus Pelotas | Fonte: Jogos Intercâmpus 2018 – segunda etapa | Flickr.
- 09 Apresentação do óculos-mouse em programa de televisão em 2010 | Fonte: CRSS3 (2010).
- 10 Premiação de handebol em 2018 | Fonte: Jogos Intercâmpus 2018 – premiação – segunda etapa | Flickr.
- 11 Atividade Envolve IFSul no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça | Fonte: Envolve IFSul | Flickr.
- 12 Atividade Envolve IFSul no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça | Fonte: Envolve IFSul | Flickr.
- 13 CTG Rancho Grande no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça | Fonte: Acervo do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça.
- 14 Criação de gado leiteiro para aulas práticas no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça | Fonte: Acervo do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça.

# O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE POR SEUS AGENTES

## MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO

---

**SÍLVIA FERNANDA SOUZA DALLA COSTA<sup>1</sup>**

**JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA<sup>2</sup>**

**SARA NUNES<sup>3</sup>**

**SHYRLEI KARYNA JAGIELSKI BENKENDORF<sup>4</sup>**

**SONIA REGINA LAMEGO LINO<sup>5</sup>**

---

**1** Doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, atua como professora na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, nos cursos de ensino médio integrado, no IFC/Câmpus Concórdia. Pesquisa sobre procedimentos de constituição do texto falado e escrito, enunciação e análise da conversação. E-mail: [silvia.costa@ifc.edu.br](mailto:silvia.costa@ifc.edu.br).

**2** Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), atua como professora e mediadora de EJA no IFC. Pesquisa sobre educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica e formação docente. E-mail: [jamile.silva@ifc.edu.br](mailto:jamile.silva@ifc.edu.br).

**3** Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atua como professora na área de História, nos cursos de ensino médio integrado, na graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Coordena o grupo de pesquisa Educação no Brasil Meridional. E-mail: [sara.nunes@ifc.edu.br](mailto:sara.nunes@ifc.edu.br).

**4** Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFC/Câmpus Blumenau, atua como bibliotecária no IFC/Câmpus Concórdia. Pesquisa sobre a história da educação profissional. E-mail: [shyrlei.benkendorf@ifc.edu.br](mailto:shyrlei.benkendorf@ifc.edu.br).

**5** Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, com pós-doutorado em Administração pela UFSC, atua como professora na área de Administração, nos cursos de ensino médio integrado, na graduação em Sistema de Informação e na Especialização em Gestão de Negócios. Lidera o grupo de pesquisa Gestão da Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: [sonia.lino@ifc.edu.br](mailto:sonia.lino@ifc.edu.br).



A educação profissional e tecnológica em Santa Catarina iniciou sua trajetória com a criação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em Florianópolis/SC em 1909, durante o governo do presidente Nilo Peçanha – até o momento primeiro e único presidente negro do Brasil –, para dar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. Essa semente da educação profissional se desenvolveu no decorrer do século XX, tendo passado por várias alterações de estrutura, gestão, oferta de cursos e nomes, tais como: Liceu Industrial de Florianópolis em 1937, Escola Industrial de Florianópolis em 1942, Escola Industrial Federal de Santa Catarina em 1965, Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF/SC) em 1968 e Centros Federais de Educação Tecnológica em 2002.

Em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que absorveram a estrutura da educação técnica profissional já existente no país. No estado de Santa Catarina, criaram-se dois Institutos: o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal Catarinense (IFC). O IFSC foi constituído a partir da transformação do Cefet/SC em IFSC, com Reitoria em Florianópolis/SC, atuando sobretudo nas áreas de indústria e serviços, e o IFC, que foi constituído por meio da união de cinco instituições (três Escolas Agro-técnicas Federais e dois Colégios Agrícolas), com Reitoria em Blumenau/SC e atuação principal nas áreas agrotécnicas e de serviços.

Nesse contexto, este estudo trata do Instituto Federal Catarinense, uma instituição criada por meio da junção de outras autarquias, cada qual com sua trajetória de implantação, quanto aos aspectos gerenciais e pedagógicos, e com suas especificidades. Tal configuração trouxe muitos desafios para sua implantação, entretanto cabe ressaltar a importância histórica e social que o processo de interiorização da educação técnica profissional federal e a ampliação do acesso ao ensino superior federal no estado de Santa Catarina promoveram.

## **INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM SANTA CATARINA**

A criação dos Institutos Federais é uma política pública comprometida com demandas históricas, pois o Brasil é um país atravessado

por desigualdades de todas as ordens, especialmente econômicas e sociais, consequência de um processo colonizador violento, pautado nas relações de poder advindas do latifúndio e na acumulação de capital ancorado no trabalho escravo. Soma-se a esses aspectos históricos a dimensão geográfica continental, caracterizada por diferenças regionais profundas. Nesse cenário, podemos identificar na expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a perspectiva da interiorização, relacionada ao propósito do desenvolvimento regional e do diálogo com os arranjos produtivos locais.

Essa política de expansão e interiorização da Rede Federal representa um marco na história do Brasil. Os Institutos Federais aparecem no cenário nacional no final de 2008 como uma novidade. Eles trazem para a sua organização toda uma luta histórica para superar a dualidade na educação, marcada pelo acesso das classes dominantes a uma formação propedêutica e pela limitação das classes trabalhadoras a uma formação profissionalizante com poucas oportunidades. Junto com a criação dos Institutos e a interiorização da Rede, também foi feita uma proposta vigorosa de integrar o ensino médio ao ensino técnico, pautada nos princípios de politecnia e formação humana integral. Nesse caminho da interiorização, chegamos até o estado de Santa Catarina, contemplado com o IFSC e com o IFC. Como servidores deste último, fomos testemunhas e protagonistas dos sentidos e impactos da interiorização nesse pedaço de chão brasileiro. Atualmente, os dois Institutos Federais em SC têm 37 câmpus em funcionamento e 3 câmpus em processo de implantação, anunciado no ano de 2024.

Para compreender a criação do IFC nesse processo de expansão e interiorização, é importante situar Santa Catarina na história do Brasil. Estamos abordando um estado que durante o período colonial foi alvo de disputas entre portugueses e espanhóis, já que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494), grande parte do território do interior do que hoje é o Brasil pertencia à Espanha. Resolvidas as disputas, prevalecendo as ações da Coroa Portuguesa, observamos gestos colonizadores semelhantes a outras regiões: violência e negligência com os povos originários, trabalho escravo dos africanos. Em termos econômicos, até meados do século XIX, as atividades eram pautadas na pesca e concentradas no litoral. Havia uma exceção, Lages/SC,

na Região Serrana do estado, município fundado no século XVIII, por decisão política do primeiro-ministro português da época, Marquês de Pombal. A iniciativa da fundação respondeu ao objetivo de proteger o território da cobiça dos espanhóis, como também atendeu aos interesses econômicos de criação e comércio do gado, que alimentava a Região Sudeste. O trabalho na Serra Catarinense era ancorado então na força dos africanos escravizados.

No século XIX, mudanças significativas ocorreram com a chegada dos imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos. Esse fluxo migratório colonizador foi incentivado pela então monarquia brasileira. O interesse era claro: ocupar o interior do estado, independentemente da existência dos povos originários. Esse processo histórico mudou a paisagem de Santa Catarina, uma vez que a chegada dos europeus trouxe para o estado a organização de novas dinâmicas econômicas. Recorrer a esse passado é nomear as elaborações do tempo presente, já que a expansão da Rede Federal em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, está vinculada às características econômicas, à história e aos índices de desenvolvimento social de cada região.

Com base na lei que criou os Institutos Federais, a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, identificamos a organização inicial do IFC elaborada por meio da integração das Escolas Agrotécnicas de Concórdia/SC, Rio do Sul/SC e Sombrio/SC, bem como dos Colégios Agrícolas de Araquari/SC e Camboriú/SC, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A Rede expandiu-se a partir dessa primeira estrutura, de modo que atualmente o IFC é composto por 15 câmpus, localizados nos municípios de Abelardo Luz/SC, Araquari/SC, Blumenau/SC, Brusque/SC, Camboriú/SC, Concórdia/SC, Fraiburgo/SC, Ibirama/SC, Luzerna/SC, Rio do Sul/SC, Santa Rosa do Sul/SC, São Bento do Sul/SC, São Francisco do Sul/SC, Sombrio/SC, Videira/SC, estando a Reitoria instalada na cidade de Blumenau/SC. No momento, considerando a expansão em 2024, está no planejamento a abertura dos Câmpus Mafra e Campos Novos.

A seguir, na Figura 1 apresentamos o mapa de Santa Catarina com a localização dos câmpus do IFC já existentes, da Reitoria e dos dois câmpus em processo de implantação:



**Figura 1.** Mapa com a localização dos câmpus do IFC | Fonte: Elaborada por Suzana Back.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Servidora lotada na Pró-Reitoria de Governança, Engenharia, Tecnologia e Ingresso do IFC (Progeti), é autora das figuras 1, 2 e 3.

Como podemos observar, a responsabilidade pela inserção regional, a partir da interiorização, faz parte da história do IFC, característica identificada também no último Plano de Desenvolvimento Institucional (IFC, 2023b). Nesse sentido, a trajetória formativa histórica do IFC se integra às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais/regionais, oferecendo cursos de educação profissional e tecnológica que abrangem tanto a qualificação profissional e educação profissional técnica de nível médio quanto a graduação e a pós-graduação lato e stricto sensu. De acordo com os relatórios de gestão, no ano de sua criação o IFC tinha 2.455 alunos; hoje são mais de 20.000 alunos e 192 cursos.

Contudo, compreender os impactos do IFC nesse processo histórico de interiorização é algo que ocorre para além de dados, datas e leis, pois alcança as pessoas e os sentidos de produzir a vida e o mundo. Essa interiorização arrebatava com toda a força os sujeitos envolvidos, desde os servidores públicos, que passaram no concurso para ingressar nessa instituição com tantas singularidades, até a comunidade implicada nessa construção. Todos enfrentaram desafios na constituição material e humana dos Institutos. As narrativas dos reitores sobre a trajetória da Instituição são verdadeiros testemunhos das complexidades vivenciadas nesse caminho.

Nesse sentido, vale destacar que, desde a sua criação, o IFC está no quinto mandato do dirigente máximo da Instituição. Na Figura 2, apresentamos uma linha histórica que representa esse processo.



**Figura 2.** Linha histórica dos reitores do IFC  
Fonte: Elaborada por Suzana Back.

Em março de 2023, durante o seminário da abertura de trabalhos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC (IFC, 2023a), tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais dessa história, a partir dos relatos dos ex-reitores e da Reitora do IFC na época. Na mesa temática intitulada “Tempos, lugares e contextos: desafios da gestão do IFC”, os ex-reitores Claudio Adalberto Koller, Francisco José Montório Sobral e a reitora da época, Sônia Regina de Souza Fernandes, relataram os principais fatos e desafios vivenciados ao longo desse processo. Após esse momento do seminário, já no ano de 2024, o reitor atual do IFC também relata sua trajetória e registra os desafios atuais.

Cláudio Adalberto Koller, que já havia sido diretor-geral da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC, foi escolhido entre os pares para ser o reitor que conduziria a implantação do IFC. Egresso de uma escola agrotécnica federal, é graduado em Ciências Agrárias e mestre em Agroecossistemas. Também foi coordenador da Câmara de Educação no Campo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), representante do Ministério da Educação (MEC) no Conselho Superior do IFFarroupilha e presidente do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (Coneaf).

Koller recordou que, na época da criação dos IFs, o projeto consistia na criação de um Instituto por estado e destacou sua participação na solenidade da lei de criação dos IFs: “Eu fui convidado pra solenidade onde o Lula sancionou a Lei de Criação dos Institutos” (IFC, 2023a).

Segundo ele, foram ao palácio e, no término da solenidade, teve a primeira surpresa, pois, antes desse momento, tinha ocorrido a realização de muitas discussões com os câmpus e a comunidade, em um plebiscito referente à adesão à Rede. Todo esse processo resultou em um planejamento para definir o local da Reitoria, se seria em Indaial/SC ou em Navegantes/SC, uma vez que os terrenos nesses municípios já estavam doados. No entanto, ao término da solenidade, quando pegou a cópia da lei, ele relata: “pro meu espanto tava IFC, reitoria Blumenau” (IFC, 2023a). Relembrou ainda que Blumenau/SC sofreu em 2008 uma das maiores catástrofes climáticas de sua história.

O início das atividades foi permeado por inúmeros desafios, que incluíram desde a identificação e a compra de um local para a instalação da Reitoria até a inexistência de servidores e o diálogo com os atores políticos e as instituições locais de Blumenau/SC. Koller destaca que “toda origem foi muito difícil, pois não estávamos preparados” (IFC, 2023a), sendo o maior desafio de todos a contratação de pessoal, ou seja, a realização de um concurso público. Enfatizou, inclusive, que os servidores devem ficar orgulhosos, pois todos entraram pela porta da frente. Além disso, reiterou que foram muito cuidadosos e sabiam que o IFC só seria um sucesso se tivesse um quadro funcional de qualidade.

Ao final do mandato do professor Koller, o IFC vivenciou seu primeiro processo de escolha para dirigente máximo da Instituição. O processo eleitoral ocorreu no segundo semestre de 2011. O primeiro dirigente eleito foi o professor Francisco José Montório Sobral, que iniciou as suas atividades após a posse dada pelo ministro da Educação da época, Aloizio Mercadante.

Vale destacar que o professor Sobral já fazia parte da gestão anterior, tendo ocupado o cargo de diretor de Ensino na Pró-Reitoria de Ensino e pró-reitor de Ensino substituto do IFC. Sobral também é egresso da Rede, pois fez o Curso Técnico em Agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. É graduado em Ciências Agrícolas, tem especialização em Metodologia de Ensino, mestrado e doutorado em Educação. Além disso, ressalta-se que, desde 1987, é professor da Rede Federal, com atuação nos câmpus de Concórdia e de Araquari.

Em relação aos processos vivenciados na Instituição, na sua fala destacou as questões dos modismos pedagógicos pelos quais passamos ao longo da história, com ênfase nas reformas do ensino médio em relação à educação profissional. Ressaltou que a maior prova de resistência da Rede Federal foi a união de todos da Rede para se fortalecerem frente ao Decreto n. 2.208/1997, que foi caracterizado pela separação das matrículas e dos professores nos segmentos do ensino médio (área propedêutica) e da educação profissional (área técnica). Na sequência, argumentou que o Decreto n. 5.154/2004 não resolveu a questão como se pretendia, mas “pelo menos voltamos a matrícula única e a discussão do ensino médio integrado com aqueles princípios que tivemos na



origem” (IFC, 2023a), destacando em sua fala os três princípios básicos: técnico, ciência e humanismo.

Evidenciou, ainda, que um dos desafios durante a sua gestão no IFC foi a criação dos cursos superiores, salientando que, dando continuidade à gestão do professor Koller, optou pela não criação de cursos tecnólogos, e sim de graduações, bacharelados e licenciaturas, “transgredindo inclusive as diretrizes do MEC, quando a gente criou a Pedagogia” (IFC, 2023a). Desse modo, reafirmou o motivo da resistência ao destacar que a criação de cursos tecnólogos fora, historicamente, imposta pelo Banco Mundial como política aos países periféricos. Para Sobral, essa política dizia claramente a tais países que eles não precisavam “ser formadores de ciência, mas sim adaptadores de ciência” (IFC, 2023a).

Sobral destacou que, durante esse percurso vivenciado, é o “ensino médio integrado que nos difere das universidades federais, ensino médio integrado é o que nos dá referência” (IFC, 2023a). Temos o ensino médio integrado com o maior percentual de matrículas e é o que nos dá visibilidade, coerência e identidade. Por fim, ressaltou a importância que os Institutos tiveram na inclusão, sobretudo quanto ao avanço do IFC, mencionando a criação do Centro de Treinamento e Inclusão em Cães Guia, no Câmpus Camboriú, e a criação do Câmpus Avançado Abelardo Luz, que fica dentro de um assentamento e é voltado para a educação do campo. Hoje, podemos dizer que a educação inclusiva, apesar de todas as carências e os desafios que ainda enfrentamos, faz parte do IFC.

Durante o segundo semestre de 2015, o IFC vivenciou novamente a escolha de dirigentes e teve a primeira mulher eleita para o cargo de dirigente máximo. Assim, a terceira reitora do IFC foi a professora Sônia Regina de Souza Fernandes, no período de 2016 a 2019, sendo reeleita para o período de 2019 a 2023.

Sônia tem graduação em Pedagogia e doutorado em Educação. É docente do IFC desde 2010. A ex-reitora destacou que um dos principais desafios durante seus oito anos de gestão, dando seguimento às gestões anteriores, foi a importância de constituir a sensação de pertencimento, de uma identidade, uma cultura organizacional para o IFC com os câmpus se reconhecendo como uma única instituição. Relembrou que em 2016, primeiro ano de sua gestão, o IFC teve que

lidar com as consequências do impeachment e da Emenda Constitucional n. 95, que determinou o teto de gastos públicos, o que dificultou e dificulta até hoje a gestão institucional. Nos anos seguintes, 2017 e 2018, o IFC teve que lidar com a dimensão do orçamento no âmbito da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que diminuiu vertiginosamente a verba pública, mesmo com as crescentes necessidades advindas do aumento de matrículas.

Ademais, evidenciou a resistência do IFC diante da adesão à reforma do ensino médio e o olhar crítico quanto às diretrizes das licenciaturas. No âmbito do ensino médio integrado, salientou que foi realizada “uma revisão por dentro, à luz dos princípios da Rede Federal” (IFC, 2023a) e, por isso, a reforma não foi adotada. Em relação às licenciaturas, destacou que o IFC resistiu à tentativa de desmonte e de uma visão rasa com relação à formação de professores no país.

A ex-reitora Sônia foi a primeira dirigente máxima do IFC a ir para a reeleição. Acerca disso, ela ressaltou que esse segundo período foi marcado pela pandemia de covid-19. O IFC não tinha expertise em atividades de ensino remotas, porém esse não foi o principal desafio. Sônia destaca que as maiores dificuldades foram lidar com o negacionismo, a cultura do denunciismo e as tentativas de destruição das instituições democráticas no país.

Nesse sentido, durante todo o período da pandemia, assim como todos os brasileiros, o IFC vivenciou uma situação imprevisível e devastadora; afinal, o que parecia ser algo passageiro logo se confirmou como uma das maiores crises sanitárias já enfrentadas no país. Os efeitos dessa realidade foram sentidos duramente dentro do IFC – estudantes, professores, servidores técnico-administrativos e terceirizados tiveram que quebrar paradigmas e reajustar drasticamente suas rotinas de estudo e trabalho. Toda essa nova rotina foi orientada e acompanhada pelo Comitê de Crise criado no IFC na época.

Vale destacar que um dos frutos desse Comitê foi a criação do Plano de Contingência, que serviu de inspiração para a elaboração dos planos produzidos pelas demais instituições de ensino, tanto em nível estadual quanto em nível nacional, no âmbito dos Institutos Federais, conferindo grande visibilidade à Instituição.

No final de 2023, o IFC vivenciou novamente o processo eleitoral, tendo sido eleito como reitor o professor Rudinei Kock Exterckoter, que assumiu em janeiro de 2024. Rudinei também é egresso da Rede, formou-se em Técnico Agrícola no Colégio Agrícola de Camboriú. Possui doutorado em Geografia/Desenvolvimento Regional, mestrado em Agroecossistemas, especialização em Educação Profissional Tecnológica e graduação em Agronomia. É professor da área de Ciências Agrárias no IFC desde 2008.

Ao recordar sua trajetória, ele relatou que pôde experienciar a Rede de diversas maneiras: “Como egresso, vivenciei o poder transformador na vida de um estudante.<sup>7</sup> Já, como professor, pude compreender o quão desafiador é ser capaz de atender toda a complexidade de uma Rede que atua com a formação médio/técnica, EJA, graduação e pós-graduação.” Por fim, apontou que, como gestor, o grande desafio talvez seja conciliar as expectativas da comunidade acadêmica, sempre em sintonia com as demandas e anseios da sociedade em tempos de orçamentos escassos, respeitando e valorizando a história de cada unidade que compõe essa grande rede.”

Em relação à Rede, o reitor ainda destacou que esses 115 anos de história foram marcados por uma trajetória de muito sucesso e de desafios enormes. “A sua existência foi colocada à prova em muitos momentos.” Salientou, contudo, que foi necessário um contínuo exercício de resistência, adaptação e transformação. Isso só foi possível graças à luta de nossa comunidade, da sociedade organizada, de nossas lideranças políticas e de governos progressistas que compreenderam e compreendem a importância e o valor da educação.

Por fim, Exterckoter enfatizou que “como IFC precisamos estar sempre preparados para darmos continuidade ao nosso compromisso com a formação humana integral e com o fortalecimento de um estado democrático e soberano”, voltado à garantia dos direitos fundamentais e de uma vida digna para todos. Afinal, ele afirmou acreditar que “não há futuro para uma instituição que não compreenda esse movimento e que não esteja pronta para os novos ciclos de crescimento que se avizinham.”

---

<sup>7</sup> Depoimento concedido pelo professor Rudinei Kock Exterckoter em julho de 2024 para a composição deste capítulo.

A história, mesmo a institucional, é resultado das ações humanas, tanto coletivas quanto individuais. Os testemunhos dos dirigentes, os anteriores e o atual, são narrativas que simbolizam os impactos do processo de expansão da Rede Federal nas primeiras décadas do século XXI. As singularidades históricas e regionais da interiorização nesse período tornaram possível o agenciamento de sujeitos oriundos de diferentes formações e lugares sociais. Essa característica está entrelaçada aos sentidos da lei que criou os Institutos, abrindo espaços formativos pautados na politecnia e na educação humana e cultural.

## OS CÂMPUS QUE FORMAM O IFC E SUAS TRAJETÓRIAS: CARACTERÍSTICAS E RELATOS

A história do IFC é feita pelo entrelaçamento de cada instituição que o formou, pela participação social que configurou as audiências de implantação de cada novo câmpus e pelas características que os agentes – servidores e estudantes – lhe deram, configurando a Instituição plural e diversa que hoje temos. Portanto, tendo em vista as características de criação dos IFs, as instituições preexistentes (Escolas Agrícolas) e o plano de expansão para a inserção de novos câmpus, apresentamos a seguir um resumo histórico da gênese dos 15 câmpus que atualmente compõem o IFC.<sup>8</sup>

### CÂMPUS CAMBORIÚ

O Colégio Agrícola de Camboriú (CAC) foi fundado em 8 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o governo federal e o estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de abril de 1953.

Em 1962, iniciaram-se as atividades pedagógicas com a oferta do Curso Ginásial Agrícola. Em 1965, foi criado o Curso Técnico em Agricultura, que em 1973 passou a ser chamado de Técnico em Agropecuária. Primeiramente, o Colégio ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola, do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica,

---

<sup>8</sup> Como este texto tem um enfoque histórico, optamos por indicar o acesso aos dados sobre os cursos oferecidos atualmente pelos câmpus do IFC disponíveis no site da Reitoria, que fornece as informações atualizadas: <https://ingresso.ifc.edu.br/guia-de-cursos/>.



**Figura 3.** Linha do tempo da criação dos câmpus do IFC

Fonte: Elaborada por Suzana Back.

por sua vez, foi vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau, do Ministério da Educação (MEC). Em 1968, a responsabilidade administrativa e financeira do CAC foi transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Ensino; com isso, houve a restrição de suas atividades relativas ao ensino de 2º grau profissionalizante. Em 1990, começou a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma instituição nomeada como agrícola, a partir do ano 2000 foram introduzidos outros cursos nas áreas da Informática e do Meio Ambiente. Em 2003, foram criados o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, em 2008, o Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade, ambos em consonância com as demandas e os arranjos produtivos da região.

No ano de 2007, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). No final de 2008, o CAC foi transformado em um câmpus do IFC, por meio da lei de criação dos Institutos Federais. A mudança tornou possível ofertar, além da qualificação profissional em nível médio, os cursos superiores e de pós-graduação, o que promoveu o crescimento vertical do ensino.

O Câmpus Camboriú avançou na oferta do Ensino a Distância (EaD) e possui dois cursos nessa modalidade: o Técnico Subsequente em Defesa Civil e a graduação em Tecnologia em Sistemas para Internet. Além disso, o Câmpus destaca-se por ser o primeiro da Rede Federal a ofertar a formação profissional de Treinador e Instrutor de Cães-Guia, sendo referência nacional na área.

## CÂMPUS ARAQUARI

Suas atividades começaram em 1959, com as primeiras turmas de operários agrícolas formadas em 1963. No ano de 1968, a Escola, que se chamava Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, foi vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), situação que permaneceu até 2008, quando passou a fazer parte da Rede Federal de Ensino como um câmpus do IFC.

No período de Escola Agrícola, muitas foram as histórias vividas e construídas pelos docentes, funcionários e estudantes que por lá passaram.

No livro *Da Escola de Iniciação Agrícola ao Instituto Federal Catarinense: 60 anos de história em Araquari*, há relatos de um cotidiano muito peculiar e, ao mesmo tempo, comum às Escolas Agrícolas que existiam no período.

De acordo com o ex-aluno de mestria agrícola, Sr. Trümmer, havia muito trabalho no campo, era necessário “capinar, roçar, cuidar do cavalo, vacas, fazer plantio”, e lembra que “o banho era frio o ano todo, não havia chuveiros, a água vinha direto dos canos” (Güttschow, 2019, p. 45).

Sobre essa época, é interessante a informação de que, na administração da UFSC, uma portaria foi emitida em 1968, orientando sobre os aspectos disciplinares e comportamentais que os alunos deveriam seguir, referentes ao consumo de cigarros, bebidas alcóolicas e horários, entre outras definições, sob pena de terem a matrícula cancelada caso as orientações fossem desobedecidas.

Com a incorporação ao IFC, o perfil dos estudantes mudou, e a área de atuação foi ampliada. Atualmente são oferecidos no Câmpus cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de cursos na modalidade subsequente ao ensino médio, cursos superiores e mestrados.

## CÂMPUS CONCÓRDIA

A criação do Ginásio Agrícola de Concórdia ocorreu por meio de um esforço intermediado pelo senador Attilio Francisco Xavier Fontana, fundador da empresa Sadia, junto ao então presidente, Jânio Quadros. Em 1965, iniciaram-se as atividades da Escola, que esteve ligada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário até 1967. Em 1968, formou-se a primeira turma de 25 mestres agrícolas. Em 1972, a Instituição passou a se chamar Colégio Agrícola e, em 1979, foi denominada Escola Agrotécnica Federal de Concórdia.

O primeiro diretor da Escola foi Hypérides Leandro Farias, de 1965 a 1967, ligado ao Ministério da Agricultura; em seguida, o professor Armando de Oliveira, que era funcionário da Sadia, foi indicado para o cargo de diretor. A sua gestão contou com o professor Celso Lemos como vice-diretor. O dia a dia dos estudantes era de muito estudo, muito trabalho no campo e muita disciplina. Até mesmo o corte de cabelo era inspecionado e deveria estar sempre bem curto para poder entrar na sala de aula.



De acordo com as memórias do professor Celso Lemos, a partir de 1982, quando assumiu a direção, o internato começou a incluir meninas: “antes era muito raro ter alunas meninas, apenas uma, no máximo duas”.<sup>9</sup> Naquela época, a Escola chegou a ter 500 internos, com uma média de 32 funcionários, e não havia profissionais terceirizados.

A Banda Marcial da Escola, existente até os dias de hoje, sempre foi destaque, sendo aclamada não apenas no município de Concórdia/SC, mas em outros estados onde foi se apresentar, como Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Os desfiles de 7 de Setembro eram cuidadosamente planejados e ensaiados, com a presença, inclusive, de carros alegóricos construídos na Escola.

Desde 2008, como integrante do IFC, o Câmpus Concórdia oferece cursos de ensino médio integrado, graduação, mestrado e, recentemente, teve a aprovação de um doutorado.

## CÂMPUS RIO DO SUL

A Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (EAFRS), que precede o câmpus do IFC de Rio Sul, tem sua origem relacionada aos problemas econômicos e sociais da década de 1970, que afetaram a região do Alto Vale Catarinense. Com a criação da Escola, objetivou-se proporcionar educação profissional aos jovens do meio rural, buscando melhorar o nível tecnológico da produção agropecuária.

Em 1986, após 15 anos de mobilização, o projeto foi oficializado por meio da mediação do então ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Para a aquisição do terreno destinado à construção da Escola, foi realizada uma campanha que contou com a participação de 146 doadores, incluindo a empresa Perdigão, o governo estadual de Santa Catarina e até pessoas físicas (Koller, 2003).

Contudo, a EAFRS foi criada somente em 1993, com o ensino de 2º Grau – ensino técnico em nível médio. Em 1995, a primeira turma do curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária iniciou suas atividades.

---

<sup>9</sup> Entrevista oral concedida à Shyrlei K. J. Benkendorf, em 26 de novembro de 2020, para pesquisa de dissertação de mestrado.

Em 2008, a Escola foi integrada ao IFC e, em 2009, passou a ser denominada IFC/Câmpus Rio do Sul – Unidade Sede. Na sequência, foi criada a Unidade Urbana do Câmpus, para atender aos cursos na área de Informática e licenciaturas. Em 2015, em cooperação técnica com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, o IFC utilizou o espaço do antigo Centro de Educação Profissional (Cedup), localizado no Bairro Progresso. A Unidade Tecnológica, como foi renomeada, possui estrutura e laboratórios destinados ao curso superior de Engenharia Mecatrônica, e nessa unidade também está centralizado o Departamento Administrativo do Câmpus.

## CÂMPUS SANTA ROSA DO SUL

O Câmpus Santa Rosa do Sul tem sua origem associada à Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, sendo integrante de uma política de desenvolvimento regional gerida pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), autarquia federal vinculada ao Ministério do Interior.

A Escola Agrotécnica foi planejada e construída com o objetivo de estimular a permanência dos jovens no campo, dando suporte à comunidade de pequenos agricultores da zona rural de Sombrio/SC, mais especificamente da comunidade de Vila Nova, que hoje pertence a Santa Rosa do Sul/SC. O foco eram as áreas de drenagem e irrigação.

A construção da Escola começou em 1988, por solicitação do prefeito de Sombrio/SC ao MEC, e sua inauguração ocorreu, efetivamente, em 5 de abril de 1993, denominada na época de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS). Configurava-se como a única instituição federal de ensino técnico atuando no sul de Santa Catarina. Por essa razão, sua atuação “consolidou o atendimento a uma ampla área de abrangência que demandava grandes esforços na formação de profissionais na área da agropecuária” (IFC, 2019). Embora tenha sido denominado de Sombrio, a sede do Câmpus ficava localizada no município de Santa Rosa do Sul – emancipado após a solicitação de criação da Escola.

Um estudo feito por Bitencourt (2019) ratificou a importância da Escola na região, formando profissionais que antes eram contratados de outras cidades ou estados, ou mesmo forçando os estudantes a buscarem

a formação em outros locais, havendo o risco de não voltarem mais para casa, ao serem empregados nas regiões onde estudaram.

O primeiro curso implantado, em 1994, foi o de Técnico em Agricultura com habilitação em Agropecuária, denominado posteriormente de Técnico em Agropecuária.

No ano de 2014, houve a alteração no nome do Câmpus para Santa Rosa do Sul, nome do município no qual se localiza. E a extensão do Câmpus no Bairro Januária, pertencente ao município de Sombrio, denominou-se Câmpus Avançado Sombrio (IFC, 2023b).

Atualmente, o Câmpus Santa Rosa do Sul expandiu seu foco, trabalhando com cursos nas áreas de Informática, Turismo e Matemática, em nível médio e superior.

## CÂMPUS SOMBRIO

Em meados de 2008, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada, inicialmente, Núcleo Avançado de Sombrio e, posteriormente, Unidade Urbana de Sombrio. A partir da expansão da Rede Federal por meio da Portaria n. 505/2014 do MEC, o referido Câmpus passou a ser chamado de Câmpus Avançado Sombrio.

Com a oferta de cursos de nível superior, buscou-se evitar a evasão de jovens que buscavam formação superior em outros locais ou mesmo interrompiam seus estudos, quando não tinham condições financeiras para estudar fora da cidade.

Pela Portaria n. 411, de 7 de maio de 2024, que altera a tipologia de 18 câmpus avançados dos Institutos Federais, a unidade se efetivou, transformando-se no Câmpus Sombrio do IFC. Atualmente, o Câmpus Sombrio oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, EJA e de graduação.

## CÂMPUS VIDEIRA

O Câmpus Videira foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, tendo sua oferta inicial concentrada nos cursos técnicos concomitante e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática. No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho. No ano seguinte, ampliou a

disponibilidade de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrada ao ensino médio para os cursos de Informática, Agropecuária e Eletroeletrônica.

A oferta de cursos superiores e pós-graduação teve início ainda no segundo semestre de 2011, com a criação do Bacharelado em Ciência da Computação e das especializações em Desenvolvimento Web, Desenvolvimento Rural e Agronegócio e Educação com Ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 2012, o Câmpus iniciou a Licenciatura em Pedagogia – uma demanda e um marco na formação de professores da região – e, a partir de 2015, ampliou a oferta de cursos.

## CÂMPUS BLUMENAU

O Câmpus Blumenau é resultado de amplos debates e audiências públicas, que culminaram na decisão de adquirir uma estrutura própria para a unidade de ensino. Em novembro de 2010, iniciou-se o processo de compra do imóvel da empresa Bernauer, localizada às margens da BR-470, no Bairro Badenfurt. Dessa maneira, elaborou-se um projeto arquitetônico para as dependências do Câmpus considerando a estrutura já existente no imóvel.

Em 2012, iniciaram as aulas dos primeiros cursos oferecidos: o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e o Curso Subsequente em Informática – que depois foi descontinuado para dar lugar ao curso superior. Como o prédio ainda estava em reforma, em fevereiro de 2012, foi preciso que estudantes, professores e técnicos administrativos usassem três salas da paróquia local, cedidas pela comunidade do Bairro Badenfurt. Em agosto de 2013, ainda com as reformas em andamento nas instalações adquiridas, começaram as aulas da primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Somente em julho de 2014, após o término das obras, ocorreu a solenidade de inauguração oficial, com o descerramento da placa inaugural, que representou a entrega oficial do Câmpus Blumenau à comunidade do Vale do Itajaí. Ainda em 2014, a partir de agosto, foram ofertados também os Cursos Técnicos em Mecânica e Eletromecânica, na modalidade subsequente, voltados a alunos que já haviam concluído o ensino médio.

Em 2015, o IFC/Câmpus Blumenau começou a ampliar sua grade de cursos e, em 2018, deu início à primeira turma do Mestrado Profissional e Educação Tecnológica em Rede Nacional (ProFEPT), programa de mestrado em rede nacional na área de ensino.

O Câmpus Blumenau, referência na oferta de educação de jovens adultos, atua com foco em dois eixos tecnológicos: (1) Informação e Comunicação e (2) Controle e Processos Industriais.

## CÂMPUS IBIRAMA

O Câmpus Ibirama foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, na estrutura da antiga Escola Hamônia, e iniciou suas atividades com o ensino no segundo semestre desse mesmo ano. Esteve vinculado ao Câmpus Rio do Sul até fevereiro de 2011, quando em 4 de fevereiro de 2011, em uma solenidade, deu início ao seu funcionamento regular e a uma mudança na vinculação, passando a ser gerido pela Reitoria do IFC, instalada em Blumenau/SC.

A partir do primeiro semestre de 2011, foram ofertados os primeiros cursos técnicos integrados ao ensino médio. Entre os anos de 2012 e 2013, o Câmpus foi contemplado com uma grande reforma estrutural para adequação dos espaços físicos, alterações importantes para que recebesse oficialmente sua autonomia em 23 de abril de 2013. O Curso Técnico Integrado em Administração e o Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda entraram em funcionamento em fevereiro de 2014.

Em 2016, deu-se início a uma nova fase, com a abertura dos cursos de Proeja, a qualificação em Administração Comercial (EJA) e a pós-graduação em Educação e Interdisciplinaridade. Em 2017, foi inaugurada a biblioteca do IFC Ibirama e a pós-graduação em Moda. Atualmente, o Câmpus Ibirama oferece os cursos técnicos integrados ao ensino médio, o Proeja, bem como cursos superiores e de especialização.

## CÂMPUS LUZERNA

A história do Câmpus inicia em 13 de abril de 1999, com a Fundação da Escola Técnica do Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), uma instituição de educação profissional do segmento comunitário. Em 25 de julho de 2002, com o financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional

(Proep), por meio de convênio entre o MEC e o Centro Tecnológico de Produção Industrial (Cetepi), a ETVARPE foi inaugurada.

Em 2010, no contexto da expansão da Rede Federal, ocorreu a federalização da ETVARPE, que passou a ser um câmpus do recém-formado IFC, denominando-se Câmpus Avançado de Luzerna e vinculado ao Câmpus Videira.

As aulas no Câmpus Avançado Luzerna começaram em 25 de março de 2010, com os cursos de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho, na modalidade subsequente ao ensino médio. Por um certo tempo, alguns professores e técnicos que trabalhavam no Câmpus Luzerna faziam parte do quadro de servidores do Câmpus Videira, deslocando-se diariamente. Em julho de 2012, a Instituição passou a ser chamada de Câmpus Luzerna e adquiriu autonomia.

## **CÂMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL**

O Câmpus São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado em 28 de fevereiro de 2011, como câmpus avançado vinculado administrativamente ao Câmpus Araquari. As atividades de ensino tiveram início ainda em março de 2010, com o Curso Técnico em Informática para Internet, na modalidade subsequente, utilizando uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira, no Bairro Reta.

No início de 2012, a Prefeitura Municipal efetivou a doação de um terreno na Rodovia Duque de Caxias, Bairro Iperoba. As obras começaram em 2012 e foram concluídas em 2014. O Câmpus obteve autonomia em 23 de abril de 2013, passando a denominar-se Câmpus São Francisco do Sul.

Desde fevereiro de 2015, o Câmpus conta com uma sede própria e, atualmente, oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos na modalidade subsequente ao ensino médio, além de graduação, especialização e EJA/EPT.

## **CÂMPUS FRAIBURGO**

O prédio onde se localiza o Câmpus Fraiburgo foi construído na década de 1960 e abrigou a Escola Sedes Sapientiae (Sede da Sabedoria), dirigida pelo Padre Biagio por mais de 20 anos. A Sedes Sapientiae

chegou a oferecer cursos de Técnico em Contabilidade e Agropecuária. Já na primeira década do século XXI, o edifício abrigou o Centro Educacional Profissional de Fraiburgo (Ceprof). Em 2010, com a criação do Câmpus Videira, deu-se continuidade às tratativas para que se instalasse um câmpus na cidade. Em 2012, como uma extensão de Videira, foi criado o Câmpus Avançado de Fraiburgo, que iniciou as atividades pedagógicas em 1º de agosto de 2012.

Em 23 de abril de 2013, a unidade foi elevada à condição de Câmpus Fraiburgo, recebendo autonomia. Atualmente, o Câmpus oferta cursos de ensino médio integrado, cursos técnicos subsequentes em Informática e Segurança do Trabalho, bem como cursos superiores em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

## CÂMPUS BRUSQUE

Em dezembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Brusque doou ao IFC um terreno localizado no Bairro Jardim Maluche, com o objetivo de implantar um câmpus do IFC.

Em 25 de setembro de 2012, aconteceu a audiência pública que tratou da implantação e do futuro funcionamento do IFC/Câmpus Brusque. Para tanto, reuniram-se diversos representantes da Instituição, entidades empresariais e de classe, escolas, sindicatos, associações, comunidade e servidores públicos. As demandas por cursos apresentadas e aprovadas nessa audiência pública, juntamente com o levantamento das demandas sociais e econômicas da região, foram o aporte para a elaboração do Planejamento das Ações pela Diretoria de Desenvolvimento de Ensino.

Em fevereiro de 2013, a prefeitura cedeu, provisoriamente, uma sala para que os servidores do IFC pudessem realizar os trabalhos relativos à obra de construção do novo câmpus. Esse espaço, localizado no prédio da própria prefeitura, foi usado pela Instituição até janeiro de 2014.

Em outubro de 2013, o MEC autorizou o funcionamento provisório do Câmpus Brusque. Nesse mês, começou a oferta dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em parceria com a Gerência Estadual de Educação (Gered) de Brusque.

A partir de fevereiro de 2014, com a chegada de novos servidores e o início das atividades de planejamento e operacionalização dos trabalhos



regulares do Câmpus, a prefeitura cedeu um espaço físico maior, junto ao Terminal Urbano Municipal, sendo, portanto, o segundo local para o funcionamento provisório da unidade do IFC.

No dia 26 de junho de 2014, foi assinado um contrato de cessão de espaço físico entre o IFC/Câmpus Brusque e a Escola de Ensino Médio Yvone Olinger Appel, no Bairro Cedrinho, em Brusque/SC, para a oferta de cursos de formação inicial e continuada (fic) e cursos técnicos.

Ainda em junho de 2014, constituiu-se uma comissão responsável para realizar estudos e viabilizar a locação de imóvel para a instalação provisória do Câmpus até o recebimento das instalações definitivas, uma vez que tinham sido aprovados os Planos de Criação de Cursos (PCCs), referentes aos cursos técnicos de Informática (concomitante ao ensino médio) e de Química (subsequente ao ensino médio).

Em novembro de 2016, o Câmpus precisava de um espaço maior para o início das turmas de ensino médio técnico integrado; por isso, mudou-se para o Colégio Cenecista Honório Miranda, situado na Rua Hercílio Luz, n. 63. Em abril de 2018, o Câmpus Brusque inaugurou um prédio novo e mais adequado aos propósitos do ensino de qualidade. Com ótima localização, o Câmpus Brusque ganhou mais visibilidade na cidade e ampliou a concorrência de novas turmas para os anos seguintes. O Câmpus Brusque organizou a oferta de educação profissional em torno das áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Produção Alimentícia e Formação de Professores, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

## **CÂMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ**

O Câmpus foi construído no centro da maior área de assentamentos rurais da Região Sul do Brasil, especificamente no Assentamento José Maria, um dos 22 assentamentos existentes no município de Abelardo Luz/SC. A região apresenta cerca de 1.500 famílias assentadas em uma área que contempla mais de 20.000 hectares. Além de ter no seu entorno quase 8 mil indígenas da etnia Kaingang, habitando três territórios: Terra Indígena Palmas, Terra Indígena Toldo Imbu e Terra Indígena Xapecó. Em razão desse contexto específico, a área é parte do Território da Cidadania, programa de desenvolvimento sustentável do governo federal.

O Câmpus Avançado Abelardo Luz foi uma reivindicação dos movimentos sociais que, em 2011, apresentaram à Presidência da República a necessidade de instalação de Institutos Federais nas áreas de assentamento, locais que abrangem um número expressivo de famílias. Houve um comprometimento por parte do Poder Executivo Federal com a implantação de 20 Institutos Federais, um por estado. Essa pauta foi reafirmada em audiência pública realizada em agosto de 2012. Em Santa Catarina, foi indicado o município de Abelardo Luz para a implantação de um câmpus do Instituto Federal, por considerar que, além desse município, a região conta ainda com assentamentos em outros municípios próximos, como Passos Maia/SC, Catanduvas/SC, Dionísio Cerqueira/SC e São Miguel do Oeste/SC, além dos três territórios indígenas mencionados.

A atuação do IFC no Assentamento José Maria começou em 2009, como um polo do Câmpus Concórdia, com a oferta do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Abelardo Luz e a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire. Em 2015, no contexto da expansão da Rede Federal, constituiu-se como câmpus, passando a ser denominado IFC/Câmpus Avançado Abelardo Luz, integrado administrativamente ao IFC/Câmpus Concórdia. No ano seguinte, vinculou-se à Reitoria em Blumenau/SC e, em maio de 2018, voltou a se tornar um câmpus avançado do IFC/Câmpus Concórdia.

Atualmente, oferta o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, a Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo e a Especialização em Educação do Campo. Também está em processo a seleção de alunos para a implementação do Curso Superior Intercultural Indígena. Além disso, o Câmpus oferta diversos cursos de qualificação profissional, tais como: Mulheres Mil, Escola da Terra, Formação Humana e o mundo do trabalho. Vale ressaltar que cerca de 50% dos estudantes do Câmpus são indígenas, com destaque para o curso de Pedagogia, que teve turma ingressante em 2023 e 2024 formada por mais de 90% estudantes indígenas Guaranis e Kaingang. A perspectiva futura é de ampliação do atendimento à população indígena e a criação de projetos e cursos para responder às suas demandas e necessidades específicas.

## CÂMPUS SÃO BENTO DO SUL

O Câmpus São Bento do Sul surgiu da união de esforços conjuntos entre o poder público, a comunidade e diversas entidades organizadas da região, que viabilizaram – por meio da cessão de um terreno dentro do ambiente do Parque Científico e Tecnológico de São Bento do Sul, localizado no Bairro Centenário – a instalação da unidade em 2012. As obras tiveram início em 2014 e foram concluídas no primeiro semestre de 2016. A inauguração aconteceu no dia 9 de maio desse mesmo ano, com início das atividades letivas em agosto de 2016.

Para levantar as demandas sociais de cursos, foram realizadas audiências públicas e no planejamento educacional foram identificados os dois eixos tecnológicos de referência para a abertura dos novos cursos, com base em estudo técnico dos indicadores econômicos da região do Planalto Norte Catarinense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo retratar a história da constituição do IFC, desde a origem das escolas voltadas para o ensino agrícola, das quais o Instituto se originou, passando pela criação de novos câmpus a partir de 2008, até a relação atual com os arranjos produtivos locais em diferentes espaços do estado de Santa Catarina. Cada instituição, em sua constituição, reflete as expectativas, as demandas e os sonhos de uma comunidade, que, por meio da educação técnica de qualidade, busca um futuro promissor para seus jovens, a formação de profissionais capacitados para as empresas locais e o progresso da região. Assim, com relação a essa trajetória, ratifica-se a importância do processo de expansão da Rede Federal, sobretudo a partir de 2008, que fez com que a educação pública federal fosse para o interior do estado.

No relato dos dirigentes que estiveram à frente do IFC nesses 15 anos, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a Instituição, sobre a importância de cada desafio e de cada agente que fez parte dessa trajetória. O primeiro reitor, professor Cláudio Koller, destacou as dificuldades de aquisição de prédio, ampliação do pessoal e regulamentação das instituições diversas em uma única instituição. Para o segundo reitor, professor Francisco Sobral, somam-se os desafios

advindos da expansão e da abertura de cursos superiores. Para a professora Sônia Fernandes, terceira reitora e primeira mulher a ser dirigente máxima da Instituição, o mais desafiador foi lidar com os desdobramentos das expansões e a consolidação frente aos cortes orçamentários, especialmente no período de pandemia, pois, mesmo diante de todos os negacionistas e da pressão da sociedade, o IFC se manteve firme nos princípios da lei que o criou, no compromisso com a ciência e a preservação da vida. Para o atual reitor, professor Rudinei Exterckoter, permanece o desafio de consolidar e o horizonte do expandir, na expectativa de levar o poder transformador que um ensino público de qualidade proporciona a uma quantidade cada vez maior de catarinenses.

Contudo, reiteramos que essa história foi e é construída por muitas mãos e vozes, e é assim que o IFC se constituiu e se constitui, pois, como diz Freire (1989), a escola “não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda. Que alegra, se conhece, se estima”. Foram e são “muitas as gentes” que fizeram e fazem acontecer a história do IFC, uma vez que as transformações ocorridas na Instituição demandaram esforços conjuntos dos servidores e dos próprios estudantes, que trabalharam – e trabalham – para que os câmpus e a Reitoria pudessem – e possam – ser desenvolvidos, fazendo essa história existir.

## REFERÊNCIAS

BITENCOURT, F. D. *A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional: um estudo sobre a inserção da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do extremo Sul Catarinense*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FREIRE, P. *A escola*. [S. l.: s. n.], 1989. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/1ec909eb-fb50-48b1-8070-e2a5b-0fb5a3a/content>. Acesso em: 5 set. 2024.

GÜTTSCHOW, G. G. (org.). *Da Escola de Iniciação Agrícola ao Instituto Federal Catarinense: 60 anos de história em Araquari*. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2019.

IFC (Instituto Federal Catarinense). *Projeto pedagógico de curso superior (PPC) de engenharia agrônoma-bacharelado*. Santa Rosa do Sul: IFC, 2019.

IFC (Instituto Federal Catarinense). *Evento PDI – dia 1*. Blumenau: IFC, 2023a. 1 vídeo (4h21min8s). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qp91gpx68hI> Acesso em: 5 set. 2024.

IFC (Instituto Federal Catarinense). *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2024-2028*. Blumenau: IFC, 2023b.

KOLLER, C. A. *A perspectiva histórica da criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e a sua relação com o modelo agrícola convencional*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2003.







08



09



10



11



12



13





## DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Construção do prédio central do Colégio Agrícola de Camboriú no final da década de 1950 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Camboriú.
- 02 Primeira turma de técnicos agrícolas do Colégio Agrícola de Camboriú em meados da década de 1960 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Camboriú.
- 03 Aula prática em Laboratório de equipamentos no Colégio Agrícola Carlos Gomes de Oliveira | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Araquari.
- 04 Início das atividades da Escola de Iniciação Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira em 1959 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Araquari.
- 05 Vista aérea do Ginásio Agrícola de Concórdia na década de 1960 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 06 Alunos e servidores do Ginásio Agrícola Concórdia no início da década de 1970 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 07 Alunos em aula de prática agrícola de depena de galinhas no Ginásio Agrícola de Concórdia no final da década de 1960 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 08 Sala de aula com retroprojektor no início da década de 1980 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 09 Participação de alunos de Escolas Agrotécnicas em desfiles cívicos | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 10 Alunos do Colégio Agrícola de Camboriú em campanha de vacinação contra febre aftosa em 1972 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Camboriú.
- 11 Inauguração do IFC/Câmpus Rio do Sul em 1993 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Rio do Sul.
- 12 Biblioteca e auditório central do IFC/Câmpus Concórdia em 2015 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 13 Aula do Projeto Mulheres Mil em 2014 | Fonte: Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.
- 14 Crepúsculo no fim da tarde no IFC/Câmpus Videira | Fonte: Juliana B. Motta Peretti.
- 15 Participantes do VI JIFC - Jogos do IFC no ano de 2024 | Fonte: Cecom da Reitoria do IFC.

# INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

## UMA HISTÓRIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

ALEXANDER DA SILVA MACHADO<sup>1</sup>

CYNTHIA GINDRI HAIGERT<sup>2</sup>

EDUARDO RAFAEL MIRANDA FEITOZA<sup>3</sup>

ELISANDRO ABREU COELHO<sup>4</sup>

MARIA ROSÂNGELA SILVEIRA RAMOS<sup>5</sup>

---

**1** Mestre em Integração Latino-Americana e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atua como professor no Instituto Federal Farroupilha/Câmpus São Borja. E-mail: [alexander.machado@iffarroupilha.edu.br](mailto:alexander.machado@iffarroupilha.edu.br).

**2** Mestre em Integração Latino-Americana e licenciada em História pela UFSM, atua como docente no IFFar/Câmpus São Vicente do Sul. É vice-presidente do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) desse Câmpus. E-mail: [cynthia.haigert@iffarroupilha.edu.br](mailto:cynthia.haigert@iffarroupilha.edu.br).

**3** Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atua como presidente do Núcleo de Arte e Cultura do IFFar/Câmpus São Vicente do Sul. Pesquisa documentos arquivísticos digitais e História da Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: [eduardo.miranda@iffarroupilha.edu.br](mailto:eduardo.miranda@iffarroupilha.edu.br).

**4** Mestre em Comunicação e Indústria Criativa, além de especialista em Informação e Comunicação Educacional e Empresarial, atua como servidor técnico-administrativo em Educação no IFFar na área de Relações Públicas. E-mail: [elisandro.coelho@iffar.edu.br](mailto:elisandro.coelho@iffar.edu.br).

**5** Doutora em Educação pela UFSM, atua como docente no IFFar/Câmpus São Vicente do Sul e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFFar) na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). E-mail: [maria.ramos@iffarroupilha.edu.br](mailto:maria.ramos@iffarroupilha.edu.br).

## DA INTEGRAÇÃO À EXPANSÃO: A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), localizado no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2024, conta com 12 unidades: 11 câmpus e a reitoria. O IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com ênfase na formação geral, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais e de uma formação voltada para o trabalho. Oferta mais de 70 cursos na soma de todos os câmpus, em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo cursos presenciais e a distância, de formação inicial e continuada, além de educação básica integrada à educação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduação, atendendo 18.371 alunos de diversos municípios do estado e do país.

Assim, o IFFar tem como missão ser referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.



**Figura 1.** Entradas do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (2002) e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (2004)

Fonte: Acervo do IFFar.

O IFFar foi criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (Cefet) e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFA). Essas duas instituições remontam ao ano de 1954, quando foram criadas.

A Lei n. 11.892/2008 também listava, em seu Anexo I, as localidades onde seriam constituídas as reitorias dos novos Institutos Federais, sendo estabelecido que o IFFar deveria ter a sede da reitoria instalada na cidade de Santa Maria/RS, por se tratar de um polo econômico na região central do Rio Grande do Sul.

No dia 6 de janeiro de 2009, por meio da Portaria n. 4, o ministro da Educação estabeleceu a relação dos câmpus que constituiriam cada um dos Institutos Federais, de modo que o IFFar foi concebido com sete câmpus inicialmente, conforme o inciso XXXIII: São Vicente do Sul, Alegrete, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, São Borja e Santo Augusto (Brasil, 2009). Com essa portaria, as Unidades Descentralizadas (Uned) de Júlio de Castilhos e de Santo Augusto foram elevadas à categoria de câmpus. Também foi prevista a criação de três novas unidades a serem construídas: os câmpus Panambi, Santa Rosa e São Borja. Efetivamente, dos sete câmpus que compuseram o IFFar em sua fase inicial, quatro já tinham instalações e imediatamente formaram o novo Instituto Federal, passando a trabalhar para a consolidação das outras três unidades em fase de implantação.

Pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) n. 48, de 7 de janeiro de 2009, foi nomeado como reitor pro tempore do IFFar o professor Carlos Alberto Pinto da Rosa, para mandato até junho de 2012. O primeiro reitor do IFFar, em ato oficial de 2 de fevereiro de 2009, instalou a primeira reitoria do Instituto em sede provisória nas dependências do Câmpus São Vicente do Sul, na cidade homônina. Em maio de 2009, a sede da reitoria mudou-se de São Vicente do Sul/RS para Santa Maria/RS, sendo estabelecida em prédio alugado na Rua Esmeralda, n. 430, no Bairro de Camobi (Heringer; Marinho, 2018). Em 2018, a sede da reitoria foi transferida para um prédio no Bairro Nossa Senhora das Dores. Nessa nova localização, as instalações passaram a comportar melhor o número crescente de servidores da unidade.

Nesse percurso de 15 anos, com a expansão da Rede Federal, o IFFar incorporou quatro novas unidades: o Câmpus Jaguari, o Câmpus Santo Ângelo, o Câmpus Uruguaiana e a integração do Câmpus Frederico Westphalen, que anteriormente era um colégio agrícola vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



**Figura 2.** Mapa de Unidades do IFFar (2023)

Fonte: Secretaria de Comunicação do IFFar (Secom).

## CÂMPUS SÃO VICENTE DO SUL

A Escola de Iniciação Agrícola General Vargas, que hoje é o IFFar/ Câmpus São Vicente do Sul, iniciou suas atividades em 17 de novembro de 1954, por meio do termo de acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas/RS, publicado no Diário Oficial de 30 de novembro 1954, configurando-se na segunda unidade de ensino mais antiga que compõe o Instituto.



O município de São Vicente do Sul/RS foi criado em 1876 com o nome de São Vicente, oriundo dos territórios de Itaqui e São Gabriel (Rio Grande do Sul, 2018), mas de 1944 a 1969 mudou o nome para município de General Vargas/RS, uma homenagem ao pai do então presidente da República do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas. A partir de 1969, a cidade voltou ao seu nome original, tendo agregado o “Sul” para se diferenciar da cidade no estado de São Paulo. Isso explica por que a Escola de Iniciação Agrícola nasceu com o nome do então município de General Vargas/RS e não de São Vicente do Sul/RS.

A partir de 1963, a Escola de Iniciação General Vargas passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, agregando-se “à Rede de Escolas Agrícolas da Subsecretaria do Ensino Técnico do Estado do RS devido à falta de recursos financeiros da Prefeitura para sua manutenção” (Dias, 2021, p. 24).

Em 1968, a Escola de Iniciação (chamada nesse momento de Ginásio Agrícola de General Vargas) foi transferida para a UFSM, por meio do Decreto n. 62.178, de 25 de janeiro de 1968 (Brasil, 1968), quando também mudou sua denominação, passando a ser conhecida como Colégio Agrícola. “No período entre 1970 e 1975, o Colégio Agrícola oferecia o Curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de segundo grau” (Dias, 2021, p. 28).



**Figura 3.** Câmpus de São Vicente do Sul da UFSM, em 1970, que veio a ser o Colégio Agrícola de São Vicente do Sul

Fonte: Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

Foi na década de 1980, segundo Ramos (2014, p. 33-34), que “as Escolas Técnicas Federais desempenharam sua função de formar técnicos de 2º grau com reconhecida qualidade, merecendo o respeito das burocracias estatais e da sociedade civil”. Nesse novo contexto, em 1985, com a reorganização do Estado brasileiro, que saía de uma ditadura civil-militar, a Escola Agrícola de São Vicente do Sul teve sua subordinação transferida da UFSM para a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (Coagri), mudando novamente a nomenclatura para Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul (EAF/SVS).

A partir de 1993, as EAFs foram transformadas em autarquias federais, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, além de orçamento e quadro de pessoal próprios.

As EAFs tinham por característica a formação de técnicos de nível médio nas áreas de agropecuária, agroindústria, enologia, zootecnia e infraestrutura rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. Faziam parte do processo ensino-aprendizagem as Unidades Educativas de Produção (UEPs) que tinham por objetivo o desenvolvimento dos projetos educativos e de produção, aliando teoria e prática (Dias, 2021, p. 27).

Em 2002, por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, fica implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (Cefet/SVS), mediante transformação e mudança de denominação da autarquia Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Essa alteração permitiu a oferta de cursos superiores, o que ampliou a atuação na educação profissional e possibilitou a verticalização do ensino.

O Cefet/SVS foi o principal articulador para a criação do IFFar, que inicialmente foi chamado de Instituto Federal Centro-Noroeste do Rio Grande do Sul, conforme a Portaria MEC/Setec n. 116, de 31 de março de 2008. A partir da articulação do Cefet/SVS na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFa) foi convidada a compor a fusão que daria início ao IFFar, em 2008.

Em 2009, com a transformação em IFFar/Câmpus São Vicente do Sul, a unidade de ensino passou por um grande crescimento em número de alunos, servidores docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs), além da ampliação de suas instalações. Hoje o Câmpus conta com 2.913 matrículas; 118 docentes efetivos, 16 docentes substitutos e 103 TAEs; mais de 5.400 estudantes formados desde a transformação para câmpus do IFFar; 14 cursos entre técnicos, subsequentes e graduação;



66 colaboradores terceirizados e 7 estagiários. Quanto aos percentuais legais, o Câmpus atende 43,4% das matrículas em cursos técnicos, 9,5% em formação de professores e 18,9% na modalidade Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (Brasil, 2023).

## CÂMPUS ALEGRETE

A Escola Agrotécnica de Alegrete, que hoje é o IFFar/Câmpus Alegrete, iniciou suas atividades em 21 de março de 1954. A história do Câmpus Alegrete remonta ao ano de 1952, quando o então deputado federal Ruy Ramos pleiteou uma escola agrotécnica para a fronteira, no município de Alegrete/RS, que atendesse aos jovens do Núcleo Colonial do Passo Novo. O intuito do deputado era conseguir levar para a cidade e para a fronteira oeste do Rio Grande do Sul uma escola nos moldes do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG), que no futuro pudesse se tornar uma universidade rural da fronteira. O primeiro curso ofertado foi de Iniciação Agrícola, em que 34 alunos foram aprovados.



**Figura 4.** À frente, três alunos egressos da primeira turma do curso de Iniciação Agrícola de 1954<sup>6</sup>

Fonte: Acervo do IFFar.

<sup>6</sup> Os egressos participaram da sessão solene de comemoração aos 70 anos do IFFar/Câmpus Alegrete no dia 21 de março de 2024, em que receberam uma homenagem da Instituição.

Passados alguns anos, foi oferecido o curso de Mestria Agrícola e criado o Curso de Economia Doméstica. Este último possibilitou o acesso das mulheres à Escola Agrotécnica (Ribeiro, 2015).

A maioria dos estudantes, até 1960, estava na formação inicial pela exigência da escolaridade. A articulação entre os cursos de Iniciação Agrícola/Mestria Agrícola oportunizava a conclusão do ensino primário e habilitava a prosseguir os estudos em um curso técnico que correspondia ao ensino secundário. Com a oferta do Curso Técnico Agrícola e a possibilidade de elevação da escolaridade através do Ensino Secundário, a Escola reforçou a sua importância e jovens da região buscaram este espaço de educação profissional. Além de Alegrete, os alunos vinham de Júlio de Castilhos, Uruguaiana e Quaraí. Assim a Escola foi se constituindo, tornando-se viva e sendo um espaço de inúmeras memórias que se entrelaçam numa riqueza de acontecimentos que marcaram a vida dos alunos e servidores (Ribeiro, 2015, p. 77-78).

A partir de 1961, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete passou a ser administrada pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Isso gerou uma alteração de nome, passando a ser Colégio Agrícola de Alegrete, além de ampliar a oferta de cursos técnicos. Em 1964, devido às atribulações decorrentes do Golpe de 1964, a Instituição sofreu intervenção militar (Ribeiro, 2015). Essa situação permaneceu até 1968, quando sua administração passou para a UFSM. Em 1985, sua denominação foi alterada para Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (Eafa), vinculada à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (IFFar, 2014, p. 14-15).

Quando foi criado o IFFar, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete serviu como base fundamental para a constituição dessa nova instituição de ensino, sendo transformada no Câmpus Alegrete. Desde essa transformação, a unidade teve uma ampliação no quadro de servidores docentes e de TAEs, passando de 40 docentes e 59 técnicos em 2009 para 110 docentes e 82 técnicos em 2023. Hoje o Câmpus conta com 2.438 matrículas, atendendo aos percentuais legais em 46,1% delas em cursos técnicos, 20,9% em formação de professores e 0,53% em Proeja (Brasil, 2023).

O câmpus ainda conta com três cursos técnicos integrados, dois cursos técnicos subsequentes em educação a distância (EaD), um curso

técnico integrado na modalidade Proeja, oito cursos de graduação e quatro cursos de pós-graduação.

## **CÂMPUS JÚLIO DE CASTILHOS**

O Câmpus Júlio de Castilhos surgiu com os demais câmpus do IF-Far, a partir da Portaria MEC n. 4, de 6 de janeiro de 2009. No entanto, como era uma Uned vinculada a São Vicente do Sul desde 2008, estava na formação inicial do Instituto.

Assim como outras unidades, o Câmpus Júlio de Castilhos tem uma história mais antiga, que remonta à década de 1960. Conforme Rocha *et al.* (2018, p. 84):

Já na década de 1950, o Brasil vivia o contexto do nacional-desenvolvimentismo e, por pressões de organismos internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas, o país foi adotando a ideia que o desenvolvimento social e econômico deveria se estender ao meio rural. Para este fim, foi criada, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). As atividades da CNER tiveram duas propostas centrais: as Missões Rurais e os centros rurais de treinamento destinado a professores e a preparação dos filhos de agricultores para as atividades agrícolas.

No dia 16 de julho de 1960, na Antiga Charqueada de São João, foi criado o Centro de Cooperativismo Agrícola. Em 1962, foi criada a Fundação Miguel Waihrich Filho, que tinha como objetivo ministrar o ensino agrícola vocacional, de mestria e médio, para filhos de agricultores. Em 1982, a área foi cedida para a Escola Estadual de 2º Grau Vicente Dutra.

Em 1988, a prefeitura criou a Escola Municipal Agropecuária de Júlio de Castilhos. Essa escola mudou de nome outras duas vezes, atendendo às alterações educacionais brasileiras: em 1999, passou a ser chamada de Escola Municipal Fundamental Agropecuária de Júlio de Castilhos e, em 2001, de Escola Municipal Fundamental Júlio de Castilhos (Rocha *et al.*, 2018).

Em 2005, a Prefeitura assinou um protocolo de intenções para ceder a área em que funcionava a Escola Municipal para o Cefet – São Vicente do Sul, para que ali fosse implantada uma Uned desta instituição. Em agosto de 2007, as atividades da Escola Municipal foram cessadas e

seus alunos foram transferidos para a Escola Municipal Élio Salles. Em 2008, iniciaram as atividades da então Uned – Júlio de Castilhos, vinculada ao Cefet – São Vicente do Sul, sendo ofertadas 235 vagas. Nesse período, ocupavam os cargos administrativos os seguintes servidores: diretor geral – Valtenir Iver Capelari Bressan; vice-diretor geral e diretor de pesquisa – Rui Castro Pilar; diretora de ensino – Elenir de Fátima Cazzarotto Mousquer; diretor de administração – Eleandro Rodrigues. Embora já estivesse em funcionamento, a cerimônia de inauguração ocorreu no dia 29 de maio de 2008, com a presença de autoridades locais e federais (Rocha *et al.*, 2018, p. 85).

A mudança para Uned do Cefet de São Vicente do Sul durou apenas um ano, pois em 2008 foram criados os Institutos Federais no Brasil, e, em janeiro de 2009, essa histórica luta pela educação foi coroada com a criação do Câmpus Júlio de Castilhos.



**Figura 5.** Pórtico da Uned/Júlio de Castilhos no início de suas atividades acadêmicas em 2008  
Fonte: Acervo do IFFar.

Essa mudança trouxe muitas transformações, como o crescimento de instalações, bem como o aumento do número de servidores e do número de alunos. Hoje o Câmpus conta com 1.344 matrículas, atendendo aos percentuais legais de 38,5% em cursos técnicos, 19,4% em formação de professores e 7,21% em Proeja (Brasil, 2023). Atuam no Câmpus 71 docentes e 60 TAEs, com a oferta de 12 cursos entre técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação.

## CÂMPUS SANTO AUGUSTO

A instalação de uma escola técnica com ensino profissionalizante gratuito para atender aos anseios da região de Santo Augusto/RS teve origem em um projeto de caráter comunitário, o Centro de Educação Profissional (Ceprovale). A assinatura do convênio com o Ministério da Educação (MEC), em Brasília/DF, para o funcionamento desse centro aconteceu em 29 de julho de 2005. Finalmente, o sonho da escola técnica começava a se concretizar, no terreno onde até então só havia o cultivo de grãos.

O Ceprovale seria uma escola comunitária, cuja construção contou com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), da prefeitura municipal e da comunidade. No entanto, a mantenedora e o MEC decidiram federalizá-la assim que a construção e a aquisição de equipamentos fossem concluídas.



**Figura 6.** Vista aérea do Ceprovale em 2007, anterior à federalização, unidade educacional comunitária originária do IFFar/Câmpus Santo Augusto

Fonte: Acervo do IFFar.

Em meados de 2007, a federalização aconteceu por meio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Cefet/BG), do qual o Ceprovale passou a ser uma Uned, mantida com recursos do MEC, transformando-se, assim, em um estabelecimento de ensino público gratuito.



A partir da assinatura da regulamentação da criação dos Institutos Federais, a Uned/Santo Augusto deixou de ser vinculada ao Cefet/BG, passando a ser um câmpus do IFFar. O Cefet/BG, nesse processo, veio a tornar-se um câmpus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

O Câmpus Santo Augusto oferta cursos técnicos integrados em Administração, Agropecuária, Alimentos e Informática; cursos em Tecnologia de Agronegócio e Alimentos, e licenciaturas em Ciências Biológicas e em Computação. Os profissionais licenciados no Câmpus são aptos a trabalhar em todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior).

O Câmpus conta hoje com 1.340 matrículas, atendendo aos percentuais legais de 34,2% em cursos técnicos, 15% em formação de professores e 1,41% em Proeja (Brasil, 2023). A unidade é, atualmente, atendida por 73 docentes e 55 TAEs.

## CÂMPUS PANAMBI

O Câmpus Panambi foi criado em 2008 e iniciou suas atividades acadêmicas em 2010, juntamente com os câmpus Santa Rosa e São Borja, a partir da articulação da Lei n. 11.892/2008. A criação foi autorizada pelo governo federal através da implementação da Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Devido ao perfil industrial e agrícola da cidade, as comunidades local e regional identificaram os cursos técnicos em Agroindústria, Edificações e Química como os mais adequados para suprir a demanda por qualificação profissional.

As instalações do IFFar/Câmpus Panambi apresentam uma estrutura completa, que atende aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes e superiores. A infraestrutura inclui salas de aula, laboratórios, áreas administrativas, biblioteca, refeitório e ginásio, entre outros setores essenciais para o desenvolvimento educacional de qualidade.

Ao longo de mais de uma década, a unidade tem contribuído significativamente para o fortalecimento e a ampliação do conhecimento, bem como para o desenvolvimento e o crescimento da cidade e da região, assim como todas as unidades do IFFar.



**Figura 7.** IFFar/Câmpus Panambi em 2013, com uma ampla infraestrutura de ensino

Fonte: Acervo do IFFar.

O Câmpus cresceu e, em 2024, conta com os cursos técnicos de nível médio integrado, os quais têm como objetivo estimular a formação integral do aluno, com oportunidades de participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Os cursos na modalidade integrada ao ensino médio são os seguintes: Agricultura, Automação Industrial, Edificações, Informática e Química. O Câmpus Panambi oferta dois cursos técnicos subsequentes: Técnico em Agronegócio (Ead) e Técnico em Edificações. No ensino superior, são ofertados cinco cursos: Agronomia, Engenharia de Controle e Automação, Química Industrial, Ciências Biológicas e Sistemas para Internet. Na pós-graduação, são ofertados três cursos: Biodiversidade e Conservação, Gestão Escolar e Gestão em Tecnologia da Informação. Hoje conta com 1.360 matrículas, atendendo aos percentuais legais de 42% em cursos técnicos, 16,2% em formação de professores e 0,32% em Proeja (Brasil, 2023). A unidade é formada atualmente por 5 docentes substitutos, 66 docentes efetivos e 58 TAEs.

## CÂMPUS SANTA ROSA

O IFFar/Câmpus Santa Rosa iniciou suas atividades educacionais em 2010, em uma área de nove hectares de extensão, cedida pelo município de Santa Rosa/RS, localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul. A definição dos cursos ofertados pelo Câmpus ocorreu por meio de inúmeras conversas e audiências públicas, com a escuta de representações da



sociedade buscando conhecer o desenvolvimento das potencialidades, especialmente nos 13 municípios da microrregião na qual está inserido.

A criação oficial ocorreu em Brasília/DF, em 19 de dezembro de 2009. Em 26 de janeiro de 2010, ocorreu a primeira cerimônia de posse dos servidores e o funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria n. 99, de 29 de janeiro, publicada no *Diário Oficial da União* em 1º de fevereiro. Em 22 de fevereiro, iniciaram-se as atividades letivas. Outra data importante, considerada como “o aniversário do Câmpus Santa Rosa”, é o dia 7 de maio de 2010, data em que foi realizada a cerimônia oficial de entrega do Câmpus à comunidade.

Inicialmente, em 2010, foram organizados os cursos de acordo com os seguintes eixos tecnológicos: (1) Infraestrutura: Curso Técnico em Edificações Integrado e Subsequente; (2) Produção Industrial: Curso Técnico em Móveis Integrado e Subsequente; (3) Gestão e Negócios: Curso Técnico em Vendas Subsequente e na modalidade Proeja; (4) Produção Alimentícia: Curso Técnico em Agroindústria Subsequente; (5) Ambiente e Saúde: Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente.

O Câmpus começou suas atividades com dois prédios: (1) os setores administrativos e pedagógicos e (2) as salas de aula e laboratórios. Este último estava aparelhado com computadores, máquinas e equipamentos utilizados para auxiliar e qualificar o ensino das disciplinas básicas e técnicas. Nesse início, havia cerca de 270 alunos e 57 servidores (entre docentes e TAEs).



**Figura 8.** Vista aérea das instalações do Câmpus Santa Rosa em 2010, ano de sua inauguração oficial | Fonte: Acervo do IFFar.

Posteriormente, ocorreu a ampliação do espaço físico com a construção do terceiro prédio, com laboratórios para as atividades práticas dos Cursos Técnicos em Edificações e Móveis.

Assim, com essa estrutura física, iniciava-se um projeto educacional inovador em mais uma região interiorana do país. Além da implementação dos cursos técnicos, foram criados e implantados os cursos de Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Administração, respectivamente nos anos de 2011 e 2012. Com o decorrer das atividades educacionais no Câmpus Santa Rosa, a infraestrutura física foi sendo ampliada, de acordo com os investimentos de expansão definidos pelo governo federal. Foi construído um novo prédio de salas de aula para atender às turmas que ingressaram nos novos cursos ofertados, além do ginásio de esportes e do refeitório.

Essa ampliação continuou com o ambiente da biblioteca e o acervo bibliográfico, composto de livros que integram os projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela Instituição, além de revistas acadêmicas e livros dos mais variados gêneros literários, com o objetivo de incentivar o hábito da pesquisa e da leitura em todos os níveis de ensino. Além disso, junto à biblioteca foram disponibilizadas salas de estudo individuais e coletivas, com computadores e internet, a fim de que os estudantes possam realizar pesquisas, trabalhos e outras atividades escolares.

No ano de 2015, iniciaram-se as aulas dos cursos superiores de Licenciatura em Ciências Biológicas e de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, viabilizando a verticalização do ensino para os egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Ainda seguindo no caminho da expansão dos cursos de graduação em segmentos variados de atuação, no ano de 2019, teve início o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos. Em seguida, no ano de 2022, foi criado o Curso Técnico Integrado em Mecatrônica, que possibilitou a formação de nível médio associada a uma área técnica de atuação promissora na região, o que contribuiu para o fortalecimento dessa área de laboração.

Além dos cursos técnicos integrados, subsequentes e cursos de graduação, o IFFar/Câmpus Santa Rosa oferta cursos de pós-graduação lato sensu. Tornou-se também um dos polos de oferta do curso institucionalizado de formação pedagógica de professores para a educação profissional.

Atualmente, o Câmpus conta com 2.717 matrículas, 66 docentes efetivos, 7 docentes substitutos e 56 TAEs. Em relação aos percentuais legais, atende a 44,1% das matrículas em cursos técnicos, 20,1% em formação de professores e 1,62% em Proeja (Brasil, 2023).

## CÂMPUS SÃO BORJA

A cidade de São Borja está localizada no extremo oeste do estado do Rio Grande Sul, fazendo fronteira com a cidade de Santo Tomé, na Argentina. A cidade é banhada pelo Rio Uruguai, que separa o Brasil e a Argentina, dependendo da época histórica. Foi por meio desse rio que os padres jesuítas e indígenas saíram da Redução de Santo Tomé e fundaram a Redução de São Francisco de Borja, em 1682, um dos povoados mais antigos do Brasil e o mais antigo do estado do Rio Grande do Sul, ocupado ininterruptamente desde a sua fundação.

Sua história remonta ao período em que esse território pertencia à Coroa Espanhola, tendo feito parte da empreitada que implementou trinta povos das missões Jesuíticas-Guarani, quando pensamos no território pertencente à Espanha, ou sete povos, quando pensamos no atual território do Brasil. São Borja/RS ainda é reconhecido como “terra dos presidentes”, pois nela nasceram os ex-presidentes do Brasil Getúlio Dornelles Vargas e João Belchior Marques Goulart (Jango). Além de ser a terra de outros políticos ilustres, como Apparício Mariense, Tarso Genro e Ibsen Pinheiro, foi o local que Leonel Brizola escolheu para ser sepultado, por sua relação com o trabalhismo e com Jango.

Essa terra vermelha, como é conhecida, era habitada por povos indígenas. No século XVII, foi invadida por espanhóis e, a partir do século XIX, tomada pelos portugueses, evidenciando um local de constantes disputas, de muitos acontecimentos históricos, de uma troca cultural muito intensa que marca a história da cidade. Mas a cidade de São Borja/RS, enquanto organização jurídica, nasceu no ano de 1887, quando se desmembrou do município de Rio Pardo/RS.

Declarado pela Lei Estadual n. 13.041, de 25 de setembro de 2008, como “terra dos presidentes”, e pelo Decreto n. 35.580, de 11 de outubro de 1994, como “cidade histórica”, além de ser considerado o primeiro dos sete povos das missões, o município de São Borja/RS, em 2009, foi escolhido pelo MEC como uma das sete cidades que teriam um câmpus do IFFar.

A ideia de uma escola técnica em São Borja/RS surgiu de uma demanda local e regional apresentada pela prefeitura na Chamada Pública MEC/Setec n. 1/2007. As tratativas no município foram conduzidas pela direção da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete. Em 6 de janeiro de 2009, houve a vinculação do Câmpus São Borja ao recém-criado IFFar (2008). No dia 29 de dezembro de 2009, aconteceu a nomeação da maioria dos primeiros servidores da unidade e, no 29 de janeiro de 2010, foi realizada a sua posse de forma coletiva.



**Figura 9.** a) Registro de visita ao terreno onde seria construído o IFFar/Câmpus São Borja. b) Registro da posse coletiva dos primeiros servidores do IFFar/Câmpus São Borja, em 29 de dezembro de 2009, no auditório da Escola Sagrado Coração de Jesus, em São Borja/RS

Fonte: Acervo do IFFar.

O dia 15 de março de 2010 é considerado pela comunidade acadêmica como o marco da criação do Câmpus São Borja, pois foi nessa data que se iniciaram as aulas das primeiras turmas, provisoriamente, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, uma vez que a sede ainda estava em construção. O Câmpus funcionou em local provisório durante todo o ano de 2010. No início de 2011, ainda sem as instalações totalmente concluídas, mudou-se para a sua sede definitiva, no Bairro Betim. As aulas e as demais atividades aconteciam em meio a obras de terraplanagem, barulho de furadeiras, batidas de martelo e com a dificuldade de chegar até o prédio ainda em construção, pois não existiam calçadas. Os primeiros servidores e alunos foram chamados pelo diretor-geral pro tempore da época, Carlos Eugênio Rodrigues Balsemão, de “os pisa-barro”, já que todos chegavam sujos com pó ou barro vermelho.

O período de 2011 a 2015 foi de ampliação da estrutura da sede com a construção dos prédios administrativo, de gastronomia, do almoxarifado, do ginásio, do refeitório e da moradia estudantil. Inicialmente, os cursos do Câmpus foram distribuídos em dois eixos de formação: (1) Turismo, Hospitalidade e Lazer e (2) Informação e Comunicação. A partir de 2019, com alteração no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi aberto o eixo de Gestão e Negócio (IFFar, 2019).

Hoje o Câmpus conta com 1.595 matrículas, atendendo aos percentuais legais de 47,4% das matrículas em cursos técnicos, 20,3% em formação de professores e 8,18% em Proeja (Brasil, 2023). A unidade é formada atualmente por 69 docentes, 56 TAEs, 26 terceirizados e 6 estagiários, ofertando 12 cursos entre técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação.

## CÂMPUS JAGUARI

O Câmpus Jaguari, localizado na BR-287, na estrada do Chapadão, iniciou suas atividades como a oitava unidade do IFFar com autonomia administrativa no ano de 2013. No entanto, sua história remonta ao ano de 1954, quando o Ministério da Agricultura iniciou a construção das instalações físicas para o Posto Agropecuário do Chapadão (1954-1967).

Posteriormente, a área e as instalações foram cedidas para a UFSM, quando foi estabelecido o Núcleo de Treinamento Agrícola que funcionou de 1967 a 1989, ano em que, por meio de convênio com a Prefeitura de Jaguari/RS, foi transformado em Escola Municipal Agrícola. Em 2009, a UFSM, ainda detentora da propriedade do imóvel, fez a transferência para o recém-criado Instituto Federal Farroupilha. A partir desse momento, surgiu o Núcleo Avançado Jaguari, que ficou sob a gestão do Câmpus São Vicente do Sul. Em 2013, por meio da Portaria do MEC n. 330, de 23 de abril, nasceu o Câmpus Jaguari.

O Câmpus caracteriza-se como uma unidade rural, ocupando uma área de 102 hectares. Sua principal atuação está nos seguintes eixos: Recursos Naturais, Gestão e Negócios e Controle e Processos Industriais. Os cursos desses eixos são ofertados no Câmpus e no Centro de Referência de Santiago, que, em 2014, iniciou suas atividades com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e atualmente oferece cursos técnicos, nas modalidades subsequente e integrada ao ensino médio.



**Figura 10.** Alunos do Núcleo Avançado de Jaguari em atividade acadêmica em 2013

Fonte: Acervo do IFFar.

O Centro de Referência de Santiago representa uma importante ação institucional, pois atende a uma demanda educacional de um município distante apenas 38 quilômetros de Jaguari/RS, mas cuja população, de 38.938 mil habitantes, é quase cinco vezes maior que a da cidade-sede do Câmpus, de 10.559 mil habitantes (IBGE, 2022). Dessa forma, a unidade cumpre uma das razões da existência dos Institutos Federais, que é “promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável” (IFFar, 2019, p. 23), em articulação com os arranjos produtivos locais e regionais.

Inicialmente povoado por indígenas guaranis, em Tupi-Guarani, Jaguari significa o rio da onça, localiza-se no centro-oeste do estado, com cerca de 11.540 habitantes, em uma área territorial de 673,401 quilômetros quadrados. Conforme regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está situada na microrregião denominada Vale do Jaguari, fazendo parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Jaguari, o qual é formado por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda (Cardoso *et al.*, 2018, p. 67).



Com 41 docentes, 38 TAEs e 33 terceirizados, o Câmpus Jaguari conta com 1.014 matrículas, atendendo aos percentuais legais de 44,8% das matrículas em cursos técnicos, 36,5% em formação de professores e 7,75% em Proeja (Brasil, 2023). O Câmpus oferta três cursos técnicos integrados: Administração, Sistemas de Energia Renovável e Agricultura; dois cursos de Proeja FIC: Assistente Financeiro (ensino fundamental) e Técnico em Comércio (ensino médio); dois cursos técnicos subsequentes: Administração e Eletrotécnica; dois cursos de graduação: em Tecnologia de Sistemas Elétricos e em Pedagogia; três especializações: em Educação do Campo e Agroecologia, em Gestão Escolar e em Metodologias e Práticas para a Educação Básica. Além disso, há a oferta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

## CÂMPUS SANTO ÂNGELO

O início dos movimentos em torno do ensino público federal para a região das Missões deu-se em dezembro de 2005, no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Laureano de Medeiros, no município de Ijuí/RS. Naquele momento, a ideia era pleitear a instalação de uma universidade no município de Santo Ângelo/RS. Para isso, foi criado o Comitê Municipal Pró-Universidade Federal, que passou a se reunir mensalmente, mobilizando-se com projetos e abaixo-assinados, além da participação em eventos e reuniões de agendas do MEC. Em 2009, o município estava retomando uma área do Ministério da Agricultura, que se comprometeu a repassar cinquenta hectares para a instalação do IFFar/Câmpus Santo Ângelo. Assim, intensificaram-se as mobilizações e agendas em Brasília/DF, Porto Alegre/RS e nos municípios da região, buscando apoio para o projeto. Os anos de 2010 e 2011 foram de muito trabalho com lideranças do meio político e da sociedade civil. As comissões temáticas promoviam seminários, reuniões e audiências públicas para que as lideranças da comunidade local e regional tivessem conhecimento da proposta do IFFar e, assim, definiram os eixos tecnológicos e os cursos prioritários para o início das atividades. Na audiência pública de 17 de novembro de 2011, foram definidos como prioritários para a composição do Câmpus quatro eixos tecnológicos: (1) Ambiente e Saúde; (2) Recursos Naturais; (3) Comunicação e Informação e (4) Hospitalidade e Lazer.

Em 19 de dezembro de 2012, foi realizado o lançamento da pedra fundamental do IFFar/Câmpus Santo Ângelo, já na sua área atual na Rodovia ERS-218, Km 5. Esse momento marca o início da concretização do



sonho coletivo de uma instituição pública que respondesse aos desafios regionais e globais, por meio da construção de um projeto societário sustentável, com inclusão social, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida. A inauguração oficial da unidade ocorreu em 8 de abril de 2016, com a presença de autoridades locais, regionais e nacionais.

As atividades do IFFar/Câmpus Santo Ângelo iniciaram-se no ano de 2014, em sede provisória cedida pela administração municipal. Foram ofertados os cursos técnicos em Gerência de Saúde e em Informática para Internet (modalidade subsequente), respondendo às demandas da comunidade de acordo com os eixos tecnológicos mencionados.



**Figura 11.** Inauguração oficial do Câmpus Santo Ângelo

Fonte: Acervo do IFFar.

Em 2015, o Câmpus passou a desenvolver suas atividades em sede própria, que contava com um prédio administrativo e um pedagógico. Isso permitiu a abertura de novos cursos, atendendo às expectativas de verticalização dos eixos tecnológicos definidos, além de proporcionar uma infraestrutura melhorada, com destaque para os laboratórios de aulas práticas. Nesse mesmo ano, tiveram início os seguintes cursos: Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática; Técnico Subsequente em Enfermagem; Técnico Subsequente em Estética; Técnico Integrado em Estética na modalidade Proeja e Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet.

Atualmente, o Câmpus conta com 1.342 matrículas, 54 docentes efetivos, 8 docentes substitutos e 44 TAEs. Registra mais de 355 estudantes formados, ofertando 10 cursos entre técnicos integrados e subsequentes, graduação e pós-graduação. Em relação aos percentuais legais, atende a 46,9% das matrículas em cursos técnicos, 15% em formação de professores e 6,17% em Proeja (Brasil, 2023).

## CÂMPUS URUGUAIANA

O Câmpus Uruguiana é a unidade mais jovem do IFFar. Sua transformação de câmpus avançado em câmpus ocorreu por meio da Portaria n. 411, de 7 de maio de 2024, que alterou sua tipologia institucional. A unidade se encontra na cidade com maior população entre os câmpus que compõem a Instituição, pois Uruguiana/RS conta com 117.210 habitantes (IBGE, 2022), o que representa a soma da população dos municípios de muitos outros câmpus.

A unidade do IFFar em Uruguiana/RS foi implantada em 2013, inicialmente como uma unidade de ensino profissional (UEP), com a oferta de cursos de qualificação profissional através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A unidade surgiu ligada administrativamente ao Câmpus São Borja, responsável pelo processo de implantação, inclusive fornecendo os primeiros servidores. As atividades letivas iniciaram-se em novembro de 2013, com os cursos de Auxiliar em Serviços de Comércio Exterior, Representante Comercial e Vendedor.



**Figura 12.** Aula de abertura das atividades letivas na UEP do IFFar/Uruguiana em 2013  
Fonte: Acervo do IFFar.

Por meio da Portaria n. 505, de 10 de junho de 2014, a UEP/Uruguiana foi elevada à categoria de Câmpus Avançado de Uruguiana. Em agosto de 2014, teve início o Curso Técnico em Informática, com duas turmas. No mês de setembro, duas turmas iniciaram o Curso de Infraestrutura Escolar na modalidade EaD. Simultaneamente, foram acontecendo cursos FIC, pelo Pronatec, e o curso Técnico em Informática para Internet. No final de 2014, o Câmpus Avançado passou a ocupar sua sede própria, na Rua Monteiro Lobato, n. 4442, no Bairro Cabo Luís Quevedo. O prédio foi originalmente planejado pela UFSM para ser ocupado pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), mas posteriormente foi cedido ao IFFar. Como Câmpus Avançado, a unidade podia ter 20 professores, 13 TAEs e atender a 400 alunos. A alteração para câmpus dobrou sua capacidade, com a possibilidade de ter 40 professores, 26 TAEs e atender a 800 estudantes.

Com 23 docentes e 15 TAEs, o Câmpus conta hoje com 985 matrículas, atendendo aos percentuais legais da seguinte forma: 69,7% em cursos técnicos e 0,3% em formação de professores (Brasil, 2023). Oferta quatro cursos técnicos de nível médio: Técnico Integrado em Informática, Técnico Integrado em Administração, Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico Subsequente em Marketing. A partir de 2025, o IFFar/Câmpus Uruguiana vai ofertar dois novos cursos de graduação: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Administração. Esses cursos somam-se à Licenciatura em Matemática (EaD), ofertada pelo Câmpus por meio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

## **CÂMPUS FREDERICO WESTPHALEN**

O Câmpus Frederico Westphalen foi a última unidade a integrar o IFFar, o que ocorreu no ano de 2014, em um processo de migração da UFSM para o Instituto, por meio da Portaria MEC n. 1.075, de 30 de dezembro desse ano.

Em termos geográficos, Frederico Westphalen/RS localiza-se na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, formada pela união de 216 municípios, organizados em 13 Microrregiões. A Microrregião de Frederico Westphalen é composta por 27 municípios tais como: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Constantino, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros,

Iraí, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Rondinha, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. Esse conjunto revela a amplitude da EP que aqui foi oferecida pelo CAFW e que agora tem continuidade com o IFFar, abrangendo não só discentes dessa região, como de outros estados do Brasil – em virtude, principalmente, pela forma de ingresso nos cursos superiores, que ocorre pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (Rodrigues; González; Rapôso, 2018, p. 53-54).

O Câmpus Frederico Westphalen compartilha uma história em comum com os câmpus Alegrete e São Vicente do Sul, pois, assim como eles, foi fundado na década de 1950, durante um período de expansão das Escolas Agrícolas, atendendo a uma demanda de mudanças no Brasil. A Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen foi criada pela Lei n. 3.215, de 19 de julho de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura e subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (Brasil, 1957). Pelo Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, é transferida do Ministério da Agricultura para a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) do Ministério da Educação e Cultura. O estabelecimento abriu suas portas no dia 11 de abril de 1966 como Ginásio Agrícola, quando recebeu a primeira turma.



**Figura 13.** Prédio central do Ginásio Agrícola de Frederico Westphalen na década de 1960  
Fonte: Acervo do IFFar.

Em 1968, o Ginásio Agrícola foi incorporado à UFSM pelo Decreto n. 62.165, de 25 de janeiro, e passou a se chamar Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW), nome que ainda hoje é a forma mais reconhecida pelos antigos moradores. A partir desse momento, começou a oferecer cursos técnicos de nível médio.

Hoje o Câmpus conta com 1.233 matrículas, atendendo aos percentuais legais da seguinte forma: 45,4% em cursos técnicos e 13,3% em formação de professores (Brasil, 2023). Possui 71 docentes e 39 TAEs, que atuam na oferta de 9 cursos, sendo 4 técnicos de nível médio, 4 graduações e 1 curso de formação de professores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como intenção contribuir para o resgate, a valorização e a preservação da história e da memória do IFFar, que, ao longo do tempo, vem se desenvolvendo e transformando em realidade o sonho de muitas pessoas, com a oferta de uma educação de qualidade e, acima de tudo, com o estímulo à prática da cidadania. Como é uma instituição oriunda da expansão e da interiorização da educação profissional e tecnológica, o IFFar nasceu comprometido com as orientações pedagógicas que objetivam contribuir com a formação acadêmica dos sujeitos, bem como prepará-los para o mundo do trabalho.

Com a implementação do Instituto, foi possível aprimorar a democratização do acesso à educação de qualidade, a interiorização da capacitação profissionalizante e a formação inicial e continuada de trabalhadores, além de transformar os entornos por meio das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2024, com o processo de expansão e consolidação dos Institutos Federais, como estratégia do governo federal de avançar na ampliação da educação profissional de nível médio, foi aprovada a instalação de outras duas unidades do IFFar, São Luiz Gonzaga e Caçapava do Sul, que serão implantadas a partir de 2025. Além da expansão, a consolidação dos câmpus quanto à infraestrutura e ao quantitativo de pessoal cria uma expectativa de ampliação de cursos nessas unidades já existentes. Também se refere à melhoria das condições de atendimento para nossa comunidade acadêmica, já que todas as unidades terão garantida uma estrutura mínima com refeitório, biblioteca e laboratórios. Esse novo momento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

oportuniza a interiorização da educação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade. Com o aumento do número de vagas e da oferta de cursos em diversas modalidades de ensino, são alcançadas regiões e localidades ainda não atendidas pela educação federal, de forma a consolidar a presença e o impacto do IFFar no desenvolvimento local e regional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 3.215, de 19 de julho de 1957*. Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3215-19-julho-1957-354839-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 62.178, de 25 de janeiro de 1968*. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. *Portaria n. 4, de 6 de janeiro de 2009*. Estabelece a relação dos câmpus que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port\\_004\\_060109.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_004_060109.pdf). Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CARDOSO, J. B.; CORTES, M. D. F.; BANDINELLI, M. G.; JUNG, M. O.; GASTALDO, M. R. Nos caminhos do Jaguari há um câmpus do IFFAR: educação e tecnologia a serviço do desenvolvimento regional. In: GARCEZ, C. L.; HAIGERT, C. G.; BATALHA, D. V.; UBERTI, H. G. *IFFAR 10 anos: ensaios dessa trajetória*. Santa Maria: Instituto Federal Farroupilha, 2018. p. 65-78.

DIAS, Mariséti Mossi Rodrigues. *Trajetória da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul ao Instituto Federal Farroupilha câmpus São Vicente do Sul*:



uma análise a partir do Curso Técnico em Agropecuária. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. *Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SPGG, 2018. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/27155415-spgg-genealogia.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

HERINGER, N., MARINHO, A. M. A. Instituto Federal Farroupilha no decênio 2008-2018: memórias e perspectivas. In: GARCEZ, C. L.; HAIGERT, C. G.; BATALHA, D. V.; UBERTI, H. G. *IFFAR 10 anos: ensaios dessa trajetória*. Santa Maria: Instituto Federal Farroupilha, 2018. p. 15-34.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico: principais resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

IFFar (Instituto Federal Farroupilha). *Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha 2019-2026*. Farroupilha: IFFar, 2019. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/19776/7400a07627ff8bd98a8aa0ca7b06e2ab>. Acesso em: 8 ago. 2024.

RAMOS, M. N. *História e política da educação profissional*. Curitiba: IFPR/EAD, 2014. (Coleção Formação Pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

RIBEIRO, A. P. da S. *Memórias do Câmpus Alegrete/Instituto Federal Farroupilha/RS: da Colônia do Passo novo às vivências da Ditadura Civil-Militar (1954-1965)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROCHA, A. C. da; GRIGIO, E.; SÁ, J. da S.; LOPES, M. M. 10 anos dos Institutos Federais: trajetórias e conquistas do IFFar/Câmpus Júlio de Castilhos. In: GARCEZ, C. L.; HAIGERT, C. G.; BATALHA, D. V.; UBERTI, H. G. *IFFAR 10 anos: ensaios dessa trajetória*. Santa Maria: Instituto Federal Farroupilha, 2018. p. 81-93.

RODRIGUES, G. F., GONZÁLEZ, C. A., RAPÔSO, M. M. De Colégio Agrícola de Frederico Westphalen para Instituto Federal Farroupilha: permanências e transições. In: GARCEZ, C. L.; HAIGERT, C. G.; BATALHA, D. V.; UBERTI, H. G. *IFFAR 10 anos: ensaios dessa trajetória*. Santa Maria: Instituto Federal Farroupilha, 2018. p. 49-63.





01



02



03



04



05





06



07



08



09



10



12



11



13



14



15



16

## DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Entrada do Colégio Agrícola de Alegrete vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no período de 1968 a 1985
- 02 Entrada da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul em 1985
- 03 Entrada do prédio principal do Câmpus São Vicente do Sul em 2008, criado a partir de instituições pré-existentes desde 1954
- 04 Entrada do prédio principal do Câmpus Alegrete em 2008, criado a partir de instituições pré-existentes desde 1954
- 05 Vista área da cidade de Santa Maria/RS – sede da Reitoria do IFFar | Foto de Fabrício Colvero.
- 06 Entrada do Câmpus Júlio de Castilhos, antes Uned do Cefet de São Vicente do Sul
- 07 Entrada do Câmpus Santo Augusto, antes Uned do Cefet de Bento Gonçalves
- 08 Primeira Reitoria do IFFar em Santa Maria/RS
- 09 Obras do Câmpus Santa Rosa no período entre 2008 e 2009
- 10 Obras do Câmpus Santa Rosa no período entre 2008 e 2009
- 11 Construção dos primeiros prédios pedagógicos do Câmpus Panambi no período entre 2008 e 2009
- 12 Construção do prédio pedagógico da sede definitiva do Câmpus São Borja – iniciada em 2008
- 13 Aula de um curso técnico na unidade do IFFar em Jaguari, transformada em câmpus em 2013
- 14 Primeiro prédio pedagógico do IFFar/Câmpus Santo Ângelo, inaugurado em 2015
- 15 Início das atividades na sede definitiva do Câmpus Avançado Uruguaiana em 2015
- 16 Aula prática do único curso de Medicina Veterinária do IFFar, iniciado em 2018 no Câmpus Frederico Westphalen

Fonte: Acervo institucional do IFFar.





REGIÃO  
**SUL**

# CATÁLOGO CARTOGRÁFICO

---

BRASIL

REGIÃO SUL

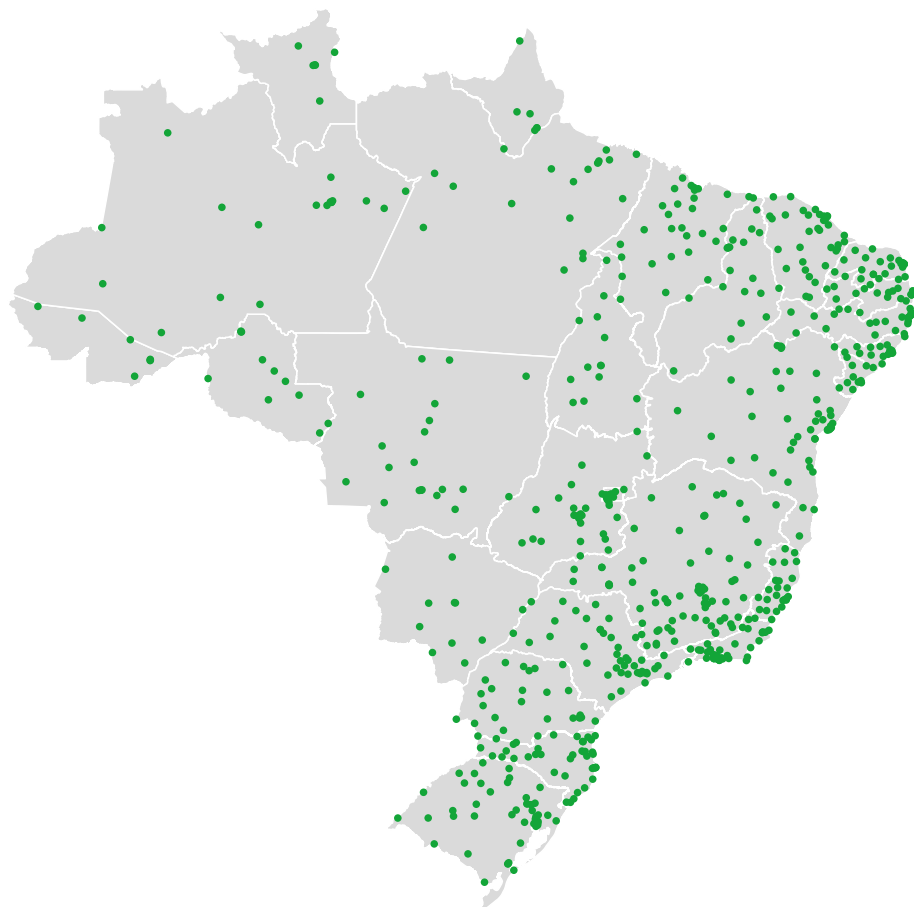
PARANÁ

RIO GRANDE DO SUL

SANTA CATARINA

# BRASIL

---



Legenda

● Unidades da Rede Federal



# REGIÃO SUL

Na Região Sul, a Rede Federal é representada por seis instituições que somam 113 unidades, 105 câmpus, um polo de inovação e seis reitorias, localizados em 102 municípios dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em 2024, foi anunciada a implantação de treze novos câmpus na região.

## ● IFSUL

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) possui catorze câmpus, localizados em treze municípios: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas - Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. A Reitoria está em Pelotas/RS. Em 2024, foi anunciada e iniciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de São Leopoldo/RS.

## ● IFRS

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) conta com dezesseis câmpus, situados em dezesseis municípios: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Porto Alegre - Restinga, Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Sua Reitoria está sediada na cidade de Bento Gonçalves/RS. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição: Porto Alegre - Zona Norte, e Gramado.

## ● IFFAR

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) possui onze câmpus, situados em onze municípios: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana. Sua Reitoria está localizada na cidade de Santa Maria/RS. Em 2024, foi anunciada a implantação de novos câmpus da Instituição nos municípios de Caçapava do Sul/RS e São Luiz Gonzaga/RS.

## ● IFSC

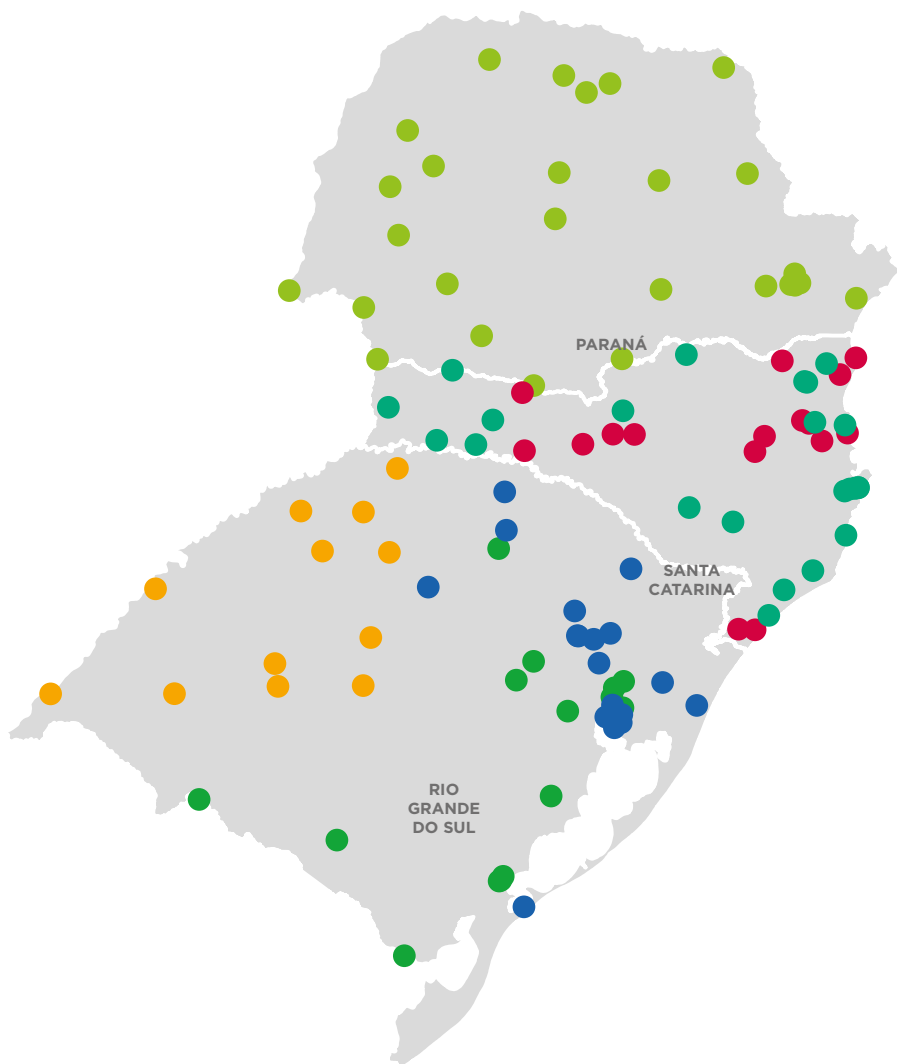
O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) conta com 22 câmpus, além do Polo de Inovação Florianópolis, situados em vinte municípios: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis - Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul - Centro, Jaguará do Sul - Rau, Joinville, Lages, Palhoça Bilingue, São Carlos, São José, Avançado São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Sua Reitoria está localizada na parte continental de Florianópolis. Em 2024, foi anunciada e iniciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de Tijucas/SC, litoral Norte de Santa Catarina.

## ● IFC

O Instituto Federal Catarinense (IFC) possui quinze câmpus, situados em quinze municípios: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira. Sua Reitoria está sediada em Blumenau/SC, na região do Vale do Itajaí. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição nos municípios de Campos Novos/SC e Mafra/SC.

## ● IFPR

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é composto por 26 câmpus, situados em 26 municípios: Apucarana, Campo Largo, Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Paranavaí, Umuarama, Assis Chateaubriand, Irati, Ivaiporã, Palmas, Cascavel, Coronel Vivida, Campo Largo, Colombo, União da Vitória, Quedas do Iguaçu, Pinhais, Pitanga, Capanema, Astorga, Barracão, Jaguariaíva e Arapongas. A Reitoria está sediada em Curitiba, capital do estado do Paraná. Em 2024, foi anunciada a implantação de cinco novos câmpus da Instituição nos municípios de Araucária/PR, Cambé/PR, Cianorte/PR, Maringá/PR e Toledo/PR.



# PARANÁ

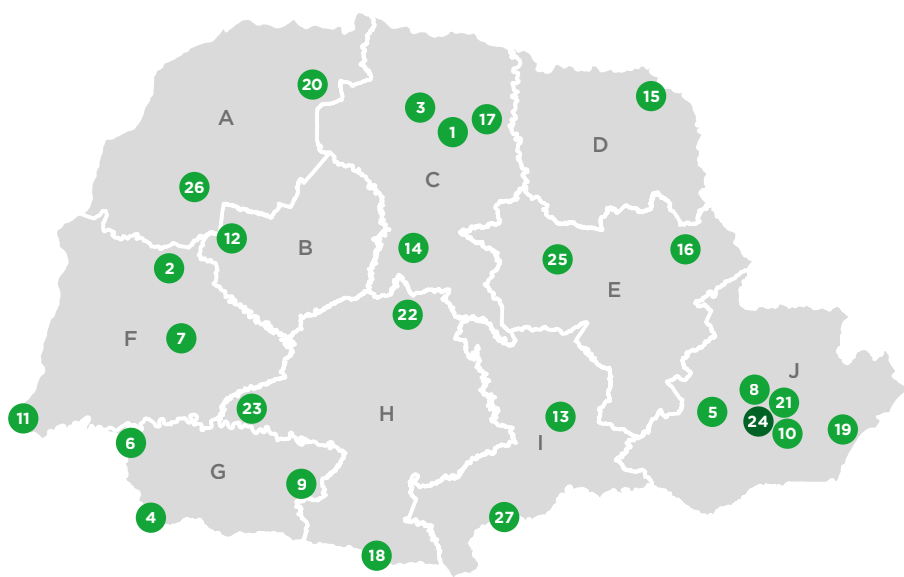
---

## INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

- 1 Câmpus Avançado Arapongas
- 2 Câmpus Assis Chateaubriand
- 3 Câmpus Astorga
- 4 Câmpus Avançado Barracão
- 5 Câmpus Campo Largo
- 6 Câmpus Capanema
- 7 Câmpus Cascavel
- 8 Câmpus Colombo
- 9 Câmpus Coronel Vivida
- 10 Câmpus Curitiba
- 11 Câmpus Foz do Iguaçu
- 12 Câmpus Avançado Goioerê
- 13 Câmpus Irati
- 14 Câmpus Ivaiporã
- 15 Câmpus Jacarezinho
- 16 Câmpus Jaguariaíva
- 17 Câmpus Londrina
- 18 Câmpus Palmas
- 19 Câmpus Paranaguá
- 20 Câmpus Paranavaí
- 21 Câmpus Pinhais
- 22 Câmpus Pitanga
- 23 Câmpus Avançado Quedas do Iguaçu
- 24 Reitoria
- 25 Câmpus Telêmaco Borba
- 26 Câmpus Umuarama
- 27 Câmpus União da Vitória

## REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NOROESTE PARANAENSE
- B CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE
- C NORTE CENTRAL PARANAENSE
- D NORTE PIONEIRO PARANAENSE
- E CENTRO ORIENTAL PARANAENSE
- F OESTE PARANAENSE
- G SUDOESTE PARANAENSE
- H CENTRO-SUL PARANAENSE
- I SUDESTE PARANAENSE
- J METROPOLITANA DE CURITIBA



# RIO GRANDE DO SUL

---

## INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

- 1 Câmpus Alvorada
- 2 Câmpus Bento Gonçalves
- 3 Câmpus Canoas
- 4 Câmpus Caxias do Sul
- 5 Câmpus Erechim
- 6 Câmpus Farroupilha
- 7 Câmpus Feliz
- 8 Câmpus Ibirubá
- 9 Câmpus Osório
- 10 Câmpus Porto Alegre
- 11 Câmpus Porto Alegre – Restinga
- 12 Reitoria
- 13 Câmpus Rio Grande
- 14 Câmpus Rolante
- 15 Câmpus Sertão
- 16 Câmpus Vacaria
- 17 Câmpus Veranópolis
- 18 Câmpus Viamão

## INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

- 19 Câmpus Alegrete
- 20 Câmpus Frederico Westphalen
- 21 Câmpus Jaguarí
- 22 Câmpus Júlio de Castilhos
- 23 Câmpus Panambi
- 24 Reitoria
- 25 Câmpus Santa Rosa
- 26 Câmpus Santo Ângelo
- 27 Câmpus Santo Augusto
- 28 Câmpus São Borja
- 29 Câmpus São Vicente do Sul
- 30 Câmpus Uruguaiana

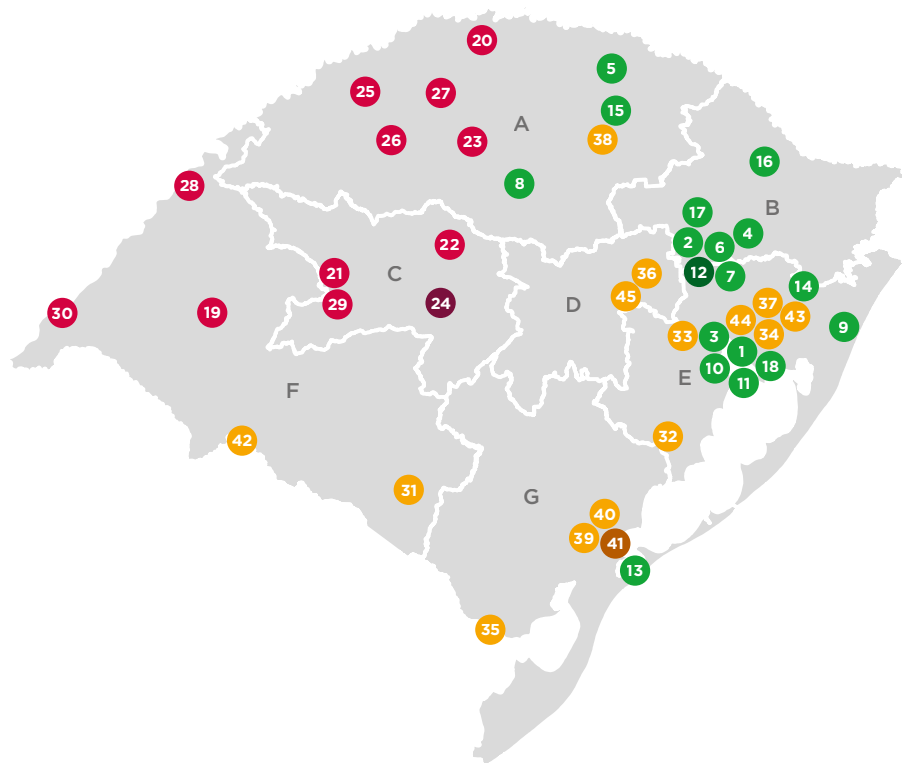
## INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

- 31 Câmpus Bagé
- 32 Câmpus Camaquã
- 33 Câmpus Charqueadas
- 34 Câmpus Gravataí
- 35 Câmpus Jaguarão
- 36 Câmpus Lajeado
- 37 Câmpus Novo Hamburgo
- 38 Câmpus Passo Fundo
- 39 Câmpus Pelotas – Visconde da Graça
- 40 Câmpus Pelotas
- 41 Reitoria
- 42 Câmpus Santana do Livramento
- 43 Câmpus Sapiranga
- 44 Câmpus Sapucaia do Sul
- 45 Câmpus Venâncio Alves

---

### REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NOROESTE RIO-GRANDENSE
- B NORDESTE RIO-GRANDENSE
- C CENTRO OCIDENTAL RIO-GRANDENSE
- D CENTRO ORIENTAL RIO-GRANDENSE
- E METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
- F SUDOESTE RIO-GRANDENSE
- G SUDESTE RIO-GRANDENSE





# SANTA CATARINA

---

## INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

- 1 Câmpus Abelardo Luz
- 2 Câmpus Araquari
- 3 Câmpus Blumenau
- 4 Câmpus Brusque
- 5 Câmpus Camboriú
- 6 Câmpus Concórdia
- 7 Câmpus Fraiburgo
- 8 Câmpus Ibirama
- 9 Câmpus Luzerna
- 10 Reitoria
- 11 Câmpus Rio do Sul
- 12 Câmpus Santa Rosa do Sul
- 13 Câmpus São Bento do Sul
- 14 Câmpus São Francisco do Sul
- 15 Câmpus Sombrio
- 16 Câmpus Videira

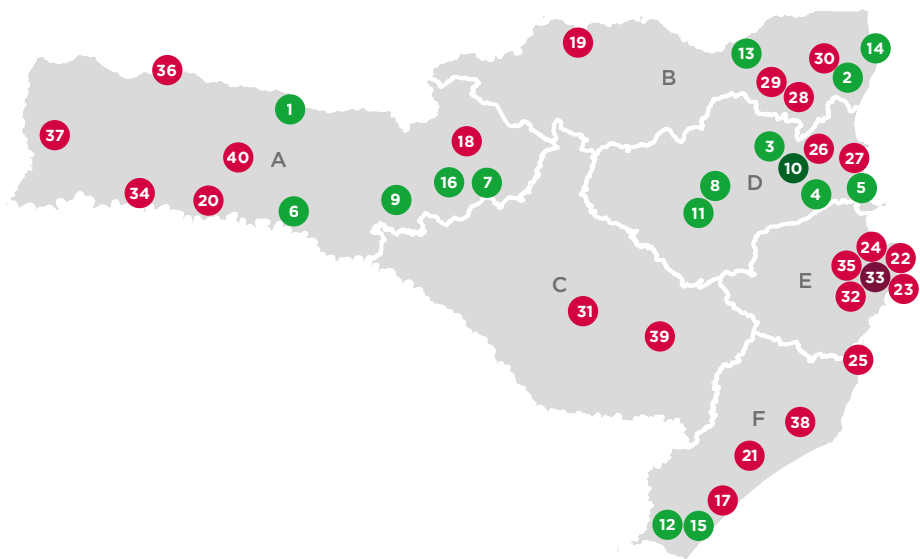
## INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

- 17 Câmpus Araranguá
- 18 Câmpus Caçador
- 19 Câmpus Canoinhas
- 20 Câmpus Chapecó
- 21 Câmpus Criciúma
- 22 Polo de Inovação Florianópolis
- 23 Câmpus Florianópolis
- 24 Câmpus Florianópolis – Continente
- 25 Câmpus Garopaba
- 26 Câmpus Gaspar
- 27 Câmpus Itajaí
- 28 Câmpus Jaraguá do Sul – Centro
- 29 Câmpus Jaraguá do Sul – Rau
- 30 Câmpus Joinville
- 31 Câmpus Lages
- 32 Câmpus Palhoça
- 33 Reitoria
- 34 Câmpus São Carlos
- 35 Câmpus São José
- 36 Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste
- 37 Câmpus São Miguel do Oeste
- 38 Câmpus Tubarão
- 39 Câmpus Urupema
- 40 Câmpus Xanxerê

---

### REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A OESTE CATARINENSE
- B NORTE CATARINENSE
- C SERRANA
- D VALE DO ITAJAÍ
- E GRANDE FLORIANÓPOLIS
- F SUL CATARINENSE







REGIÃO  
**SUL**

# CATÁLOGO FOTOGRAFICO

---

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA



# INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: Arquivo IFSC/Diretoria de Comunicação.





**CÂMPUS FLORIANÓPOLIS - CONTINENTE**



**CÂMPUS GAROPABA**



**CÂMPUS GASPAR**



**CÂMPUS ITAJAÍ**



**CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO**



**CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - RAU**







# INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ



<sup>1</sup> Fonte: IFPR/Câmpus Avançado de Arapongas (2024).

<sup>2</sup> Fonte: IFPR (2020).

<sup>3</sup> Fonte: Google Maps (2023).

<sup>4</sup> Fonte: IFPR (2024b).

<sup>5</sup> Fonte: IFPR (2019).

<sup>6</sup> Fonte: Google Maps (2016).



CÂMPUS CASCAVEL<sup>3</sup>



CÂMPUS COLOMBO<sup>7</sup>



CÂMPUS CORONEL VIVIDA<sup>8</sup>



CÂMPUS CURITIBA<sup>9</sup>



CÂMPUS FOZ DO IGUAÇU<sup>10</sup>



CÂMPUS AVANÇADO GOIERÊ<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Fonte: Google Maps (2024).

<sup>8</sup> Fonte: IFPR (2024b).

<sup>9</sup> Fonte: IFPR (2017).

<sup>10</sup> Fonte: IFPR (2023).

<sup>11</sup> Fonte: IFPR (2022).





<sup>12</sup> Fonte: IFPR (2012).

<sup>13</sup> Fonte: IFPR (2024).

<sup>14</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguariaíva (2021).

<sup>15</sup> Fonte: IFPR (2022).

<sup>16</sup> Fonte: IFPR/Câmpus Palmas (2017).





<sup>17</sup> Fonte: Qconcurso (2023).

<sup>18</sup> Fonte: IFPR (2021).



<sup>19</sup> Fonte: IFPR (2016).

<sup>20</sup> Fonte: IFPR (2015).

<sup>21</sup> Fonte: Foto de Edilson Aparecido Chaves.



# INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



<sup>1</sup> Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS/Câmpus Alvorada (2022).

<sup>2</sup> Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Bento Gonçalves.

<sup>3</sup> Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Canoas.

<sup>4</sup> Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS/Câmpus Caxias do Sul (2017) e do Núcleo de Memória do IFRS.

<sup>5</sup> Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2014).

<sup>6</sup> Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2014) e do Núcleo de Memória do IFRS.





**CÂMPUS FELIZ<sup>7</sup>**



**CÂMPUS IBIRUBÁ<sup>8</sup>**



**CÂMPUS OSÓRIO<sup>9</sup>**



**CÂMPUS PORTO ALEGRE<sup>10</sup>**



**CÂMPUS PORTO ALEGRE - RESTINGA<sup>11</sup>**



**CÂMPUS RIO GRANDE<sup>12</sup>**

**7** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2018).

**8** Fonte: Foto de Adriana Rossi (2014), no acervo da Comunicação do IFRS e do Núcleo de Memória do IFRS.

**9** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS, do IFRS/Câmpus Osório (2013) e do Núcleo de Memória do IFRS.

**10** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2014) e do Núcleo de Memória do IFRS.

**11** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2013) e do Núcleo de Memória do IFRS.

**12** Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Rio Grande.



**13** Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Rolante (2019).

**14** Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Sertão (2022).

**15** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2013) e do Núcleo de Memória do IFRS.

**16** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2019) e do Núcleo de Memória do IFRS.

**17** Fonte: Acervo do IFRS/Câmpus Viamão e da Comunicação do IFRS.

**18** Fonte: Acervo da Comunicação do IFRS (2016) e do Núcleo de Memória do IFRS.





# INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: Coleção Banco de Imagens – Unidades do IFSul ([flickr.com](https://www.flickr.com/photos/ifrsul/)).

<sup>2</sup> Fonte: Foto de Adriane Araújo (2023).



CÂMPUS NOVO HAMBURGO



CÂMPUS PASSO FUNDO



CÂMPUS PELOTAS - VISCONDE DA GRAÇA



CÂMPUS PELOTAS



CÂMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO



CÂMPUS SAPIRANGA





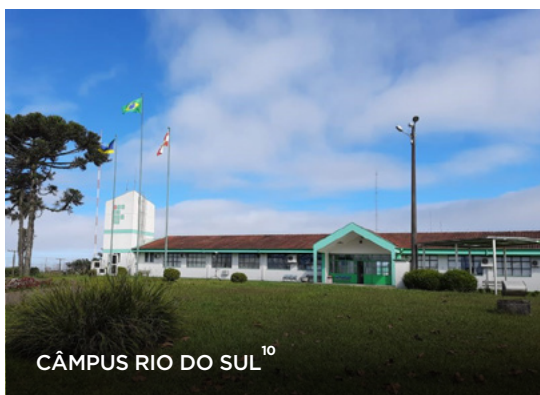


# INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE



- <sup>1</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Abelardo Luz.
- <sup>2</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Araquari (2017).
- <sup>3</sup> Fonte: Foto de Carlos Daniel Freitas (2016).
- <sup>4</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Brusque (2023).
- <sup>5</sup> Fonte: Foto de Hiran (2023).
- <sup>6</sup> Fonte: Acervo da Cecom do IFC/Câmpus Concórdia.





<sup>7</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Fraiburgo.

<sup>8</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Ibirama.

<sup>9</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Luzerna (2024).

<sup>10</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus Rio do Sul (2024).

<sup>11</sup> Fonte: Acervo da Cecom do IFC/Câmpus Santa Rosa do Sul (2018).

<sup>12</sup> Fonte: Foto de Tamiris Bauer Grimaldi (2018).



<sup>13</sup> Fonte: Acervo do IFC/Câmpus São Francisco do Sul (2015).

<sup>14</sup> Fonte: Foto de Marcos Click (2023).

<sup>15</sup> Fonte: Foto de Jean Both (2018).

<sup>16</sup> Fonte: Acervo da Cecom do IFC.





# INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: Acervo do IFFar.



CÂMPUS SANTO ÂNGELO



CÂMPUS SANTO AUGUSTO



CÂMPUS SÃO BORJA



CÂMPUS SÃO VICENTE DO SUL



CÂMPUS URUGUAIANA



REITORIA





# CRÉDITOS

---

## **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS**

### **Reitora**

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

### **Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Lorena Pereira de Souza Rosa

### **EDITORA IFG**

#### **Coordenadora da Editora**

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

#### **Conselho Editorial**

##### **Presidente**

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

##### **Titulares**

Lidiane Maria dos Santos

Darlene Ana de Paula Vieira

Adriano de Carvalho Paranaíba

Cristina Gomes de Oliveira Teixeira

Alessandro Silva de Oliveira

Kalinka Martins da Silva

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Bruno Pilastre de Souza Silva Dias

##### **Suplentes**

Ruberley Rodrigues de Souza

Olívio Carlos Nascimento Souto

Hellen da Silva Cintra de Paula

Ricardo Fernandes de Sousa

Ana Beatriz Machado de Freitas

Lemuel da Cruz Gandara

## **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

### **Reitor**

Flávio Luis Barbosa Nunes

### **Vice-Reitora**

Veridiana Krolow Bosenbecker

### **Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

Vinícius Martins

### **EDITORA IFSUL**

#### **Coordenador de Publicações Científicas**

Glaucius Décio Duarte

#### **Conselho Editorial**

##### **Presidente**

Vinícius Martins

##### **Titulares**

Alessandra Cristina Santos Akkari Munhoz

Daniel Ricardo Arsand

Daniele Gervazoni Viana

Elisabeth Tempel Stumpf

Gilnei Oleiro Corrêa

Glaucius Décio Duarte

Klaus Boesch

Mariana Jantsch de Souza

Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior

Rodrigo Kohn Cardoso

---

## **FICHA TÉCNICA**

### **Organização da coleção**

Olliver Robson Mariano Rosa

### **Organização do volume**

Carla Rosani Silva Fiori

### **Projeto gráfico e capa**

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

### **Revisão e diagramação**

Coelum Editorial

### **Revisão de provas**

Lucas de Jesus Santos

Kepler Benchimol Ferreira

Centros Federais de Educação Tecnológica), foi engrandecida com a criação dos Institutos Federais. A expansão da Rede Federal a fez chegar aos mais longínquos pontos do país, abrindo oportunidades de acesso ao estudo a milhares de jovens, configurando-se como ação pública de grande alcance social e democrático. Os registros históricos de cada uma das instituições representam, assim, oportunidade singular de consolidar sua identidade institucional, mesmo considerando trajetórias diferenciadas, num esforço conjunto a fim de enfrentar e romper com a dualidade estrutural histórica que vem permeando a educação profissional no Brasil. Ante o desafio de expandir suas finalidades e modos operacionais, essas instituições têm buscado a superação das debilidades de uma estreita profissionalização para atuar na formação de quadros profissionais qualificados, no desenvolvimento social e econômico sustentável, no desenvolvimento regional e na promoção social e humana das comunidades locais, constituindo-se em polos de excelência científica e tecnológica.

**José Carlos Libâneo**

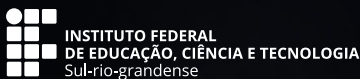
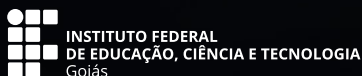
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE GOIÁS

# REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS MUDANDO O BRASIL

Resultado de um esforço coletivo de pesquisa e memória, a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil* apresenta a história das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em cada região do Brasil. Ao reunir diferentes trajetórias, a obra valoriza experiências locais e o papel da educação pública na transformação do país. Estão agrupadas, neste quarto volume, as histórias das seis instituições da Região Sul: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), Instituto Federal Catarinense (IFC) e Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Com raízes históricas profundas e forte presença territorial, essas instituições desempenham papel fundamental na qualificação profissional, na interiorização do ensino e na produção de conhecimento. Este volume resgata experiências formativas e trajetórias institucionais que demonstram como a Rede Federal atua como agente de transformação social e inovação tecnológica em distintas comunidades sulistas.

Os Organizadores



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

